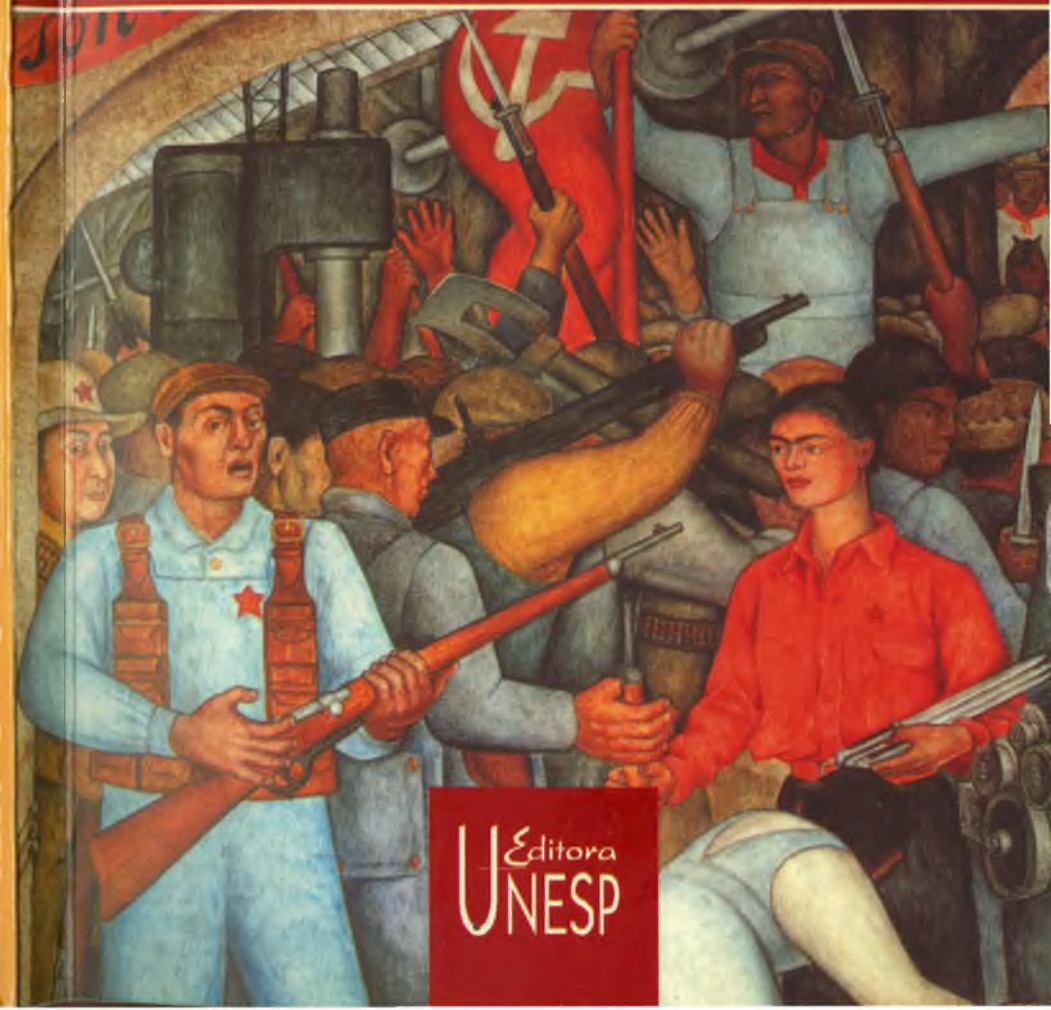


Héctor Luis Saint-Pierre

A política armada

Fundamentos da guerra revolucionária



Editora
UNESP

Visto o amigo Schiles por
sua paciência de onde
aguardo as boas oportunidades.

[Handwritten signature]
26/04/01

A POLÍTICA ARMADA
FUNDAMENTOS DA GUERRA
REVOLUCIONÁRIA

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assessor-Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio de Pádua Pithon Cyrino

Benedito Antunes

Carlos Erivany Fantinati

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Maria Sueli Parreira de Arruda

Raul Borges Guimarães

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editora-Executiva

Christine Röhrig

Editora-Assistente

Maria Dolores Prades

A POLÍTICA ARMADA

FUNDAMENTOS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE

Editora
UNESP

Copyright © 1999 by Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 232-7171

Fax: (0xx11) 232-7172

Home page: www.editora.unesp.br

E-mail: feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saint-Pierre, Héctor Luis

A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária / Héctor Luis Saint-Pierre. – São Paulo: Editora UNESP, 2000. – (Prismas/PROPP)

Bibliografia.

ISBN 85-7139-300-1

1. Direita e esquerda (Política) 2. Guerra 3. Política 4. Revoluções I. Título. II. Série.

00-1974

CDD-321.094

Índice para catálogo sistemático:

1. Guerra revolucionária: Ciência política 321.094

Este livro é publicado pelo projeto *Edições de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP (PROPP)/Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias



In memoriam:

A Raul Mattarollo, Daniel Muné e
Graciela, devorados pela fúria genocida
da repressão argentina.

Balances

*Los 60 fueron años vitales...
En los 70 y tantos se insinuaba la muerte:
latía en las canciones, en oscuros presagios.*

*Luego vino el derrumbe...
después surgió la vida como siempre
restañando traiciones,
inventando otros signos.*

*Nosotros, los de antes,
seguimos saboreando un gusto de rechazos,
devoramos distancias, juicios, extrañamientos,
presenciamos caídas, vanas resurrecciones.
Nosotros, los de entonces, eludimos la muerte,
hicimos malabares para reconocernos
nosotros y los pactos
sin resignarnos al odio ni al olvido.*

Martha Bernal

SUMÁRIO

Apresentação 13

Introdução 21

Parte I a Teoria

1 Da política à guerra 33

Breve histórico do conceito 33

Engels: a desigualdade econômica na gênese da violência 41

A guerra como tema filosófico 44

As revoluções na história da guerra 49

A natureza da guerra 55

A guerra e a política 57

2 Da guerra à revolução	61
A direção política nas relações de força	61
Guerra internacional e guerra revolucionária	67
Fim político e objetivo estratégico na guerra revolucionária	70
3 Violência, moral e revolução	81
A violência na sociedade	82
A violência como limite da política	85
Força e violência: as duas faces da mesma moeda	90
O papel da violência na revolução	92
Autonomia da esfera da política	97
Questões morais da revolução	100
Considerações de ordem política	101
Considerações de ordem prática	105
A moral do revolucionário	113

Parte II

As formas

4 Revolução e insurreição	121
Da espontaneidade à planificação estratégica	121
Princípios estratégicos da insurreição	129
Ofensiva	129
Oportunidade	134
Unidade de comando	136
Surpresa	138

O dispositivo insurrecional	139
Estrutura	139
Sistemas	141
Comunicação e propaganda	142
Inteligência	144
Comando	148
5 Povo em armas – Guerra popular	151
Carl von Clausewitz: o armamento do povo	151
Mao Tsé-tung: a guerra popular prolongada	155
Mao: o político militar	155
Um fundamento quase biológico	158
Os níveis político, estratégico e tático	160
Cada guerra é uma guerra	163
Retirada estratégica	166
6 Guerrilha e revolução	173
A teoria da guerrilha	173
A guerrilha como mito	176
Caracterização definicional	182
Irregularidade	183
Ilegalidade	184
O intenso compromisso político	188
Mobilidade tática	190
Caráter telúrico	191
A profundidade do campo	195
A função tática da guerrilha	196
O debate latino-americano:	
foquismo ou política de massas	198
Guerrilha urbana e rural	200
A dinâmica da guerrilha	201

7	Manifestações atuais da luta armada	203
	O caso da guerrilha de Chiapas	205
	Nível político: reforma	208
	Nível estratégico: a procura do diálogo	209
	Nível tático: símbolos e informática em lugar de armas e relações de força	210
	O terrorismo	213
	Natureza do terrorismo	213
	Tipologia do terrorismo	218
	Terrorismo indiscriminado ou aleatório	220
	Terrorismo discriminado ou sistemático	222
	A função tática do terrorismo na guerra revolucionária	223
	Considerações finais	225
	Referências bibliográfias	229

APRESENTAÇÃO

Freqüentemente, em tempos de esperança baixa como os que temos atravessado, mesmo autores que não se identificam com os interesses dominantes nem adoram os ídolos mercadológicos sentem-se obrigados a justificar-se e até a desculpar-se liminarmente quando escrevem sobre o marxismo ou a revolução social. Recusam o “pensamento único” neoliberal, mas acusam a dificuldade que experimentam em nadar contra a corrente. Héctor Saint-Pierre não tem esse problema. Não esperou abrirem-se as, hoje, evidentes brechas na credibilidade dos propagandistas do “fim da história”, nem o desmoronamento das ilusões dos ingênuos que viram na queda do muro de Berlim a aurora de um pacífico mundo sem fronteiras, para assumir a guerra revolucionária como a questão a que iria consagrar sua tese de doutorado, e, completando essa difícil empreitada, na qual investiu muitos anos de trabalho e o melhor de seu esforço teórico, para construir o presente livro com a paciência, o talento e a lucidez do bom artesão de idéias. Qualidades que já comprovara com seu *Max Weber, entre a razão e a paixão*, dissertação de mestrado que já atingiu a terceira edição.

Aplicando o princípio de que o melhor método está sempre investido no conteúdo, Héctor Saint-Pierre evita aquelas longas digressões preliminares que, no mais das vezes, fatigam inutilmen-

te o leitor. A “Introdução”, concisa, evoca a “sucessão quase ininterrupta de guerras internacionais, civis de libertação...” que, à sombra sinistra do “terror nuclear”, marcou o século XX. Esclarece, em seguida, que o livro não pretende oferecer nem uma teoria da guerra enquanto tal nem uma reflexão sobre o conceito de revolução: seu tema central não é nenhuma destas duas categorias tomadas isoladamente, e sim sua determinação recíproca, na interseção em que a guerra se torna revolucionária e a revolução, guerra de classes. Explica, ainda, que não desenvolve “um estudo técnico sobre a *arte bélica*, mas uma teoria *política* da guerra revolucionária”, entendida como reflexão “sobre os fundamentos últimos do conflito, a responsabilidade política da concepção estratégica e o controle ético dos meios e procedimentos da tática”.

Na estrutura do livro, o exame dos “fundamentos últimos do conflito” corresponde à Parte I, intitulada “A teoria”. O dos nexos entre política e estratégia e entre ética e tática desenvolve-se na Parte II, “As formas”. Se, como nos parece, o foco teórico principal da obra é a fenomenologia da guerra revolucionária (como rigorosa descrição analítica da questão em suas diferentes dimensões, métodos, aspectos, ou, como sintetiza o autor, na diversidade de suas *formas* históricas), não menos importante era determinar previamente o campo visual a ser focalizado por meio da elucidação teórico-crítica das categorias que o integram. Tanto a revolução quanto a guerra remetem, como a seu fundamento, à política e à violência. Que todas as revoluções, mesmo as que se desencadeiam por meio da revolta espontânea das massas, sejam políticas é evidente. O que é a política, senão o interesse coletivo em ato? Mas por isso mesmo, por colocar os membros de uma coletividade diante da terrível alternativa de matar ou morrer, toda guerra se relaciona à política como o meio ao objetivo. A elucidação dos nexos entre política, violência e guerra passa pela discussão e absorção crítica de um legado teórico que remonta pelo menos até a Grécia clássica. Como, porém, as idéias políticas e, no tema em pauta, as idéias sobre a guerra não contêm em si mesmas o princípio de sua explicação, elas só podem ser adequadamente compreendidas em conexão com as condições sociais em que se formularam.

A perspectiva analítica da exposição não dispensa, portanto, o recurso à história social, não apenas como repertório dos fatos que proporcionam ao analista sua matéria-prima e fundamentam objetivamente os processos que descreve, mas também como verificação objetiva das conclusões que expõe. A objetividade, sabemos, é difícil. Os fatos pertinentes não se deixam colher nos registros historiográficos como frutas numa árvore. Antes de mais nada, porque todo exemplo resulta de uma seleção e toda seleção comporta um coeficiente de subjetividade que deve ser, tanto quanto possível, neutralizado pela constante preocupação de levar em conta todos os fatos relevantes e não apenas aqueles que mais convêm à lógica da argumentação. Assim procede Héctor Saint-Pierre, desprezando as soluções de facilidade, para, ao contrário, buscar os casos-limite, que questionam e obrigam a adensar a análise.

O sentido de objetividade também se faz presente em suas referências teóricas. Empenha-se em criticar as idéias, não em atacar os autores, sem nunca confundir qualidade analítica com posições políticas. Daí um de seus notáveis méritos intelectuais: levar a sério todas as contribuições importantes para a elucidação do tema, qualquer que seja sua inspiração ideológica. Ignora barreiras mentais, transpondo constantemente, num sentido como no outro, na vasta bibliografia que mobiliza, as fronteiras ideológicas e epistemológicas. Dialoga com autores de posições opostas como Clausewitz, Max Weber, Raymond Aron, de um lado, Marx, Engels, Lenin, Mao Tsé-tung, “Che” Guevara, de outro, assinalando convergências, por exemplo entre Max Weber e Lenin, e assimilações críticas, como ao atribuir a Lenin, “principal formulador da teoria da guerra revolucionária”, a elaboração de “uma concepção estratégica na qual consegue soldar, de maneira original, a teoria marxista da luta de classes com a teoria clausewitziana da guerra” e ao lembrar a influência de Sun Tzu sobre Mao Tsé-tung. Percorre o caminho do conhecimento sem esquecer de que ser objetivo não depende apenas de boas intenções, mas também da firme decisão metodológica de discutir e aprofundar criticamente todas as teses presentes no campo teórico em questão.

Não há postura epistemológica sem riscos. No caso, o risco maior está em, pretendendo extrair um pedaço da verdade de cada

autor, cair no ecletismo e na incoerência. Nesse sentido, parece-nos particularmente problemática a aproximação teórica que o livro estabelece entre a concepção de política de Max Weber e a de Lenin; o primeiro caracterizando-a pela violência e definindo o Estado pelo monopólio da violência legítima, o segundo vindo na revolução o “paroxismo da violência”. Sem dúvida, as discrepâncias frontais entre eles, demasiado notórias para precisar ser enfatizadas, não impedem as convergências conceituais, como no concernente à concepção da política como *dominação* e do Estado como instância de centralização do poder político. Suas respectivas definições do Estado (segundo o dirigente marxista russo, uma força de coação organizada, “destacamento especial de homens armados separados da sociedade”; segundo o professor conservador alemão, a instituição detentora do “monopólio legítimo da coação física para manutenção da ordem vigente”) apresentam, com efeito, manifesta proximidade. Para ambos, o monopólio dos meios humanos e materiais da coerção e da violência armada constitui atributo essencial do Estado.

De resto, Hobbes, bem antes de Marx e de Weber, e Maquiavel, bem antes de Hobbes, já haviam enfatizado, cada qual com seus próprios critérios teóricos, o caráter decisivo da força como componente essencial do poder de Estado. Poder-se-á ponderar que o gládio de Hobbes designa o braço secular da lei e portanto muito mais uma função policial do que militar. Não nos parece entretanto que convenha interpretar em sentido puramente metafórico a célebre fórmula da “guerra de todos contra todos”. Como se sabe, a experiência dos horrores da guerra civil constituiu forte estímulo para a elaboração do *Leviatã*: a instituição do Estado decorre da necessidade de concentrar num organismo separado as forças dispersas que os homens, em sua condição natural, empregam uns contra os outros. Quer essa força concentrada se empregue para impor as leis no interior da sociedade, quer para opor resistência a agressões externas, ela não deixa de ser, quanto a seu princípio, a *mesma* força, vale dizer o *braço armado* do Estado.

Entretanto, a diferença entre as concepções de Lenin e de Max Weber é profunda o bastante para que perguntemos se a convergência vai além da mera definição *nominal*: para aquele (como

para Marx e Engels), a violência, como meio, está articulada com a função do Estado, que é a dominação de classe, enquanto para este, os fins do Estado, bem como das “associações políticas” em geral, são praticamente ilimitados. A política, em *Economia e sociedade*, determina-se na esfera dos meios, mais precisamente por seu “meio específico” que é a violência. Dos abastecimentos à arte, “não há finalidade alguma que não tenha ocasionalmente sido assumida pelas associações políticas”, nem há “nenhum fim ... que *todas* essas associações tenham perseguido”. “Por isso, só se pode definir o caráter político de uma associação pelo *meio* (erigido em determinadas circunstâncias em fim em si) que sem lhe ser exclusivo é certamente específico e *indispensável* à sua essência: a coação física”.

Essa idéia de que os fins da política, portanto do Estado, são indeterminados corresponde aos pressupostos positivistas da sociologia compreensiva weberiana, notadamente ao privilégio que ela confere à racionalidade instrumental e portanto à recusa em buscar, mais além da multiplicidade dos fins subjetivos perseguidos pelos agentes do poder estatal, hipóteses que permitissem aprofundar a questão sobre a natureza do Estado. Dir-se-á que Weber não restringe inteiramente a investigação sociológica ao *meio específico* da política e do Estado, a saber, a “coação física”. Para distinguir a ação propriamente estatal da ação política em geral apela para a finalidade do Estado, que detém o monopólio da força “para a manutenção da ordem vigente”. (Enquanto a “associação política” que se opõe ao Estado pode ter como finalidade destruir a ordem vigente.) Não caberia proceder aqui ao exame crítico da conceitualização weberiana, mas a expressão “ordem vigente” é tão indeterminada quanto os fins subjetivos dos políticos. Mesmo entendendo-a no sentido restrito de “ordem legal”, ela envolve, como não deixaria de reconhecer o próprio Weber, complexos processos de elaboração legislativa, de execução e de interpretação jurídica, que são ao menos potencialmente conflituais e correspondem sempre a interesses distintos quando não contrapostos.

Lenin, como se sabe, concebe a política como *luta de classes*. Considera portanto decisiva a diferença entre a violência estrutural da dominação econômica, que engendra o antagonismo de in-

teresses entre exploradores e explorados, e as demais formas de violência que têm naquela seu fundamento. O Estado, para ele, é um *aparelho* de dominação de classe e não uma “associação de dominação” indefinida quanto a seus fins, ou melhor, definida apenas pela “manutenção da ordem”. É exatamente porque e na medida em que o Estado é “aparelho” ou “máquina” de dominação que tomá-lo e dismantelá-lo constitui o objetivo estratégico do combate revolucionário.

Como vem enfatizado, nas páginas que o livro dedica às origens econômicas da violência, segundo Engels, esta, tanto para ele como para Marx e Lenin, antes de atravessar a política, permeia as relações econômicas. Não estamos certos, entretanto, de que Héctor Saint-Pierre tenha extraído todas as conseqüências desse reconhecimento da origem econômica da violência. Não basta assinalar que ela não produz riquezas, apenas as transfere das mãos dos violentados para as dos violentos. É indispensável distinguir entre a apropriação violenta de bens de consumo (pilhagem) e aquela que, apoderando-se dos meios de produção, instaura novas relações de produção (feudalismo, escravidão e o próprio capitalismo, um de cujos pressupostos históricos é a expropriação violenta dos camponeses). Sem essa distinção, não elucidamos a diferença, no Estado capitalista, entre a violência de que ele se serve (repressão policial, prisões etc.) para garantir a “ordem pública” combatendo a criminalidade (mais a desorganizada, de resto, que a organizada, que em geral dispõe de meios como o suborno, a “queima de arquivos” etc., para comprar a impunidade) e aquela fundamental à ordem estabelecida (e por isso mesmo garantida pelo Estado, se preciso for a ferro e fogo), que reproduz e amplia a expropriação dos produtores, reduzidos, à medida que a generalização das relações capitalistas de produção os separa crescentemente dos meios de conservar sua própria existência, à condição de meros vendedores (quando encontram comprador) de sua força de trabalho.

Sem dúvida, o autor poderia responder que escapa ao tema do livro o estudo dos mecanismos ideológicos da dominação burguesa. Não pretende examinar em que condições a luta de classes assume a forma de violência, mas analisá-la quando ela já assumiu tal forma. Essa resposta pragmática deixaria de lado, entretanto, os

fatores ideológicos da dominação de classe (que não somente tornam aceitável, porque a ocultam ou mistificam, a violência fundamental, mas até suscitam a adesão ativa de vastos setores e camadas do proletariado e outras classes oprimidas à ordem que os oprime) e, no pólo oposto, a luta contra as idéias dominantes. Desenvolver essa luta, denunciar a opressão, organizar os trabalhadores, na cidade como no campo, de modo a conferir caráter político à revolta das massas oprimidas, não seria a função do partido revolucionário? Só em situações excepcionais, com efeito, elas logram sucesso ao responder espontaneamente pela violência revolucionária à violência reacionária. No mais das vezes, a violência popular ou não logra assumir caráter político, ou só o assume fragmentária e efemeramente, restringindo-se a atos isolados de “grupúsculos”, ou permanece “numa região onde o político e o delitivo não comportam contornos nítidos”, como mostra o autor no tópico consagrado à “violência na sociedade”. O “Comando Vermelho” não conseguiu, se é que tentou, erigir-se em direção política da “guerra particular” (a expressão está no título de um notável documentário sobre a guerrilha larval nas favelas dos morros cariocas) entre os traficantes de drogas e a polícia carioca. Provavelmente não comanda mais nada, se é que efetivamente chegou a comandar o crime organizado dos proletários favelados.

Que a existência de um partido revolucionário não constitua condição necessária para a eclosão da revolta dos oprimidos mostra-o a história com abundantes e multiformes exemplos. O mais recente ocorreu no Equador, onde, em janeiro de 2000, as comunidades indígenas, revoltadas com a dolarização, que as propeliu ainda mais baixo na direção da linha da miséria, entraram em mobilização geral e, recorrendo a métodos próprios da luta camponesa (bloqueio de estradas, marcha convergente para a capital), ocuparam literalmente os centros do poder político, dividindo as próprias forças armadas, ao suscitarem a adesão de um grupo de oficiais patriotas. A ameaça de bloqueio aeronaval, por parte do Império estadunidense, ajudou decisivamente a reverter a situação, restabelecendo-se a ordem do dólar, da miséria e do escárnio institucionalizado sob o nome de “democracia de mercado”. Entretanto, o movimento nacional-indígena apenas recuou. Man-

têm intactas suas forças e esperanças. Quaisquer que venham a ser as formas de seus combates futuros, mesmo que seja levado a responder à violência repressiva pela guerrilha ou pela insurreição, é evidente que, para retomar com mais sucesso a ofensiva, necessita de uma organização de âmbito nacional capaz de coordenar e dirigir as energias do povo. Numa palavra, necessita de um partido. Afinal, a luta armada é a forma mais radical da luta de classes, mas, justamente por ser uma *forma*, remete ao conteúdo político.

Héctor Saint-Pierre lembra pertinentemente que o general prussiano Clausewitz não disse apenas que a guerra prolonga a política com outros meios, mas, principalmente, que “a guerra em si não faz cessar as relações políticas ... não as transforma em algo inteiramente diferente”. Como com quaisquer outros meios de que ela se serve, “os principais filamentos que correm ao longo dos acontecimentos bélicos ... não são mais que configurações duma política que prossegue através da guerra até a paz”. Se essa ponderação é justa, se a política permanece presente na guerra, se esta é uma política armada, a direção da luta guerrilheira deve exercer as funções do partido revolucionário. Tal é a ponderação que nos permitimos sugerir ao leitor deste livro tão corajoso quanto importante.

João Quartim de Moraes

INTRODUÇÃO

“É mais agradável e mais útil viver a
‘experiência da revolução’ do que escrever sobre ela.”

Lenin

Este foi um século que, desde seu começo, mostrou-se marcado por uma inequívoca vocação revolucionária. Uma sucessão quase ininterrupta de guerras internacionais, civis, de libertação e revolucionárias manteve arrepiada a epiderme social do mundo inteiro. Depois da experiência de Hiroshima e Nagasaki (1945), e quando os soviéticos conseguiram o domínio da arma nuclear (1949), o mundo viveu uma angustiante e tensa “paz”, apenas crispada por sucessivas guerras de intensidade variada. A eficácia da “estratégia da dissuasão”¹ manteve a febril bipolarização das relações de força internacionais congelada na chamada “Guerra Fria”.

1 A concepção estratégica chamada de “dissuasão” é específica do confronto nuclear. A potência destrutiva desse tipo de arma, capaz de destruir o mundo várias vezes, tornou a guerra nuclear um instrumento inadequado da política. Porém, a ameaça de utilizá-la dissuade o inimigo de usar as suas. A estratégia da dissuasão consiste, dito de maneira muito simplificada, na possibilidade de ameaçar o inimigo de maneira tão eficaz que elimine toda sua vontade de atacar ante a iminência de uma retaliação insuportável. Para conhecer os detalhes dessa concepção, recomendamos a leitura de seu mais importante teórico: Beaufre, 1980. Ver, também, Aron, 1984.

O terror provocado pela possibilidade de destruição total do mundo pelas armas nucleares adiou uma guerra entre áreas que se posicionavam como política e ideologicamente excludentes. Os centros da nova geometria de forças tiveram que se conformar em pleitear as regiões periféricas dos blocos, evitando a disputa de espaços vitais que levassem ao confronto direto, o que poderia significar uma ascensão aos extremos com a conseqüente nuclearização do confronto. A bipolaridade funcionou como um mecanismo de “fusível” do confronto atômico, abafou sistematicamente todos os conflitos religiosos, étnicos, nacionais, separatistas e raciais, impregnando-os ideologicamente no seu próprio nascedouro. As guerras desse período foram limitadas e de tipo convencional. Contrariamente, ou talvez precisamente pela *détente* bipolar, esse período foi estupidamente fértil em revoluções e guerras de libertação que não pouparam continentes. Talvez este fato tenha levado Hannah Arendt a dizer que, “seja qual for o resultado de nossas agruras atuais, e se todos não perecermos por completo, parece mais do que provável que a revolução, em contraposição à guerra, permanecerá conosco num futuro previsível” (1988, p.14).

Muitos dos que presenciaram a derrubada do chamado “socialismo real” viram nele o indicador do triunfo final do capitalismo. Porém, esse mundo, que imaginávamos se recuperando rapidamente de suas mazelas quando os gastos do armamentismo fossem supérfluos,² afunda cada vez mais nas suas contradições. O anunciado “fim da história” não se concretizou; pelo contrário, a configuração política do mundo atual nos parece mais próxima da expressão de Emir Sader: “Desde já, um aviso ... depois do muro, há vida inteligente, há contradições, há história” (Sader, 1995).

Por isso, perguntamo-nos se o otimismo anunciado e difundido da “democracia de mercado”, o fracasso da administração centralizada nos países socialistas do Leste europeu e o fim da “Guerra Fria” são motivos suficientes para arquivar o tema da luta armada

2 Contrariando as expectativas, a indústria de armamento, depois de uma pontual crise imediatamente anterior ao fim da Guerra Fria, não parou de crescer. Atualmente, a indústria da morte continua a ser a mais rentável do orbe e nada indica que deixe de sê-lo.

e dos conflitos sociais. É como se o tênue pressentimento de um mundo menos angustiante eclipsasse por completo a evidência quotidiana da fome, do desemprego e da miséria forçada. Como se a embriaguez pela “racionalidade” abstrata do cálculo de capital levasse os intelectuais a negar as condições objetivas cada vez mais desumanas.

Mas, se a ruptura histórica é possível, não pode ser descartada sua manifestação mais dramática: o confronto político armado, a guerra civil, a guerra revolucionária. Ninguém ignora o que isso significa: a guerra sempre é cruel e sangrenta e, no caso da guerra revolucionária, quando não é suficientemente pensada na sua dimensão político-estratégica, pode levar a um retrocesso político incalculável para as classes revolucionárias, quando não a um banho de sangue inútil que ceifa gerações ciclicamente. Por isso achamos que, se o confronto político ainda é possível na sua versão mais violenta, devemos pensar nas formas, meios e consequências históricas com que ela se manifestou no passado para alertar sobre os riscos que enfrentarão todos aqueles que orientem seus projetos políticos pela dramática via da luta armada. Se toda atividade política encerra perigos, no caso da radicalização máxima da violência estes podem ser desastrosos, não apenas para aqueles que colocam suas vidas “a serviço” da revolução, mas para a própria existência das organizações populares.

Para quem esta visão resulte apocalíptica, lembramos que a maior parte dos quase cinquenta conflitos bélicos de baixa e média intensidades que atualmente assolam a face da Terra, emergindo como fenômenos críticos nas relações de forças, é de índole interna aos Estados. Talvez pela falta de contenção ideológica que parece caracterizar as relações de força deste fim de milênio, eles se apresentam como a reedição de velhos contenciosos, assumindo a manifestação de guerras religiosas, étnicas, de libertação nacional, separatistas etc.

Esta instabilidade, pontual e generalizada, somada à despreocupação das grandes potências pela sorte dos países periféricos, fornece as condições propícias para a transformação desses conflitos em guerras revolucionárias. Argumentar que a falta de um “terceiro interessado” postergará indefinidamente essa possibili-

dade não é suficiente para desconsiderá-la: nos casos mais clássicos de revoluções, como a americana, a francesa e a russa, não existiu um “terceiro interessado”, em outros casos, como a revolução cubana, ele apareceu quando o poder já estava ao alcance dos revolucionários.

O argumento da ausência de um sujeito revolucionário talvez seja o mais difícil de contornar na atual perspectiva revolucionária. As mudanças processadas no sistema produtivo, especificamente no “mundo do trabalho”, parecem resultar em uma diminuição drástica da massa de trabalhadores (Antunes, 1995): a representação sindical está mais preocupada com a garantia de emprego para seus sindicalizados do que com as reivindicações salariais ou a verdadeira luta político-sindical. Os partidos políticos, por sua vez, ficam no limite estreito do jogo democrático formal, presos à sensibilidade da opinião pública, que não é outra coisa que a opinião da maioria influenciada pelos meios de comunicação concentrados nas mãos de poucos. Aqueles que chegam ao cargo de representação legislativa logo se mimetizam com os representantes de outros partidos perdendo totalmente a identificação ideológica.

O atual sistema econômico parece não conseguir resolver os conflitos que gera. Segundo James Petras, a aparente vitória estrutural do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 foram, na realidade, vitórias político-militares conjunturais. Como troféu dessas vitórias, foram colocados governos dóceis aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Esses governos foram implementando e facilitando o desenvolvimento das políticas neoliberais que, entre outras medidas, exigiram o esvaziamento do Estado, o sucateamento do parque industrial, o desvio da poupança pública destinada ao serviço social, para funcionar como garantia do sistema financeiro e facilitar a rapina sem riscos do capital financeiro internacional. Como resultado, esses países viram suas diferenças sociais aumentar, a concentração da renda tornar-se brutal e aumentar a dívida pública; a decadência dos níveis de vida levou à miserabilização dos pobres e ao empobrecimento da classe média. Paradoxalmente, as vitórias parciais do capitalismo parecem estar criando as condições de possibilida-

de do ressurgimento de uma onda generalizada de violência política, agravada e justificada pela perda de confiança no sistema eleitoral. Nas palavras de Petras (Petras & Vieux, 1994), “as mudanças forjadas pelos Estados capitalistas vitoriosos estão criando as condições objetivas e subjetivas para um novo ciclo de política revolucionária, baseado em novas forças de classe, ideológicas e políticas”.³

Porém, diferentemente da onda revolucionária da década de 1960, atualmente parece faltar o que Fals Borda (1968) chamou de “espírito subversivo” da época. Hoje há surtos de violência política em quase toda a América Latina (Petras, 1997, p.17-47), mas sem controle da iniciativa, de maneira quase reativa, desconexa e desarticulada, denunciando a falta de um projeto consistente de mudança e a ausência de utopia: pareceria que a esquerda, que vive se preparando para situações como esta, ainda confusa faltou ao encontro. Do zapatismo no México à trágica repressão dos “sem-terra” no Brasil, a política desborda violentamente os limites institucionais impostos pelo jogo democrático eleitoral, ensaiando transformações que a projetem na “linha evolutiva” da luta política. Com o desfecho da ocupação da embaixada japonesa em Lima por integrantes do Movimento Revolucionário Tupac-Amarú (MRTA) ficaram evidentes dois fatos. Por um lado, nem todas as linhas evolutivas dão certo:⁴ os emerreteatistas ficaram entre os senderistas e os zapatistas, mas politicamente isolados e em uma suicida posição fixa. Por outro, a repressão institucional entrou decididamente na era da globalização e, ante inimigos isolados política e estrategicamente, permanecerá imbatível. Hoje, a luta assume as formas mais variadas: manifestações de rua, invasões de terra, terrorismo, insurreição, guerrilha, ocupações de fábricas e greves combativas fazem parte do arsenal político, e novas formas evolutivas de luta poderão aparecer como resposta às tensões sociais.

3 Ver, também, Petras, 1995.

4 Queremos dizer que nem todas as formas armadas pelas quais se manifesta a luta política conseguem seu objetivo. Às vezes, estas não apenas não conseguem soldar a expressão armada a uma política de massas coerente, mas, pelo contrário, conseguem separá-las até transformá-las em estranhas. Normalmente o divórcio entre a luta armada e a política de massas acaba com o aniquilamento daquela e o retrocesso desta.

Mas, se o fenômeno revolucionário parece caracterizar nosso século, não podemos dizer que seja exclusividade sua. Fenômenos similares convulsionaram todas as épocas; encontramos inclusive referências diretas tentando distingui-los do fenômeno da guerra na cultura grega. Com efeito, os gregos distinguiam o *Pólemos* (a guerra, o combate), palavra com a qual eles designavam sua luta contra o *xénos* (o “outro”, os não-gregos, o estrangeiro), da *Stásis* (que poderíamos traduzir por “guerra civil”, uma guerra dentro dos limites da *Pólis*, da cidade) que eles reservavam para se referir à luta entre gregos. A partir dessa distinção e seguindo os passos de G. Bouthoul (1951, 1971 e 1974), que popularizou desde 1945 o termo “Polemologia” para se referir à teoria e filosofia da guerra, poderíamos catalogar este livro como polemológico, e dentro desse campo epistêmico, para delimitar seu alcance, considerá-lo como um estudo “estasiológico”, como uma reflexão sobre a guerra civil ou sobre as formas e meios que pode assumir uma de suas particulares manifestações. Pretendemos, ainda mais especificamente, discutir alguns dos fundamentos teóricos da *guerra* revolucionária e introduzir o leitor no estudo da estasiologia, familiarizá-lo com a conceituação básica, focalizando seus elementos teóricos e analisando os exemplos históricos do ponto de vista da teoria estratégica.

Para não frustrar aqueles que esperam encontrar aqui uma reflexão sobre o conceito de “revolução”, seus fundamentos e teóricos; ou que procuram considerações sobre as tarefas posteriores à tomada do poder, não falaremos da “teoria da revolução”, mas analisaremos apenas o processo que leva a ela. Tampouco pensamos em qualquer processo revolucionário, mas somente tratamos daquele no qual a presença do conflito armado é inevitável, concreta e tragicamente: a guerra. Não qualquer tipo de guerra, mas aquele tipo específico no qual se confrontam as forças socialmente separadas pela desigualdade econômica, política e social; aquele tipo de guerra cujo resultado tende ao cálculo de “soma zero”, a guerra de aniquilamento, a guerra de classes, a guerra revolucionária. Em resumidas contas, tentamos analisar a guerra revolucionária como a mais aguda e explícita expressão da violência dentro da história da luta de classes. Podemos antecipar o recorte de nosso objeto como aquele delimitado pelo cruzamen-

to da teoria da guerra – especialmente clausewitziana – com a teoria da luta de classes, especificamente marxista, à luz da estratégia teórica.

Entretanto, este trabalho não pretende ser um estudo técnico sobre a *arte bélica*, mas uma teoria *política* da guerra revolucionária. Com esse objetivo, procuramos superar as considerações puramente técnico-militares para refletir sobre os fundamentos últimos do conflito, a responsabilidade política da concepção estratégica e o controle ético dos meios e procedimentos da tática. Por fim, devemos esclarecer que, embora consideremos a história tanto como fonte quanto como “pedra de toque” da teoria, nosso objetivo não foi historiar as lutas heróicas, as poucas vitórias e as muitas derrotas das classes exploradas. Mas, pensando nelas, apenas colaborar para ancorar o estudo da teoria da estratégia que, a nosso ver, é o campo epistêmico mais propício para realizar este tipo de reflexão. Em outras palavras, procuramos delimitar e desenvolver o estudo da guerra revolucionária no âmbito específico da teoria da estratégia. Com esse objetivo propomos como esfera de análise privilegiada o campo das relações de forças. Acreditamos que na perspectiva das relações de forças contribuimos com uma definição de conflito bélico que satisfaz tanto à necessidade de definição de guerra internacional quanto à de guerra civil e guerra revolucionária. O eixo das relações de forças funciona como um *fractal* permitindo o acesso compreensivo tanto ao fenômeno internacional quanto ao nacional.

No rastreamento histórico, procuramos enquadrar tanto as teorias quanto as experiências concretas de guerra revolucionária em razão de três focos de análise: o cenário, os meios e o sujeito. A partir desse mapeamento, achamos que 1. as mudanças históricas nos meios de produção produzem novos cenários para a guerra em geral e para a guerra revolucionária em particular, aos quais devem se adaptar as estratégias revolucionárias; 2. conseqüentemente, também se processam progressos científico-tecnológicos desenvolvendo novas técnicas e meios utilizados em todo tipo de guerra, o que determina a adequação de táticas específicas para a guerra revolucionária; 3. todo desenvolvimento tecnológico introduz alterações nas relações sociais de produção, exigindo uma especialização crescente por parte do trabalhador, o que gera no-

vos sujeitos da luta política, conferindo uma caracterização psicológica e de engajamento social diferente.

Acreditamos que há pelo menos três elementos que podemos encontrar em toda luta de classes e, portanto, em toda guerra revolucionária: 1. a existência de classes sociais antagonizadas; 2. a agudização da desigualdade entre elas; e 3. a manifestação da violência como principal forma de relação entre ambas. Em quase todos os fenômenos revolucionários é possível constatar as seguintes características: a presença de classes sociais como *causa*; a agudização e agravamento da desigualdade como *motivo* desencadeante; a *iniciativa* da ação nas mãos da classe explorada; as relações de forças como *cenário* onde se realizam as principais ações; o exercício da violência como *meio* específico; o aniquilamento do aparelho repressor da classe exploradora como *objetivo* estratégico; a eliminação das classes como *fim* político; a igualdade como *valor* normativo fundamental. A partir desses elementos e em razão do quadro das relações de forças, definimos “guerra revolucionária” como *o conflito no qual as classes exploradas procuram por meio da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais*.

Longe de pretender esgotar o tema com este trabalho, limitamo-nos a analisar apenas algumas das muitas variáveis que intervêm numa concepção estratégica, aquelas que consideramos mais importantes tanto para analisar e classificar os conflitos armados que acontecem historicamente quanto para elaborar uma teoria estratégica própria à especificidade da guerra revolucionária. A abordagem de cada variável constituiu um capítulo. A ordem dos capítulos, embora discutível, não é aleatória. Dividimos o texto em duas partes. Na Parte I, que intitulamos “A teoria”, trataremos de temas mais teóricos, como a conceituação de guerra e revolução, algumas reflexões filosóficas sobre elas e sobre a questão da violência. Procuramos partir, na exposição, de algumas dificuldades conceituais com as quais deparamos ao focalizar nosso objeto. Daí que no Capítulo 1 discutiremos os conceitos de guerra e revolução, procurando um âmbito epistêmico propício para tratar essas questões. No Capítulo 2, mostraremos as relações entre os conflitos internacionais e os conflitos internos, e o cenário das relações de

forças que nos permitirá finalmente definir “guerra revolucionária”. No Capítulo 3, discutiremos o tema da violência e seu envolvimento nas guerras e nos processos revolucionários e as considerações éticas que a utilização desse meio implica. Na Parte II, que intitulamos “As formas”, analisaremos alguns dos meios com que a violência política se manifestou historicamente nos processos revolucionários. Com este objetivo discutimos os temas da insurreição, do povo em armas, da guerrilha e do terrorismo em capítulos separados para, em seguida, analisar algumas das formas atuais de manifestação da luta armada, mas todos eles à luz da análise estratégica e da óptica da política, comandante supremo de todo conflito armado.

Seria injusto se não agradecesse aqui a alguns dos muitos que contribuíram na realização deste livro: a João Carlos K. Quartim de Moraes, que me obrigou a transformar passos titubeantes e vagas intuições no presente trabalho. A Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, que me ajudou a encarar sem preconceitos o escabroso tema da guerra e da estratégia, e, na sua pessoa, ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, seus pesquisadores e funcionários, que me brindaram com condições ótimas de trabalho. A Octávio Ianni, luz ética na noite neoliberal, que me exigiu uma ponte didática com o leitor. A Eduardo Mei, que postergou seus compromissos para discutir até a exaustão os manuscritos. A Suzeley Kalil Mathias, pelas pacientes discussões que me obrigaram a ser mais claro. A Marcos Mannucci, pelas longas, antigas e improdutivas discussões filosóficas, mas, sobretudo, pela sua amizade incondicional: foi pelas suas observações que este trabalho chegou à presente forma. Ao Departamento de Estudos Históricos Básicos da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Franca, que me concedeu o tempo necessário para escrever este livro.

Não é segredo que todo livro é, no fundo, um trabalho coletivo, ainda assim é dever de consciência eximir todos os mencionados dos erros que, apesar deles, ainda permaneçam e que devem ser imputados exclusivamente à minha teimosia.

Mas, particularmente, e por motivos menos acadêmicos, agradeço a meus abnegados pais, por terem me empurrado, sem qual-

quer consulta, a este mundo de desigualdade, injustiça e violência, mas do qual é difícil partir sem tentar melhorá-lo; a Nancy, amada companheira, por brindar-me com a segurança e tranquilidade afetivas, sem as quais tudo teria sido mais difícil; e a Gastón, filho adorado, que me obriga a pensar no futuro como realidade concreta.

PARTE I

A TEORIA

I DA POLÍTICA À GUERRA

Focalizaremos aqui a discussão sobre a guerra e a revolução; para isso, ambos os conceitos serão analisados num esforço teórico para apreender suas peculiares naturezas. Sem pretender fazer um trabalho especificamente exegético, o conceito de revolução é rastreado desde suas origens gregas. Para mostrar as alterações que a história registrou, passaremos em revista a compreensão que os romanos faziam da revolução, especialmente pelos relatos de Políbios, para, finalmente, a partir da Revolução Francesa, reunir todas as características com as quais hoje a conhecemos. Depois de mostrar alguns dos campos de reflexão filosófica que se inauguraram em torno da guerra, analisaremos algumas das “revoluções” ocorridas na história da arte da guerra, como a introdução da figura do cidadão, o impacto da industrialização e, finalmente, da arma nuclear. A natureza da guerra é analisada pela óptica clausewitziana, a partir da qual não é difícil mostrar sua estreita imbricação com a política.

BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO

Nosso objetivo não é analisar o conceito de “revolução”, mas apenas aquela fase em que o processo histórico parece despejar to-

das as suas forças procurando uma ruptura institucional, isto é, a guerra revolucionária. A guerra revolucionária é um tipo de guerra civil que, por sua vez, é um caso especial de guerra. A guerra em geral se estabelece entre duas unidades políticas, isto é, entre duas unidades soberanas que tenham a capacidade e a vontade para distinguir, em última instância, as constelações de amigos e inimigos que configuram o mundo político das relações internacionais. A relação entre duas unidades políticas é sempre política, ainda que possa ter características culturais, econômicas ou bélicas. Quando uma unidade política se apresenta como ameaça à existência de outra, entre ambas a relação será de inimizade e o contato predominantemente, bélico. Nesse caso, a relação entre ambas assumirá a forma da guerra, mas nem por isso deixará de ser política: a guerra é sempre *apenas* um aspecto da política. No caso da guerra civil, o conflito se desenvolve em uma mesma unidade decisória,¹ como manifestação extrema de sua pluralidade política. Pela situação de beligerância interna, nenhuma das partes pode reclamar com êxito o monopólio da violência nem a aplicação de uma univocidade jurídica para todo o território nacional. Com efeito, unidade política significa, antes de mais nada, unidade decisória que, amparada pelo monopólio legítimo da violência, consegue aplicar um ordenamento jurídico dentro de um determinado território. Na guerra civil essa unidade não existe, a legitimidade não é reconhecida e o monopólio da força é disputado. Finalmente, na guerra revolucionária está em jogo a composição de classes que detêm o poder; são as classes exploradas as que procuram esse monopólio para impor às classes dominantes um sistema jurídico-político que estabeleça a igualdade econômica, política e social.

Embora o termo “revolução”, com o sentido adotado pelos modernos (especialmente depois da Revolução Francesa), pareça desconhecido dos antigos, achamos que alguns conceitos aplicados a fenômenos históricos semelhantes já existiam. De modo que talvez não seja ocioso recuperar o sentido originário que tinha na Anti-

1 Carl Schmitt diz que “A guerra é luta armada entre unidades políticas organizadas, a guerra civil é luta armada no interior de uma unidade organizada (e precisamente por isso está se tornando problemática)” (1984, p.29).

güidade Clássica para notar como, com as mudanças históricas, processaram-se algumas alterações conceituais que refletem não apenas as diferentes alternativas definicionais do fenômeno revolucionário, mas também novas concepções da história, da política, do Estado e da sociedade. E assim reconhecer que alguns elementos fundamentais, tais como a desigualdade econômica e a violência que esta engendra, estão sempre presentes nos fenômenos insurrecionais e revolucionários.

Para ajustar nossa “óptica” de análise, partiremos da diferença entre “transformação natural”, evolução contínua processada por um movimento lento e circular, e a “subversão política” em sentido estrito, a ruptura no acontecimento normal, ambos os sentidos já reconhecidos pelos gregos. O primeiro, o de evolução natural, era freqüentemente referido pelas palavras *epistrophe* e *anaclosis* que os romanos identificavam com *revolutio* e *conversio*. Em ambos os casos, tanto em grego quanto em latim, esses termos indicam um retorno, uma volta sobre si mesmo, uma restauração do estado inicial. O segundo sentido era expresso por diferentes termos: *epanastasis* por Heródoto e Tucídides; *stasis epanastasis* por Aristóteles; *neoterismos* por Plínio, Demócrito e Plutarco; *biantrophe* para significar a revolta em sentido estrito; os termos latinos correspondentes a estas palavras eram *seditio*, *motus*, *defectio*, *tumultus*. Tucídides utiliza também as expressões *metabole politeias* e *neoterizein*, introduzindo com este último (assim como naquele utilizado por Plínio, Demócrito e Plutarco) o sentido da novidade.

Platão (1950, livro V, cap.XVI) já havia deparado com a diferente natureza da guerra e da guerra civil, mas ele apenas reconhecia como guerra aquela travada contra estrangeiros (*xenos*), isto é, as lutas entre atenienses e bárbaros. Ele reconhecia a contraposição de *Pôlemos* (guerra) e *Stasis* (tumulto, amotinamento, rebelião, guerra civil), mas reservava o termo “guerra” apenas para a luta armada contra os bárbaros que, para ele, eram “por natureza inimigos (*ecqros*)” e, para se referir à luta entre os gregos, utilizava a palavra *statei*, que pode ser traduzida como “discórdia”. Para se referir às mudanças de forma de governo, Platão utilizava o termo *metabole*. Ainda assim, deve-se ter bastante cuidado para não con-

fundir com revolução em sentido estrito. Para ele, o Estado podia passar de uma forma de governo a outra por deterioração progressiva, de maneira que a passagem se realizava de forma “natural”. Monarquia, tirania, timocracia, oligarquia, poliarquia e democracia eram formas que se sucediam num processo histórico evolutivo degenerativo. Em Platão não fica clara a distinção entre evolução e revolução das formas de governo.

Para Aristóteles, a questão da igualdade e desigualdade está na base de todas as revoltas. Aqueles que são iguais em algum aspecto querem estender essa igualdade para todos os outros aspectos, e aqueles que são desiguais, por exemplo em riqueza, desejam ser desiguais em tudo o mais. Para ele o problema não está na igualdade e na desigualdade, mas quando estas pretendem tornar-se absolutas: “Assim, em todas as partes a confusão política se deve à desigualdade, porque, em geral, os homens se sublevam para conseguir a igualdade” (*Política*, livro V, 1, 1301-b25). E, ainda que todos os tipos de desigualdade² sejam motivo de subversão, para ele a divisão mais importante é entre virtude e vício, e só em segundo lugar entre riqueza e pobreza.³ Esse filósofo considera que as rebeliões podem ter quatro objetivos básicos: 1. contra o sistema, para implantar outro; 2. contra os que ocupam cargos no sistema, para substituí-los; 3. para radicalizar ou moderar o sistema, para que seja mais democrático, por exemplo, ou menos oligárquico; 4. para abolir algum ponto da Constituição. Do nosso ponto de vista e simplificando ao extremo, consideraríamos revolucionário apenas o primeiro objetivo; o segundo poderia ser considerado “golpe de Estado” e os dois últimos, reformas mais ou menos profundas.

Devemos reconhecer que, embora Aristóteles admita que a igualdade e a desigualdade são os motivos fundamentais da sublevação, ele estava pensando na igualdade e na desigualdade entre os “pares”, isto é, entre os cidadãos. Não era digno de consideração

2 Entre os vários tipos de desigualdade que propiciam as subversões, Aristóteles não se esquece das diferenças raciais. Diz o filósofo que “motivo de discórdias é igualmente a falta de homogeneidade racial até que a gente se integra” (*Política*, livro V, 3, 1303-a25).

3 Ibidem, 1303-b15.

para ele pensar em uma sublevação de escravos por aqueles motivos, pois, no caso destes, a desigualdade era natural: “está claro que, por natureza, uns são livres e outros escravos. E que a estes convém a escravatura, e é justa”.⁴ É interessante notar que, assim como pela “cegueira” escravista, Aristóteles não antecipou a teoria do valor em mais de vinte séculos, embora tenha chegado muito perto,⁵ pelo mesmo motivo ele não consegue perceber a questão da dinâmica social na mudança histórica.⁶ Ele rejeita sem maiores argumentos uma tese contrária à sua e que poderia tê-lo auxiliado na sua análise:

Para outros tal dominação [escravagista] é um fato contrário a natureza, pois apenas por convenção seria escravo um e senhor o outro, mas em nada difeririam pela sua natureza. Por essa razão tampouco seria coisa justa, mas um fato de violência. (*Política*, Livro I, 3, 1253-b20 – grifo nosso)

Antes de Aristóteles, outro grego tinha pensado a relação entre as classes sociais e a violência de maneira original, e talvez também a ele (além do Alcidas) o Estagirita esteja se referindo na última passagem. Com efeito, com seu pensamento dialético, Heráclito de Éfeso já tinha penetrado profundamente no desenvolvimento

4 Ibidem, livro I, 5, 1255-a.

5 Aristóteles (ibidem, cap. IX) trata do câmbio, do comércio e da moeda. Ver, de Karl Marx (1978), nota da página 68. Vernant (1992) também faz alusão ao fato. Ver, deste autor, o capítulo “A luta de classes”, especialmente a nota 9, p.12-3.

6 Pode-se argumentar que a contradição entre ricos e pobres não constituía o conflito principal da luta de classes desse modo de produção caracterizado pela produção escravista. Pode-se ainda observar que ricos e pobres não constituíam classes sociais antagônicas (no sentido que Marx deu ao termo a partir da sua análise do capitalismo), já que pertencer a uma classe não depende da riqueza, e sim do lugar nas relações de produção. Vernant percebeu essa situação: “Como pode um marxista falar de uma classe de ricos, de uma classe de pobres? Se a fórmula parece de fato inaplicável à sociedade contemporânea, parece, entretanto, ser a única a definir corretamente a situação que se cria no momento do declínio da cidade grega ... Nesse momento, a massa de cidadãos que diversifica a multiplicidade de seus estatutos econômicos encontra-se polarizada em dois campos adversos; o grupo dos que, não tendo nada ou pouco, querem utilizar as formas do Estado para taxar os ricos ao máximo, e os que possuem – qualquer que seja a origem de suas fortunas –, decididos a resistir” (1992, p.21).

histórico que, para ele, era constante vir-a-ser, eterno fluir. No fragmento 53, dedicado ao *Pólemos*, ele oferece a primeira reflexão que conhecemos, ainda que muito metafórica, sobre a gênese das classes e suas lutas: “A guerra (o *Pólemos*) é a origem de todas as coisas e de todas elas é soberana, e a uns ela apresenta-os como Deuses, a outros, como homens; de uns ela faz escravos, de outros, homens livres”,⁷ colocando em relação direta a violência e a origem da divisão das classes sociais. Vinte e três séculos mais tarde, Engels retomará essa relação, mas invertendo a fórmula.⁸

No século III, Políbios, em Roma, retomará o tema das formas de governo com pouquíssimas variações do modelo aristotélico. Ele expõe de maneira bastante didática a teoria das formas de governo no livro VI de sua obra magna: *História*. Nesse mesmo livro, desenvolve a teoria da dinâmica dos regimes, a *anaciclosis*. Nesse autor fica muito mais amarrada a teoria política das formas de governo com a teoria da história anaciclótica.⁹ A lei operante no desenvolvimento que obriga a passagem de uma forma para outra é uma lei da natureza. As formas se corrompem “naturalmente”, elas vão se transformando em outras num ciclo que leva “inexoravelmente” ao começo. Políbios achava que conhecendo intimamente a lei da *anaciclosis* e a história política não seria difícil prever o futuro:

A verdade do que acabo de dizer mostrar-se-á com a maior clareza a qualquer pessoa atenta a tais origens, gerações e transformações em sua sucessão natural, pois somente quem percebe como cada espécie surge naturalmente e se desenvolve é capaz de ver quando, como e onde o crescimento, a plenitude, a transformação e o fim deverão presumivelmente ocorrer. E segundo, penso que essa explicação pode aplicar-se com sucesso principalmente à constituição romana, porquanto, desde o início, a sua formação e o seu desenvolvimento decorreram de causas naturais. (1985, livro VI, 4, p.327)

7 Utilizamos a tradução para o português oferecida pela editora Fundação Calouste Gulbenkian da tradução do grego para o inglês de Kirk & Raven: *Os filósofos pré-socráticos*, Lisboa, 1991, p.197. Ver, também, Dumont, 1991, p.78; e Burnet, 1970, p.152.

8 Para Engels (1976 – especialmente a segunda seção), será precisamente a diferença entre possuidores e não-possuidores que está na origem da violência. Tratamos desse aspecto mais adiante.

9 Ver Bobbio, 1985.

Não entraremos aqui na descrição da teoria das formas de governo nem na sua dinâmica anaciclótica. Apenas queremos mostrar a força que ainda tem em Políbios a explicação histórica como *necessidade*, como *natureza* que flui *inexoravelmente* a um destino *predeterminado* que coincide com o ponto inicial. Há uma *revolutio*, um *revolvere*, no sentido de voltar ao início depois de um percurso circular. Há uma necessidade histórica opressiva: “Esse é o ciclo pelo qual passam as constituições, o curso natural de suas transformações, de sua desapareição e de seu retorno ao ponto de partida” (1985, livro VI, 9, p.331). A teoria polibiana é a representação da história circular. Ela se opõe à representação judaico-cristã da linearidade histórica, mas também à idéia do progresso que para os modernos será fundamental. Para Políbios, o movimento permanente e inexorável da história é sempre degenerativo, corruptivo. Independentemente de passar por formas consideradas “boas” ou “más”, respeitando o paradigma platônico-aristotélico, o modelo polibiano se desenvolve sempre para o pior: “O fato de tudo estar sujeito à decadência e ao desaparecimento é uma verdade a respeito da qual não há necessidade de insistir; a inexorabilidade da natureza basta para convencer-nos disso” (1985, livro VI, 57, p.347).

Deve-se destacar o fato de que, embora a decadência seja inevitável e se dê por leis naturais, Políbios (1985, livro VI, 9, p.331) reconhece como causas das sedições nas cidades a injustiça, a desigualdade e a falta de liberdade de palavra.¹⁰ São basicamente esses elementos que funcionam como desencadeantes das mudanças históricas na teoria polibiana. Mas surgem também como uma resposta dos cidadãos à degeneração própria do regime. Todo regime, a partir da segunda geração que assume o poder, tem uma tendência para a corrupção e o suborno, fatos estes que criam diferenças de fortunas. Essa desigualdade, que vai aumentando em razão do mau governo, gera a conspiração, a sedição, a sublevação e, finalmente, a derrubada do regime e sua substituição por outro.

A primeira argumentação que encontramos no fim da Idade Média para justificar a insurreição é obra de um teórico da Igreja:

10 Embora se possa interpretar a “liberdade de palavra” como igualdade política.

Tomás de Aquino. Recuperando a dupla distinção aristotélica das formas de governo pelos critérios quantitativo (quantos governam?) e qualitativo (como governam?), e em razão deste último, Tomás de Aquino distinguirá entre governo bom e ruim. Caracterizará o primeiro como aquele no qual o governante visa ao bem comum e o segundo como aquele em que governa em proveito próprio ou o faz por usurpação de mandato. Ele chamará de rei ao primeiro e, ao segundo, de tirano. O primeiro será um governo *legítimo* e por isso a obediência a ele é obrigatória; em contrapartida, o segundo, por ser *ilegítimo*, deixa a porta aberta para a desobediência civil, isto é, embora condene o regicídio, esse autor admitirá, em determinadas situações, o tiranicídio. Nas palavras de Tomás de Aquino, sua famosa justificativa:

Estamos obrigados a obedecer ao poder secular na medida em que a ordem da justiça o exige. Portanto, aos que o detêm injustamente ou usurpado, ou mandam o que é injusto, não estamos, como súditos, obrigados a obedecer-lhe; a não ser talvez por acidente, para evitar escândalo ou perigo. (1980, p.2845)

Juan de Mariana retomará a classificação das formas de governo pelo critério qualitativo na virada do século XVI para, a partir dela, construir sua justificativa do tiranicídio. A construção desse argumento baseava-se, em primeiro lugar, na possibilidade de distinguir o rei do tirano. Essa distinção tinha sido obscurecida tanto por Maquiavel quanto por Hobbes, para os quais o fundamento dela não era intrínseco ao monarca, mas concedida pela valoração dos súditos. Em última instância, para eles, “tirano” era o nome dado ao monarca por aqueles que o detestavam. Daí que Mariana recupere o paradigma aristotélico para resolver um problema contemporâneo, e quando, no capítulo VI do livro Primeiro do *De Rege et regis institutione*, se coloca ante a questão “*an tyrannum opprimere fas sit*”, ele afirmará que é lícito matar o tirano.¹¹

Poder-se-ia dizer que só a partir da Revolução Francesa é que se produzirá uma profunda mudança no significado do conceito de “revolução”. Se até esse momento revolução significava básica-

11 Para este particular, ver a detalhada análise de Quartim de Moraes, 1993.

mente um retorno, uma restauração de uma ordem que tinha sido alterada pelo desgoverno ou como produto de uma administração em benefício do detentor do poder, agora o conceito incorporava a possibilidade da criação de uma ordem totalmente nova. Da procura de uma situação anterior que tinha sido perdida, o revolucionário passa a imaginar a possibilidade de instaurar um governo que sirva para instrumentalizar suas esperanças de uma situação totalmente nova de igualdade e liberdade. Com esta última caracterização, o conceito incorpora a possibilidade da ruptura total do liame histórico. Se seu significado teve desde sempre a carga semântica da violência dos choques sociais, agora ganha o horizonte de liberdade de criação da história futura, quebrando seu submetimento a uma ordem histórica inexorável. As forças revolucionárias não apenas podiam dirigir sua violência para romper com todo o arcaico, como podiam, por meio dela, ser artífices do seu próprio futuro como fundantes do absolutamente novo.

ENGELS: A DESIGUALDADE ECONÔMICA NA GÊNESE DA VIOLÊNCIA

Deixando de lado os casos patológicos, quase todos os fenômenos de violência são o resultado ou configuram a reação a uma violência original: a violência econômica. Não é casual que um dos primeiros tratados científicos sobre a violência, a “Teoria da violência” de F. Engels, seja desenvolvido na “Segunda seção” do *Anti-Dühring*, sob o título geral de “Economia política”. Diferentemente de Heráclito de Éfeso, origem da linha sucessória da dialética, que colocava o conflito como a origem das diferenças sociais, para o marxismo o conflito e a própria violência que o dinamiza não são a origem, mas a resultante da divisão social em classes. Para o pensamento marxista, a primeira violência, o fundamento de todas as violências, não se realiza no plano da força, mas no das relações econômicas.¹²

12 “Qualquer operário socialista sabe perfeitamente que a força ampara a exploração, mas que não lhe dá origem, que a sua exploração tem a raiz nas relações entre o capital e o trabalho assalariado e que essas relações tiveram a sua origem num terreno puramente econômico, e não na simples violência” (Engels, 1976, p.132).

Aquela primeira violência é perpetrada no âmbito da produção e com objetivos econômicos: *é a distribuição desigual da produção*. Essa desigualdade distributiva divide o espectro social em favorecidos e excluídos. A partir dessa divisão da sociedade em classes economicamente distinguíveis, a violência é controlável apenas com um forte aparato repressivo. A primeira manifestação da desigualdade distributiva é a propriedade. Para Engels, a propriedade não é resultado de uma violência expropriatória, mas apenas fruto de mudanças produzidas nas condições de produção e de troca. Portanto, suas causas são especificamente econômicas e em momento algum há intervenção da violência. Pelo contrário, a violência terá como causa a existência da propriedade: “a violência poderá, sem dúvida alguma, transformar o estado possessório, mas não engendrará nunca a instituição da propriedade” (Engels, 1976, p.140).

Dada essa divisão da sociedade, a classe dos beneficiados pela distribuição desigual da riqueza – os proprietários e exploradores – canalizará a violência como força institucional para manter o *status quo* e preservar sua propriedade. A classe exploradora, como dominante, se esforçará para evitar que os desfavorecidos pela distribuição consigam, como diria Engels, “transformar o estado possessório” que caracteriza essa sociedade. Esse esforço se materializará no uso da violência, na formação de um poder armado destinado a proteger os interesses da classe privilegiada. Mas esse poder não pode surgir como uma “organização armada espontânea” do seio da sociedade, mas como “força pública especial”, pois, como adverte Engels: “Esta força pública especial se faz necessária porque desde a divisão da sociedade em classes é já impossível uma organização armada espontânea da população” (1988, p.163). É a força que Lenin denominará “destacamentos especiais de homens armados”¹³ em oposição à população organizada e espontaneamente armada. A presença dessas formações denuncia a existência do Estado. Este não é um artifício externo à sociedade nem uma de suas características inevitáveis. Ele surge do seio da sociedade como garantia da ordem violenta imposta pela divisão social em classes. Como diz Engels:

13 Lenin, “O Estado e a revolução”, 1980, v.2, p.228.

O Estado não é, portanto, de modo nenhum, um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a realidade da idéia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como Hegel afirma. É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em contrários inconciliáveis que ela é impotente para banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado.¹⁴

Se o Estado é a organização e administração da força repressora, sua manifestação é, simultaneamente, produto e denúncia da existência de contradições inconciliáveis no seio da sociedade: “O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis” (Lenin, 1980, v.2, p.226). Nessa perspectiva, o Estado funcionaria como árbitro entre as classes antagônicas, procurando o equilíbrio e a harmonia entre elas. Porém, a única harmonia possível baseia-se na igualdade distributiva.¹⁵ Esta eliminaria, de uma vez, a cisão social, a existência de classes e, concomitantemente, o próprio fundamento do Estado. A função deste é justamente reprimir a violência desencadeada pela desigualdade distributiva que lhe é inerente. Daí que o Estado não funcione para toda a sociedade, pelo menos não no mesmo sentido, mas que esteja a serviço apenas de uma das classes, obviamente os favorecidos pela distribuição da produção. Como diz Engels:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe, e como ele, porém, ao mesmo tempo, nasceu no meio do conflito dessas classes, ele é, em regra, o Estado da classe mais po-

14 Engels, 1988, p.162. A tradução foi tomada da citação de Lenin, 1980, v.2, p.226.

15 Como observou Décio Saes: “A aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (escravista, feudal, capitalista); em suma, um invariante ideológico das classes dominadas” (1994, p.162).

derosa, economicamente dominante, a qual por meio dele se torna também a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida ... o Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.¹⁶

A GUERRA COMO TEMA FILOSÓFICO

As reflexões filosóficas sobre a guerra mostram um amplo espectro de interesses que aqui apenas poderíamos enumerar. A relação entre a guerra e a ética é um dos aspectos do debate que preocupam a Filosofia da Guerra. Uma das questões principais consiste em determinar se todas as guerras são injustas ou se todas ou algumas podem ser consideradas justas. Em que casos a guerra é moralmente justificável ou condenável. Que critérios determinam a justiça ou a injustiça das guerras, e em que medida eles poderiam ser universalizáveis.

O objetivo da *teoria da guerra justa*, por exemplo, era determinar os critérios de legitimidade da guerra. Essa teoria era abonada pelo jusnaturalismo que se interessava pelo *dever ser* do direito da guerra, com um forte conteúdo moralista. Diferentemente, o positivismo jurídico (que recusa o *dever ser* para se interessar apenas pelo *ser* do direito), observando o estado de guerra permanente entre as nações, percebeu que não havia cânones internacionais que permitissem distinguir as guerras justas das injustas. Tomando a guerra como dada, para o positivismo o problema jurídico consistiu em desenvolver um sistema de normas que a regulamentasse. Como observa Norberto Bobbio (1982),¹⁷ não bastava que a guerra fosse legítima, ela também deveria ser regulamentada com o objetivo de limitar seus efeitos nocivos, isto é, ela *devia ser legal*.

A relação da guerra com o direito engloba um conjunto variado de questões. “A lei pode evitar a guerra”: esta é a palavra de ordem dos pacifistas. Eles acreditam que dispositivos legais poderiam diminuir e até acabar com todas as guerras. Porém, tais dispositivos

¹⁶ Engels, 1988, p.164. A tradução foi tomada da citação de Lenin, 1980, v.2, p.230.

¹⁷ Ver, especialmente, o artigo “Derecho y guerra”.

foram criados e guerras continuam ocorrendo. Recusam-se a discutir qualquer legislação que vise à criação de normas para regular as guerras, aduzindo que dessa maneira as admitiriam. Por sua vez, os que propõem esta discussão argumentam que, sendo inevitável a existência da guerra, o mais razoável é tentar “humanizá-la” com uma jurisprudência adequada. Quem, em que condições, em que medida e, especialmente, com que forças essa legislação poderia ser aplicada são questões recolocadas em cada conflito internacional.¹⁸

Se a inevitabilidade da guerra se deve à natureza especificamente belicosa do homem, é outra questão que ocupou espaço nas considerações sobre a guerra. Há quem afirme que a natureza do homem é pacífica e que a inclinação belicosa é de índole patológica. Também foi objeto de reflexão se a própria essência da humanidade não seria precisamente essa atitude belicosa, isto é, o elemento que diferenciaria o homem dos demais animais. Sobre a consideração da guerra como elemento distintivo da espécie humana, Gaston Bouthoul (1966) acredita contar com argumentos suficientes para mostrar que, de um ponto de vista polemológico, não há razão para distinguir entre a guerra humana e a guerra de outros animais e, portanto, a vocação polêmica não seria específica do homem. Sem estar discutindo diretamente com este autor, mas assumindo uma posição contrária à que ele defende, lembramos a observação de Trotsky:

Quando falamos, sem brincar com as palavras, de *guerra*, compreendemos um confronto sistemático de grupos humanos organizados pelo Estado e que utilizam os meios técnicos de que dispõem em

18 Sem dúvida, esta é uma questão que se coloca cada vez que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenta intervir em uma guerra. Os casos mais recentes, como os de Ruanda, Somália e ex-Iugoslávia, levaram esta organização a uma crise sem precedentes. O mais paradoxal é a idéia de contar com uma força para “impor a paz” em regiões de conflitos armados. Com efeito, a paz é o resultado e objetivo da guerra, pois é justamente a modalidade de retorno à paz que caracteriza a guerra, e a “paz imposta” é precisamente seu limite. Se a idéia da ONU é impor a paz, ela transforma-se automaticamente em parte beligerante. Quando um dos beligerantes não quer a paz, a guerra continua. Assim, a função da força da ONU não deveria ir além de observar e garantir a cessação das hostilidades na linha de frente quando os beligerantes decidissem deter a guerra. Impor a paz é o objetivo almejado por todo beligerante, nunca de uma força de paz.

nome de propósitos fixados pelo poder político que os representa. É absolutamente evidente que nada semelhante existe à margem da sociedade humana. Se a *luta* é própria de tudo o que vive, a *guerra* por sua vez é um fenômeno puramente histórico e humano. Quem não percebe isso encontra-se muito longe do umbral mesmo do problema. (1973, p.181)

Independentemente da guerra ser especificamente humana ou não, quando estudamos a história da humanidade, logo percebemos que ela é uma seqüência quase ininterrupta de guerras. A guerra é o primeiro fenômeno humano e o mais referido pela historiografia. O rótulo de “paz” é dado equivocadamente às efêmeras tréguas que acontecem como *lapses* históricos. Sua utilização retórica é freqüente nos discursos políticos. Também aparece como *te-los* utópico em quase todas as Filosofias da História. Seja como for, a questão filosófica dirá respeito à natureza da guerra e à possibilidade da paz, e, quanto a esta, quase todos os filósofos que tratam do tema coincidem em afirmar que dependerá daquela. Com efeito, como indica Irving Horowitz (1957), é a partir do conhecimento da natureza da guerra e de suas causas, e em referência à compreensão que cada filosofia tem da guerra, que resultarão as propostas de caminhos para a paz.

Norberto Bobbio (1982, p.111 e ss.), por exemplo, afirma que as concepções filosóficas, em última análise, podem reduzir-se a três posições básicas que determinariam três alternativas possíveis para a paz. A primeira seria a de Saint-Simon, Comte, Spencer e os livre-cambistas. Para essa visão, o fato determinante é constituído pelo advento da sociedade industrial. Esta degrada as virtudes militares e exalta as do técnico e do cientista. Os Estados se abririam reciprocamente por meio do comércio. O caminho de Kant não era econômico, mas político: a concórdia dos impérios, a antecipação do pacifismo democrático do século XIX. Desde sua visão eurocêntrica, ele imaginava a possibilidade de acordos a partir do centro da Europa para a periferia: se os “grandes” concordassem, os pequenos não teriam outra opção que assegurar a paz mundial.¹⁹ Por

19 Ver “A paz perpétua”, de Kant, 1988.

último, Bobbio considera a via do socialismo democrático da Segunda Internacional. Para essa posição, a guerra era o produto do antagonismo entre os Estados capitalistas na luta por mercados. A paz adviria quando a crise inevitável de todo o sistema social permitisse o surgimento das sociedades socialistas.

Para Alfred Whitehead (1967), entretanto, em consonância com seu neoplatonismo, a guerra surge do conflito entre o permanente e a mudança, entre o processo e o real. Para ele, só se pode obter a paz quando o meio social, unido ao organismo humano, produz formas mais altas de civilização: a paz acaba sendo uma questão teológica. Também imbuído de uma visão teológica, encontra-se Jacques Maritain (1951). Para esse tomista, a idéia de uma paz mundial está interligada à questão do governo mundial. Uma vez que distingue matéria e razão, ele afirmará que do ponto de vista material não há solução para a guerra. Por outro lado, afirma que política é razão coletiva. Daí sua proposta de paz por meio do governo de uma elite intelectual. Esta deveria procurar desenvolver uma comunidade mundial auto-suficiente, articulando as ciências morais e jurídicas. O governo mundial também é proposto pelo neoplatônico G. Santayana (1954), porém, na sua visão aristocratizante, a paz é o resultado da imposição de uma força mundial. A paz que deseja este autor é a *Pax Imperial*, cuja administração ficaria a cargo de uma confiante aristocracia intelectual. Ele imaginava que eram precisamente os Estados Unidos os únicos que reuniam as condições materiais e morais para impor essa *Pax* ao resto do mundo.²⁰

Para B. Russell (1968, p.13), “Está na natureza do homem estar em conflito contra algo”, e, conforme esse “algo”, ele distingue três tipos de guerra: a do homem contra a natureza, a do homem contra outros homens, e a guerra interior. Se esta última não é resolvida, aquelas não serão obtidas. A paz universal só se logra por

20 Compare-se esta posição com o discurso do então presidente dos Estados Unidos, George Bush, para o povo norte-americano por ocasião da Guerra do Golfo, na qual os americanos comandaram a Força Internacional de Intervenção: “Somos os únicos com capacidade moral e força para restabelecer a democracia no mundo”.

meio da harmonia consigo mesmo, logo, a paz mundial repousa na solução da patologia da alma individual. Assim, ele descarta as causas econômicas como promotoras da guerra. No seu “Mundo Feliz”, só há lugar para uma força armada, e aquele impulso natural à guerra deve ser superado por um impulso mais forte para a harmonia. O Estado suprime a violência interna e promove a externa. Suprime o conflito econômico interno e promove o internacional. Só uma organização supranacional poderia evitar a guerra entre os homens, uma autoridade mundial que monopolizasse a totalidade das armas de destruição. A este governo mundial se chegaria por meio de uma guerra de grande escala. Finalmente, ante a possibilidade de um holocausto nuclear, propõe uma comissão neutra para tentar um *modus vivendi* entre capitalismo e socialismo.

Para Lenin, por outro lado, o que determina a justiça ou injustiça da guerra são os objetivos que ela trata de alcançar. Depende da análise das forças históricas comprometidas no conflito: se retardam ou promovem um sistema econômico mais elevado e a liberdade humana. Para ele, a paz e a guerra não dependem da “natureza do homem”, elas estão relacionadas ao funcionamento real do mundo material, sujeito a leis. Sem uma mudança radical do modelo econômico, a paz só pode ser efêmera:

as alianças ... seja qual for a forma que assumam, seja de uma coalizão imperialista contra outra, ou de uma aliança geral que abarque *todas* as potências imperialistas, só podem ser, *inevitavelmente*, “tréguas” entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre *uma mesma* base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.²¹

Para Lenin, como para toda a tradição marxista, a luta de classes constitui a raiz e a medula da guerra, em que a paz só seria lograda com a mais ampla complementação de uma economia e uma política socialista. Para ele, o estabelecimento da paz mundial requereria a substituição do reino da concorrência pelo reino da

21 Lenin, “O imperialismo, fase superior do capitalismo”, 1980, v.1, p.664-5.

cooperação. Só pela igualdade econômica poder-se-ia realizar o sonho do federalismo: a substituição das nações-Estados por uma comunidade de homens. Consonante com o pensamento marxista de Lenin, Trotsky acha que o fundamento da guerra deve ser buscado não na natureza biológica do homem, mas na “natureza” social da burguesia. Para ele, depois da revolução mundial e com o advento do comunismo “as guerras passarão a ser não apenas inúteis, mas também impossíveis” (1973, p.181).

AS REVOLUÇÕES NA HISTÓRIA DA GUERRA

Alguns autores falam de revoluções, em sentido amplo, em diversas áreas, como a economia, a literatura, as comunicações, a ciência etc. Até com respeito à arte da guerra se identificam “revoluções”, como as indicadas por Gaston Bouthoul (Bouthoul & Carrère, 1979, p.68-9). Para esse autor, três são as datas de importantes mutações no desenvolvimento da teoria da guerra: 1775, com a irrupção do povo e da ideologia tanto na política quanto na guerra; 1914, com a aplicação bélica do poderio industrial; e 1945, com a utilização da arma nuclear. Concordamos com ele na importância histórica atribuída às duas primeiras revoluções, mas acreditamos que, em relação à terceira, Bouthoul não percebeu a magnitude da mudança que a arma nuclear introduzia na própria natureza da guerra.

A primeira revolução é marcada pela sublevação da população de uma colônia ultramarina contra o monarca na metrópole europeia: é a guerra da independência norte-americana (1775-1783). Essa novidade estratégica se consolidaria com o aparecimento da figura do cidadão, e com este o desenvolvimento dos exércitos nacionais, que provocaria alterações definitivas na concepção estratégica da época. Esse fato não passou despercebido para Clausewitz:

Enquanto se colocavam todas as esperanças em, segundo a visão tradicional, uma força militar muito limitada, uma força que ninguém imaginara fez a sua aparição em 1793. A guerra tornou-se subitamente de novo uma questão do povo, de um povo de 30 milhões de habitantes e todos se consideravam como cidadãos do Estado. (1979, p.772)

Até aquele momento, a estratégia corrente nos exércitos feudais era a manobra, o cerco, a posição; guerras tipicamente de desgaste nas quais se evitavam o confronto direto e a decisão, fundamentalmente pela falta de confiança no soldado mercenário que constituía o grosso dos exércitos. Com a aparição da figura do cidadão moderno e a adoção do sistema de recrutamento universal, introduz-se um componente fundamental na formação moral da tropa: a “idéia” de nação e o “amor pela pátria”, um motivo suficiente para justificar a morte em combate. Esse elemento, aparentemente supérfluo e talvez por isso freqüentemente negligenciado, permitiu o desenvolvimento de uma estratégia que procurava a decisão da guerra por meio do combate, da batalha final e decisiva: o “rolo compressor” que caracterizou a revolução estratégica introduzida pelo exército napoleônico.

Foi precisamente a figura do cidadão moderno livre-contratante o conteúdo histórico que faltou na teoria maquiaveliana da guerra. Com efeito, Maquiavel tinha antecipado *teoricamente*, com sua formulação do exército nacional,²² o fundamento da estratégia napoleônica (fazendo a necessária ressalva pela pouca importância que o florentino deu à artilharia²³). Ele pretendia extirpar do Exército os corpos de mercenários e de tropas estrangeiras por serem pouco confiáveis para procurar a decisão pelo combate. Como diz Eduardo Mei: “O Exército proposto por Maquiavel teria, portanto, um caráter popular. Ele seria formado basicamente pela Infantaria composta por camponeses que lutariam para defender suas terras dos invasores estrangeiros e da cobiça dos seus conterrâneos poderosos” (1994, p.12). Lamentavelmente para a Itália, naquele momento a concepção estratégica maquiaveliana não pôde ser posta em prática: o mundo teria que esperar alguns séculos e uma revolução burguesa para poder contar com a figura plenamente desenvolvida do cidadão livre: a carne, o sangue e os ossos do projeto maquiaveliano de exército nacional.

Devemos concordar também com Gaston Bouthoul quanto à importância concedida às alterações introduzidas pelo desenvolvi-

22 Ver, de Maquiavel, especialmente, *O príncipe e A arte da guerra*.

23 Este aspecto é notado, entre outros, por Félix Gilber, 1986.

mento industrial na Primeira Guerra Mundial, não apenas por ser a “guerra da indústria”, mas pela incorporação de inúmeros avanços técnicos na arte da guerra. Ainda assim, devemos reconhecer, como contrapartida, a importância da guerra como “parturiente” do próprio desenvolvimento industrial.²⁴ O aumento da capacidade de tiro da Primeira Guerra Mundial paralisou o avanço dos grandes exércitos e fixou as frentes de combate, constituindo a “guerra de trincheiras” que a caracterizaria. A arte da guerra esperaria pouco tempo nas trincheiras, antes que o desenvolvimento tecnológico lhe fornecesse as armas que tornariam ineficaz esse tipo de defesa e a projetassem para novas formas de luta.

Todavia, discordamos do autor com respeito à importância que ele concede à introdução do armamento nuclear na estratégia da guerra contemporânea, diminuindo a magnitude do impacto desta sobre a teoria da guerra em particular, mas também sobre a teoria política em geral. Na realidade, a incorporação dessa nova arma, com a possibilidade de destruição total, não apenas do inimigo, mas virtualmente de toda forma de vida sobre a face da Terra, provocou uma mudança radical na própria *natureza* da guerra. Se até o aparecimento do armamento nuclear o objetivo de toda estratégia podia se caracterizar positivamente, desde que sua qualidade consistisse na capacidade de vencer, isto é, não apenas de impor sua vontade política, mas de maneira que os custos da vitória fossem suportáveis. O fato novo que introduz o armamento nuclear é que dificilmente uma vitória – se assim pudesse ser chamada – chegaria a compensar os custos dessa guerra. Como diz o general Beaufre: “Com a arma nuclear se produz um fenômeno inteiramente novo: qualquer que seja o resultado da luta, vencedor e vencido – se existirem ainda tais distinções – teriam de pagar o

24 Foi a partir das necessidades tecnológicas dos engenheiros napoleônicos para lograr o canhão de uma única peça, que eles desenvolveram o torno que permitiu construir cilindros perfeitos. A partir da calibragem correta dos cilindros, pôde ser construída a primeira bomba de sucção utilizada para retirar a água que inundava as minas de carvão na Grã-Bretanha. Finalmente, a partir da bomba de vácuo, todos os elementos necessários para a construção da máquina a vapor estavam ao alcance do engenho, da iniciativa e das necessidades das novas classes emergentes.

preço exorbitante das destruições atômicas, por não poder se proteger eficazmente delas” (1980, p.22). Se o objetivo “natural” da guerra é impor a vontade ao inimigo,²⁵ e as armas apenas os meios para consegui-lo, a utilização do poder nuclear como meio anula aquele objetivo: *é impossível impor nossa vontade a um morto*. Aliás, considerando o equilíbrio nuclear, assim como a proliferação e distribuição de artefatos nucleares ameaçando praticamente todo o mundo, o objetivo político da guerra é duplamente negado. Não apenas porque é impossível impor a nossa vontade a um morto, como dissemos antes, mas também, porque *é impossível que um morto imponha sua vontade a quem quer que seja*. Assim, a arma nuclear mostra-se ineficaz como instrumento da política: até sua aparição os fins políticos eram procurados por meio da vitória militar, mas, com ela, a vitória – se existir algo semelhante na guerra atômica – é sempre incerta, inviabilizando a guerra como instrumento da política. Nas palavras de Beaufre (1980, p.22): “daí que se trate de alcançar o objetivo político, não pela vitória militar, capacidade positiva que se tornou demasiado perigosa ... mas, por meio de uma capacidade negativa que permita evitar a grande prova de força”.

O armamento nuclear anula a guerra como meio da política. Se a guerra, como queria Clausewitz e admitiu o marxismo-leninismo,²⁶ é a “continuação da política por outros meios”, sua natureza não pode fugir dos limites definicionais da política, isto é, a guerra, como manifestação da política, deverá manter em todas suas características a essência desta. Com efeito, como poderíamos manter a definição clausewitziana da guerra se esta, pela utilização de determinados meios nucleares, negasse a política?

Precisamente pela incomensurabilidade do poder de destruição da arma atômica, a guerra nuclear se inviabiliza como meio da política. De maneira tal que a aparição da tecnologia nuclear para fins bélicos cria um abismo conceitual tanto na natureza da guerra quanto da política. O impacto provocado pela arma nuclear e a

25 Ver Clausewitz, 1979, especialmente, livro I, cap. 1.

26 Para avaliar o impacto da teoria da guerra de Clausewitz no pensamento marxista, ver a antologia organizada por Ancona, 1979.

possibilidade virtual de destruição total sobre a teoria da estratégia foram denominados “estratégia da dissuasão”.²⁷ Essa estratégia dominou, durante a segunda metade de nosso século, o panorama teórico das relações de forças mundiais. A dissuasão forneceu uma “tensa paz” ou a chamada “Guerra Fria”, apenas crivada por guerras de baixa e média intensidade e várias revoluções e guerras de libertação na periferia das grandes potências. A possibilidade da mútua destruição manteve paralisado o gatilho nuclear das duas superpotências. Como diz o general Beaufre: “Essa contradição fundamental entre a enormidade do perigo e o benefício do risco é uma das características essenciais de nossa época” (1980, p.18).

Em resumo, a introdução da arma nuclear, a nosso ver, não constitui uma “revolução” na arte da guerra, como pretende Bouthoul, mas a negação conceitual desta como manifestação bélica da política. A função instrumental do armamento nuclear é de ameaça. Trata-se basicamente de dissuadir o inimigo de utilizar o seu armamento nuclear, por meio da ameaça de retaliação. Portanto, se a guerra é a instrumentalização da política, como pretende Clausewitz, a ameaça de utilização desse tipo de armamento denuncia a política terrorista das grandes potências nuclearizadas. Essa situação internacional, que torna qualquer Estado não-nuclearizado refém político dos que possuem armamento nuclear, justifica o conceito de “equilíbrio do terror” que definiu as relações internacionais nas últimas décadas. Hoje, depois da queda do muro de Berlim e da dissolução do mundo bipolar em que a dissuasão nuclear reinava soberana, a ameaça nuclear continua. Não apenas pelas milhares de ogivas distribuídas por vários continentes (estas, pelo menos em princípio, oficialmente controladas, e que poderiam ser utilizadas no fragor dos conflitos que arrefecem as relações de forças em várias regiões do mundo), mas, sobretudo, pelo descontrole efetivo sobre a totalidade do armamento nuclear,

27 Entre os que estudaram este aspecto da introdução da arma nuclear – o chamado “equilíbrio do terror”, que em última análise foi a razão nestes últimos 40 anos de “relativa paz mundial” –, destacamos Beaufre, 1980; e Aron, 1976 e 1962.

que fornece a possibilidade de, pela corrupção, o crime organizado comercializar material nuclear.²⁸

Por outro lado, algo que Gaston Bothoul parece não levar em conta e que nós, em compensação, consideramos um fato relevante na história da guerra foi a transformação da população civil em alvo militar.²⁹ Foi na Espanha, durante a Guerra Civil (1936-1939),³⁰ que foram testadas as novas técnicas e táticas de combate empregadas posteriormente em vasta escala durante a Segunda Guerra Mundial. Embora todas cruéis, entre elas se destaca a tática da “cortina de bombas”, não apenas pela sua brutalidade – genialmente captada na pintura *Guernica* por Pablo Picasso –, mas fundamentalmente por incluir entre os alvos preferenciais a população civil. Não nos interessa discutir aqui as conseqüências éticas, nem o efeito militar dessa tática, nem sequer as considerações técnicas dela decorrentes. Chamamos a atenção não apenas para a ampliação do “teatro de guerra”, abarcando agora também os centros densamente povoados, mas, sobretudo, para a crescente indiferenciação entre o campo civil e o militar na guerra contemporânea.³¹ A experiência nazi-fascista durante a Guerra Civil Espa-

28 Na sua guerra de libertação nacional, para citar um exemplo, os chechenos ameaçaram a Rússia com ataques terroristas nucleares em seu território, e o mais aterrador é que nem o governo nem as forças armadas russas têm condições de saber com certeza absoluta se se trata de um blefe ou se de fato os guerrilheiros chechenos possuem algum artefato nuclear. Desta vez foi na Rússia, mas amanhã pode ser em qualquer outra parte. As ogivas nucleares hoje parecem estar disponíveis no mercado, ao alcance de qualquer grupo terrorista relativamente bem financiado. Se isso acontecer, pela primeira vez na história (e a situação da Chechênia talvez seja o caso) o terrorismo deixará de ter uma função meramente tática e poderá visar objetivos estratégicos.

29 Não estamos esquecendo aqui as guerras religiosas nem as étnicas, em que o extermínio da população civil se impõe como fim político. Porém, como objetivo tático, posterior às convenções que regulamentaram e “humanizaram” as guerras modernas, a primeira vez que se utilizaram dessa tática de maneira sistemática foi no bombardeio à feira de Guernica, pela técnica da “cortina de bombas” executada pela aeronáutica alemã.

30 Sobre a Guerra Civil Espanhola, recomendamos a leitura de Raymond Carr, 1986.

31 Discordamos de Hannah Arendt quando ela afirma que “as sementes da guerra total se desenvolveram a partir da Primeira Guerra Mundial, quando a distinção entre soldados e civis deixou de ser respeitada, por ser inconsistente com as

nhola da tática de bombardeamento aéreo de cidades, que fora posteriormente utilizada em larga escala por ambos os lados do conflito durante a Segunda Guerra,³² teve seu paroxismo convencional nos bombardeios aliados sobre Dresden em fevereiro de 1945 e o nuclear sobre Hiroshima e Nagasaki.

A NATUREZA DA GUERRA

Clausewitz estudou a guerra focalizando a sua natureza, procurando sua essência por meio da sua radicalização conceitual. Seu intento foi fazer uma *teoria* da guerra, para o que ele achou imprescindível analisá-la na sua forma absoluta. Para Clausewitz (1979, p.709), a teoria tem o objetivo “de dar o primeiro lugar à forma absoluta da guerra como a um ponto de referência, de modo que aquele que quer aprender alguma coisa em teoria nunca se habitue a perdê-lo de vista”. Ele adverte permanentemente que, assim considerada, *a guerra absoluta nunca deve ser confundida com sua aparição concreta e histórica*. A consideração da guerra na sua natureza (a essência da guerra, como ele mesmo diz) pode nos

armas então usadas” (1988, p.12). Eric Hobsbawm é menos enfático que Arendt, reconhecendo que os civis não constituíam, ainda, o objetivo específico da guerra: “A Primeira Guerra Mundial foi a que atingiu especificamente as populações civis do inimigo, *embora os civis não fossem ainda o alvo principal dos canhões e das bombas*” (1995b, p.19 – grifo nosso). Dissemos que discordamos de Arendt porque, na Primeira Guerra Mundial, a população civil ainda não constituía um objetivo militar: os combates se desenvolviam no limite do campo de batalha contra as forças armadas inimigas. Por outro lado, o bombardeio aéreo alemão sobre Guernica foi o primeiro desse tipo e seu objetivo foi claramente atingir a população civil, por isso foi num domingo e, especialmente, sobre uma feira.

- 32 Normalmente, durante o desenvolvimento de uma guerra, tanto as táticas quanto os meios de combate vão sendo copiados e adaptados pelos exércitos enfrentados. No final da guerra quase sempre o desenvolvimento tecnológico bélico é aplicado paralelamente em ambos os lados da linha de frente. Trotsky tinha percebido esse aspecto durante a guerra civil na Rússia: “Finalmente pode-se dizer que como consequência de uma longa guerra civil os métodos militares de ambos os campos se aproximam ... Quando se combate durante muito tempo, os inimigos acabam por aprender um do outro: rejeitam o inútil e remedeiam as carências” (1973, p.122).

auxiliar a compreender, a conduzir e evitar as guerras históricas, mas devemos observar o preceito metodológico de nunca confundir a guerra com a própria realidade. A guerra, considerada na sua natureza essencial, aproxima-se conceitualmente do que Max Weber denominou “tipos ideais”,³³ isto é, instrumentos conceituais que auxiliam na compreensão dos fenômenos concretos, na sua ordenação e sua classificação.

A primeira definição que Clausewitz nos oferece da guerra é totalmente desprovida de características conjunturais: “*A guerra é, pois um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade*” (1979, p.73 – grifo do autor). Aqui aparecem apenas dois sujeitos, dois inimigos que combatem para impor a vontade um ao outro, para que prevaleça a vontade do vitorioso. Dessa maneira, Clausewitz poderá analisar a guerra na sua natureza como um duelo, pois, em última análise, para ele, a guerra é um duelo generalizado: “A guerra nada mais é que um duelo em uma vasta escala” (ibidem). Nessa primeira definição da guerra, aparecem apenas dois elementos definicionais: o meio, que é o uso de violência física, e o fim, que é a imposição de nossa vontade ao inimigo. O que promove a guerra, seu fim, é a prevalência de uma vontade sobre outra. Para lograr esse fim deve-se desarmar o inimigo, “sendo esse desarmamento, por definição, o objetivo propriamente dito das operações de guerra” (ibidem), isto é, deveremos retirar dele sua capacidade e vontade de resistência; como a resistência é um ato de violência (é o primeiro ato de violência³⁴), só conseguiremos esse objetivo aplicando uma violência maior e contrária àquela que o inimigo oferece para resistir à nossa vontade. O objetivo natural da guerra, como afirma nosso autor, é o aniquilamento do inimigo, isto

33 Max Weber (1982) desenvolve sua teoria dos “tipos ideais” especialmente no seu artigo “La ‘objetividad’ cognoscitiva de la ciencia social y de la política social (1904)”. Analisamos o tema dos “tipos-ideais” propondo uma exaustiva classificação deles no livro *Max Weber: entre a paixão e a razão* (Saint-Pierre, 1991, espec. nas p.67-87).

34 Para Clausewitz, a primeira violência não é realizada por quem tem a iniciativa na guerra, mas por aquele que resiste à iniciativa: o invasor não utilizaria da violência se o invadido se deixasse invadir “pacificamente”, isto é, se não oferecesse resistência à invasão.

é, o princípio absoluto que move ambas as partes de uma guerra é o “princípio puro de hostilidade”. Mas esse objetivo se realiza apenas no plano “ideal” da guerra absoluta. No plano empírico da realização da guerra, esse princípio, comum a ambas as partes, limita-se e atenua, dando lugar a ações de força limitadas e controladas: “Não há, portanto, dois elementos mutuamente destrutivos que entram em colisão, mas antes tensões entre dois elementos ainda separados que se descarregam em pequenos choques espaçados” (1979, p.707).

Nas passagens citadas podemos notar a distinção que para Clausewitz existe entre “fim” e “objetivo”: o fim *da* guerra é a imposição de nossa vontade, o objetivo *na* guerra é desarmar o inimigo e assim conduzi-la ao fim. Essa distinção é importante para compreender a relação que para o autor existe entre a política e a estratégia, pois, como veremos, a primeira se vinculará estreitamente ao término da guerra, já que é a política que o determina, enquanto a segunda se relaciona com o objetivo da guerra, já que é a estratégia – decidida a criar as condições que possibilitem a realização do fim político – que o definirá conforme as condições objetivas e a extensão dos recursos bélicos à disposição. Não discutiremos aqui todos os aspectos concernentes ao estudo da guerra, não nos deteremos para analisar seus elementos: pouco ou nada teríamos a agregar ao dito pelo autor. Todavia, penetrando nas considerações técnicas, correríamos o risco de tornar pesada a marcha de nosso raciocínio. Agora analisaremos a imbricação da guerra e da política, que é o que convém ao nosso trabalho. Para isso, deter-nos-emos no livro VIII *Da guerra*, intitulado “O plano da guerra”.

A GUERRA E A POLÍTICA

Freqüentemente ouvimos falar do fim das relações políticas entre dois Estados quando estes se declaram reciprocamente inimigos e começam a realizar hostilidades. Como se o começo das hostilidades, do relacionamento bélico, fosse a negação da política. Hannah Arendt, como veremos no capítulo sobre a violência, parece simpatizar com essa posição. No fundo dessa concepção encontra-se a idéia de que a violência é refratária à política, e que esta cessaria

quando aquela começasse. Desse ponto de vista, começadas as ações bélicas, a condução destas ficaria a cargo e responsabilidade da “lógica” específica da guerra. Daí expressões do tipo: “dadas as circunstâncias e em conformidade com a lógica da guerra, não cabiam outras medidas”, ou “pela exigência da lógica da guerra tivemos que utilizar esses meios”. Como se a guerra tivesse uma “inteligência” interna e autônoma da vontade dos homens, de maneira tal que, uma vez iniciadas as hostilidades, as operações bélicas saíssem do controle da política e seguissem uma ordem intrínseca à própria guerra. Dentro dessa visão, os governantes se tornariam reféns dos rumos que pudessem tomar os acontecimentos militares. Aqueles apenas decidiriam abandonar os caminhos diplomáticos e declarar a guerra, e nisso consistiria o seu último ato de governo. A partir dele, tudo seguiria o rumo “lógico” que o *Nomos* do deus Marte ditasse. Apenas os generais teriam a compreensão técnica dos acontecimentos e poderiam decidir e responsabilizar-se por eles. Contra essa visão é que Clemenceau lançou sua célebre máxima: “A guerra é demasiado séria para deixá-la em mãos dos generais”.

Recorre-se à guerra como substituição ou reforço da ação diplomática quando esta se mostra impotente para fazer prevalecer certos interesses do Estado no âmbito internacional.³⁵ A diplomacia é apenas um dos instrumentos das relações interestatais e, quando ela não é eficaz, é auxiliada pela força. A guerra realiza essa substituição na esfera dos meios, mas a decisão sobre os objetivos e os meios do Estado permanece prerrogativa do chefe de Estado e na sua esfera de competência, que é a política. Em última análise, a política, como vontade e inteligência do Estado,³⁶ é quem determina qual o meio mais eficaz para atingir seus interesses, se os meios pacíficos da diplomacia ou os violentos da guerra. Se de fato a política cessasse quando a guerra se iniciasse, isto é, se a estratégia assumisse todo o controle das relações com a outra

35 Ver, de Raymond Aron, 1986a, especialmente a primeira parte, cap. I e II.

36 Na nossa época, o Estado é a representação do sujeito da política internacional, mas poderia ser outro sujeito, pois houve política antes da criação moderna do Estado e, provavelmente, haverá política depois que toda forma de Estado tenha desaparecido da face da Terra. O Estado é apenas *uma* das possíveis representações do sujeito político, mas de forma alguma a única.

parte, toda guerra, para usar o conceito de Clausewitz, seria “absoluta”, na qual se imporia o aniquilamento total do inimigo. Com efeito, se a política calasse, como pretendia Hannah Arendt,³⁷ quando iniciadas as operações bélicas, quem procuraria a negociação, e por que meios, para pôr fim à guerra? Ora, se a guerra fosse apenas a substituição da política, todo conflito acabaria necessariamente com a eliminação de um dos lados.

Analisada do ponto de vista puramente conceitual, isto é, na sua radicalidade *idealtípica*, uma das leis que comandam a guerra é a de “ascensão aos extremos”. Esta lei expressa a tendência a reagir a uma ação violenta com outra de maior intensidade. Colocada na relação dialética de dois adversários, essa lei levaria cada um ao exercício de toda a potência, a aplicar todos os recursos disponíveis até eliminar definitivamente o inimigo. Mas quando passamos do âmbito da especulação teórica para a histórica, devemos incorporar à compreensão do fenômeno da guerra uma série de fatores (históricos, geográficos, sociológicos, culturais, econômicos, psicológicos, climáticos etc.) que funcionam como atenuantes daquela lei. Poderíamos dizer que, quando a guerra é considerada não na sua essência, na radicalidade conceitual, mas na sua existência concreta, ela é o resultado de uma decisão sobre uma série de fatores que a influenciam, “em que” – diz Clausewitz – “a dedução lógica rigorosa se perde muito freqüentemente e se torna um instrumento inútil e ineficaz do cérebro”³⁸ e que, portanto, essa decisão só pode ser política. A política não apenas decide quando passar da diplomacia para a guerra, mas também quando negociar seu fim, assim como quais serão os meios empregados e até que ponto. Com respeito à tese que defende a autonomia da guerra com rela-

37 Ver Arendt, 1988, especialmente a Introdução. Retomamos esta questão no próximo capítulo, em “Guerra internacional e guerra revolucionária”.

38 Clausewitz, 1979, p.709. Esta sentença mantém uma notável atualidade nesta época em que se repetem incansavelmente as desastrosas substituições do gênio político-militar pela “inteligência” fria e racional dos computadores. O caso mais emblemático foi a administração racional que o chamado “Grupo de Michigan” praticou na Guerra do Vietnã: segundo todos os cálculos, os americanos estariam ganhando a guerra. Só que esqueceram dois pequenos detalhes: primeiro, que a guerra não é virtual, mas real; não se ganha nas telas do computador, mas no campo de batalha; segundo e principal, que *a guerra é sempre política*.

ção à política, vejamos a afirmação de Clausewitz que, em razão de sua relevância, reproduzimos por extenso:

a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios. Dizemos que se lhe juntam novos meios, para afirmar ao mesmo tempo que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em qualquer coisa de inteiramente diferente, mas que estas continuam a existir na sua essência, quaisquer que sejam os meios de que elas se servem, e que os principais filamentos que correm por meio dos acontecimentos de guerra e aos quais elas se ligam não são mais que contornos de uma política que se prossegue pela guerra até a paz. (1979, p.737)

2 DA GUERRA À REVOLUÇÃO

Neste capítulo, mostraremos que, do ponto de vista das relações de força, podemos definir a estratégia revolucionária como a procura da desestabilização dessas relações. Também analisaremos as relações existentes entre o sistema de relações de força internacional e o interno ao Estado, mostrando como se influenciam reciprocamente. Depois de analisar os conceitos de guerra internacional e guerra civil, enquadraremos teoricamente o tema da guerra revolucionária como o cruzamento ou a intersecção entre a teoria da guerra e a teoria da luta de classes. Acreditamos que esse entroncamento teórico já é vislumbrado por Lenin; nós apenas tentamos, a partir dele, explicitá-lo à luz da teoria da estratégia, pois achamos que uma teoria da guerra revolucionária só pode se fundar com solidez nesse cruzamento de teorias.

A DIREÇÃO POLÍTICA NAS RELAÇÕES DE FORÇA

Maquiavel dedica *O príncipe* fundamentalmente ao tipo de ação que leva à tomada do poder. Ainda assim, poderíamos dizer, sintetizando drasticamente o conteúdo do texto, que, para ele, a política do Príncipe se resume a duas direções possíveis da ação:

conquistar o poder, quando não se possui, ou conservá-lo, quando já foi conquistado. Referindo-se à atividade política parlamentar, Max Weber (1982, p.93 ss.) propõe caracterizá-la por duas direções possíveis que a ação pode assumir nesse contexto. Para ele, a política pode ser positiva quando, contando com a maioria parlamentar, deve-se decidir e administrar os negócios públicos, ou negativa, quando, contando com uma minoria de representantes, deve jogar seu peso político para obstruir as decisões da maioria que realiza a administração positiva da política. É o que poderíamos chamar respectivamente de política da situação e da oposição.

Assim como a ação política pode ser caracterizada como *tomada* ou *conservação*, em relação ao poder, ou como *positiva* ou *negativa*, em relação à administração político-parlamentar, achamos que, do ponto de vista das relações de força, a política pode ser caracterizada pela sua posição em relação ao equilíbrio do sistema de força. Nesse sentido, a ação política pode ser orientada na procura da *estabilidade* das relações de forças, para os que querem manter o *status quo* garantido por esse equilíbrio, ou a *instabilidade*, para os que desejam mudá-lo.

Como que orientado por uma certa “inércia” estabilizadora, todo sistema tende à sua conservação: o sistema procura “naturalmente” à estabilidade. Toda irrupção nessa estabilidade só pode ser temporária porque o sistema, comportando-se como um giroscópio, não se mantém no desequilíbrio. A ação política, como destabilizadora, funciona como um “ruído” no sistema de relações de força, como uma “perturbação” que, enquanto tal, será transitória: o sistema não pode permanecer eternamente perturbado. O que se procura com o “ruído” é uma perturbação no equilíbrio das relações de forças para que, no seu retorno à estabilidade, se estabeleça um novo ponto de equilíbrio de forças diferente do inicial, isto é, para que o retorno ao equilíbrio resulte num estado de coisas novo em relação às condições iniciais. Por sua vez, a ação política orientada pela estabilidade não tem como objetivo o retorno à estabilidade, mas *evitar* a instabilidade, impedir que o sistema perca seu ponto de equilíbrio. O retorno à estabilidade é uma condição intrínseca ao próprio sistema. A política da estabilidade, na medida em que atua sobre o sistema, procurará eliminar os focos

que possam alterar o seu equilíbrio, isto é, sua ação objetivará impedir e, em última instância, contrarrestar a ação da política desestabilizadora.

Tendo como pano de fundo o sistema das relações de força que tensiona a superfície do mundo da política, poderíamos definir a ação política revolucionária como aquela que visa mudar as relações do sistema de forças para impor seus objetivos políticos; e a ação política contra-revolucionária como aquela que intenta impedir a perturbação das relações de força para garantir a manutenção do *status* político que resulta – e justifica – da correlação de forças existente.

Essa situação, por si só, define os objetivos gerais de ambas as políticas, da contra-revolucionária, que orientará a ação procurando pelos meios a seu alcance¹ evitar o surgimento de focos de instabilidade no sistema, e da revolucionária, que colocará todo seu dispositivo para desestabilizá-lo.

À primeira vista, pode parecer que o primeiro tipo de ação, aquele que procura a manutenção do equilíbrio de forças, deverá desenvolver uma estratégia defensiva, já que seu objetivo consiste em conservar uma situação dada. Em contrapartida, o segundo tipo de ação, por tentar desestabilizar a ordem, pode induzir a pensar que só possa admitir uma concepção estratégica ofensiva. Porém, embora a ação estabilizadora, *do ponto de vista político*, seja

1 Em muitos casos, a política da estabilidade poderia evitar o surgimento de focos de instabilidade por meios não-militares, por exemplo, satisfazendo algumas demandas sociais que reduziriam o espaço de ação da política desestabilizadora. Mas a satisfação dessas demandas sociais significaria distribuir a riqueza acumulada pela classe cujos interesses orientam a força estabilizadora, a qual prefere correr o risco de ter que usar a força militar para reprimir os focos de instabilidade a ferir seus interesses distribuindo sua riqueza para evitar que esses focos surjam. Não é outra coisa o que acontece atualmente com o movimento dos “sem-terra” no Brasil. Sem entrar no mérito da questão, é fácil reconhecer que se o governo distribuisse as terras improdutivas anularia o argumento principal da condução do movimento, evitando a desestabilização no campo. Porém, essa atitude feriria os interesses da oligarquia fundiária, que declara não ter condições para pagar os impostos que recaem sobre sua propriedade, mas que tem condições de armar “pequenos” exércitos privados de mercenários, aumentando ainda mais a tensão no campo com a conseqüente desestabilização política.

defensiva, ela pode, e muitas vezes deve assumir, *do ponto de vista estratégico*, uma atitude ofensiva tendente a abafar a emergência de focos de desestabilização no sistema.² Por sua vez, ainda que, *do ponto de vista político*, a ação desestabilizadora deva assumir uma posição ofensiva, porque deve deixar claro seu propósito de modificar a relação de forças, ela pode, e muitas vezes deve, *do ponto de vista estratégico*, desenvolver uma atitude defensiva, não apenas pela disparidade de forças, mas também porque o ataque exige um dispêndio maior de energia do que a defesa. As táticas, tanto num caso como no outro, podem ser defensivas ou ofensivas dependendo da situação concreta.

Deve-se ter presente que nem todos os elementos que atuam sobre as relações de força dependem da vontade humana, são de índole política ou foram conscientemente orientados. A tormenta, inequívoco fenômeno da natureza que devastou a “Armada Invençível” do império espanhol, teve uma incidência sobre as relações de força do século XVI que mudou a configuração política do mundo. A destruição de grande parte da frota espanhola foi a condição de possibilidade da vitória da armada inglesa em Trafalgar e seu posterior domínio marítimo. Mas outras vezes pode acontecer que decisões políticas para agir numa certa direção das relações de forças produzam um resultado diferente do esperado quando não totalmente contrário. Foi justamente para evitar essa possibilidade que o presidente Bush deteve o avanço das tropas internacionais comandadas pelos EUA sobre Bagdá, fazendo ouvidos moucos aos argumentos dos seus generais que se baseavam na “lógica da guerra”: ele percebeu que uma eventual derrota do governo de Sadam Hussein poderia provocar uma alteração imprevisível no equilíbrio das relações de força da região, criando uma instabilidade politicamente mais desastrosa que a decorrente da permanência de Sadam no governo do Iraque. Se a sensibilidade política fosse um atributo aperfeiçoável pelo desenvolvimento da técnica da “enge-

2 Como no caso dos EUA no seu espaço de interesse: mantêm uma política defensiva do *status quo*, da “democracia” e do livre mercado e uma estratégia ofensiva, para eliminar no próprio nascedouro aqueles focos que possam se transformar em forças de instabilidade.

nharia política”, o Pentágono não cometeria os erros históricos a que nos acostumou. Felizmente para os EUA, a brutal desproporção de forças a seu favor consegue minimizar seus erros de percepção, não sem deixar alguns exemplos antológicos de sua insensibilidade política para compreender tanto a história quanto a natureza específica das guerras, entre os quais lembramos, como o mais notório e emblemático, a guerra do Vietnã.

As relações de força se reproduzem tanto no âmbito internacional quanto no intra-estatal, embora sejam, em ambos os casos, de natureza diferente.³ Atento a este fato, Raymond Aron reconhece que “não há dúvida de que a luta pelo poder e o exercício do poder, dentro das coletividades, guardam certos traços em comum com a rivalidade de potência entre unidades políticas autônomas” (1986a, p.103). Em realidade, ambos os sistemas de relações de força, o internacional e o estatal, são fenômenos interligados que acontecem no mesmo mundo, determinando relações recíprocas de estabilidade/instabilidade. Pode acontecer que o desequilíbrio das forças internas a um Estado provoque um foco de instabilidade no sistema internacional das relações de força,⁴ como também o inverso, isto é, que um desequilíbrio das forças internacionais pro-

3 No caso estatal (como reconhecem Weber, Lenin, Trotsky e Aron, apenas para mencionar alguns pensadores de diferentes correntes políticas), o exercício da força se dá em regime de monopólio, embora este possa ser a “resultante” de relações de forças internas e que ele próprio possa ser disputado. No caso das relações internacionais, o exercício da força se dá, em princípio, em regime de “livre concorrência”. Raymond Aron também aponta para o fato de que “a potência no cenário internacional difere da potência no cenário interno de cada país: não tem a mesma envergadura, não emprega os mesmos meios, não se exerce sobre o mesmo terreno” (1986a, p.104).

4 Como aconteceu na ex-Iugoslávia depois da morte do seu líder máximo Tito. Tratava-se, num primeiro momento, de um caso típico de convulsão interna, uma desestabilização dentro das fronteiras do Estado como resultante do confronto armado na disputa pelo monopólio legítimo da força para impor uma ordem jurídica unívoca para todo o território (habitado por pessoas pertencentes a nacionalidades, etnias, religiões e histórias diferentes). Essa guerra civil, por si só, dada sua localização geoestratégica, constituía a possibilidade da abertura de um foco de instabilidade para as relações de forças internacionais. Mas para agudizar o conflito (propositalmente ou não), o governo alemão se precipitou ao reconhecer a Cróacia e a Eslovênia como Estados independentes, com o risco de transformar a guerra civil em guerra internacional.

voque (ou seja motivo de, ou aproveitado para) uma instabilidade nas relações de forças internas a um Estado.⁵ De maneira tal que, a partir da construção de um modelo de equilíbrio das relações de forças seria possível analisar tanto o fenômeno das relações internacionais quanto o relacionamento político entre os grupos ou as classes sociais no Estado, mas também as possíveis relações mútuas entre ambos os sistemas. Esse modelo poderia auxiliar na demarcação de regiões mais ou menos estáveis no âmbito internacional e permitir a previsão do surgimento de focos desestabilizadores, tanto para evitá-los ou reprimi-los quanto para atirá-los e generalizá-los.

A partir do modelo de estabilidade/instabilidade do equilíbrio do sistema de relações de força, poder-se-ia decidir em que momento uma situação de conflito interno às fronteiras de um Estado pode assumir proporções internacionais, perturbando o sistema internacional de relação de forças, assim como em que situação um desequilíbrio das relações de forças internacionais pode ser aproveitado para provocar uma ruptura da frente externa e transformar o confronto bélico internacional em guerra civil para resolver um conflito interno. Pode acontecer que, em algumas circunstâncias, não seja uma situação de desequilíbrio do sistema, mas precisamente o seu equilíbrio que favoreça a decisão sobre um conflito interno. Referimo-nos ao caso em que o perigo de provocar um desequilíbrio nas relações de força internacionais dissuade as potências estrangeiras de intervir no conflito interno. Finalmente, pode acontecer que a ameaça de intervir no conflito interno de um país estrangeiro desate uma crise política no país interventor e, ante a possibilidade de gerar um desequilíbrio nas re-

5 O caso emblemático é a ruptura da frente internacional, durante a Primeira Guerra Mundial, e sua transformação em revolução sob os auspícios do partido bolchevique russo, que daria surgimento à URSS. Mas um exemplo mais próximo (tanto espacial quanto temporalmente) foi o resultado que teve para as relações de forças internas à Argentina a guerra internacional que este país manteve contra a Inglaterra pelas Ilhas Malvinas. O fracasso militar ante os ingleses foi o fator decisivo que, somado à crise econômica, política e social em que o governo militar tinha submergido a Argentina, fez que as relações de forças internas se alterassem para derrubar a feroz ditadura.

lações de forças internas, este desista da intervenção. O medo de que isso aconteça retardou a intervenção norte-americana na crise do Haiti.

Por outro lado, o desequilíbrio de forças provocado pela Primeira Guerra Mundial foi aproveitado pelo partido bolchevique para acelerar o processo revolucionário na Rússia. Outro exemplo desse tipo de aproveitamento interno de um desequilíbrio provocado por um conflito internacional foi o da invasão da China pelo exército japonês, que demandou uma duplicação do esforço do exército nacionalista do Kuomintang, comandado por Chian Kai-Sheck, o que foi aproveitado por Mao Tsé-tung para facilitar a vitória revolucionária do Exército Vermelho.

GUERRA INTERNACIONAL E GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A guerra internacional é um conflito bélico em que os atores beligerantes são unidades políticas internacionais, na nossa época, os Estados. Essa guerra pode ser travada entre dois Estados, como no caso da guerra entre Iraque e Irã; pode ser levada a cabo por um Estado contra vários outros, como no caso da Alemanha no início da Segunda Guerra Mundial; ou de um grupo de Estados contra um outro, como no caso da Guerra do Golfo; ou de um bloco de Estados contra outro bloco, como aconteceria, segundo todas as hipóteses de guerra durante a “Guerra Fria”, entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia.

Mas a guerra pode ser empreendida no interior de um mesmo Estado por duas facções ou partidos que dividam o país e que disputem entre si o monopólio legítimo da violência para o mesmo território. Nesse caso, o conflito bélico é chamado de “guerra civil”. Nela, a maioria das vezes, confrontam-se compatriotas com a mesma nacionalidade, cultura, língua, tradições etc. Entre os exemplos mais notórios podemos lembrar a guerra civil norte-americana, as guerras civis na França e a guerra civil na Espanha. Esta última constituiu um caso particular pela participação direta e explícita de outros países e das brigadas internacionais.

Finalmente, a guerra revolucionária é uma guerra civil na qual o fundamento último do conflito, sua caracterização política, é a agudização bélica da luta de classes. Se todas as guerras revolucionárias são guerras civis, nem todas as guerras civis são guerras revolucionárias, assim como nem todas as guerras são guerras civis. Portanto, a guerra revolucionária é um conflito armado do tipo da guerra civil, na qual o que está em jogo é o domínio político de uma classe social.

Raymond Aron percebeu a estreita imbricação entre a guerra internacional e a civil, chamando a atenção para a facilidade com que se pode passar de uma para a outra. Diz ele: “a guerra entre Estados transforma-se em guerra civil quando cada um dos campos que se defrontam está ligado a uma fração do outro campo...” (1986a, p.164), e um pouco mais adiante agrega que, “retrospectivamente, a maior parte das guerras parecem guerras civis, porque colocam em oposição unidades políticas destinadas a fundir-se numa unidade política de ordem superior” (p.165).

Por sua vez, a guerra e a guerra revolucionária são fenômenos que historicamente mostraram-se inter-relacionados, tanto porque as guerras internacionais ou de libertação acabam propiciando guerras civis revolucionárias quanto pelo fato de que as guerras revolucionárias acabam provocando, como consequência de sua política interna, o desenvolvimento de guerras internacionais. As expedições napoleônicas que levaram o exército republicano francês a combater os exércitos monárquicos europeus foram a consequência natural do desenvolvimento político da Revolução Francesa: a própria lógica interna da política revolucionária exigia essas campanhas defensivo-ofensivas. A guerra contra o Japão propiciou na Rússia a revolução de 1905, quase como uma antecipação premonitória da Revolução de Fevereiro que aconteceria durante a Primeira Guerra Mundial.

Essa imbricação entre a guerra entre Estados e a guerra revolucionária não passou inadvertida a Hannah Arendt. Para ela, a frequência com que as guerras internacionais provocam revoluções e a facilidade com que estas desencadeiam aquelas se devem, sobretudo, ao fato de a violência ser “uma espécie de denominador comum entre ambas”. Nesse particular, podemos concordar com a autora, mas não com sua conclusão:

não devemos deixar de observar que o simples fato de as revoluções e as guerras não serem concebíveis fora do domínio da violência é suficiente para que as consideremos à parte de todos os outros fenômenos políticos. (1988, p.15)

Embora Hanna Arendt possa ter razão em que tanto a guerra quanto a revolução possuem sua própria especificidade política – como todo fenômeno político –, é necessário ter sempre presente que a guerra – nunca é demais repetir – não é algo inteiramente diferente da política. A guerra é a própria política travestida com toda a violência de sua força. A política pode se manifestar pacífica ou violentamente, por meio da diplomacia ou da guerra, *mas em todos os casos amparada nas relações de força*.⁶ Com a guerra não acabam as relações políticas, apenas é por meio daquela que estas mostram qual é o seu ponto extremo e definidor. Há quem pense que a guerra é irracional porque sua utilização significa abandonar os caminhos “racionais” da política; muito pelo contrário, a guerra *pode* ser irracional porque é a manifestação bélica de uma política irracional. Não há guerras racionais e irracionais, apenas há guerras como prolongamento de políticas racionais ou irracionais.

O que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve. Portanto, uma guerra será revolucionária se estiver a serviço de uma causa revolucionária, se ela for a manifestação bélica de uma política revolucionária. Por isso, equivocam-se aqueles que apressadamente classificam uma guerra como revolucionária apenas porque seus meios “são revolucionários”. Em primeiro lugar, não há meios revolucionários ou meios contra-revolucionários. Apenas existem meios empregados para fazer prevalecer uma política revolucionária ou uma política contra-revolucionária. Em segundo, outro equívoco freqüente é chamar a guerrilha de “pequena guerra” ou de “guerra de guerrilhas”,

6 Raymond Aron afirmava que “A negociação é, para a diplomacia, o mesmo que a batalha é para a estratégia”, e advertia: “A preparação diplomática conduz à conferência de negociação da mesma forma como a preparação militar leva à prova das armas. Mas a margem de manobra dos negociadores é limitada pela força potencial das coalizões (quando não ocorrerem ainda hostilidades), ou pelos fatos militares (quando a guerra já ocorreu)” (1986a, p.115). Este autor dizia que a geografia das relações diplomáticas era determinada pela relação de forças.

como se o fato de utilizar-se de guerrilhas determinasse a característica principal dessa guerra – o que significaria admitir que os meios classificam a guerra, o que é falso. Por isso, utilizamos exclusivamente a denominação de “tática de guerrilhas”, que define estritamente um meio específico de luta. A guerrilha pode ser utilizada tanto na guerra revolucionária quanto na contra-revolucionária (como a guerrilha czarista que combateu o Exército Vermelho na URSS ou a guerrilha dos “contras” que combateu o Exército Sandinista na Nicarágua) e não será ela que caracterizará essa guerra, mas a política que constitui sua essência.

Em conformidade com esse raciocínio, a guerra revolucionária será conduzida por uma política revolucionária, independentemente dos meios que empregue. Toda guerra revolucionária é uma guerra de classes, a qual consiste em substituir, nas relações da luta de classes, sua manifestação “pacífica” pela via armada. Enquanto existirem classes sociais antagônicas haverá luta de classes. Havendo luta de classes estará colocada a possibilidade de, em determinado momento, o próprio desenvolvimento da luta indicar, como o caminho mais adequado para essa situação concreta, o confronto armado. Se a luta armada é possível, isto é, se a guerra revolucionária é uma possibilidade teórica, as partes envolvidas devem se preparar para quando as circunstâncias históricas a tornem provável. Deverão estar atentas para perceber o momento histórico que transforme a mesa de negociação no teatro de operações onde se desenvolverão os combates. Essa percepção, extremamente aguçada, foi o que elevou Lenin à máxima liderança da maior revolução de nosso século.

FIM POLÍTICO E OBJETIVO ESTRATÉGICO NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A guerra internacional e os processos revolucionários tiveram historicamente vários momentos de enlace. Referimo-nos à situação na qual um país está em guerra externa com outro e, simultaneamente, vive momentos de convulsão política e social interna. Lenin analisou esse fato extraindo da experiência da Primeira Guerra

Mundial todas as conseqüências possíveis para o andamento da revolução soviética. A estratégia revolucionária que Lenin propôs para ser executada por todos os partidos social-democratas da Europa naquela época é o que denominamos “fratura da frente externa”. Diz Lenin:

A revolução russa de fevereiro-março de 1917 foi o começo da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Essa revolução deu o *primeiro* passo para a cessação da guerra. Apenas um *segundo* passo pode garantir a sua cessação, a saber: a passagem do poder de Estado para o proletariado. Isto será o começo da “ruptura da frente” em todo o mundo – da frente dos interesses do capital: e só tendo rompido *esta* frente o proletariado *pode* libertar a humanidade dos horrores da guerra, dar-lhe os benefícios de uma paz duradoura.⁷

Abusando da simplificação, diríamos que a estratégia revolucionária leninista consistia basicamente em transformar a guerra imperialista internacional em múltiplas guerras nacionais que, por sua vez, acabassem resultando em guerras revolucionárias pelo confronto armado das classes sociais. Para isso propunha:

- 1 Quebrar a coerção social, baseada no princípio do “patriotismo”, das frentes imperialistas que se opunham como unidades políticas, em razão dos interesses de classe;

- 2 Agudizar a contradição de classes interna aos conglomerados imperialistas para destruir sua unidade política;

- 3 Aproveitar a situação de beligerância e o armamento do proletariado para utilizá-los numa guerra de libertação, numa guerra civil onde as classes se confrontassem pelos seus interesses “contraditórios”.

Resumidamente: transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária.

A genialidade de Lenin que, a nosso ver, o inscreve como o principal formulador da teoria da guerra revolucionária consistiu em elaborar uma concepção estratégica na qual conseguiu soldar, de maneira original, a teoria marxista da luta de classes com a teoria

7 Lenin, “As tarefas do proletariado na nossa revolução”, 1980, v.2, p.30.

clauswitziana da guerra. Com essa síntese, por um lado, ele enriquece a teoria da guerra revolucionária com os elementos teóricos desenvolvidos pelo general prussiano quando este pensou na natureza da guerra, e, por outro, coloca como fundamento político para caracterizar a natureza da guerra o reconhecimento das classes sociais como sujeitos e partes do conflito, assim como seu posicionamento no confronto armado. Quais os interesses econômicos que promovem uma guerra? Quem defende esses interesses? Que significado tem essa guerra para a luta do proletariado? Essas são as perguntas que Lenin formula para classificar politicamente as guerras.

Lenin herda da teoria marxista dois elementos fundamentais para sua teoria da guerra revolucionária. Por um lado, a idéia de um sujeito ao mesmo tempo universal e concreto: o proletariado; e, por outro, um teatro de guerra com as mesmas características: as relações sociais de produção do sistema capitalista. Esses dois elementos se transformarão em alicerces de sua teoria política e em instrumentos para a ação na sua concepção da estratégia revolucionária. Por meio desses dois elementos históricos, ele traduzirá a teoria da guerra de Clausewitz, apropriando-se com desembaraço dos conceitos desenvolvidos por este autor na sua obra maior: *Da guerra*. A fórmula clauswitziana de que “a guerra não é outra coisa que a continuação da política por outros meios” levou Lenin a pensar no momento em que se deveria processar a mudança dos meios na luta de classes, isto é, elaborar uma concepção estratégica para o momento da ruptura histórica reconhecendo que, chegado esse momento, a luta armada podia ser inevitável:

Quem reconhece a luta de classes – afirmava Lenin – não pode deixar de reconhecer as guerras civis, que em qualquer sociedade de classes representam a natural, e em determinadas circunstâncias inevitável, continuação, desenvolvimento e agudização da luta de classes. Todas as grandes revoluções o confirmaram. Negar as guerras civis ou esquecê-las significaria cair num oportunismo extremo e renegar a revolução socialista.⁸

8 Lenin, “O programa militar da revolução proletária”, 1980, v.1, p.680.

A partir dos conceitos clausewitzianos fundamentais, ele integrará aqueles elementos marxistas que lhe permitirão o salto qualitativo na compreensão do fenômeno da guerra. Sua preocupação com a revolução o levará a superar os limites da guerra interestatal circunscrita pelo direito internacional, dentro dos quais pensara o general prussiano, e, com a idéia do proletariado como sujeito universal ele colocará a guerra numa dimensão também universal e irrestrita. Em suas palavras:

No plano teórico seria totalmente errado esquecer que qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios; a atual guerra imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e esta política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas essa mesma época deve necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais, em segundo lugar das guerras e insurreições do proletariado contra a burguesia, em terceiro lugar da unificação de ambas as espécies de guerras revolucionárias etc.⁹

O postulado do sujeito universal permitirá pensar em uma hostilidade também universal: no confronto de classes, o inimigo é absoluto e a guerra só pode ser de aniquilamento. O inimigo absoluto para Lenin é concreto: o inimigo de classe. Daí que a tarefa mais importante para a estratégia revolucionária consistirá em identificar em cada situação concreta a manifestação também concreta desse inimigo absoluto. A tese da ruptura da frente durante a guerra imperialista, para transformar esta em guerra revolucionária generalizada,¹⁰ é perfeitamente coerente com essa argumentação.

9 Ibidem, p.681.

10 Lenin defendeu as decisões dos congressos de Stuttgart, de Copenhague e de Basiléia, que “obrigavam os socialistas de todos os países a lutar contra o chauvinismo em todas e quaisquer condições, que obrigavam os socialistas a responder a qualquer guerra desencadeada pela burguesia e pelos governos com a redobrada propaganda da guerra civil e da revolução social” (1980, v.1, p.562). Ver também “O programa militar da revolução proletária”, ibidem, v.1.

Do ponto de vista técnico, a ação revolucionária que leva à tomada do poder pode ser analisada em três momentos diferentes. Esses momentos são comuns a toda tomada do poder violenta e a todo confronto armado: a preparação, o assalto e a consolidação. O momento preparatório é aquele no qual se formula a concepção estratégica global do processo revolucionário, mas também no qual se definem as alianças políticas e se consolida o grupo de vanguarda que comandará as ações: é o momento da conspiração. O segundo momento é o do ataque, o momento do assalto em que serão tomados os pontos considerados estratégicos para o êxito da operação, em que as forças revolucionárias passam para a ofensiva para tomar os pontos sensíveis do sistema do inimigo: é o momento em que se procura a decisão. Finalmente o momento de consolidação, que consiste em eliminar os focos de resistência, evitando que o inimigo possa se reagrupar e reordenar suas forças para intentar um contragolpe. Cada um desses momentos requer cuidados especiais já que apresentam riscos variados.

Na guerra convencional, por exemplo, o momento da preparação exige cautela para evitar que os planos de ação possam cair nas mãos do inimigo, mas não apresenta perigo especial para as próprias forças. O momento do assalto, em compensação, leva quase todas as energias do operativo e nele se correm os maiores riscos de fracasso, é quando se produzem os combates decisivos e, por isso, normalmente os mais encarniçados. É normalmente nesse momento que se verifica o maior número de baixas. Finalmente, o momento da consolidação se realiza na forma de desmantelamento, perseguição e eliminação dos restos da tropa inimiga, além de exigir que as próprias tropas estejam dispostas defensivamente.

No caso da guerra revolucionária, pelo contrário, o momento mais perigoso é o da conspiração, pois é nesse momento que as forças revolucionárias ficam mais vulneráveis (pela necessidade de criar alianças que dividam a frente do inimigo) à infiltração por parte dos serviços de inteligência contra-revolucionários, tornando-se mais vulneráveis ao aniquilamento por constituir ainda um grupo relativamente pequeno e frágil. Se a conspiração e preparação do golpe são realizadas minuciosamente, o momento do assalto será facilitado. Poderíamos dizer que o êxito da preparação se

revela na facilidade com que o assalto é perpetrado. Finalmente, a consolidação do processo revolucionário é normalmente cruento (a chamada etapa do “terror revolucionário” que visa reprimir as eventuais intencionalidades contra-revolucionárias ou impor a “justiça revolucionária”), assumindo muitas vezes as características da guerra civil, como foi o caso da Rússia, ou de invasões armadas do exterior como o intento de invasão a Cuba, financiado e apoiado pelos EUA e o ataque dos “contras”, com o mesmo financiamento e apoio logístico, na Nicarágua sandinista.

A guerra revolucionária, como qualquer outra guerra, tem uma gramática específica. É a mesma da guerra (as batalhas e os confrontos armados), mas sua lógica, como a lógica que orienta todas as guerras,¹¹ é sempre a da política. Se a guerra, como queria Clausewitz e aceitou o marxismo, é a continuação da política por outros meios, sua consistência lhe será fornecida por esta, consequentemente a lógica da política dominará as ações bélicas do início ao fim (Clausewitz, 1979, p.772). A guerra não tem lógica própria e em momento algum é autônoma em relação à política.¹²

A política não apenas determinará o objetivo estratégico da guerra, como também será ela que avaliará o peso ético e as consequências políticas da utilização de certos meios. Ninguém poderá defender seriamente que a decisão sobre a necessidade de utilizar a luta armada como o meio mais adequado para a revolução, ou a utilização da bomba atômica como meio de diminuir perdas hu-

11 Para Clausewitz, o específico da guerra era sua gramática, pois para ele a guerra não tem lógica própria: “A verdade é que ela [a guerra] tem sua própria gramática, mas não a sua própria lógica” (1979, p.737).

12 Isto ficou claro na recente guerra entre Iraque e a aliança internacional comandada pelos EUA que mencionamos antes. Quando todas as resistências iraquianas tinham sido vencidas pelos bombardeios sistemáticos e “inteligentes”, e as tropas aliadas se dirigiam, sem esforço, para Bagdá, o presidente dos EUA, G. Bush, mandou parar a ofensiva dando por terminada a operação. Quando quase todos os analistas, induzidos pela “lógica” da guerra, davam como certa a batalha decisiva que aniquilaria o regime iraquiano, o comando político se manifestou para lembrar que “A guerra é demasiado séria para deixá-la em mãos dos generais”. Mas, por outro lado, foi uma forte advertência de que, onde quer que os interesses econômicos dos americanos se infiltrem, os EUA preferirão, independentemente de sua retórica em defesa da “democracia” no mundo, uma ditadura conhecida a uma democracia incerta.

manas em uma guerra, possa ser meramente técnica. A política, então, não apenas determina os objetivos da guerra, mas também julga a correção moral dos meios e assumirá as consequências das ações. Daí a importância do esclarecimento político do fim da guerra revolucionária e do juízo sobre a adequação do objetivo estratégico.

O *fim político* da revolução socialista é a eliminação do Estado como consequência da supressão das classes: sem antagonismo de classes, o Estado não se justifica nem se mantém. Em decorrência daquele fim, o *objetivo estratégico* adequado só pode consistir em criar as condições para sua realização: destruir os mecanismos de manutenção da ordem injusta – em termos leninistas, eliminar as “formações armadas especiais”. Daí que, para o planejamento da ação revolucionária que leve as classes exploradas ao poder, seja necessário distinguir perfeitamente o fim político do objetivo estratégico como dois atos ou momentos do processo revolucionário. O esforço estratégico da guerra revolucionária deve se concentrar no seu primeiro ato, isto é, na destruição do aparelho repressivo do Estado da classe dominante,¹³ no ataque, no assalto ao Estado burguês. Com efeito, é nesse ato que a burguesia articulará sua defesa e lutará para conservar seus privilégios,¹⁴ é nele que se travarão os combates às formações especiais de repressão das classes dominantes. “Nestas palavras: ‘destruir a maquinaria de Estado burocrática e militar’” – segundo Lenin – “encerra-se, numa expressão curta, a principal lição do marxismo sobre a questão das

13 Embora a revolução socialista se complete com a destruição total dos aparelhos do Estado burguês, o objetivo da guerra se limita à eliminação do aparelho repressivo. Uma vez destruída a máquina bélica da classe dominante, e instalada com segurança a ditadura do proletariado, esta encarregar-se-á de eliminar todos os vestígios da velha ordem burguesa de maneira repressiva, como força e não como violência, em obediência à ordem política proletária emanada de sua expressão política: a ditadura.

14 Ainda que neste ato se configure a batalha decisiva, a resistência pode se prolongar durante muito tempo e, em alguns casos, depois de uma aparente derrota, a restauração capitalista pode se instalar apoiada nas relações mercantis que sobrevivam à revolução. O caso da URSS é paradigmático, embora se deva ter em conta o fato de que, nesse caso, a revolução se realizou apenas em uma parte do mundo, tendo que “conviver” com o mundo capitalista, e dentro de um sistema de direito internacional também burguês.

tarefas do proletariado relativamente ao Estado na revolução”.¹⁵ O segundo ato revolucionário, a substituição do Estado burguês pela ditadura da classe vitoriosa, a desapropriação e a monopolização dos meios de produção pelo novo Estado em nome de toda a sociedade, realiza-se quando a antiga classe dominante já perdeu (nos combates do primeiro ato) sua vontade de domínio e sua capacidade de reagir ante a imposição da vontade revolucionária, quando o domínio militar e político da revolução estiver definitivamente consolidado.

O objetivo estratégico da revolução será destruir o Estado burguês. Para usar o termo preciso, *aniquilar* as forças de resistência do velho Estado, isto é, retirar dele toda sua capacidade militar, sua vontade de combater e resistir. Diferentemente de outras guerras, nas quais o objetivo estratégico pode variar gradativamente entre os limites da paz imposta, por um lado, e da paz negociada, por outro, na guerra revolucionária o *objetivo só pode ser o aniquilamento total do inimigo*.¹⁶ É inimaginável, e definicionalmente contraditório, a existência de um Estado com duas fontes antagonicas de poder armado: a definição do Estado exige o monopólio legítimo da força.¹⁷ Daí que o objetivo de toda guerra civil, a revolução incluída, só pode ser a destruição total da capacidade militar de um dos adversários e sua rendição incondicional.¹⁸

15 Lenin, “O Estado e a revolução”, 1980, v.2, p.247.

16 “Aniquilamento do inimigo” não quer dizer aqui carnificina ou genocídio. Tecnicamente, “aniquilar” significa desarmar o inimigo, retirar sua potência de fogo, sua vontade de resistir. Sem essas características não há inimigo. Inimigo é aquele que nos ameaça. A palavra deriva do latim *inimicus*, que significa adversário ou concorrente, mas seu sentido deriva do grego *pôlemos*, ou do latim *hostes*, que significa combatente. Com o adversário, compete-se ou não; o inimigo, combate-se até a morte.

17 Entre as definições de Estado, a de Max Weber é considerada clássica, não por ser original, mas por reunir de maneira clara e sumária todos os elementos que inquestionavelmente concorrem nas definições correntes: “por Estado – diz Weber – deve entender-se um *instituto político* de atividade continuada, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretensão ao *monopólio legítimo* da coação física para a manutenção da ordem vigente” (1979, p.43-4). E também “Estado é aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território (o “território” é o elemento distintivo), reclama (com êxito) para si o monopólio da *violência física legítima*” (1975, p.83).

18 Lenin dizia que “num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem que ser reduzido a nada” (1980, v.2, p.26 – grifo do autor).

Para realizar aquele objetivo estratégico, a classe revolucionária deverá canalizar o caudal da violência dos oprimidos com paixão revolucionária (confiança na justiça da “causa”), objetividade estratégica (clara identificação do inimigo e do objetivo), e domínio tático (conhecimento e desenvolvimento técnico dos meios necessários). A sensibilidade para perceber esses princípios e sua genialidade prática para distinguir no calor da ação os dois atos elevaram Lenin à posição de comando da revolução soviética. É importante notar que, embora enfatize a necessidade da violência revolucionária, sob seu comando, a Revolução de Outubro, no momento do assalto, contou apenas dez vítimas, o que mostra sua capacidade conspirativa, de organização, articulação e comando. A virtude do general que poupa sacrifícios para suas tropas já havia sido destacada cinco séculos a. C. pelo célebre estrategista chinês Sun Tzu. Ele assegurava que “combater e vencer em todas as batalhas não é o mérito máximo; o mérito máximo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater” (1982, p.51). Ainda assim, é recomendável lembrar a advertência do general prussiano Clausewitz:

As almas filantrópicas poderiam então facilmente julgar que existe uma maneira artificial de desarmar e derrotar o adversário sem verter demasiado sangue, e que é para isso que tende a verdadeira arte da guerra. Por mais desejável que isso pareça, é um erro que é preciso eliminar. Num assunto tão perigoso como é a guerra, os erros bondade da alma são precisamente a pior das coisas. (1979, p.74)¹⁹

Lenin também foi enfático com respeito à necessidade de compreender a guerra revolucionária como a continuação da luta de classes. Como corolário dessa compreensão, ele achava que o proletariado deveria estudar as questões relativas à guerra e à estratégia, assim como familiarizar-se com o uso das armas. Vejamos sua crítica aos socialistas pacifistas que, segundo o próprio Lenin,

19 Hobsbawm (1995b, p.21) faz referência a este fator: “Guerras de classes, como nos lembrou a Sra. Thatcher, eram habitualmente conduzidas com mais rancor de cima que de baixo” em “Barbárie: o guia do usuário”.

não tinham percebido a gravidade da hora, analisando ingenuamente a guerra que se avizinhava na Europa:

Os padres “sociais” e os oportunistas estão sempre prontos a sonhar com o futuro socialismo pacífico, mas aquilo que os distingue dos social-democratas revolucionários é exatamente eles não querem pensar e sonhar com a encarniçada luta de classes e com as *guerras* de classes para tornar realidade este futuro maravilhoso ... Uma classe oprimida, que não aspire a aprender a manejar as armas, a possuir armas, mereceria apenas ser tratada como são os escravos. Pois não podemos esquecer, sem nos transformarmos em pacifistas burgueses ou oportunistas, que vivemos numa sociedade de classes e que dela não há nem pode haver outra saída que não seja a luta de classes.²⁰

Com a violência própria da guerra, a política assume contornos morais indefinidos, perigosamente escorregadios. Ainda mais quando se trata do fenômeno da guerra civil, no qual os próprios cidadãos que deveriam ser protegidos pelo Estado são mortos na sua luta contra ou a favor dele. Na guerra, a morte está colocada como uma possibilidade real, quotidiana, que envolve e impregna todos os atos dos beligerantes. Nesse caso, em que a relação entre os homens deixa de estar pautada pelo convencimento para se transformar em imposição ou morte, poderíamos dizer que estamos ainda dentro do âmbito da política? Qual é a relação entre a moral e a revolução, e como esta, a fim de que a igualdade acabe com todas as guerras, se impõe como meio de aniquilamento físico das resistências no seu caminho para a tomada do poder? Essas são algumas das questões que discutiremos a seguir.

20 Lenin, “O programa militar da revolução proletária”, 1980, v.1, p.681.

3 VIOLÊNCIA, MORAL E REVOLUÇÃO

Aqui abordaremos o tema da violência, apresentando argumentos que possam exorcizá-la dos preconceitos com que se pretende excluí-la do âmbito político. Procuraremos mostrar que ela não é apenas inerente ao fenômeno político, mas que constitui, em última análise, seu limite definicional, além de ser um meio legítimo de expressão política com o qual as classes dominadas contam para responder à força institucional que as oprime. Analisaremos o fenômeno da violência não apenas como um ingrediente óbvio da guerra revolucionária, mas também como uma característica permanente na regulação das relações sociais das sociedades de classes. Enquanto tal, a violência, nas suas várias manifestações, se inscreve não apenas como motivo e meio, mas também como elemento definicional do conflito político. Quando este assume a dimensão trágica da guerra revolucionária – de guerra civil revolucionária –, a violência chega a seu paroxismo e as questões morais vêm à tona. cremos que, ao pensar tanto na guerra em geral quanto na guerra revolucionária em particular, em que a máxima mais importante para a ação é “matar ou morrer”, as considerações morais são as primeiras a se impor à reflexão filosófica – talvez menos pela sua importância teórico-elucidativa do que pelo inevitável impacto psicológico que implica pensar na violência desatada nessas guerras.

Na reflexão sobre a moral, analisaremos a questão da autonomia das esferas da política e da moral e, nesta última, procuraremos iluminar aqueles aspectos intimamente ligados com a revolução. Dentre estes destacaremos tanto os de ordem política quanto os de ordem prática, sem perder de vista os elementos normativos e de “foro íntimo” que influenciam o comportamento do revolucionário.

A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE

Um dos elementos mais característicos das sociedades contemporâneas é a disseminação generalizada e incontida da violência. Ela se infiltra em todas as esferas sociais determinando um peculiar relacionamento entre os homens. Desde manifestações de auto-agressão velada, como as úlceras de origem nervosa, as depressões, neuroses e o estresse, até as manifestações coletivas, como greves, distúrbios estudantis, movimento dos “sem-terra”, golpes de Estado, revoluções e guerras, a violência ocupa a maior parte dos informativos até caracterizar, na sua forma mais grotesca, a estética de certo tipo de jornalismo sensacionalista que, banalizando a violência, a torna um fato cotidiano ao qual o cidadão deve se acostumar perdendo sua capacidade de indignação e de reação.

O fenômeno da violência é muito complexo. Suas manifestações são múltiplas e variadas. Ocupam um leque que vai do abuso tributário até o feroz encontro bélico, da agressividade incontida das torcidas de futebol até os massacres perpetrados por grupos de “justiceiros”, da punição “pedagógica” até a violência sexual. O trânsito das grandes cidades contemporâneas parece a arena de um reeditado circo romano onde, por uma sorte de catarse coletiva, o cidadão comum encarna a violência cuja canalização pela política lhe é negada.

Há uma outra violência que fica nos limites da política e às vezes se confunde com ela. Trata-se de uma forma de violência que vem se manifestando cada vez mais em alguns países de vários continentes. É a violência organizada e criminosa perpetrada por

marginais fora-da-lei, cujos contornos muitas vezes se diluem, sendo mesmo integrada por policiais e até militares. Ela está constituída por bandos, muitas vezes quantitativa e qualitativamente mais bem armados que as forças legais de repressão. Suas armas são compradas com o fruto do delito tanto no próprio país como fora dele. Em alguns países, a importação clandestina do armamento está garantida pela corrupção dos próprios órgãos encarregados da fiscalização. Outras vezes, suas armas provêm do assalto aos destacamentos policiais ou do roubo “consentido” nas próprias Forças Armadas nacionais. A partir dessa organização armada, vários tipos de delitos são perpetrados no que se convencionou chamar de “crime organizado”. Do “jogo do bicho” a seqüestros, do tráfico de drogas a roubo a bancos, não há crime que fique fora do âmbito de atuação do bando. Normalmente se encastelam em regiões de difícil acesso para as forças da ordem, onde montam seu comando de operações. Algumas vezes essas regiões são densamente povoadas, como é o caso das favelas do Rio de Janeiro. Nesses casos, a organização criminosa impõe sua própria “ordem” na sua zona de influência. Determina tanto a lei quanto as punições e, quando é o caso, as recompensas, realiza benfeitorias, domina o crédito e garante a segurança coletiva de sua região. Sua presença e prestígio se desenvolvem proporcionalmente à omissão e à ausência do Estado no local.

A reflexão sobre esse tipo de violência é freqüentemente negligenciada pelas considerações políticas, dado que seu objetivo nunca foi a tomada do poder. Ainda assim, na medida em que foi se organizando e sua capacidade econômica e o seu poder de fogo aumentaram, começou a exercer influência sobre o Poder Judiciário, subornando juízes ou ajudando-os a se elegerem nos casos em que o judiciário é eletivo (como nos Estados Unidos), destruindo provas, amedrontando ou executando testemunhas, subornando, neutralizando ou eliminando as forças policiais. Finalmente, elegem seus próprios representantes no Legislativo como maneira de facilitar seus negócios. Ainda assim, seu objetivo estratégico não é tomar o poder político, mas apenas controlar certos territórios pa-

ra realizar seus “negócios” sem ter que disputá-los com as Forças Armadas nacionais.

Às vezes, certos atos violentos dificultam sua classificação, ficando numa região onde o político e o delitivo não comportam contornos nítidos. Referimo-nos a certos atos que, em si mesmos, seriam enquadrados como delituosos, como, por exemplo, o roubo a um banco ou um seqüestro seguido de pedido de resgate, mas que, analisados de uma óptica mais ampla, se encaixam como meios dentro de uma ação que, na sua totalidade, se caracteriza como claramente política. Na história recente, constatamos casos em que a guerrilha cometeu delitos para arrecadar fundos necessários para financiar a via armada, o que por outros meios não poderia conseguir. Os roubos a bancos e os seqüestros seguidos de resgate, realizados por comandos guerrilheiros nas décadas de 1960 e 1970, foram bastante freqüentes em vários países latino-americanos. Os intentos de enquadrá-los juridicamente como crimes comuns não conseguiram ocultar seu verdadeiro caráter político revolucionário. Esse caráter, o sentido eminentemente político, o objetivo expresso de disputar o monopólio institucional da força e tomar o poder pela violência desqualificam esses atos como criminosos, inscrevendo-os na esfera do político.

Já na década de 1980, surgiu uma relação muito peculiar entre o narcotráfico e a guerrilha. Na Colômbia, por exemplo, alguns grupos guerrilheiros – não é o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) –, dos que ainda lá operam, mantêm com o narcotráfico¹ relações tão ambíguas e dúbias que sua caracterização política se desfigura. Em realidade, funcionam quase como o “braço armado do crime”, desenvolvendo um volume de ações orientadas pelos interesses dos traficantes que tornam confusos, e certamente secundários, os objetivos políticos do grupo. A relação simbiótica que parte da guerrilha colombiana mantém com o narcotráfico coloca-a no limite da política, e muitas vezes fora dela.

1 Segundo Jorge Castañeda: “O M-19 manteve contatos com o narco de um ou outro tipo e sabemos agora que os cubanos estavam implicados tanto no narcotráfico como no envio de armas ao M-19” (1993, p.119).

Diferentemente desse vínculo, no Peru, o grupo guerrilheiro Sendero Luminoso procurou o financiamento de suas operações por meio de uma relação de domínio militar sobre o narcotráfico. Com violência ímpar na América Latina, eles impuseram seu controle regional por meio de um regime de terror. O mesmo terror dirigiram contra o comércio de cocaína para submeter os narcotraficantes a seus objetivos. Pela cobrança de “proteção”, eles conseguiram uma fonte de financiamento segura para viabilizar uma guerra prolongada. O Sendero Luminoso modificou, para seu proveito, a relação perversa que estabeleceram alguns grupos guerrilheiros colombianos com o narcotráfico, mantendo incólumes seus objetivos políticos e sua inclusão inequívoca na esfera do político. Como diz Castañeda, o Sendero é

o último movimento que proclama abertamente sua lealdade ao “marxismo-leninismo-maoísmo”, que não se envergonha de se colocar o objetivo de uma revolução comunista e que não vacila em repudiar qualquer idéia de concorrência eleitoral ou de diálogo com as autoridades institucionais existentes. (1993, p.133)

A VIOLÊNCIA COMO LIMITE DA POLÍTICA

Para Hannah Arendt (1988, p.15), a violência é apenas um fenômeno marginal do campo político. Para ela, a complementariedade das duas definições aristotélicas de homem, como ser político e como ser dotado de fala,² delimita o campo específico da política como aquele articulado pela fala; mas como “a violência, ela própria, é incapaz de se manifestar pela fala”, ficaria fora desse campo.³ Podemos concordar com Arendt em que a fala articula também esse campo, mas devemos reconhecer que constitui a articulação de *todos* os campos, pois, como diria seu antigo professor,

2 Aristóteles, *Política*, livro I, 2, 1253-a até 1253-a10.

3 Compare-se a formulação de H. Arendt com a posição de R. Aron, para quem “a política, na acepção subjetiva de inteligência do Estado personificado, conduz à guerra porque esta última é apenas um instrumento; a política usa canhões ou notas; ela utiliza-se tanto da violência quanto da palavra” (Aron, 1986b, cap.4, p.394, nota XXIX).

M. Heidegger, a função do *logos* é a articulação do ser,⁴ e o ser é comum a todos os domínios (como o ser é o que faz que o ente seja, ele estará em todos os domínios de entes). Se a fala é a articulação do ser em todos os seus domínios, resulta inútil para capturar definicionalmente a especificidade do campo da política.

Por outro lado, não concordamos com a autora que a violência é incapaz de se manifestar pela fala. A violência manifesta-se de muitos modos, sendo a coação física sua forma mais visível e ostensiva, mas não a única nem necessariamente a mais cruel. Os salários de fome, a miséria forçada, os impostos injustos, as retaliações comerciais, o monopólio do conhecimento podem ser formas muito mais sofisticadas de violência, mas não menos desumanas. No discurso airado de um presidente que de sua “altura togada” ataca a “insensatez” das massas famintas, que não “compreendem” a racionalidade de um plano econômico que as condena inexoravelmente à miséria, começa a gestar-se a violência da ação desesperada das massas contra esse plano. A responsabilidade e a origem da violenta demonstração de força da explosão da bomba atômica devem ser procuradas na ordem formal para deixá-la cair sobre a população civil de Hiroshima e Nagasaki. Como diz Sorel,

Quer a força se apresente sob o aspecto de atos históricos de coerção, ou de pressão fiscal, ou de conquista, ou de legislação do trabalho, quer esteja completamente envolvida na economia, trata-se sempre da força burguesa agindo, com maior ou menor habilidade, para produzir a ordem capitalista. (1992, p.198)

A violência é a substituição da fala no intento de impor a vontade a outro quando a persuasão é insuficiente. Nesse sentido, a violência é o limite extremo em que podemos pensar a política.

4 Para esse autor, a fala é a articulação de nossa compreensão do mundo; nossos pensamentos da realidade são compreensíveis na medida em que se articulam linguisticamente. Talvez possamos dizer que ele antecipa metafisicamente a teoria para a qual o pensamento é linguagem interiorizada, já que para ele “O fundamento ontológico-existencial da linguagem é a fala” e “a fala é a articulação da compreensibilidade” (Heidegger, 1974, p.179 – grifos do original). Em uma etapa mais mística, quando escreve *Carta sobre o humanismo*, ele diz que “a palavra é a morada do Ser, e o homem seu guardião”.

Daí que para pensar a essência da política, procurando sua diferença específica, sejamos obrigados a fazê-lo nesse limite, na sua extrema tensão conceitual. Essa tensão fica manifesta no meio específico da política (mas de maneira alguma o único): o uso da violência.⁵ Assim, a violência não apenas pertence ao campo da política, mas constitui seu limite definicional.

Na afirmação em que exclui a violência da política, Hannah Arendt está pensando no campo de extermínio, onde a violência é absoluta. Concordamos com ela que

Onde quer que a violência domine de forma absoluta, como, por exemplo, nos campos de concentração dos regimes totalitários, não apenas a lei – *les lois taisent*, assim se expressou a Revolução Francesa – mas tudo e todos devem permanecer em silêncio. (Arendt, 1988, p.15)

Mas o exemplo pensado pela autora, pelo caráter extremo da violência desatada nesses campos, isto é, pela manifestação pura e simples dela, foge ao universo semântico da política, pois aqui a violência não é um meio, mas um fim. Nesse caso há violência, mas, concordamos com a autora, não há política. Embora a política, no seu limite conceitual, possa ser definida pela violência, a simples presença desta não denota o fenômeno político.⁶ Da mesma forma, não podemos dizer que um estupro, um acidente de trânsito ou um “ajuste de contas” entre bandos de marginais armados, por serem violentos, sejam atos políticos. Se a política consiste em tornar nossa vontade soberana, em última instância por meio da força, é necessário que todos, em alguma medida, consentam em

5 Max Weber, na sua famosa definição da política, refere esta a seu meio específico que para ele é o uso da violência. A posterior definição do Estado como “o monopólio legítimo da violência sobre um determinado território” é uma decorrência necessária da primeira. Ver, deste autor, “La política como vocación”, em *El político y el científico*, 1975; e a Introdução de *Economía y sociedad*, 1979.

6 Max Weber oferece uma definição nominal do conceito de política sem referência aos objetivos aos quais esta se devota. Diz ele: “Por política entenderemos apenas a direção ou a influência na direção de uma associação política, isto é, no nosso tempo, de um Estado” (1975, p.82), e agrega mais adiante (p.84): “Política significará, para nós, a aspiração (*Streben*) a participar no poder e influir na distribuição do poder entre os diferentes Estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diferentes grupos de homens que o compuserem”.

obedecer a ela.⁷ No caso da violência dos campos de concentração dos regimes totalitários, não se trata de impor a vontade ao outro, mas de acabar com ele. Eram, em realidade, verdadeiros campos de extermínio. Daí que aqueles campos de concentração não tenham sido meios de fazer política (pelo menos diretamente), mas apenas de eliminar inimigos. Por um argumento análogo, a bomba atômica se desqualifica como instrumento da política ao eliminar qualquer objetivo político: não há como impor nossa vontade aos mortos.

Para Arendt, a violência tem uma função original na formação do campo político. A violência, para ela, é pré-política, fundante do político e exterior a ele. Ela diz:

A lenda falou claramente: toda a fraternidade de que os seres humanos possam ser possuidores nasceu do fratricídio; qualquer que seja o grau de organização política que os homens possam ter atingido, teve sua origem no crime. Essa convicção de que, no princípio, houve um crime – da qual a expressão “estado de Natureza” é apenas uma paráfrase teoricamente purificada – manteve, ao longo dos séculos, a mesma explícita plausibilidade, em relação às questões humanas, que a primeira frase de São João, “No princípio era o Verbo”, teve para os problemas de salvação. (1988, p.16)

A beleza dessa passagem só é comparável à sua verdade. Talvez menos histórica que logicamente e, com toda certeza metaforicamente, pensar a gênese da ordem política nos obriga a imaginar uma situação prévia de conturbação violenta. A simples idéia de formação social implica a violência. Formar, dar forma, é, em algum sentido, violentar um estado originalmente amorfo. A idéia de “estado de natureza” como situação anterior ao contrato social por meio do qual se ingressa na ordem social, bastante comum nos séculos XVII e XVIII, não foge a essa regra. Hobbes descrevia o estado de natureza como um estágio no qual, seja por competição,

⁷ Na teoria política de Max Weber, o fenômeno da dominação é central e ele a define como a probabilidade de obter obediência a uma ordem, o que significa, por parte de quem obedece, o reconhecimento da legitimidade desse mandato e seu consentimento em aceitá-lo. Ver *Economia y sociedad*, 1979, especialmente a Introdução (p.43 e ss.) e o cap.IX, particularmente p.695 a 701.

insegurança ou glória, os homens tornavam-se inimigos, esforçando-se mutuamente em destruir-se ou subjugar, determinando, assim, uma situação de guerra de todos contra todos:

É por isso manifesto que durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum que os obrigue a todos ao respeito, estão naquela condição que se chama guerra; e uma guerra de todo homem contra todo homem ... As noções de bem, e de mal, justiça e injustiça, não têm lugar aí. Onde não há poder comum, não há lei. Onde não há lei, não há justiça. (Hobbes, 1983, cap.XII, p.223 e 225)

A passagem do estado de natureza para o ordenamento social é também um ato violento. Mas engana-se quem pense com Arendt que a partir do contrato social e do ingresso dos homens no âmbito do “político” cessa a violência. Muda a forma de manifestar-se: se no estado de natureza fazia-se em regime de “livre concorrência”, depois do contrato a violência manifestar-se-á em regime de monopólio. É precisamente a partir desse monopólio que podemos definir a situação contratual. Sem a existência dessa força monopolizada a idéia de sociedade se desvanece. O uso da violência não fica além das fronteiras do político. Pelo contrário, concentrada por uma única fonte, constituirá a própria natureza política da sociedade civil. Como afirma Hobbes,

O único modo de erigir um poder comum capaz de defendê-los da invasão estrangeira e das injúrias de uns aos outros (assegurando assim que, pela sua própria indústria e pelos frutos da terra, os homens possam se alimentar a si próprios e viver a contento), é conferir todo seu poder e força a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir todas suas vontades, pela pluralidade de vozes, a uma vontade. (Ibidem, p.266-7)

A diferença é que no estado de natureza a violência é anárquica e no estado contratual é institucional. Talvez esse fato tenha levado Arendt a pensar que essa violência, por ser institucional, deveria ser racional e, como tal, compreensivamente articulável pela fala, enquanto aquela, por ser anárquica, seria irracional e manter-se-ia impermeável a todo esforço de articulação. Porém, a violência própria dos regimes totalitários, como os nazi-fascistas que

emudeceram a nossa autora, não é mais do que uma versão extrema da violência institucional que ela parece admirar pela sua racionalidade. A tese de que a racionalidade ameniza ou elimina a violência ou a crueldade não tem justificativa possível. Foi a racionalidade técnica a serviço da violência genocida que desenvolveu as mais elaboradas máquinas de eliminação física do inimigo, seja este ideológico (comunistas), étnico (ciganos e judeus), ou comportamental (homossexuais): as câmaras de gás. É compreensível que, para os teóricos liberais, a idéia de uma violência institucional, que ofereça a possibilidade de sua apropriação instrumental para reprimir os reclamos da classe explorada, resulte mais segura e “racional” que a violência incontrollável e revolucionária do povo.

FORÇA E VIOLÊNCIA: AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Hobbes reivindica, na passagem antes citada, todo poder e toda força para o soberano. Poder e força, dois elementos frequentemente confundidos porque ambos concorrem para o exercício de governo. “Trata-se” – pensa Arendt – “de uma triste reflexão sobre o atual estado da ciência política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras-chave tais como ‘poder’, ‘força’, ‘autoridade’, e, finalmente ‘violência’” (1988, p.23). Confusão que a autora atribui ao fato de que “poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função” (ibidem).

Para Arendt o poder, diferentemente da violência, se relaciona com o número. Poder é a capacidade de agir em uníssono, em comum acordo, o que o torna um fenômeno quantitativo. Por sua vez, a violência, para a autora, reveste-se de caráter instrumental. Para ela, o poder é o contrário da violência, a esta se recorre quando não se conta com aquele: “A forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos” (ibidem, p.22).

Contrária à posição de H. Arendt, pode se destacar uma corrente filosófica para a qual a violência constitui a própria essência da política, sua verdadeira natureza. Para não ir muito a fundo na gaveta da história, poderíamos datar o começo dessa maneira de interpretar a política, que passou a ser conhecida como “Filosofia da Força”, no século XVI, e também nomear, sem qualquer originalidade, mas sem perigo de sermos contestados, Maquiavel como seu fundador. Para essa corrente, o eixo fundamental do fenômeno político é o exercício da força guiado pela óptica do Príncipe, do Estado ou dos interesses de classe. Nela encontramos, entre muitos outros, pensadores representantes de posições tão dissimilares como Hobbes, Marx, Weber, Lenin, Trotsky, Carl Schmitt e Raymond Aron. Dentro dessa corrente e em oposição radical a Arendt, Georges Sorel propõe uma definição terminológica que distingue força e violência por critérios ideológicos, tornando supérflua a obscuridade “quantitativa” da definição daquela. Vejamos a passagem na qual o apologista da violência tece suas considerações a respeito:

Os termos *força* e *violência* são empregados ora ao se falar dos atos da autoridade, ora ao se falar dos atos de revolta. É claro que os dois casos dão lugar a conseqüências bem diferentes. Sou da opinião de que seria mais vantajoso adotar uma terminologia que não resultasse em ambigüidade e de que se deveria reservar o termo *violência* para a segunda acepção. Diríamos, portanto, que a força tem por objetivo impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende à destruição dessa ordem. A burguesia empregou a força desde o início dos tempos modernos, enquanto o proletariado reage agora contra ela e contra o Estado pela violência. (Sorel, 1992, p.195)

Embora a violência vise à destruição da ordem, não se deve concluir que ela seja em si mesma desordenada. Em outras palavras, não devemos, baseados na formulação de Arendt, supor que, porque a “força” é institucional e racional, a violência – por visar à destruição dessa ordem, e até dessa racionalidade – só possa ser irracional. Pelo contrário, a violência não é necessariamente uma expansão descontrolada das forças reprimidas, ela pode ser a *canalização estratégica* dessas forças com o objetivo meridianamente

claro e *racionalmente* deliberado da tomada do poder do Estado. A racionalidade da violência revolucionária não deve ser procurada na sua peculiar natureza (desse ponto de vista não há diferença com a violência institucional: nenhuma violência é racional na sua essência), mas pode ser avaliada nos resultados substantivos de sua aplicação (e, nesse caso, constataríamos que o resultado da aplicação da violência institucional é a *manutenção* da “irracionalidade substantiva” da divisão social em classes, enquanto a violência revolucionária visa justamente à *eliminação* dessa irracionalidade) e na adequação dos meios – racionalidade da ação – empregados para a realização dos fins propostos.

O PAPEL DA VIOLÊNCIA NA REVOLUÇÃO

O fato de que a força de repressão e o fundamento da manutenção da divisão da sociedade em classes estejam concentrados e monopolizados no Estado e que este último, como instrumento de repressão social, por sua vez, satisfaça os interesses da classe econômica e politicamente dominante levou Lenin a reforçar em *O Estado e a revolução* a afirmação de Marx:

Se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está *acima* da sociedade e que “*cada vez mais se aliena* da sociedade” então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta *mas também sem a destruição* do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta “alienação”.⁸

Aqui, Lenin expressa claramente o objetivo estratégico da revolução social: a *destruição* do aparelho de Estado, o que significa que a força revolucionária deverá quebrar ou neutralizar a resistência dos destacamentos especiais armados, atualmente, as Forças Armadas e as polícias. Mas nessa passagem também fica evidente que a classe dos oprimidos não pode esperar que o Estado se extinga “naturalmente”, há um claro chamado à ação que só pode

⁸ Lenin, “O Estado e a revolução”, 1980, v.2, p.227.

ser violenta; suficientemente violenta para anular ou eliminar a força repressiva do aparelho de Estado. Como diria Lenin: “O Estado burguês, segundo Engels, não ‘se extingue’ mas ‘é suprimido’ pelo proletariado na revolução. O que se extingue depois dessa revolução é o Estado proletário, ou um semi-Estado”.⁹

A violência revolucionária deve concentrar-se na eliminação da resistência do Estado burguês, nos destacamentos especiais armados da classe dominante. Aniquilado o aparelho de repressão da classe dominante, esta perde o domínio político e é substituída no papel de dominação pela classe dos oprimidos, como afirma Trotsky: “nesta época de transição histórica, o proletariado faz do poder do Estado e de seu aparato militar o monopólio de sua própria classe”.¹⁰ O Estado, assim contituído pela classe antes oprimida pelo poder político e com destacamentos de proletários armados como elemento de repressão, representa um Estado forte e soberano: a ditadura¹¹ do proletariado. De uma posição ideológica diferente, C. Schmitt admite que:

do ponto de vista de uma teoria geral do Estado, a ditadura do proletariado (que se identifica com o povo), como transição para uma situação econômica na qual o Estado se extingue, pressupõe o conceito de uma ditadura soberana. (1968, p.263)

9 Ibidem, p.234.

10 Trotsky, “El Ejercito Rojo” (discurso pronunciado em 22 de abril de 1918 para o Comitê Central Executivo) em *Escritos militares*, 1973, p.39. Nesse discurso ele diz que: “uma vez que a classe operária tomou o poder nas suas mãos, é evidente que deve criar seu exército, seu órgão armado, que a protegerá dos perigos. Mas também do ponto de vista puramente militar não há mais que uma possibilidade: *construir o exército sobre princípios de classe*” (p.38 – grifo do original).

11 A ditadura é a forma de governo na qual as funções do Executivo e do Legislativo são simultaneamente desempenhadas, seja temporária ou permanentemente, por uma única pessoa, uma assembléia ou uma classe. A característica principal da ditadura é a legislação casuística: a criação de leis para resolver conjunturalmente situações concretas. A lei perde a função reguladora das relações sociais para se conformar instrumentalmente às necessidades do caso. A vontade da ditadura é soberana, manifesta-se sob a forma do enunciado imperativo, editando-se como lei. Analisamos de forma mais detida este tema no artigo “Inimigo e excepcionalidade na teoria da soberania” de Carl Schmitt, publicado pela revista *Impulso (Piracicaba)*, n.9, p.63-77, 1991.

A classe revolucionária precisa exercer soberanamente a ditadura para resolver os problemas emergentes da própria luta na medida em que apareçam. Foi pensando nisso que Marx, quando analisava as lutas de classes de 1848 a 1850 na França, afirmou que:

Uma classe em que se concentram os interesses revolucionários da sociedade encontra imediatamente na sua própria situação, mal se ergue, o conteúdo e o material da sua atividade revolucionária: bater inimigos, *lançar mão de medidas ditadas pela necessidade da luta*; as conseqüências dos seus próprios atos empurram-na para diante. (Marx & Engels, 1982, p.218 – grifo nosso)

Como ditadura soberana, a vontade do Estado proletário se manifesta na forma do enunciado imperativo, transformando-se em lei, e, para executá-la, conta *ainda* com um aparelho de repressão armada: o povo armado. Na medida em que realiza seu fim político, a ditadura do proletariado extingue a classe dos possuidores (uma vez que são desapropriados deixam, por definição, de ser a classe dos proprietários) e concomitantemente (não em sentido temporal, mas apenas lógico) elimina a divisão social em classes, o que não significa, para Marx, acabar com as relações sociais burguesas e o direito burguês, pois apenas “Na fase superior da sociedade comunista ... será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês” (ibidem, p.214-5). Eliminando a divisão de classes, o Estado perde sua razão de ser e seu fundamento. Como diz Marx: “com a abolição das diferenças de classe, desaparecem por si mesmas as desigualdades sociais e políticas que delas emanam” (ibidem, p.219). Por isso, o Estado proletário tem apenas um objetivo, *porque a realização do mesmo implica a sua extinção*.

Claro que aquilo que na ordem da análise se dá de uma vez, como um passo na construção geométrica, na ordem histórica estará submetido às leis do tempo. A desapropriação de todos os meios de produção e sua concentração no Estado (a estatização dos meios produtivos), que é condição de possibilidade para eliminar a divisão social em classes, ainda que seja violenta, pode ser realizada pela mudança da ordem jurídica, o que significa submeter-se

aos tempos processuais e à consagração pelo tempo da nova ordem.¹² Marx & Engels já o tinham previsto no *Manifesto comunista*, no qual enumeram as medidas que deveriam ser tomadas quando o proletariado assumisse o poder político durante a revolução. Entre essas medidas, podemos ler: “1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego de suas rendas para despesas públicas; 2. Pesado imposto progressivo; 3. Abolição do direito de herança”.¹³ O que significa que durante algum tempo deverá existir um Estado de Direito: o Estado proletário. Achamos que a estrutura jurídica que dará forma à nova ordem imposta por este Estado transitório se aproxima bastante do que Engels chamou de “Constituição democrática do Estado”.¹⁴

Talvez o mais difícil de compreender seja o papel desempenhado pela ditadura do proletariado no processo revolucionário. Com efeito, como conciliar a idéia de uma ditadura do proletariado com a idéia da “democracia mais completa”. A solução proposta por Lenin é que “o Estado deste período deve necessariamente ser um Estado democrático *de uma maneira nova* (para os proletários e para os não possuidores em geral) e ditatorial *de uma maneira nova* (contra a burguesia)”.¹⁵ A ditadura do proletariado é configurada pela emergência da organização revolucionária armada na manifestação do seu domínio político. Arrebatado das mãos

12 Em relação ao fato de os revolucionários terem de se submeter, ainda que temporariamente, a uma ordem legal, é interessante lembrar as palavras de Engels no seu prefácio de 6 de março de 1885 ao texto *As lutas de classe em França de 1848 a 1850*, de Marx: “A ironia da história põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os ‘revolucionários’, os ‘subversivos’, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram” (ver Marx & Engels, 1982, p.205-6).

13 Ver “Manifesto do Partido Comunista” em Marx & Engels, 1982, v.I, p.124-5. Obviamente, estas medidas foram pensadas para uma conjuntura específica. O próprio Engels se encarrega de fazer esta observação no seu prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto: “A aplicação prática deste princípio” – diz Engels –, “como o próprio *Manifesto* torna claro, dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias históricas existentes, e por isso não se atribui de modo nenhum uma importância especial às medidas revolucionárias propostas no fim do capítulo II” (ibidem, p.95).

14 Ver “Princípios básicos do comunismo”, 1982, em Marx & Engels, p.86.

15 Lenin, “O Estado e a revolução”, 1980, v.2, p.245.

da burguesia, o poder político será entregue democraticamente de “uma maneira nova”, isto é, *exclusivamente* para as massas que sempre foram excluídas do exercício do poder. Em compensação, a burguesia será excluída também de “uma maneira nova”, pois a ditadura do proletariado não apenas a afastará do âmbito das decisões políticas, mas estas serão tomadas para retirar daquela todo o poder econômico e político que sempre deteve.

Mas o exercício pleno e específico dessa ditadura como tal, como já dissemos, é uma prática Executivo-Legislativa. Por isso, Marx vai dizer que a Comuna de Paris não devia ser um corpo parlamentar mas um corpo de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo, isto é, em lugar de *parlare*, os representantes do povo deveriam se aplicar à *prática simultânea da formulação e execução das leis*. Lenin achava que um governo revolucionário deveria assumir a essência da Comuna de Paris e, para ele, o governo paralelo dos soviets apresentava essa condição: “É uma ditadura revolucionária, isto é, um poder que se apóia diretamente na conquista revolucionária, na iniciativa imediata das massas populares vinda de baixo, e *não na lei* promulgada por um poder de Estado centralizado”.¹⁶ Como a lei regula as relações sociais, implicitamente demarca a função do Estado, de maneira tal que, na medida em que exerce sua soberania legislativa, a ditadura se autodelimita: *a lei, manifestação plena de sua vontade, é, simultaneamente, seu limite*. Portanto, o produto do exercício da ditadura do proletariado será uma Constituição que expresse a vontade de classe dos oprimidos e que viabilize seus objetivos. Durante o tempo que vigorar essa Constituição, o Estado será governado pela “democracia mais completa”, isto é, pelo acesso democrático ao poder das classes que sempre foram excluídas, e essa democracia permanecerá até que se extinga definitivamente o regime de propriedade privada, o que, para Engels, não acontecerá de repente. Ante a própria pergunta retórica, se “será possível abolir a propriedade privada de um só golpe”, Engels responde:

Não, do mesmo modo que não se podem fazer aumentar de um só golpe as forças produtivas já existentes tanto quanto necessário para

16 Lenin, “Sobre a dualidade de poderes”, 1980, v.2, p.17 (grifado no original).

a edificação da comunidade (sociedade comunista). Por isso, a revolução do proletariado, que com toda naturalidade se vai aproximando, só pouco a pouco poderá abolir a propriedade privada quando estiver criada a massa de meios de produção necessária para isso.¹⁷

AUTONOMIA DA ESFERA DA POLÍTICA

A questão da autonomia das esferas da política e da moral fica inusitadamente clara quando comparamos duas máximas correspondentes a cada uma delas. Por um lado, aquela que exige a entrega devotada ao amor ao próximo, ela se expressa no mandato “se batem na tua face, oferece a outra”. Essa máxima configura uma ética que Weber denominou “da indignidade” (1975), por ser repulsiva para a política. Compare-se com a seguinte máxima que Maquiavel coloca na boca de Castruccio Castracani: “Quando ainda servia a Messer Francisco Guinigi, um colega lhe disse: ‘Que queres que te dê, para que te possa esbofetear?’ Respondeu Castruccio: ‘Um elmo’” (Maquiavel, 1982a, p.60). Todavia, a radicalidade *analítica* com que essas máximas nos ajudam a compreender as diferenças normativas de ambas as posturas pode nos induzir ao engano de imaginar que a política é absolutamente refratária a qualquer tipo de consideração moral.

A partir da leitura parcial de Maquiavel, muitos pensadores procuraram defender a autonomia das esferas da política e da moral. Todavia, achamos que esta defesa funda-se em um erro: o de pensar a política apenas pela consideração de seus meios. Em *O príncipe* (1982a, cap.XV), o pensador florentino realiza um giro de 180 graus no pensamento político precedente com seu explícito objetivo: “é meu desejo escrever coisa útil”. Se até aquele momento a Filosofia Política tinha se perguntado pela essência da política, e por sua natureza, ele muda a interrogação para a ordem prática da ação política. Naquele texto ele vai propor respostas para as perguntas: “o que fazer para chegar ao poder?”, quando o político deseja conquistá-lo, ou ainda “o que fazer para conservá-lo?”, quando já foi conquistado.

17 Ver Engels, em Marx & Engels, 1982, p.86.

Dessa perspectiva, a fórmula “o fim justifica os meios” tem sentido, já que o fim é definido pela vontade do Príncipe, e ao *técnico* da política cabe apenas adequar os meios que serão julgados pela sua eficácia em satisfazer a vontade do soberano. Mas se aqueles leitores que vêem em Maquiavel o defensor incondicional da autonomia das esferas da política e da moral fizessem uma leitura mais detida dos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, em que Maquiavel faz uma clara defesa da República como a forma mais estável de governo, descobririam um autor francamente preocupado com os fins, o que os convenceria a mudar sua opinião sobre o “maquiavelismo” a ele atribuído.

Se retrocedêssemos de Maquiavel uns dois mil anos e lêssemos separadamente o livro III da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, correríamos o mesmo perigo: o de cair na interpretação da política como mera adequação de meios a fins, e, coerentemente, com a idéia da autonomia das esferas da ética e da política. Mas basta uma leitura do livro I para desfazer esse equívoco. *Neste, fica claro que toda a estrutura hierárquica dos fins de todas as artes e ciências da Pólis, o edifício teleológico da cidade, está orientado pela função arquitetônica da política.* Com efeito, se o fim perseguido pelas artes e ciências é um bem específico, todos esses fins, por sua vez, estão coordenados como meios em vista do Fim Supremo,¹⁸ que é o Bem Comum, entendido não como uma abstração ou uma “idéia”, mas simplesmente como “o bem-estar de todos os cidadãos”. E é precisamente esse Bem Comum o objeto de estudo da Política. Cabe a esta determinar quem deve praticar cada arte e ciência, o que e até que ponto deve ser estudado para satisfazer, como meio, a realização do fim último. Para o Estagirita, portanto, as esferas da ética e da política não apenas não são autônomas,

18 O Fim Absoluto ou Supremo é aquele fim que é fim em si mesmo, que já não pode ser pensado como meio para atingir outro fim, mas que é procurado por si mesmo: “Chamamos aquilo que é mais digno de ser perseguido em si mais final que aquilo que é digno de ser perseguido por causa de outra coisa, e aquilo que nunca é desejável por causa de outra coisa chamamos de mais final que as coisas desejáveis tanto em si quanto por causa de outra coisa e, portanto, chamamos absolutamente final aquilo que é sempre desejável em si, e nunca por causa de algo mais” (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1097a).

como o próprio objeto da política é a realização do Bem.¹⁹ Por isso não é casual que uma boa parte dos estudos sobre a política tenha sido ordenada por Aristóteles sob o título de “Ética”.²⁰

Já no nosso século, Max Weber abordou frontalmente o tema da relação entre a ética e a política.²¹ Seu objetivo era encontrar uma ética específica para a ação política que, no seu entender, não poderia ser absoluta. Muitos comentadores defendem a idéia de que para Weber essa ética só poderia ser a “ética da responsabilidade”, aquela que manda considerar as conseqüências da ação, porque por elas o ator será responsável. Assim, a “ética da convicção”, aquela ética do compromisso que ordena agir conforme o valor último, independentemente das conseqüências que dessa ação possam se seguir, era considerada própria da ação religiosa e imprópria para a política. Entretanto, para Weber, a ação política manifesta sua coerência interna na medida em que é orientada em relação à “causa”, àqueles valores últimos que atuam intimamente no ator para provocar a “paixão” da qual a política se nutre. Como compatibilizar, então, a “ética da responsabilidade” com a exigência weberiana de orientar a ação política pela “causa”? Acreditamos que circunscrever a ação política à esfera de influência da “ética da responsabilidade” é empobrecer o fenômeno político e o próprio pensamento weberiano. Talvez essa interpretação seja decorrência do esforço positivista por “cientificar” a política, imaginando que na medida em que o fenômeno político fosse “racionalizado” se tornaria mais científico. Mas, por esse caminho, o ingrediente mais importante desse tipo de ação é excluído da análise: a “Causa”, que enfileira os atores nos campos opostos de ami-

19 “Afirmamos que a finalidade da Ciência Política é a finalidade suprema, e o principal empenho dessa ciência é infundir um certo caráter nos cidadãos – por exemplo, torná-los bons e capazes de praticar boas ações” (ibidem, 1099b).

20 No livro *Política*, Aristóteles define a política, o homem, a cidadania etc. e realiza um minucioso trabalho classificatório, passando em revista um número muito grande de constituições de sua época. Todavia, é em *Ética a Nicômaco* que ele analisa a política não apenas na sua relação com a Idéia de Bem Comum (livro I), mas também do ponto de vista da Teoria da Ação (livro III especialmente). Acostumamo-nos a analisar o livro I como um estudo da política tendo em vista sua relação com Fim, e o livro III visando a sua relação com os meios.

21 Ver, especialmente, de Max Weber, 1975, “La política como vocación”.

gos e inimigos, e a “paixão”, que vincula aquela com a ação. Daí que tenhamos defendido em outro lugar²² que o *tipo* de ação que mais se ajusta à política é aquele apresentado por Weber na Introdução de *Economia e sociedade* e que é “racional com relação a fins nos meios, e racional com relação a valores nos fins” e, para esse tipo de ação, nenhuma das duas éticas separadamente se ajusta com precisão, mas talvez uma certa “síntese” de ambas.

Até aqui tentamos mostrar que a moral está intimamente ligada à política, procuraremos analisar agora como a esfera da moral se relaciona com a revolução, tanto no embate pelos Valores Últimos que delimita os campos de amigos e inimigos quanto nas questões práticas de adequação de meios a fins, e também no fenômeno da paixão, que eleva o revolucionário ao limite do heroísmo.

QUESTÕES MORAIS DA REVOLUÇÃO

A esfera da moral se relaciona de diversas maneiras com a revolução. Por um lado, tentar revolucionar um sistema econômico, jurídico e político-social significa também confrontar-se com um sistema de valores. Um processo político é revolucionário, entre outras coisas, porque ele é um meio de impor um novo sistema ético nas relações sociais. Como todo confronto, no caso revolucionário também se trata de um antagonismo valorativo, do embate de cosmovisões excludentes que lutam para impor sua configuração ética. Por outro, por ser um meio violento, já que a imposição se resolve pela força, o próprio processo revolucionário é condenado por aquela ética do Bem absoluto.²³ Esta tensão entre a ética e o meio específico da política configura outro âmbito de relações

22 Saint-Pierre, 1991, especialmente a Segunda Parte, cap.7.

23 Max Weber (1975) analisa muito bem esta tensão entre a política e a ética absoluta em “La política como vocación”. Podemos sintetizar sua digressão apenas indicando que é parte da ação política, não apenas a violência, mas também a mentira, a calúnia, a intriga, a conspiração, a dissimulação etc., quem não compreende que a política não pode prescindir destes meios, quem imagina que é possível chegar ao poder mediante “boas ações” e a compreensão do inimigo, é, como diria Weber, “uma criança, politicamente falando”.

recíprocas. Finalmente, pode-se analisar a relação entre a moral e a revolução focalizando o que podemos chamar de “paixão revolucionária”. Referimo-nos àquela chama íntima que acende o pavio da coragem necessária para instaurar uma nova ordem, para enfrentar o inesperado e arcar com seu custo, ainda que este seja a própria vida. Assim temos várias questões que agrupamos, conforme sua natureza, em três conjuntos que poderíamos chamar de considerações de ordem política, de ordem prática e de moral do revolucionário, respectivamente.

Considerações de ordem política

O confronto definitivo pela hegemonia política é sempre, e em última análise, uma questão de interesses de classes que, na esfera ética, são representados em termos de valor.²⁴ Poderíamos admitir o critério schmittiano²⁵ que define a política pela referência às noções de amigo e inimigo. Mas só podemos reconhecer o “amigo” na medida em que ele compartilhe e defenda os mesmos valores que para nós são vitais. Da mesma forma, reconhecemos o “inimigo” porque seus valores colocam em risco nossa própria existência.

24 Note-se que aqui estamos falando dos valores que representam os interesses da própria classe na esfera ética. Não estamos aludindo dessa forma aos valores como produtos de uma falsa consciência e, como tais, alienantes; aqueles valores que são “plantados” na classe explorada pelos seus exploradores para desviá-la do caminho dos seus verdadeiros interesses, antagônicos com os deles. A representação ética dos interesses da classe explorada constitui um valor normativo que comanda a ação na sua defesa e contra os valores que representam os interesses da classe exploradora.

25 Ver Schmitt, 1984. Especialmente nas páginas 22 e ss., ele tenta chegar a uma definição conceitual do “político”, utilizando categorias especificamente políticas. Ele procurará delimitar o âmbito do político por uma distinção de fundo nos fenômenos específicos do universo político. Mostrando critérios definidores de outras áreas, tentará chegar ao específico da política: “admitamos que no plano moral as distinções de fundo sejam o bom e o mau; no estético, belo e feio; no econômico, rentável e não-rentável”, do mesmo modo, agrega, “a específica distinção política à qual é possível referir as ações e os motivos políticos é a distinção de *amigo* (*Freund*) e *inimigo* (*Feind*)”. Aprofundamos esse tema em “Inimigo e excepcionalidade na teoria da soberania de Carl Schmitt”, 1991.

Ante a ação repressiva das “centúrias negras” (grupos paramilitares sob mando do czarismo), Lenin compreendeu que “todos os demais caminhos estavam fechados” e que só restava a luta armada popular; que tinha chegado a hora da tomada de posição iniludível:

Não é possível deixar de se comover pelo que acontece agora na Rússia, não é possível deixar de pensar na guerra e na revolução; e aquele que se comove, pensa, “se interessa”, *está na obrigação* de se colocar em um ou outro bando armado. Aqueles da ação ultrapacífica e escrupulosamente legal podem ser espancados, mutilados ou mortos. A revolução não admite neutros. (Lenin, 1973, p.25-6 – grifado no original)

Do ponto de vista ético, o fundamento do critério diferenciador do campo político em agrupamentos de “amigos” e de “inimigos”, que representa a própria constelação de interesses de classes comuns ou antagônicos, é a referência aos valores que legitimam a luta na defesa desses interesses.²⁶ Dessa óptica, a luta política é *justificada* pela prevalência dos valores que representam (de maneira clara e não como “falsa consciência”) os interesses de uma classe sobre os da outra. É o posicionamento com relação aos valores representativos de um conjunto determinado de interesses que define as personagens da luta. A referência a esses valores delimita as fronteiras da postura política, determina a coerência dessa postura e da cosmovisão. O confronto de visões de mundo excludentes, condicionadas por interesses de classes antagônicas, demarca a frente de combate.

A guerra revolucionária procura, mediante a canalização estratégica das forças desencadeadas pelas contradições sociais, aniquilar o inimigo para impor sua vontade. O combate se deflagra contra um sistema econômico, social e jurídico-institucional, o objetivo é quebrá-lo e substituí-lo por outro. Mas, do ponto de vista

26 Muitas vezes os interesses que estão em jogo num confronto não são claros e freqüentemente são ocultados ao combatente sob a figura de “valores irrenunciáveis”, isto é, na forma de “falsa consciência”. Seria difícil tentar explicar por que tantos trabalhadores morreram nas guerras imperialistas defendendo interesses antagônicos aos de sua própria classe. Os debates travados no seio da social-democracia alemã antes da Primeira Guerra Mundial e que acabaram fraturando o partido são prova do confronto entre a defesa de interesses de classe e a idéia de pátria, com as conotações valorativas que implica.

ético, o confronto se estabelece com o elemento ideológico representativo desse sistema, isto é, contra o conjunto das representações valorativas dos interesses da classe dominante: contra a esfera ética que dá suporte e justifica moralmente esse sistema.²⁷ Desse ponto de vista, o objetivo da revolução é substituir essa moral por outra que fundamentará e justificará um novo sistema. A revolução é necessariamente também uma revolução na estrutura ética da sociedade. Como diz J. Baechler (1974, p.52) sobre um traço que ele considera constante nos fenômenos revolucionários: eles “apontam sempre contra os valores oficiais. Nesse sentido, um projeto revolucionário é sempre ético no seu fundo”.

O problema surge quando admitimos que os valores não são nem universais nem necessários. Para Weber, as históricas guerras pelas quais a humanidade passou são a prova empírica da existência de valores conflitantes, negando assim a universalidade deles. Ante a falta de uma ética universal e necessária, aplicável em todo tempo e lugar, como defender a preeminência de uma moral sobre a outra? Se fôssemos julgar uma postura política em razão dos meios que empregamos, chegaríamos à óbvia conclusão de que não há política justificável, já que o meio específico da ação política – a violência – abala qualquer postura ética. Se a atribuição ética dependesse do resultado do confronto, deveríamos admitir que o Bem é uma qualidade exclusiva

27 Normalmente, as mudanças estruturais são acompanhadas por alterações ideológicas que consistem em verdadeiras revoluções epistemológicas. Assim, o avanço social das classes mercantis gregas precisou, em determinado momento, alterar a explicação cosmológica que legitimava a antiga ordem política. Concomitantemente, e também pelo florescimento econômico e cultural das cidades costeiras, surgem os primeiros intentos para explicar a origem do cosmos sem recorrer a princípios transcendentais, especialmente em Mileto. A lógica interna do desenvolvimento comercial exigia mudanças jurídicas e políticas, para as quais foi necessário substituir a fonte de legitimidade do poder da nobreza, de fundamento místico-transcendental, por outra explicação imanente (ver Farrington, 1953). Coisa parecida aconteceu com a dissolução do mundo feudal e a prolongada agonia da explicação teológica que o fundamentava e legitimava. A revolução moderna completou-se com um projeto epistemológico para encontrar uma fundamentação da ciência moderna que substituísse a epistemologia teológica. Como diz Cassirer, “a mesma trajetória do pensamento que leva a humanidade a uma nova consciência *histórica* de si mesma faz surgir também a nova imagem da *natureza*” (1986, t.1, p.179).

do vencedor. Mas essa solução não permite explicar a tomada de posição valorativa que fundamenta o próprio confronto.

Tanto nas guerras quanto nos confrontos sociais, frequentemente, ambos os lados da contenda se acusam de imoralidade nos seus princípios ou nos seus métodos. Embora os métodos possam ser os mesmos, os princípios, a julgar pela existência do confronto, não apenas pertencem a constelações valorativas diferentes, mas também a antagônicas. Mas, como observou Karl Kautsky, a moralidade ou imoralidade de um ato se julga por meio da moral na qual o ator se desenvolveu e não de outra. A poligamia, por exemplo, que é condenada, não apenas moralmente, mas também juridicamente, em algumas culturas, é vista com absoluta naturalidade e até como símbolo de *status* social em outras. Por isso, “a imoralidade pode ser sempre e unicamente um desvio da própria moral, jamais da alheia” (1975, p.129).

Porém, quando uma classe dominante, para conservar a situação de domínio, começa a transgredir as regras morais que ela mesma impõe na sua condição de domínio ao resto da sociedade, a crise moral se instala no poder e as justificativas éticas que o legitimavam começam a se deteriorar. Esse é o momento, como diria Hipólito Solari Yrigoyen (1984, p.27), em que “os princípios éticos [são] substituídos pelas necessidades da estratégia”. Para poder manter, ainda assim, a aparência de moralidade que o posto de comando exige, ela tem de recorrer ao cinismo, à hipocrisia e à mentira, tentando ocultar o grau de corrupção dos que reservam para si o papel de fonte de normatividade social. Mas dificilmente consegue impedir que seja percebido pelos dominados que, indignados pela pressão da classe dominante, se elevam, com sua fúria revolucionária, para se impor socialmente. Diz Kautsky:

se a crescente contradição entre as condições sociais cambiantes e a moral estancada se expressa nas classes conservadoras, isto é, dominantes, em crescente imoralidade, hipocrisia e cinismo, que normalmente correm junto com um debilitamento dos instintos sociais, obtêm-se resultados totalmente distintos nas classes em ascenso e exploradas, cujos interesses estão no mais completo contraste com a base social que criou a moral dominante. Elas não têm a mínima razão para se sujeitar a esta, mas sim todas as razões para se opor. Quanto mais

conscientes ficam de seu antagonismo com a ordenação social dominante, tanto mais fortemente cresce também sua indignação moral; tanto mais contrapõem à antiga moral tradicional uma nova, que querem efetivar como moral de toda a sociedade. Desse modo surge nas classes ascendentes um ideal moral que fica cada vez mais audaz na medida em que estas classes cobram mais força. (1975, p.129-30)

Desse ponto de vista, a revolução, como forma plena do confronto da classe explorada contra a classe dominante, representa também um confronto no âmbito ético. O confronto de interesses das classes é representado, dentro da esfera ética, como um antagonismo valorativo. Assim, a luta de classes é acompanhada pelo crescimento de uma moral renovadora, abonada na sua indignação pela incoerência de uma falsa moral desviada e opressiva, contra a qual se agiganta com *legítima* violência para esmagá-la e instalar-se no seu lugar. Violência legítima porque se ampara eticamente na moral corretiva dos desvios que a classe dominante cometeu, não do ponto de vista da moral dos dominados, mas *contra sua própria moral*. Tínhamos afirmado que a revolução é sempre uma revolução *da* moral, agora, valendo-se da teoria da luta de classes, podemos agregar que a revolução é *sempre* moral.

Considerações de ordem prática

Max Weber (1975, p.83) delimitava o âmbito próprio da política por referência a seu meio específico, que para ele era o uso da violência.²⁸ Como ato político, a revolução não apenas não se exime desse uso, como radicaliza-o até suas últimas consequências. Lenin advertia que “o desenvolvimento pacífico de qualquer revolução, em geral, é uma coisa extraordinariamente rara e difícil, pois a revolução é a maior agudização das contradições de classe”.²⁹ Mas essa violência política fica ainda mais caracterizada quando concordamos com Lenin em que uma das expressões que pode assumir a revolução é a guerra civil:

28 Ver também Weber, 1979.

29 Lenin, “A Revolução Russa e a Guerra Civil”, 1980, v.2, p.213.

a guerra civil é a forma mais aguda da luta de classes, quando uma série de choques e combates econômicos e políticos, repetindo-se, acumulando-se, agudizando-se, conduz à transformação desses choques em luta de armas na mão de uma classe contra outra classe.³⁰

Na guerra civil, as forças sociais se enfrentam em um paroxismo de violência cujo fim é a imposição da vontade de um dos contendores sobre o outro. O objetivo dessa guerra é o aniquilamento do inimigo; o de cada combatente, a morte do próximo. Esse próximo que é nosso compatriota, cujos ancestrais estão sepultados na mesma terra que os nossos, que fala nossa própria língua e compartilha nossa cultura, mas cujos interesses de classe e os valores políticos que os justificam o colocaram inequivocamente do outro lado do infranqueável abismo da inimizade. Profundo abismo que transforma nosso próximo no “outro”, no “estrangeiro”, no “inimigo mortal”, na viva ameaça de nosso modo de ser e de nossas aspirações. Abismo espantoso que suspende as considerações de ordem ética e que impõe a morte, já não como possibilidade existencial, mas como obrigação: “matar ou morrer”. Nessas condições, a eficácia dos preceitos morais torna-se quase nula, como afirma Trotsky: “a guerra civil, forma culminante da luta de classes, suprime violentamente todos os laços morais entre as classes adversas” (1978, p.14). A revolução, como radicalização da política, significa a luta até a morte pela hegemonia de uma determinada configuração de valores, e, como diz esse autor: “uma luta até a morte não pode ser concebida sem astúcia de guerra; em outros termos, sem a mentira e o engano” (p.44). Mas, que moral pode justificar a morte, a mentira, a conspiração, o engano como meio, ainda que seja para atingir os fins mais nobres? Trotsky responderia a esta questão com a seguinte afirmação:

acreditar que necessariamente se atua mal quando se atua com violência, ainda que se trate de atos de violência revolucionária, e que por essa razão os comunistas não deveriam se dedicar a “exaltar” a luta armada e a glorificar as tropas revolucionárias, é uma filosofia digna de puritanos e de solteironas do Exército de Salvação. (1973, p.17)

30 Ibidem, p.208.

Valendo-se da compreensão da história como o desenvolvimento da luta de classes, cuja direção leva à dissolução definitiva do conflito originário com o advento de uma sociedade sem exploração e o fim das classes sociais, poder-se-ia definir revolução³¹ como toda mudança substantiva e violenta do sistema econômico-social e político-institucional que viabilize esse destino para a humanidade. Pelo contrário, a contra-revolução será toda mudança substantiva que retarde ou inviabilize esse destino. Desse ponto de vista, podemos caracterizar a revolução como toda luta que aumente a capacidade produtiva do homem para satisfazer suas próprias necessidades e que diminua a exploração do homem pelo homem. Nas palavras de Trotsky: “do ponto de vista do marxismo, que exprime os interesses históricos do proletariado, o fim está justificado se levar ao reforço do poder do homem sobre a natureza³² e à supressão do poder do homem sobre o homem” (1978, p.50).

Vários anos antes de que as palavras de Trotsky fossem publicadas, Lenin analisava,³³ no verão de 1905, os acontecimentos revolucionários desencadeados com a insurreição de Odessa e o caso

31 Ver, no Capítulo 1 deste trabalho, “Breve histórico do conceito”, em que procuramos recuperar o conceito desde suas origens na Antiga Grécia, embora, para Hannah Arendt, por exemplo, “A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana” (1988, p.18), e mais adiante acrescenta que “O conceito de revolução, inextricavelmente ligado à noção de que o curso da história começa subitamente de um novo rumo, de que uma história inteiramente nova, uma história nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII” (p.23).

32 Hoje, essa proposição deve ser considerada tendo em conta as condições ecológicas do planeta. Desde que as análises científicas mostraram a possibilidade concreta da destruição irreversível de toda forma de vida sobre a face da Terra, o poder do homem sobre a natureza transformou-se num perigo para todo projeto político. Daí que os partidos de esquerda contemporâneos mostrem sua preocupação sobre esse tema nas plataformas políticas apresentadas, procurando limitá-lo e ordená-lo. Obviamente essa observação não visa criticar a afirmação de Trotsky, mas atualizá-la – naquele momento ainda se acreditava que as riquezas naturais eram inesgotáveis.

33 Ver Lenin em “Exército revolucionário e governo revolucionário”, originalmente publicado no *Proletari*, n.7, de 10 de julho de 1905. Nossa versão foi reproduzida de *La cuestión militar y el trabajo político en las fuerzas armadas*, 1973.

do encorajado Potenkin. Além de recomendar o estudo das questões militares para aperfeiçoar a revolução em curso, nesse documento ele define a orientação política pela qual a social-democracia deveria aceitar, sem sentimentalismo, a inexorabilidade da guerra para acabar com a exploração das classes dominantes e opressoras. Para balizar essa orientação, Lenin procura diferenciar as guerras em razão da legitimidade de sua natureza:

Há a guerra como aventura que serve aos interesses duma dinastia e aos apetites de um bando de salteadores, que satisfaz as ambições dos heróis do lucro capitalista. Mas há também a guerra – que é a única guerra *legítima* na sociedade capitalista – contra os opressores e escravizadores do povo. Só os utópicos ou os filisteus podem condenar por princípio tal guerra. (1973, p.15)

Com efeito, há guerras cujos objetivos são tão mesquinhos que se tornam inconfessáveis. Nelas, pouco conta a vida dos homens que deixam seu sangue no campo de batalha para definir a distribuição de um mercado do qual, talvez, nem façam parte, ou para garantir o lucro de empresas que pouco têm a ver com a “Ração de Estado” proclamada. Possivelmente aqueles trabalhadores-soldados nem imaginam que com seu sacrifício na guerra fortalecem a garra que na paz os oprime, aquela garra que não apenas os explora e reprime, mas que, ocultando sua verdadeira face de inimigo de classe, conclama o “patriotismo” para arrastá-los à guerra. Quem poderá sequer sugerir que a guerra travada contra esse estado de coisas, a verdadeira guerra revolucionária, aquela destinada a acabar com essa garra e que faz desse objetivo sua bandeira, ainda que por meio da violência mais furiosa, possa merecer a mesma condenação ética que aquela? Poder-se-á contestar: “objetivamente os meios são igualmente violentos e, portanto, igualmente condenáveis”, porém, “objetivamente”, num caso se mata para aumentar a exploração, a injustiça e a desigualdade, no outro, se mata para libertar da exploração, para impor a justiça e distribuir riqueza e possibilidades. Como diria Trotsky: “Quem quer o fim quer os meios. E o ato de violência revolucionária é o meio para libertar os trabalhadores” (ibidem, p.17). Equiparar a violência revolucionária com a violência imperialista e repressiva do lucro é querer comparar a violência do carrasco que executa a condenação à morte de um criminoso com a violência com que este executou suas vítimas.

Na luta de classes, os dois lados usam, dentro dos limites que sua moral impõe, de todos os meios disponíveis para vencer o inimigo e impor sua vontade. Como diz Engels:

afirmamos que, até hoje, todas as teorias morais foram, em última instância, produtos da situação econômica das sociedades em que foram formuladas. E, como até o dia de hoje a sociedade se desenvolveu sempre por antagonismos de classe, a moral foi também, sempre e forçosamente, uma moral de classe, em alguns casos, construída para justificar a hegemonia e os interesses da classe dominante, em outros, quando a classe oprimida se torna bastante poderosa para rebelar-se contra a classe opressora, a moral é construída para defender e legitimar a rebelião e os interesses do futuro em geral, e da classe oprimida, em particular. (1976, p.79)

Ainda assim, a classe dominante, que controla os meios de comunicação e propaganda oficiais, sempre tenta mostrar as camadas revolucionárias como “revoltosas”, “desordeiras” e “criminosas”, como as “forças do mal” que querem acabar com a tranquilidade pública, com a ordem e a paz. Por meio da propaganda de massas, ela atua sobre o chamado “nível psicossocial”, tentando desfigurar as características políticas e ideológicas da contenda. Com mensagens cuidadosamente elaboradas, oculta as históricas reivindicações econômico-políticas, enquadrando moralmente as manifestações. Como denunciava Marighella: “A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, mas não somos outra coisa que revolucionários que lutam à mão armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano” (1970, p.69). O objetivo visado com a criminalização da ação revolucionária é esvaziar o confronto de qualquer conteúdo político que possa aglutinar as massas de um lado da luta ideológica, isto é, nas fileiras revolucionárias. Para evitar essa coagulação social, a reação impõe sua visão: por um lado, o Bem, representado pelo Estado e as Forças Armadas oficiais; por outro, o Mal, representado pelos partidos de esquerda e suas vanguardas revolucionárias.³⁴

34 “*Roban y matan*”, martelava a propaganda da ditadura pelas redes de TVs argentinas, referindo-se à ação da guerrilha, enquanto apresentavam obscuros desenhos diabólicos que representavam os guerrilheiros. Hoje, sabe-se que as autotituladas “forças legais” mataram mais de 30 mil pessoas durante a repres-

Essa propaganda visa menos explicar a situação de confronto ou justificar a ação armada das tropas das classes dominantes do que desencadear o terror social. O objetivo desse terrorismo é, por um lado, evitar que as classes trabalhadoras compreendam a necessidade de assumir decididamente a luta armada,³⁵ e, por outro, cortar o apoio logístico que os grupos armados precisam assegurar no seio da sociedade.³⁶ Do ponto de vista jurídico, o objetivo desse estratagema consiste em não reconhecer o outro lado como inimigo político, mantendo-o sobre o manto da criminalidade. De sua perspectiva liberal, Raymond Aron não pôde deixar de reconhecer que:

-
- são, que prisioneiras grávidas eram mantidas vivas até dar à luz para entregar seus filhos a militares “legais” que não podiam tê-los, que famílias inteiras foram covardemente executadas e suas propriedades vendidas para financiar grupos paramilitares na “justa” luta contra o “terrorismo”. Tudo por uma luta entre o Bem e o Mal que a Igreja Católica não demorou em santificar.
- 35 O objetivo do terrorismo propagandístico consiste em dissociar o confronto armado das lutas sociais. O inimigo não é o povo, nem uma parte dele, ele é apresentado como uma *infiltração alienígena* no meio do povo. Se o cidadão pretende segurança é melhor não ser confundido com esse inimigo e para ser confundido não precisa de muito esforço: durante a repressão argentina, esse inimigo era definido como “todo aquele que apóia a subversão ou com ela simpatiza ou que ‘potencialmente’ possa vir a apoiar ou simpatizar”, isto é, todo o mundo. Como reação psicológica a este terrorismo a sociedade se defendia com o famoso *no te metás*, no sentido de “isso não é comigo”. Quando algum vizinho do bairro era “seqüestrado” pela repressão, ainda que fosse conhecido desde sua infância e reconhecido pela sua retidão de caráter e moral, o comentário era *por algo será...*, como se acreditasse na infalibilidade do regime.
- 36 Mao Tsé-tung afirmava que tendo apoio logístico a revolução não será destruída. Conhecendo essa máxima, a repressão argentina tratou de invertê-la: destruindo o apoio logístico, a revolução acabará. Ante a impossibilidade de enfrentar diretamente um inimigo que explorava a “profundidade” do teatro de guerra, que aparecia, batia com espetacularidade e sumia rapidamente no tecido social sem apresentar combate, as forças armadas “oficiais” começaram a dizimar as organizações guerrilheiras de “fora para dentro”, isto é, partindo dos círculos mais afastados de simpatizantes, que pelas suas atividades não clandestinas permaneciam na “superfície”. Com essa sanguinolenta sistemática de terror (a maior parte das 30 mil vítimas da repressão estava neste nível superficial de comprometimento e muitos deles não tinham nenhum vínculo com os grupos revolucionários), as forças “legais” conseguiram destruir as bases logísticas das organizações revolucionárias, retirando toda sua capacidade operativa até o aniquilamento total.

Os rebeldes não-organizados não têm qualquer proteção legal; a autoridade legítima os trata como criminosos – e precisa tratá-los assim na medida em que deseja manter-se. Se os rebeldes se organizam e passam a exercer autoridade sobre uma parte do território, adquirem certos direitos de beligerância; a situação se transforma em guerra civil e, na prática, tende a desaparecer a distinção entre “autoridade legítima” e os “rebeldes”. Surgem em cena dois governos rivais, e o resultado do conflito decidirá a legalidade ou ilegalidade dos beligerantes. (1986a, p.170)

Com efeito, a criminalização do combatente revolucionário, em princípio, visa evitar o reconhecimento da situação de beligerância por parte dos organismos internacionais, o que poderia provocar pressões externas para aplicar as normas da convenção de Genebra, especialmente sobre o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, o que obstaculizaria o trabalho de inteligência baseado fundamentalmente na prática sistemática da tortura para obter informações.

De qualquer modo, o comportamento ético da classe trabalhadora, quando orientado pelas idéias de justiça social, igualdade, liberdade, paz, segurança, trabalho, fraternidade, normalmente funciona como um empecilho tático para o confronto ou para a consolidação definitiva da revolução, algumas vezes na hora de aplicar o castigo reparador, e quase sempre na hora da negociação. Esse fato já tinha sido notado por Engels quando reconheceu, amargurado, que “a classe operária vitoriosa procede sempre demasiado generosamente com seus inimigos derrotados, e estes a presentearão logo com todas as ignomínias que eles nunca se esquecem de cometer quando vencem”.³⁷ Relatando os acontecimentos insurrecionais de junho de 1848 na França, Engels comenta que depois de uma luta heróica de cinco dias, a revolução foi esmagada. Mas a burguesia não se conformou com a vitória militar sobre os trabalhadores. Em suas palavras,

entre os prisioneiros indefesos houve então um massacre, como jamais se vira desde os dias das guerras civis que prepararam a queda

37 “Os bakuninistas em ação”, em nota prévia acrescentada na reedição de 1894, em Marx, Engels & Lenin, 1981, p.138.

da República romana. Pela primeira vez, a burguesia mostrava até que grau de crueldade podia chegar na vingança, logo que o proletariado ousasse afrontá-la.³⁸

A fórmula “o fim justifica os meios” pode ser analisada de dois pontos de vista. Por um lado, no sentido de que o fim “santifica” os meios empregados na sua realização. Dessa óptica, podemos considerar a matança perpetrada pelas cruzadas no Oriente Médio como um “santo genocídio”, já que o objetivo visado era um fim “santo”. Por outro, o fim justifica os meios no sentido da adequação instrumental destes para a realização daquele. Apenas podemos determinar a adequação dos meios tendo em vista o fim para o qual estes estão sendo utilizados. Valendo-se disso, é possível perguntar se o genocídio dos índios norte-americanos foi um meio adequado para o desenvolvimento do capitalismo nesse país. No âmbito da política, apenas este último sentido parece ter significação.

Assim, podemos nos perguntar se o objetivo político da revolução justifica os meios violentos que ela exige e se esse objetivo é justificável e o que poderia justificá-lo. Se acreditamos que a desigualdade está na base de quase todos os conflitos e as guerras, que ela é a fonte principal da violência social, que apenas acabando com ela será possível pacificar as relações sociais e que isso seria bom para o desenvolvimento da humanidade e, por outro lado, se achamos que só a vitória da revolução poderá impor a igualdade econômica, política e social, então poderíamos dizer que a revolução é um fim justificável. Mas, se perguntássemos a Trotsky se esse fim histórico, por sua vez, justifica qualquer forma de luta como meio de realização, ele responderia:

são admissíveis e obrigatórios apenas os meios que aumentam a coesão do proletariado, inflamam sua consciência com um ódio inextinguível para com toda forma de opressão, ensinam-lhe a desprezar a moral oficial e seus arautos democráticos, dão-lhe plena consciência de sua missão histórica e aumentam sua coragem e sua abnegação. Donde se conclui, afinal, que nem todos os meios são válidos.³⁹

38 Introdução a “A guerra civil na França”, de Marx. Ver Marx & Engels, 1982.

39 Ibidem, p.51.

“Che” Guevara acrescentaria: “nossos soldados têm que ser assim: um povo sem ódio não pode triunfar sobre um inimigo brutal” (1984, p.73).

A moral do revolucionário

Todo processo histórico revolucionário se caracteriza pela ocorrência de fatos heróicos imortalizados plasticamente pelos artistas e biograficamente pelos historiadores e poetas. Todos concordam em reconhecer a existência de uma forte convicção interior que leva o revolucionário a colocar sua vida a serviço da revolução, a subordinar sua vida à “causa”. Como se compreendesse o “sentido” íntimo da história e o percebesse mais importante que seus próprios projetos existenciais. Uma força interior que o impulsiona sobre seus desejos, inclinações, projetos pessoais e o eleva a um patamar próximo do sacerdócio, que o conduz com tranqüilidade estóica ao patíbulo da história e a “oferecer o peito às balas” na defesa de valores irredutíveis e inegociáveis. Com seu inocultável romantismo, “Che” Guevara falava da morte do revolucionário:

Em qualquer lugar que nos surpreenda a morte, bem-vinda seja, sempre que o nosso grito de guerra tenha chegado a um ouvido receptivo, e outra mão se estenda para empunhar nossas armas, e outros homens se prestem a entonar os cantos lutuosos com as rajadas das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória. (1984, p.76)

Embora as probabilidades de morrer durante um processo revolucionário sejam plausíveis, parece haver um prazer compensatório (além de uma certa estética tanática) em se sentir partícipe da própria história: “Nem todos chegarão: alguns se afogarão ao longo do caminho” – reconhecia Trotsky –. “Mas participar desse movimento com os olhos bem abertos, com a máxima tensão da vontade, esta já é por si a suprema satisfação moral que pode ser dada a um ser pensante” (1978, p.55).

Talvez se trate daquela “paixão revolucionária” que tanto cantam os poetas, cuja embriaguez leva à renúncia dos prazeres mundanos na esperança incerta de um mundo melhor ou, pelo

menos, à morte heróica no intento.⁴⁰ Nada mais antibiológico que aquela máxima pichada nos muros das cidades latino-americanas na década de 1970: “Livres ou mortos, jamais escravos”.⁴¹ Mas também nada mais humano que a superação ética da instância biológica na defesa de princípios irrenunciáveis, ante os quais a vida é apenas um prosaico meio de realização. A importância da compreensão desse fato para a explicação do “fervor” revolucionário já tinha sido levantada por Engels: “Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida”.⁴²

Moral revolucionária e consciência revolucionária parecem ser interdependentes. Por um lado, a compreensão ética (que não é necessariamente racional) do “Ideal Moral” revolucionário, isto é, a percepção do confronto ético subjacente ao processo, a visão do nascimento de uma concepção valorativa “nova”, “incorrupível” e “libertadora”, surgindo das “ruínas” da moral “decadente” da classe opressora, impõe uma atitude revolucionária com força normativa. Aceitar o Ideal Moral significa assumir com obediência os imperativos decorrentes daquele: assumir um ideal é agir de acordo com ele. A própria idéia do Bem determina o que seja agir corretamente. Quem aceita o Bem, obriga-se ao Bem. Quem aceita a revolução como Ideal Moral deve assumir um comportamento

40 É chamativa a mórbida excitação com que os militantes revolucionários argentinos da década de 1970 perguntavam sobre as experiências de tortura dos companheiros que haviam passado pelo “interrogatório”. A idéia da morte parecia rondar as suas cabeças como o teste ideal de seu valor ou de sua confiança na “causa” ou, talvez, apenas esperavam trivializá-la para não temê-la.

41 Após a derrota da resistência popular pela férrea reação da ditadura argentina, em fins dos anos 70, lembro-me de ver uma dessas pichações em algum bairro da periferia de Buenos Aires, conservada pelo respeito aos mortos e deteriorada pela inclemência do tempo. Refletindo sobre minha *vida* na clandestinidade e a da “condução”, preservada na Europa, cheguei à conclusão de que o que nos manteve vivos foi a inversão da fórmula original pela prosaica “Livres ou escravos, jamais mortos”. Nesse momento, senti-me tomado por uma profunda culpa, ao pensar que, dado o compromisso revolucionário, permanecer vivo era um ato de traição.

42 Introdução a “As lutas de classes na França”, de Marx. Ver Marx & Engels, 1982, v.I, p.203-4.

revolucionário, dentro dos limites objetivos. Considerará as tarefas que exige a revolução não apenas como as mais importantes a serem realizadas, mas também como aquelas que lhe permitem sua própria realização ética e, por isso, as que dão sentido e coerência à sua vida.

Por outro lado, a compreensão (necessariamente racional) do processo histórico como o desenvolvimento da luta de classes compromete, a quem se identifique com a classe dominada, a participar da corrente histórica como fator “acelerante” do desencadeamento do fim, isto é, a eliminação da divisão social em classes. A consciência histórica é a compreensão racional das leis e tendências operantes na sociedade, por meio da qual se poderá formular a estratégia mais adequada para a luta. A generalização dessa consciência fortalece a expressão de Lenin “a revolução não admite neutros”, exigindo um posicionamento a favor ou contra esse desenvolvimento. Por sua vez, esse posicionamento só se justifica valorativamente, o que nos recoloca no âmbito da moralidade. A consciência histórica da classe oprimida descobre, pelo estudo da história da luta de classes, qual é o fim ao qual devotará sua ação e a moral revolucionária o impõe como valor. A moral revolucionária fornece o fogo necessário para a luta, a consciência revolucionária aproveita a energia desse fogo da maneira mais eficaz para a realização dos objetivos revolucionários.

Uma primeira referência à aparição histórica desse elemento revolucionário talvez se encontre nos trabalhos de Marx & Engels sobre as lutas camponesas. Especialmente este último, no artigo “As guerras camponesas na Alemanha”, lembra o compromisso assumido por Johan Boeheim de Niklashausen com a Virgem Maria, em fins do século XV, de destruir os instrumentos musicais e abandonar o baile e os prazeres sensuais para exortar o povo à penitência. Engels acha que neste precursor encontramos o ascetismo característico das insurreições medievais de tipo religioso e, mais recentemente, do início dos movimentos proletários. Para este autor, a austeridade ascética estabelece o princípio da igualdade espartana contra as classes dominantes : “Para pôr em movimento sua energia revolucionária, para ter consciência da sua posição hostil perante os outros elementos da sociedade, para se concentrar como

classe, ela deve começar por desfazer-se de tudo o que possa conciliá-la com a ordem estabelecida”.⁴³

Para evitar que seja confundido com o ascetismo burguês, como o apregoadado pela moral burguesa luterana e os puritanos ingleses, Engels apressa-se em indicar que o que distingue este ascetismo plebeu e proletário é sua forma fanática e violenta. Até queimar na fogueira, “Joãozinho da flauta” predicou que ninguém devia possuir mais que os outros, que todos deviam ganhar o pão com seu esforço, que todos os homens deviam considerar-se irmãos, que não devia existir papa, nem imperador, nem príncipe. Mas o que funcionou como “cimento coadjuvante” da massa foi a exortação à penitência: “a renúncia repentina e total ao gênero de vida habitual era capaz de inflamar esta massa camponesa dividida e dispersa, que tinha crescido num ambiente de obediência cega”.⁴⁴

Mas há no soldado uma adesão ardorosa pela causa que o torna um feroz guerreiro. Sem ela, seria presa fácil do medo no combate. Maquiavel já tinha observado a importância desse compromisso do soldado com a morte pela defesa da causa e cujo preço não se calcula em dinheiro: apenas a liberdade pode manter acesa aquela chama espiritual que fornece solidez à convicção do soldado e coragem na hora da batalha: “O exército que não tem pela causa por que deve combater uma afeição que transforme cada soldado num partidário entusiasta, tampouco terá coragem para resistir a um inimigo e demonstrar a menor bravura” (1982a, livro I, cap.43).

Clausewitz dizia que os principais poderes morais são a capacidade do chefe, as virtudes militares do exército e seu sentimento de nacionalidade. Ele reconhecia que este último (entusiasmo, fervor fanático, fé, opinião) “manifesta-se essencialmente na guerra de montanha, em que cada um, incluindo o simples soldado, está entregue a si próprio” (1979, p.215). Mais adiante diz que essa virtude se faz ainda mais necessária quando o exército tem de enfrentar uma insurreição, “porque nesse caso as tropas estão mais

43 “Os movimentos precursores da Grande Guerra Camponesa entre 1476 e 1517”, ver Marx, Engels & Lenin, 1981, p.29 e ss.

44 Ibidem.

dispersas e as partes mais abandonadas a si mesmas”. Do ponto de vista da insurreição, pelo fato da dispersão da massa sublevada, deve existir em cada combatente uma forte convicção na vitória, ou na justiça dessa luta, ou na santidade da causa, para mantê-lo espiritualmente unido e subordinado, ainda que fisicamente só e geograficamente isolado.

Aqui Clausewitz refere-se à insurreição como se fosse um movimento desordenado, uma turba de populares desorganizados sem orientação nem planejamento estratégico. Ele está pensando na insurreição como uma reação das massas ante uma situação de opressão insuportável, como se a violência fosse apenas reativa, sem objetivo claro e previamente definido. Talvez, naquela época, esta compreensão do conceito de “insurreição” se ajustasse ao fenômeno. Porém, desde então, tanto as forças de repressão aprimoraram seu aparelho repressivo valendo-se da experiência como, por sua vez, as massas populares apreenderam das trágicas lições de suas lutas a arte insurrecional para canalizar com objetividade e eficiência sua violência revolucionária. Analisaremos esse desenvolvimento da arte da guerra popular, desde a fase espontaneísta até suas sofisticadas elaborações deste século, no próximo capítulo.

PARTE II

AS FORMAS

4 REVOLUÇÃO E INSURREIÇÃO

A insurreição será o tema deste capítulo, em que analisaremos a revolução a partir de um conceito mais amplo, pois, como mostraremos, nem todo movimento insurrecional é revolucionário. Utilizaremos alguns exemplos históricos para ilustrar o desenvolvimento da “arte” da insurreição desde seus primórdios espontâneos até a elaboração de complexos planejamentos. Serão caracterizados aqui os princípios estratégicos da insurreição, aqueles que sempre devem estar presentes, tanto na análise quanto no planejamento insurrecional, por fazerem a diferença entre a vitória e a derrota. Finalmente, focalizaremos a insurreição do ponto de vista do seu dispositivo, procurando iluminar tanto suas características estruturais quanto seus elementos sistêmicos.

DA ESPONTANEIDADE À PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA

A insurreição não é apenas mais um momento da guerra revolucionária, é o seu momento culminante. Como diz Maximilian Robespierre (1972): “A nação só desenvolve verdadeiramente todas suas forças nos momentos de insurreição”. É o momento em que a massa revolucionária do povo, como uma gigantesca onda

armada e revoltada, toma a rua e ocupa o Estado, engolindo a seu passo as antigas estruturas e aparelhos de dominação, para deixar o campo limpo e adubado para novas formas de organização social.

Na sua origem histórica, a insurreição era o resultado da reação espontânea a uma situação na qual as autoridades despertavam a indignação das massas. Podia ser condicionada por longos períodos de exploração e de injustiça e, ainda assim, constituir uma situação basicamente aguda. Manifestava-se como o estalido de energias sociais historicamente acumuladas, mas dificilmente alcançava conseqüências políticas consideráveis. Era uma explosão social sem nenhuma direção, apenas uma reação. Na sua fase espontânea, por carecer de uma organização prévia que a tornasse notória, surpreendia, com relativa freqüência, a classe dominante. Porém, pela sua inconseqüência, a revolta constituía apenas a oportunidade para que a reação castigasse as massas por sua ousadia com pedagógica crueldade e aperfeiçoasse seu aparato repressivo.

Embora as condições objetivas para o estalido insurrecional sejam economicamente determinadas e historicamente dadas, o fator desencadeante pode ser infinitamente variado e circunstancial. Às vezes, esse fator é conscientemente provocado por alguma fração do povo que pretende aproveitar essa energia desatada com alguma objetividade, outras vezes é puramente acidental,¹ mas em todos os casos uma parte da massa procura assumir o controle dela para imprimir certa direção. Essa direção pode ser assumida por

1 Max Weber faz distinção entre causa “adequada” e causa “acidental”. A primeira é o que poderíamos chamar de “condições de possibilidade” do efeito, aquela sem a qual o efeito não aconteceria – no caso analisado seria a acumulação social de energia provocada por contradições internas à sociedade. A segunda é aquela que, ainda que possa desencadear o efeito, não lhe é necessária, isto é, sem ela, o efeito ainda seria inevitável. O exemplo que Weber apresenta deste último se ajusta ao nosso caso. Ele se refere aos disparos executados entre a multidão reunida às portas do palácio de Berlim e que deram lugar aos acontecimentos revolucionários. Ele diz que, embora esses disparos tenham precipitado os acontecimentos, dada a situação geral européia, eram inevitáveis. A “situação geral européia” seria a causa adequada, os disparos, a causa acidental. Ver, deste autor, o artigo “En polémica con Eduard Mayer”, em *Ensayos sobre metodología sociológica*, 1982b.

alguém que se destaca pelos seus dotes carismáticos, sejam estes místicos ou militares, ou por um grupo mais ou menos articulado. A liderança é alcançada e legitimada pela capacidade de mando demonstrada nos campos religioso, militar, político etc. Exemplos históricos destas manifestações são as lutas camponesas na Alemanha de fins do século XV e começo do XVI, encabeçadas pelo carisma místico do pastor e músico Johan Boheim de Niklashausen (“Joãozinho da flauta”);² os levantes municipalistas espanhóis de 1843 originados por insurreições militares e amplificados pelo sistema chamado “bola de neve” e também conhecido como “efeito dominó”;³ os acontecimentos de dezembro de 1905 em Moscou, organizados e dirigidos por uma estrutura político-sindical e militar.⁴

Embora na sua origem camponesa do século XV a insurreição tenha sido uma reação espontânea e inconsciente da massa, sem conseqüências duradouras por falta de direção e objetividade na ação, não deixou de ser uma clara advertência para a classe dominante da perigosa potencialidade de combate da massa enfurecida e insubordinada. Atenta a essa advertência, aquela foi aperfeiçoando seu aparato repressivo para garantir sua posição de domínio, mas, concomitantemente, alguns setores do povo aprenderam, pagando o preço das amargas lições da história, que a eficácia de sua ação dependia da organização e preparação da violência desencadeada.

A insurreição já não podia ser fruto da espontaneidade, pois as forças armadas governamentais foram materialmente muito bem equipadas pela classe dominante, e tática e moralmente treinadas para enfrentar e atirar no povo mal armado e pior adestrado. Os oficiais já não vacilavam em ordenar o avanço sobre a massa, nem os soldados resistiam à ordem. As classes dominantes conseguiram

2 Ver, de Friedrich Engels, “As guerras camponesas na Alemanha”, em Marx, Engels & Lenin, 1981.

3 Foram movimentos originados por insurreição dos destacamentos militares que arrastaram atrás de si levantes municipais em direção à capital. O aumento da massa que o movimento criava no seu passo deu origem à expressão “bola de neve”. Ver, de Karl Marx, “A Revolução Espanhola”, em Marx, Engels & Lenin, 1981.

4 Ver, de Lenin, “As lições da insurreição de Moscovo”, em *Obras escolhidas*, 1980. v.1. Há versão espanhola: “Las enseñanzas de la insurrección de Moscú”, em *La cuestión militar y el trabajo político en las Fuerzas Armadas*, 1973.

impregnar sua ideologia nas tropas regulares que finalmente identificaram a figura do “inimigo” no povo sublevado. A burguesia revolucionária do século XVIII tinha aprendido muito bem com sua própria ação a forma pela qual se manifestava o perigo para a estabilidade do regime. Já no século XIX, colocou todo seu conhecimento, conquistado na prática revolucionária e sistematizado na teoria contra-revolucionária, a serviço de sua permanência no poder. Ela não seria surpreendida com suas próprias armas, tampouco cometeria os mesmos erros que permitiram sua ascensão ao poder.

Aquele orgulhoso exército de cidadãos, criado e desenvolvido para defender a revolução e propagá-la ao resto do mundo, agora se voltava contra o povo em defesa dos privilégios do grupo dominante para confirmar o conhecido adágio espanhol “*cria cuervos y te arrancaran los ojos*”. A burguesia no poder passou a contar com um exército bem-armado e mais bem disciplinado, com táticas específicas para desbordar as barricadas proletárias e reprimir as manifestações de rua: clara expressão do seu desejo político de se perpetuar como classe dominante. Até reformas urbanísticas posteriores à Comuna de Paris, como o alargamento das ruas, foram realizadas para facilitar a repressão a qualquer nova ousadia do povo. O planejamento estratégico contra-revolucionário, por um lado, e a desorganização das forças populares somada ao menosprezo com que a vanguarda mais esclarecida considerava as questões militares, por outro, contribuíram para que os intentos revolucionários da segunda metade do século XIX na Europa acabassem em sangrentos fracassos. A fé incondicional, o valor heróico, o ódio justificado e a justiça de propósitos já não eram blindagem suficientes contra o tecnologicamente bem-desenvolvido braço armado da classe dominante.

Se nas revoluções de 1848 as barricadas proletárias, como símbolo popular da tecnologia de luta insurrecional, mostraram-se ineficazes, depois daquela data, qualquer intento para reeditá-las seria suicídio. Engels já tinha percebido que a época em que a revolução começava com a insurreição tinha acabado.⁵ Daí a importância que tanto ele quanto Marx começaram a dar às

5 No Prólogo a “Guerra civil na França” de Marx, em Marx & Engels, 1982.

questões militares.⁶ Para enfrentar a burguesia com alguma possibilidade de êxito, os revolucionários deviam estudar e aprender a arte da guerra desenvolvida por ela. Para Engels, a insurreição, assim como a guerra, é uma arte. Se não quisessem acabar em um desastre total, as forças revolucionárias deveriam estar atentas, por um lado, à natureza das partes envolvidas no confronto, seu grau de organização, sua capacidade combativa, seus vínculos políticos etc., e, por outro, às circunstâncias próprias da ação. Embora um pouco extensa, transcrevemos a passagem em que Engels apresenta esses procedimentos já clássicos da insurreição, não apenas pelo seu valor histórico, mas fundamentalmente pela sua impecável atualidade:

Em primeiro lugar, nunca brincar de insurreição a não ser que se esteja completamente preparado para encarar as conseqüências da brincadeira. A insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar todos os dias; as forças adversárias têm toda a vantagem da organização, da disciplina e do hábito da autoridade; a menos que contra elas se tragam fortes probabilidades, se será derrotado e arruinado. Em segundo lugar, uma vez entrado no movimento insurrecional, agir com a maior determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo o levantamento armado; está perdido antes de ele próprio se medir com os inimigos. Surpreender os antagonistas enquanto as suas forças estão dispersas, preparar novos êxitos, ainda que pequenos, mas diários; manter o moral ascendente que o primeiro levantamento vitorioso forneceu; reunir, desse modo, do nosso lado, aqueles elementos vacilantes que sempre seguem o impulso mais forte e que sempre procuram o lado mais seguro; obrigar os inimigos a retirar antes de poderem reunir as suas forças contra nós; das palavras de Danton, o maior mestre da política revolucionária até hoje conhecido: *de l'audace, de l'audace, encore de l'audace!*⁷

As massas insurgentes, conforme os ensinamentos de Engels, devem fustigar permanentemente as tropas reacionárias e man-

6 Mais tarde, Lenin afirmará: “*Não há outro remédio* que estudar as questões militares, inclusive as de detalhes, em momentos de guerra civil, e o interesse dos operários por estas questões é o mais legítimo e saudável dos fenômenos” (itálicos no original); ver “Las centurias negras y la organización de la insurrección”, em Lenin, 1973, p.25.

7 “Revolução e contra-revolução na Alemanha”, em Marx & Engels, 1982, p.393-4.

tê-las na defensiva. Deter o avanço insurrecional significa entregar a iniciativa ao inimigo, permitir que reordene suas tropas, concentre suas forças e despeje seu poder de fogo sobre as massas: é a morte certa da insurreição, cujo quartel é a rua e cuja estrutura dificulta manobras defensivas eficazes. O movimento insurrecional deve avançar por pequenas vitórias quotidianas, pois delas dependerá o espírito combativo das massas. A satisfação dos êxitos permanentes, por pequenos que possam ser, assegura a coesão popular e proporciona o ânimo necessário para continuar na luta. Em compensação, produzem efeitos devastadores nas tropas repressoras que começam a duvidar da vitória fácil sobre o povo mal armado, a vacilar sobre seu compromisso com uma causa que não sentem como própria, para finalmente se juntar aos esforços populares de insurreição armada. A ameaça de uma cruenta vingança contra os que persistam em combater ajuda a “dissuadir” àqueles “que sempre procuram o lado mais seguro” para desertar do exército governamental e engrossar as fileiras da insurreição com suas armas. A insurreição armada cai como um raio sobre o tecido social, como uma luz que ilumina os contornos dos campos em que se divide o cenário da contenda. Lenin achava que, nesse estágio do confronto armado, devia ficar claro para todo o mundo que não há mais neutralidade, que já não se admitem vacilações. Dito pelo autor:

Não basta tomar partido quanto às palavras de ordem políticas: é preciso tomá-lo também com respeito à insurreição armada. Quem esteja contra ela, quem não se prepare para ela, deve ser jogado sem piedade das fileiras dos partidários da revolução, deve ser jogado ao campo dos inimigos, dos traidores ou dos covardes, pois se aproxima o dia em que o peso dos acontecimentos e das condições da luta nos obrigarão a distinguir amigos e inimigos segundo este princípio. (1973, p.43-4)

Analisando os acontecimentos insurrecionais de 1905 na Rússia, Lenin⁸ lembraria as indicações de Marx e Engels. Para ele, é

8 Ver, entre outros trabalhos, “Exército revolucionário e governo revolucionário” (publicado originariamente no *Proletari*, n.7, de julho de 1905) e “As centúrias negras e a organização da insurreição” (em *Proletari*, n.14, de 29 de agosto de 1905). A versão usada aqui foi extraída de Lenin, 1973.

sob a influência do “desenvolvimento espontâneo dos acontecimentos” que o movimento popular vai amadurecendo até arrebentar na “insurreição geral armada”. Embora reconheça a importância do espontaneísmo no desenrolar dos acontecimentos,⁹ ele destaca a irrupção organizativa do movimento como um ponto de ruptura na gênese da insurreição. Significava passar das “revoltas,” caracterizadas por serem inconscientes, não-organizadas e espontâneas para as formas de luta organizadas, conscientes e maduras. Ainda que o espontaneísmo seja um elemento essencial e desencadeante do movimento revolucionário, além de ser uma forma importantíssima de hostilização, a insurreição só será, pela minuciosa preparação que exige, a coroação, a culminação da revolução.

A árdua tarefa que exige a planificação da insurreição levou o revolucionário argentino John William Cooke, quando em 1957 ultimava o “Plano de Ação” para a luta peronista revolucionária contra a reação contra-revolucionária da “Revolução Libertadora” de 1955, a afirmar que “Falar da insurreição como um *fato* e não como *culminação de um processo* é procurar outro nome para o golpismo e despojá-la do conteúdo popular que a justifica, a alimenta e assegura seu triunfo” (1985, v.1, p.283). O levante insurrecional devia ser largamente planejado para evitar o choque militarmente desigual com as forças reacionárias. Tanta razão tinham aqueles pensadores, que a insurreição sandinista, já no fim de nosso século, foi programada e organizada cuidadosamente cinco anos antes de acontecer (Ortega, 1986, p.121-31).

9 Lenin (1973) já tinha criticado os vícios espontaneístas em “Que fazer?”. Nesse texto, no capítulo intitulado “A espontaneidade das massas e a consciência da social-democracia”, ele polemiza com a posição assumida pela *Rabótcheie Die-lo* sobre as greves de 1890, nas quais, segundo ele, aparecem “muito mais clares de consciência”. Aqui já demarca a quebra estratégica no desenvolvimento da luta de classes entre as simples manifestações espontâneas de descontentamento e a preparação sistemática do confronto, ainda que este fosse tipicamente trade-unionista. Diz Lenin: “Se os motins eram simplesmente a revolta de oprimidos, as greves sistemáticas representavam já embriões – mas nada mais que embriões – da luta de classes”. Nossa versão é de *Obras escolhidas*, 1980, v.1, p.101.

Lenin analisa o desenvolvimento da insurreição como a história da organização da luta revolucionária. Para ele, as revoltas, que são a mais clara manifestação do descontentamento popular, dão lugar à luta de greves organizadas e às manifestações políticas; temperadas ao calor da repressão, estas vão sendo reforçadas ou substituídas pela resistência armada; essa resistência vai se estruturando por meio dos combates de rua até atingir a luta de barricadas. Mas um passo decisivo para a vitória da insurreição é dado quando parte do exército regular se desprende e passa para o lado da revolução. Isso porque a partir desses retalhos de exército trazidos para o campo popular pelos desertores poderá surgir o embrião do exército revolucionário e também porque nada desmoraliza mais um exército que ver suas próprias forças se esfacelando para engrossar as fileiras do inimigo. Em síntese, para Lenin, a gênese da insurreição é: “Revoltas – manifestações – combates de rua – unidades de um exército revolucionário: tais são as etapas de desenvolvimento da insurreição popular” (1973, p.11).

Lenin considerava que o moderno exército burguês era a manifestação mais acabada da força. Por isso, para ele, a existência do exército revolucionário indicava a apropriação, por parte do povo, da ciência guerreira da burguesia. A partir desse núcleo, seria possível assegurar a direção militar para maximizar a eficácia das forças revolucionárias e planejar o golpe final que esmagasse as tropas reacionárias para consolidar a revolução. Daí a inocultável excitação com que Lenin mostra a importância desse fato: “Foi dado o primeiro passo. Foi cruzado o Rubicon. Ficou gravado nos anais de toda Rússia e do mundo inteiro o passo do exército para o lado da revolução” (ibidem, p.10).

Longe de ser um ato meramente espontâneo, a insurreição foi se constituindo em um sofisticadíssimo instrumento da revolução. De um ato quase reativo e inconseqüente, transformou-se em uma complicada arte que combina diferentes partes da sociedade, que domina muitos conhecimentos de diferentes áreas e que planeja minuciosamente os passos futuros para um objetivo claramente definido de antemão. Trataremos agora de analisar alguns dos elementos constitutivos desse instrumento.

PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS DA INSURREIÇÃO

Ofensiva

O conceito de “insurreição” pode ser aplicado em, pelo menos, dois sentidos diferentes que, do ponto de vista estratégico, apresentam características próprias. Por um lado, como “insurreição” pode-se entender um longo processo pelo qual se organiza, dinamiza e realiza um amplo movimento de massas, que pode estar composto por várias frentes como a política, a militar, a sindical, a estudantil, as milícias, as guerrilhas etc. e cujo objetivo final é a tomada do poder. Nesse sentido, a insurreição é um fenômeno político que consiste em uma totalidade estratégica que abarca desde a conspiração até o assalto final, a batalha decisiva, incluindo a articulação político-militar das frentes e a formação de um exército insurrecional que procurará, no momento preciso, a decisão pelo combate. Por outro, como “insurreição” pode-se entender apenas o momento culminante do assalto final, o exercício político da tomada do poder, a manifestação social da emergência do movimento popular na sua máxima expressão, a revolta, a sublevação, a parte mais visível e virulenta da insurreição. Do ponto de vista estratégico, constitui o desbordamento da força inimiga, a aplicação tática da ofensiva final; é o momento em que a estratégia insurrecional passa da defensiva à ofensiva. Apenas neste segundo sentido deve ser pensada a afirmação de Engels de que “a defensiva é a morte de todo levantamento armado”.

Com efeito, como momento tático, a insurreição é uma espiral ascendente na qual cada degrau de violência assumida pelas massas deve levá-las a uma maior consciência e organização da força. Esse tipo de luta não admite a defesa estratégica, já que seu objetivo não é conservar mas tomar. Não existe nada parecido a uma “insurreição defensiva”, como não há “assalto defensivo”; essa idéia só pode resultar do equívoco de pensar a tática insurrecional (neste segundo sentido) como totalidade estratégica (no primeiro sentido), e, na realidade, ela é apenas um meio especificamente ofensivo na estratégia global do movimento insurre-

cional.¹⁰ É claro que no desenrolar dos acontecimentos insurrecionais o movimento pode assumir alternadamente táticas ofensivas e defensivas, a fim de preservar as próprias forças e atacar as forças inimigas, o que se conhece como “dialética ofensiva-defensiva”,¹¹ pois, como diz Clausewitz: “a defesa absoluta contradiz inteiramente o conceito de guerra”.¹² Mas, dentro do planejamento estratégico da ofensiva decisiva, o movimento insurrecional cumpre a função de desequilibrar a relação de forças para propiciar o golpe definitivo, isto é, a decisão pelo combate. As forças insurrecionais não devem sentir como derrotas os eventuais recuos táticos, pois o elemento moral, que mantém coeso e organizado o povo, é muito forte na vitória, mas rapidamente se dilui com as primeiras derrotas.

Tentando evitar o equívoco que possa surgir da ambigüidade do termo propomos a seguinte distinção: quando falarmos de “insurreição” ou de “movimento insurrecional” estaremos nos referindo ao seu primeiro sentido, isto é, ao seu sentido mais amplo de totalidade estratégica. Caso contrário, quando aludirmos ao seu segundo sentido, propomos falar de “tática insurrecional” ou “momento insurrecional” para referir-nos ao momento específico do assalto final. Cremos que com o método de análise que exporemos a seguir esta distinção ficará mais clara.

Para analisar o fenômeno da insurreição, assim como para qualquer fenômeno do campo das relações de força, devemos distinguir claramente os níveis nos quais este se manifesta e nos perguntar em cada caso sobre seu comportamento. Os níveis nos quais

10 Nem todo levante insurrecional faz parte de uma luta revolucionária. O levante insurrecional espanhol durante a ocupação napoleônica, por exemplo, não o foi. As guerras de libertação podem recorrer à tática insurrecional sem se transformar por isso em guerras revolucionárias, o objetivo daquelas é expulsar do território nacional o invasor, o objetivo destas é o aniquilamento do exército inimigo. Raymond Aron discute essas diferenças e outras muito interessantes (1976. v.II, cap.V).

11 Ver, de Clausewitz, 1979, livros VI e VII; de Mao Tsé-tung, 1979, “Da guerra prolongada”. Os agudos comentários de Raymond Aron sobre o pensamento destes dois autores relativos ao tema da dialética “defensiva-ofensiva” encontram-se em *Penser la guerre, Clausewitz*, 1976. v.2, cap.III, p.2.

12 Ver Clausewitz, 1979, livro VI, cap.1, p.427.

podemos analisar qualquer fenômeno de força são três: o político, o estratégico e o tático. Se analisarmos a guerra insurrecional a partir dos três níveis em que se desenvolve, verificaremos que em geral apresenta o seguinte comportamento: *no nível político, é ofensiva*, ela visa tomar o poder e para isso deve assumir a iniciativa política; *no nível estratégico, é defensiva*, dada a desproporção de forças em relação ao exército da classe dominante, ela deve resguardar suas forças e ganhar tempo para que se fortaleçam (trocar espaço por tempo); *no nível tático, é ofensiva*, devem ser evitadas as posições defensivas fixas, que seriam alvo fácil para o maior poder de fogo do inimigo.

Às vezes, a estratégia defensiva é erroneamente confundida com a tática defensiva: um povo pode resistir ao invasor dentro da caracterização de uma estratégia defensiva, mas, do ponto de vista tático, ele pode hostilizar permanentemente o inimigo mediante táticas de guerrilhas, sabotagem, terrorismo, isto é, mediante a implementação de táticas ofensivas. De qualquer modo, essa atitude ofensiva não chega a constituir uma estratégia ofensiva nem fixa frente de combate. Ela apenas objetiva desgastar e desmoralizar as forças de ocupação, preparando o momento propício para assumir a ofensiva estratégica, passagem que só pode ser realizada, com contadas exceções, com a formação de um exército regular revolucionário. O povo vietnamita é um exemplo antológico de resistência armada ativa.¹³

A parte mais consciente e combativa do povo pode acompanhar uma luta, ainda que prolongada, quando cada passo – grande ou pequeno, pouco importa – consolida visivelmente seu caminho para a vitória final. O valor com que os riscos da luta são enfrentados é proporcional à clareza dos objetivos políticos: como diz Clausewitz: “Como a guerra não é um ato de paixão cega, mas um ato dominado por um desígnio político, o valor desse desígnio determinará a amplitude dos sacrifícios necessários à sua realização”.¹⁴ Os trabalhadores poderão sacrificar seu trabalho no campo ou na fábrica, afastando-se dele, para se somar ao grosso do povo na estrada

13 Ver Ho Chi Minh, 1973.

14 Ver Clausewitz, 1979, livro I, cap.II, p.93.

violenta que conduz ao poder, certos de que retornarão com a vitória revolucionária e uma nova situação social. Porém, um sacrifício bem diferente se dá quando são obrigados a abandonar seu trabalho para ocultar-se da perseguição da contra-ofensiva. No primeiro caso, o sacrifício é a medida do valor, tem o doce sabor da vitória; no segundo, é a medida da punição, tem o sabor amargo da derrota.

As forças insurrecionais não têm condições de aplicar a tática de defender posições fixas contra forças mais bem adestradas, armadas e altamente organizadas. *A defensiva é a morte da insurreição*. Por isso, embora a estratégia geral da insurreição só possa ser uma estratégia defensiva – dada a desproporção desfavorável de força, outra atitude estratégica seria o suicídio –, pela natureza virulenta e instável do movimento de massas, ela só admite o emprego de táticas defensivas móveis ou táticas ofensivas de intensidade de violência crescente até a vitória. Mas não devemos esquecer que o emprego de táticas ofensivas não caracteriza por si uma estratégia ofensiva.

O movimento insurrecional só pode assumir uma estratégia ofensiva com a formação de um exército regular com o qual possa procurar a decisão pelo combate. O importante é que, pela fragilidade das variáveis que intervêm nesse tipo de confronto, *a condução da insurreição não pode perder nunca a iniciativa na luta*. Os confrontos precisam ser previamente planejados e avaliados para evitar derrotas: deve-se dar combate com a certeza da vitória. Esse princípio foi formulado também por “Che” Guevara (1984, p.42) ao afirmar que “um princípio fundamental é que não se deve dar, de maneira alguma, batalha que não se ganhe, combate ou escaramuça que não se ganhe”. Cada combatente revolucionário é muito valioso, seu treinamento é extremamente especializado e normalmente em situação de clandestinidade, o que dificulta seu recrutamento. Por isso deve ser muito bem cuidado.

A guerra revolucionária é uma guerra de movimento em que se revezam passos defensivos e ofensivos desenhando uma “coreografia” bélica que se denominou *minuet*, por analogia com essa dança (“Che” Guevara, 1984, p.49). Essa característica exige evitar as posições fixas, incluindo os acampamentos guerrilheiros rurais, que devem estar sempre muito bem protegidos pelos aciden-

tes geográficos e contar com planos para se mobilizar rapidamente para outro local previamente determinado a fim de, com isso, evitar o confronto quando descobertos pelo inimigo.¹⁵ A chamada “guerra de posição” só pode ter sentido como estratégia, quando o “teatro de guerra” é substituído pela disputa eleitoral democrático-burguesa, em que a cada posição cultural hegemônica “conquistada” corresponde uma concessão política.¹⁶ Na *guerra* revolucionária, dada a correlação de forças normalmente desvantajosa para o campo revolucionário, definir como estratégia o estabelecimento de posições defensivas fixas significa abandonar o objetivo da vitória e optar por uma morte inutilmente heróica. Não é por outro motivo que Carlos Marighella defendia enfaticamente que “Em momento algum a guerrilha brasileira deve defender áreas, territórios, regiões, ou qualquer base ou posição fixa” (1970, p.30). A principal característica das insurreições vitoriosas é a sua mobilidade: morder aqui, ocupar lá, sabotar o sistema de comunicação do inimigo, retirar os combatentes ordenadamente e sumir nas entranhas do povo solidário e, quando o inimigo imaginar que tudo está retornando à normalidade, voltar a golpear, surpreendente e raivosamente, com fúria concentrada. Quando as forças revolucionárias não tiverem condições de alcançar a decisão pelo combate, deve-se evitar que o inimigo a alcance adiando sistematicamente a batalha decisiva.

15 Apenas em situações muito especiais, e sempre como fundamento *tático*, podem tomar-se posições fixas, por exemplo, quando os acidentes geográficos garantam uma defesa tranqüila tornando o lugar inexpugnável. Vejamos a advertência de “Che”: “Em primeiro lugar, apenas há posições elásticas, lugares específicos de onde não pode passar o inimigo e lugares de sua diversão. Frequentemente observamos a surpresa com que este nota que um avanço gradual, superando dificuldades facilmente, encontra-se de pronto ferreamente detido e não há possibilidades de seguir adiante. É que as posições defendidas pelos soldados guerrilheiros, quando conseguiram fazer um estudo aprofundado do terreno, são inexpugnáveis. Não se contam quantos soldados atacam senão quantos soldados podem defendê-la, e uma vez estabelecido esse número se defende contra um batalhão e quase sempre, para não dizer sempre, com êxito. Uma grande tarefa dos chefes é escolher adequadamente o momento e o lugar no qual uma posição será defendida até o final” (1984, p.50-1).

16 Aqueles que defendem a guerra de posições como estratégia revolucionária ou não entendem de estratégia ou não desejam a revolução.

Do elemento da ofensiva como fundamento tático e momento culminante da insurreição é possível extrair algumas máximas para a ação: aquele que faz parte de um processo insurrecional deve sentir que está permanentemente avançando na direção certa da conquista de suas reivindicações; sem subestimar o inimigo, deve ser consciente da sua força, da legitimidade de sua luta e da eficácia de seus golpes, infringindo sucessivas derrotas às forças da reação; deve saber do medo respeitoso que sua audácia e coragem despertam nas fileiras inimigas; deve palpitar a emoção de realizar uma missão que supera sua própria existência, de sentir a transcendência de ser o sujeito do destino de um povo e de colocar conscientemente sua mão na roda da história; deve sentir a potência demiúrgica de sua ação revolucionária; deve se sentir compensado pelo sacrifício de entregar, chegado o caso, até a própria vida. Mas *jámais deve imaginar que sua morte pode ser inútil*: a inutilidade da morte do revolucionário esvazia de significado sua vida e sua luta.

Oportunidade

O sentido da oportunidade para agir visando a um futuro desejado é, como diria Aristóteles,¹⁷ o que distingue o líder natural e o gênio guerreiro. Um exemplo de rendição incondicional à tirania da oportunidade foi dado por Agamêmnon, que entregou sua amada filha Ifigênia para ser sacrificada pelos sacerdotes, como condição para que soprassem os ventos sem os quais perderia a oportunidade propícia para atacar Tróia. Políbios também destacou a importância da oportunidade na sua obra:

Talvez em todos os assuntos humanos devêssemos regular cada um de nossos atos pela oportunidade, pois ela é mais poderosa que qualquer outro fator; isso é especialmente verdadeiro na guerra, pois é nesta que vemos a balança pender mais abruptamente de um lado

17 Aristóteles diz que “quem é capaz de previsão com sua inteligência é um governante por natureza e um chefe natural”. Ver *Política*, livro I, 2, 125-a30.

para outro. Deixar de aproveitar as oportunidades é o maior dos erros. (1985, livro XXVII, p.497)

Para Maquiavel, a oportunidade junto com a fortuna e a *virtù* constituíam o tripé que garantia e consolidava o êxito do príncipe. De pouco valem a sorte e a *virtù*, ou até mesmo o acúmulo de meios, se não se acerta na escolha da oportunidade para aplicar tudo isso na conquista dos objetivos: “como a sorte varia e os homens permanecem fiéis a seus caminhos, só conseguem ter êxito na medida em que tais caminhos se ajustam às circunstâncias” (1982a, cap.XXV, p.129). A oportunidade é a compreensão histórica do momento vivido. É a sensibilidade do ator histórico para perceber a correta maturação dos acontecimentos para colher os frutos esperados.

Uma das questões que preocupam o agente histórico, o ator político, é encontrar a fórmula que lhe permita determinar, com alguma pretensão de acerto, a oportunidade propícia, o momento histórico adequado para aplicar sua ação com êxito. Aproveitar a oportunidade é agir na situação em que nossas forças se encontrem na máxima potência e as do inimigo minimizadas, que nossa possibilidade de êxito seja quase absoluta e a de fracasso, nula. Com o objetivo de aproveitar a oportunidade tentando aumentar as probabilidades de êxito, algumas máximas foram propostas: o que é bom para nós é ruim para nossos inimigos, e o que é bom para eles é péssimo para nós; devemos levar o combate para o terreno que é mais favorável às nossas forças e evitar aquele propício às forças do inimigo; procuraremos a decisão quando nosso inimigo preferir protelar, mas quando ele decidir atacar, o melhor para nós será postergar o combate etc.

Se é difícil determinar a oportunidade certa para entrar em combate com exércitos regulares, muito mais o será quando se trata de perceber a situação adequada para uma insurreição que envolve grandes movimentos de massas, normalmente heterogêneos e sem contornos definidos. A importância da determinação do momento propício para lançar a luta insurrecional revolucionária é dimensionada quando admitimos que a ofensiva permanente é o princípio fundamental da tática insurrecional. A necessidade de manter-se permanentemente na ofensiva exige o máximo cuidado

na eleição da situação em que o plano insurrecional deve ser executado, não apenas pensando no grau de desintegração das forças adversárias e de organização da massa revolucionária, mas fundamentalmente atento à fase ascendente do fervor revolucionário do povo, pois, como diz Humberto Ortega, um dos pecados mortais do movimento revolucionário consiste em tentar a “organização da insurreição armada durante a fase descendente do movimento revolucionário das massas, e não durante a fase ascendente, ou seja, deixar passar o momento favorável” (1986, p.128).

Quando a insurreição deixa de ser uma manifestação espontânea das massas, a percepção da maturação social, a determinação do momento exato em que a situação das tensões sociais fornece as condições objetivas para lançar a luta insurrecional com possibilidades de êxito, torna-se um elemento essencial da luta revolucionária. Daí a importância que os revolucionários passaram a dar a este elemento. Vejamos, por exemplo, o que afirma sobre isso John William Cooke:

As condições objetivas que demandam uma insurreição geral manifestam-se de uma maneira múltipla, mas podem ser sintetizadas em duas, a saber: a) quando a consciência insurrecional do Povo alcançou seu mais alto nível, isto é, quando não tem mais saída a não ser a insurreição; b) quando esse nível revolucionário popular ótimo coincide com um grau também ótimo de decomposição nas fileiras dos seus inimigos, isto é, quando a capacidade de resistência e de luta de seus adversários chega a seu grau mais baixo.¹⁸

Unidade de comando

A fisionomia heterogênea dos movimentos de massa faz que o êxito da insurreição dependa da coordenação das operações dos diferentes agrupamentos que fazem parte dela. Muitas vezes a preparação da insurreição inclui a articulação de numerosas frentes, como a guerrilha rural, a guerrilha urbana, as milícias

18 Ver carta datada de 28 de agosto de 1957 enviada ao general Perón quando Cooke se encontrava exilado em Santiago, Chile (Cooke, 1985, p.306-7).

populares, o movimento sindical-operário, o movimento rural-camponês, o movimento estudantil, para o que é necessário um comando político-militar unificado. A centralização decisória é crucial para garantir o êxito de operações combinadas que requeiram a participação de diferentes frentes. Não há possibilidade de consolidar um triunfo militar sem comando unificado. Às vezes, é até possível que uma ou várias vitórias possam fazer acreditar no êxito definitivo da insurreição e, em razão da aparente facilidade para percorrer o caminho para a vitória, levem, por excesso de confiança, a “baixar a guarda” descentralizando o comando. Nesse caso, pouco tempo terão os insurgentes para comemorar sua vitória, apenas o necessário para que as forças contra-revolucionárias se reorganizem e avancem a sangue e fogo sobre o povo desarmado e desmobilizado. Não foi outra coisa o que aconteceu na Espanha nos levantes municipalistas de 1873 “comandados” pelos anarquistas que, no momento de consolidar a revolução, em lugar de unificar as forças para realizar uma ofensiva geral com o objetivo de aniquilar as tropas reacionárias que se encontravam em debandada, decidiram colocar em prática seus princípios federalistas que, em termos de defesa, só podiam resultar em um desastre fatal para a revolução. Assim relatava Engels aqueles acontecimentos:

o mais importante era impedir a concentração da Guarda Civil, coisa só realizável pela passagem à ofensiva e pela ousadia de sair a campo aberto ... além disso, para triunfar não havia outra solução. Mas não. O federalismo dos intransigentes e do seu apêndice bakunista consistia precisamente em que cada cidade atuasse por conta própria, declarando como fator capital a separação relativa das cidades restantes, em vez de colaboração com elas; isso arruinou qualquer possibilidade de ofensiva geral. O que na guerra camponesa alemã e nos levantes germânicos de 1848 foi um mal inevitável – a atomização e o isolamento das forças revolucionárias, graças aos quais as tropas do governo puderam esmagar uma rebelião após outra – foi proclamado na Espanha princípio da mais sublime sabedoria revolucionária. Bakunin pôde ter essa satisfação.¹⁹

19 “Os bakuninistas em ação” em Marx, Engels & Lenin, 1981, p.143.

Surpresa

A surpresa resulta da combinação de duas características: o sigilo e a rapidez (Clausewitz, 1979, p.234). Operar com o elemento surpresa implica algumas considerações: em primeiro lugar, a dificuldade de mobilizar grande número de efetivos sob essas duas condições exige operar com pequenos grupos de fácil deslocamento e em regime de clandestinidade; em segundo, embora não seja impossível, é muito difícil lograr a surpresa no nível político. Neste, as posições são claramente manifestas e atingem o nível da violência física, normalmente, quando os recursos pacíficos foram esgotados. Dificilmente uma declaração de guerra surpreende. Entretanto, é no nível das operações táticas que a surpresa se mostra em toda sua eficácia. Como diz Clausewitz:

Na tática, a surpresa encontra-se muito mais no seu elemento, pela razão muito natural de que os tempos e as distâncias são mais curtos. Portanto, será mais factível, na estratégia, quando suas medidas se encontrem mais próximas ao campo da tática, e mais difícil quanto mais se aproximem ao domínio da política. (1979, p.235)

A insurreição deve surpreender as forças reacionárias mas não o povo. Daí que este deva ser objeto de um trabalho político prévio de esclarecimento e preparação. Embora Lenin advertisse que “alguns meses de revolução educam os cidadãos com mais velocidade e mais a fundo que décadas inteiras de estancamento político” (1973, p.13), ele colocava como uma das tarefas principais do partido essa educação preparatória das condições subjetivas para aproveitar o estalo revolucionário. A insurreição é apenas a manifestação explosiva de um longo processo preparatório na adversidade necessária da clandestinidade. “Não é a história de um dia” – diz H. Ortega – “mas, ao contrário, é fruto de uma preparação constante, por meses ou anos, produto de muitos esforços positivos e negativos à procura do golpe estratégico determinante” (1986, p.122).

Para levar a cabo essa ação preparatória, normalmente são aproveitadas as próprias estruturas organizativas das massas, como os partidos políticos oposicionistas, os sindicatos não compro-

metidos com o regime, as estruturas de bairro, as associações etc. Porém, o trabalho é desenvolvido sob a superfície, sub-repticiamente por uma parte da organização insurrecional que atua e permanece na clandestinidade para não ser detectada pelo sistema de inteligência e informação da reação.

O DISPOSITIVO INSURRECIONAL

O dispositivo insurrecional é a estrutura organizativa e operacional da insurreição. É o somatório e a articulação de todas as forças socialmente operantes que intervêm positivamente no projeto insurrecional. Uma força será socialmente operante na medida em que um mínimo de articulação interna a torne um “vetor” adequado para expressar a vontade dos seus integrantes. Conforme a inserção social destes (trabalhadores, camponeses, intelectuais, estudantes, militares etc.) ou a modalidade de expressão do grupo (greves, invasões, manifestações políticas, relações públicas, luta armada etc.), as forças assumem uma característica identificatória. Chamamos “frente” à organização de todas as forças que convergem pela identificação de sua característica. Assim se poderá falar de “frente sindical”, fazendo referência à organização de todas as forças caracterizadas pela inserção laboral de seus integrantes, independentemente de sua manifestação, que poderá ser, conforme a conjuntura, reivindicatória, política, de relações públicas com os organismos internacionais, e até eventualmente militar. Como “frente política” podemos nos referir à organização das forças especificamente caracterizadas pela sua manifestação política, independentemente da extração social de seus militantes, que poderão ser intelectuais, trabalhadores, estudantes, camponeses etc.

Estrutura

A quantidade de frentes que atuam numa insurreição é muito variada, dependendo do grau de complexidade e organização política, sindical e social das massas sublevadas, por um lado, e das necessidades concretas da luta, por outro. A característica específica

de cada frente, decorrente de sua inserção nas relações sociais de produção, é essencial na determinação de sua funcionalidade dentro do dispositivo insurrecional. A natureza de cada frente determinará o teatro de operações no qual realizará a tarefa que seja mais adequada, em razão da disponibilidade e da capacidade de mobilizar seus meios e recursos.

A correta coordenação das frentes é o que dá ao dispositivo flexibilidade e mobilidade. A versatilidade das frentes e sua articulação operativa permite ao dispositivo estar presente em diferentes lugares, realizando ações de características muito diversas. Pode, sincronizando operações isoladas, distrair o aparato repressor, como pode, realizando-as todas simultaneamente com ampla distribuição territorial, dividi-lo e isolá-lo, mas também pode concentrar todas suas forças em um único golpe para causar grandes estragos ou uma derrota decisiva. Em condições de inferioridade na relação de forças com um exército maior, Mao Tsé-tung (1967) defendia a execução da “defensiva estratégica”. Resumidamente podemos dizer que se trata basicamente de “dar um passo atrás”, induzir o inimigo à perseguição, esperar que o cansaço e a desmoralização tomem conta dele, escolher a unidade das tropas inimigas mais fraca ou com piores condições de travar combate, procurar um terreno propício para a batalha, concentrar as forças num movimento de “retirada convergente”, e contra-atacar por linhas interiores. Diz Mao: “o objetivo da retirada estratégica é conservar as forças militares e preparar a contra-ofensiva. A retirada é necessária porque não ceder um passo ante o ataque de um inimigo forte significa inevitavelmente pôr em perigo a existência das próprias forças” (1967, p.122-3).

O dispositivo insurrecional pode estar presente de maneiras diferentes em muitos lugares simultaneamente. A frente partidária pode estar agindo politicamente no parlamento enquanto a frente camponesa organiza uma invasão de terra. A frente universitária pode estar realizando uma manifestação estudantil e panfletando o centro administrativo do país, na mesma hora em que a frente sindical paralisa a produção por meio de greves. Um comando pode cortar a energia elétrica de uma região por meio de sabotagem nas redes de distribuição, no momento em que está sendo realiza-

do um “panelaço” pelas donas de casa no centro comercial. A frente militar pode estar hostilizando uma delegacia de polícia com ações de milícias ou atacando um destacamento militar com o aparato guerrilheiro. A multiplicidade de características específicas fornece versatilidade ao acionamento do dispositivo. A possibilidade de coordenar ações de naturezas muito diferentes nos lugares mais remotos do território brinda-o, ao mesmo tempo, com flexibilidade e coerência. Obviamente, a estrutura repressiva da classe dominante tentará, por todos os meios, evitar a soldadura dessas frentes.

A flexibilidade do dispositivo consiste em poder golpear no momento adequado, com o instrumento preciso, no local escolhido e com a força necessária. Com a multiplicidade de frentes e suas diversas especificidades, é possível escolher a hora e a modalidade do golpe, de maneira a procurar o máximo desgaste do aparato repressor com o mínimo risco para o dispositivo insurrecional. É possível combinar operações de forma a pressionar com uma frente, retirar do teatro de operações outra, resistir com uma terceira, pleitear juridicamente o reconhecimento nos organismos internacionais com uma quarta, desenvolver uma política de publicidade com uma quinta etc. Todos são meios que dão maior consistência ao processo revolucionário-insurrecional.

Sistemas

A coerência do acionar do dispositivo insurrecional é dada pela unidade da ação, pela comunicação, pela inteligência e pela capacidade de mando. A unidade da ação significa direcionar e concentrar o esforço de todas as frentes do dispositivo para satisfazer o fim estratégico, isto é, para realizar o objetivo político claramente determinado. Essa objetividade da ação, por sua vez, só é atingida pela centralização do comando e da decisão. Portanto, o vértice desse dispositivo, se dele se espera eficiência e eficácia, deve estar caracterizado pela univocidade decisória e a unidade de comando.

Comunicação e propaganda

As massas são facilmente influenciáveis pela propaganda, tanto positiva quanto negativamente, sua moral é muito sensível às circunstâncias da luta. Daí a importância de reforçar seu caráter com a conscientização da clareza dos objetivos e das dificuldades emergentes de um confronto prolongado, pois a vitória não será o fruto de um dia, mas de uma longa jornada de luta. Pequenas vitórias iniciais, quando inteligentemente difundidas, dão coesão e força moral ao povo. Por outro lado, a ausência de êxitos ou, o que é pior, uma sequência de vitórias do inimigo desmoraliza e desmobiliza as massas insurretas, que podem passar rapidamente a uma debandada desorganizada e a um incalculável recuo histórico.

A comunicação é o sistema linfático do dispositivo; ela leva as informações e ordens do centro à periferia e vice-versa. Pela situação de clandestinidade na qual normalmente se move o dispositivo insurrecional, a comunicação deve ser amplamente difundida, desenvolvendo meios caseiros de reprodução de informações, como impressas manuais (cujas instruções para a construção e manejo devem ser simplificadas), tanto para o serviço de comunicação quanto para o exercício de propaganda e difusão. O que se procura com isso é agilidade para dar rápida resposta com autonomia no lugar que seja necessário, como, por exemplo, os boletins do comando sindical durante uma greve. Mas, por outro lado, para lograr o grau de coerência e unidade política, a comunicação deve ser centralizada. As vitórias de uma frente, as dificuldades de um comando, as negociações de uma greve, os resultados de um apoio internacional, o recuo do aparato da repressão das ruas devem ser rapidamente divulgados, de forma periódica, para todas as frentes, o que seria impossível sem centralização. Essa divulgação, por sua vez, não pode nem deve ser isenta de análise política: todo e qualquer boletim informativo deve conter orientação política, pois esta facilitará a resolução dos problemas quotidianos periféricos em consonância com a objetividade da coordenação do dispositivo como um todo.

A comunicação pode ser oral ou escrita. No primeiro caso, pode ser boca a boca, diretamente, por meio de sistema de rádio

ou por intermédio de qualquer outro meio de telefonia ou comunicação eletrônica. Às vezes, a comunicação é apenas visual, como quando, por medidas de segurança, o contato de controle se realiza apenas dessa maneira, em que determinadas cores de roupas ou a presença ou não de certos adornos (como óculos, chapéus, tênis, casaco etc.) podem significar uma determinada mensagem. A comunicação oral é mais rápida, econômica e não deixa comprovantes que possam ser capturados e usados pelo inimigo. Por outro lado, ela pode induzir a erros e pode ser, no caso da utilização de rádio ou sistemas de telefonia, facilmente “furada” por escutas do inimigo.

A comunicação escrita pode ser expressa em bilhetes, notas, boletins, informes, jornais etc. Seu aspecto positivo é a univocidade da informação, evitando possíveis equívocos, e a certeza da cadeia de comando e de responsabilidade. Mas oferece, em contrapartida, o risco de ser encontrada com o portador delatando-o perante as forças da repressão, como também de ser interceptada e alterada. Ainda assim, como diria Marighella: “o guerrilheiro urbano não pode renunciar a instalar a imprensa clandestina” (1970). Os boletins, informes e jornais clandestinos têm como maior virtude uma ampla divulgação de informações, análises e “palavras de ordem”, e, passando de mão em mão, criam o compromisso da cumplicidade entre o leitor e o dispositivo insurrecional, fortalecendo os laços entre as bases e a condução. Seu inconveniente reside no grande volume de material que representa e, conseqüentemente, as dificuldades para escondê-lo e distribuí-lo.

Uma questão importante no sistema de comunicação é a linguagem a ser utilizada. A composição heterogênea das frentes do dispositivo apresentam, freqüentemente, condições culturais muito diversificadas, determinando diferentes possibilidades para assimilar as informações. O fato de algumas destas terem que circular por todas as frentes faz que devam ser expressas numa linguagem facilmente compreensível e ao mesmo tempo esclarecedora para todos os níveis de militância. Nesses casos, deve-se procurar manter a linguagem o mais próximo possível do coloquial, abordando seu objeto de maneira clara e direta. A simplicidade da linguagem não significa superficialidade de análise, a mensagem pode convidar o leitor a se aprofundar na compreensão das causas estruturais

dos problemas quotidianos que o afligem. Mas, por sua vez, essa linguagem funciona como ferramenta epistêmica dessa compreensão, apresentando, de maneira didática, aqueles conceitos que auxiliarão o militante na apreensão dos fenômenos político-sociais. Normalmente pretende-se que o militante nunca se sinta sozinho e desamparado diante das dificuldades da leitura, daí que a eventual dificuldade na análise dos problemas possa servir como incentivo para a reunião com seus companheiros para discuti-los em grupo.

Por outro lado, muitas informações circulam apenas em determinadas frentes. A especificidade tanto dos problemas quanto das metodologias de cada frente obriga a informes também específicos, contendo certo linguajar “técnico” correspondente. Assim, a frente sindical, por exemplo, precisará utilizar certos conceitos que, embora sejam muito conhecidos pelos integrantes dessa frente, podem resultar estranhos ou insignificantes para quem não pertença a ela. Por sua vez, expressões técnicas correntes no âmbito militar podem resultar familiares e necessárias para o exército revolucionário, mas totalmente incompreensíveis ou até chocantes na frente universitária. Daí que seja importante, para informações de circulação restrita, manter a linguagem técnica específica para a frente à qual se destina. Finalmente, quando o objeto visado é a propaganda, no qual a mensagem não se limita nem a cada frente nem apenas ao dispositivo, mas que procura atingir a maior parte da sociedade e, se possível, até países onde se procura solidariedade, a comunicação deve incorporar todo o desenvolvimento da tecnologia de *marketing*, a qual, sem desfigurar a fisionomia revolucionária do movimento, busca o efeito desejado.

Inteligência

O sistema de informação e inteligência representa o órgão sensível do dispositivo insurrecional. A vitória na guerra depende do grau de conhecimento das próprias forças, das forças e vulnerabilidades do inimigo e das características geográficas, climáticas e sociais do teatro onde serão desenvolvidas as operações. Como diz Mao: “Tudo o que está fora de nossa consciência é realidade objetiva. Por conseguinte, o que devemos aprender e conhecer com-

preende tanto a situação do campo inimigo quanto a nossa, e os dois campos devem ser considerados como objeto de nosso estudo” (1967, p.95). Sem esse conhecimento acurado, até um grande exército será inevitavelmente conduzido à derrota. Por meio do sistema de informação, a organização obtém todos os dados necessários para ter uma noção o mais exata possível do funcionamento do próprio dispositivo, do meio geográfico e psicossocial no qual ele deve agir, e das características do inimigo. A coordenação da insurreição deve atualizar permanentemente a informação do seu próprio dispositivo, pois em razão desse conhecimento ela saberá o que é capaz de realizar e até que ponto pode resistir em cada momento da luta. Esse aspecto também foi notado por Mao: “Numa operação militar, a direção e o ponto de assalto devem ser escolhidos tendo em conta a situação do inimigo, o caráter do terreno e o estado de nossas forças no momento dado” (ibidem, p.89). Com esse objetivo a coordenação insurrecional deverá dispor em qualquer momento de uma série de dados: número e situação das frentes; composição numérica e grau de compromisso com a causa dos seus integrantes; sua capacidade operativa e de resistência; a coesão moral dos quadros; situação financeira e administrativa de cada frente; detecção, controle, neutralização e eliminação de eventuais infiltrados; tipos de armas, quantidade e localização das mesmas; enraizamento de cada frente no seu meio etc.

O reconhecimento do terreno é essencial para o êxito das operações. Tratando-se de guerrilha rural, por exemplo, o domínio do terreno e o aproveitamento dos seus acidentes podem fazer a diferença entre a vitória e a derrota. Os comandos guerrilheiros poderão sumir mimeticamente no meio, aparecer repentinamente para surpreender o inimigo em um acidente geográfico que lhe seja desfavorável, ou fixar uma posição para deter o avanço das tropas regulares (“Che” Guevara, 1984). No caso da guerrilha urbana, o conhecimento das ruas, dos prédios, dos terrenos baldios, da localização de fábricas, escolas, hospitais etc. pode garantir a aproximação, o golpe e a retirada do objetivo visado. Uma mobilização estudantil ou uma manifestação de trabalhadores deverá contar com um bom conhecimento das principais vias de trânsito, os meios disponíveis na área para bloqueá-las, se for o caso, meios de trans-

portes para lograr uma rápida concentração, localização de praças, bosques, edifícios públicos, empresas estrangeiras, bancos, vias de acesso alternativas para uma eventual retirada do teatro, lugares previamente determinados para reordenar as forças no caso em que o confronto com o aparato policial exija uma retirada, antecipação dos lugares onde a repressão disporá seu aparato etc. Quando todos esses conhecimentos estiverem em poder das lideranças, facilitarão o planejamento das operações com maior grau de previsibilidade.

Além do conhecimento geográfico, a liderança deve conhecer a situação social da população no teatro de operações. Deve saber o grau de compromisso que a população da região tem com a causa da insurreição e a simpatia para com seus métodos. O levantamento sobre a existência de populares simpatizantes com o regime situacionista ou de familiares de integrantes do aparato repressivo deve antecipar um bom planejamento das ações. De nada adianta uma manifestação de rua em um bairro de população sintonizada com o regime, pois apenas se conseguirá aumentar sua antipatia pela revolução e seus métodos. Muitas vezes é necessária uma preparação psicológica do teatro, uma operação prévia de esclarecimento político que ajude a compreender a necessidade da luta e a correção dos seus métodos e objetivos. A ausência dessa preparação, quando uma população é politicamente ignorante, pode ser fatal, como aconteceu com “Che” Guevara na Bolívia.²⁰

Mas não basta ter um conhecimento acurado das próprias forças e do teatro de operações, é necessário também conhecer intimamente o inimigo, sua potência e suas vulnerabilidades, para evitar seus ataques e golpear onde mais dói, pois, como diz Mao: “Há pessoas que são capazes de se conhecer bem a si mesmas mas não a seu adversário; há outras com as quais acontece o contrário. Nem umas nem outras podem resolver os problemas de aprender e aplicar as leis da guerra” (1967, p.95). São muitas as informações que podem ser obtidas, daí que seja necessário selecioná-las e classifi-

20 “Che” reclamava que quando se dirigia aos camponeses bolivianos parecia estar falando com pedras. Ver, de Ernesto “Che” Guevara, *Obras completas*, 1984, p.535-701.

cá-las, pois é importante ter muita informação, mas o mais importante é que esta seja boa. Uma boa informação é aquela que, por um lado, fornece o conhecimento de um fato que o inimigo se esforça por ocultar ou dissimular, seja relativo à sua força (preparação de um operativo repressivo, movimentação de tropas, realização de novas alianças políticas, obtenção de financiamento externo, lançamento de campanhas publicitárias, recebimento de reforço de armamentos ou tropas etc.) ou às suas vulnerabilidades (reconhecimento de suas linhas de abastecimento, situação moral e insatisfação salarial da tropa, debilidade das alianças políticas, projeção da imagem nos organismos internacionais, falta de resposta para as necessidades básicas da população, ausência de canais de expressão política etc.). Por outro lado, uma boa informação depende da confiabilidade da fonte informativa: a questão de quem é o informante e por que meios obteve as informações será decisiva para determinar a seriedade com que será classificada. Uma má informação pode induzir a cometer um erro operativo que conduza à derrota parcial ou total.

As informações sobre a situação do inimigo podem ser classificadas em três grandes grupos: políticas, sociais e militares. O primeiro grupo classificará todas aquelas informações referidas à projeção política do inimigo, os critérios políticos que orientam suas decisões, sua estrutura e lutas internas pelo poder, a relação dessas frações internas com o espectro político nacional, os “sinais” de algum desses grupos procurando um contato com a condução insurreccional, suas relações internacionais, o âmbito de alianças internas e internacionais etc.

As informações classificadas como sociais são aquelas que procuram retratar a situação e as tendências da sociedade e sua relação com o regime. Conhecer o sentimento da população em relação à situação política, social e econômica é extremamente importante para determinar com precisão o momento exato da maturação da conjuntura para agir sobre ela com alguma probabilidade de êxito. O conhecimento das clivagens sociais, da capacidade de suas respostas, do grau de insatisfação, do apoio ou reprovação ao governo, do grau de consciência política e organizativa das camadas sociais é crucial para integrá-las organicamente ao

dispositivo insurrecional. A sociedade, ou parte dela, não é apenas o teatro da insurreição, mas também sua legitimação e sua logística. A simpatia que os setores sociais tenham pela causa da insurreição os levará a colaborar com ela, seja participando ativamente de atos, manifestações, lutas de rua etc. seja guardando material insurrecional como armas, documentos, impensas etc., como também alojando combatentes clandestinos em suas casas e até emprestando-as para a construção de “cárceres populares”. Saber qual bairro é simpatizante e qual é hostil pode significar a diferença entre a vida e a morte em caso de se procurar proteção durante uma retirada.

As informações classificadas como militares representarão o levantamento de todos os dados disponíveis relativos ao aparelho militar e paramilitar da repressão. Sua distribuição territorial, sua estrutura operativa, a condição do seu material bélico, as linhas de abastecimento, a estrutura logística, a localização e o estudo dos quartéis etc.

Comando

A complexidade estrutural, funcional e operativa do sistema de comando depende de número, variedade e relação das frentes, por um lado, e da especificidade da conjuntura e da situação concreta da luta, por outro. Mas, fundamentalmente, o dispositivo insurrecional conta com um comando político, que dá unidade e direção política ao movimento; também com um comando militar para direcionar as forças sublevadas e, subordinando ambos, o comando supremo do dispositivo insurrecional, sempre político-militar, que dá unidade política e direção militar a todo o movimento no seu caminho revolucionário. Como diz Lenin:

O exército revolucionário é imprescindível, porque os grandes problemas históricos só podem se resolver pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar ... O governo revolucionário é necessário para dar unidade política e organização política à parte do povo levantada em armas ... a organização da direção política do povo é tão necessária como a direção militar de suas forças. (1973, p.12-3)

Mao Tsé-tung, que teve de resolver os problemas de mando na articulação entre o Exército Vermelho e as formações guerrilheiras, defendia, com sua capacidade para reunir numa síntese conceitos opostos, a centralização de comando com flexibilidade e iniciativa. Ele estava pensando na possibilidade de centralizar as decisões no nível estratégico, o que fornecia coerência estratégica a todas as operações conjugadas; mas, por outro lado, os comandos guerrilheiros gozavam de liberdade de decisão no nível tático das operações. Resumidamente, a proposta maoísta era centralização estratégica e descentralização tática.²¹ Mao tinha percebido a importância tática da descentralização operativa da guerrilha, daí que, embora considerasse essas formações especiais uma força auxiliar do Exército Vermelho (com situações nas quais podia passar a ser estrategicamente principal, como no caso da retirada estratégica), dedicou-se a estudar profundamente os problemas estratégicos da guerra revolucionária. No próximo capítulo, trataremos de introduzir as considerações estratégicas da guerra revolucionária, analisando o tema do armamento do povo ou, como o chamou Mao Tsé-tung, a guerra popular prolongada.

21 Mao Tsé-tung diz que “o princípio de mando na guerra de guerrilhas, oposto tanto à centralização absoluta quanto à descentralização absoluta, exige um mando estratégico centralizado e um descentralizado nas campanhas e batalhas” (1967, p.202).

5 POVO EM ARMAS – GUERRA POPULAR

CARL VON CLAUSEWITZ: O ARMAMENTO DO POVO

No começo do século XIX, aconteceu um fato histórico que, sem ser inteiramente novo, passou a ser considerado, pela primeira vez, como objeto de estudo sistematizado pela teoria da estratégia. Os teóricos prussianos, alarmados com o avanço impetuoso e incontido dos exércitos napoleônicos, começaram a temer pelos destinos de sua nação. Atentos aos acontecimentos no resto da Europa, não demoraram em perceber uma forma de luta que estava sendo desenvolvida na Espanha e que estava irritando o invasor francês. Derrotado o exército monárquico espanhol, parte da população civil espanhola tinha se armado para defender o território nacional do invasor estrangeiro. Grupos no começo pequenos, inicialmente mal armados e pior treinados, porém com um grande amor pela Espanha, conseguiam hostilizar as moderníssimas formações napoleônicas sem oferecer frente fixa, sem prolongar os combates, sem uniforme, bandeira e insígnias identificatórias do grupo ou da hierarquia. Comandados por lideranças carismáticas, como “El Empecinado”, atacavam as linhas de suprimento e

comunicação do exército napoleônico roubando tudo o que podiam,¹ desconcertando e desmoralizando a tropa.

Os teóricos militares logo perceberam que a única forma de conter ou pelo menos dificultar o avanço das tropas revolucionárias de Napoleão era armar o povo. A teoria de armar o povo para enfrentar o invasor conseguiu motivar o imperador a soltar um édito que conclamava a população a se armar. Mas considerações políticas o fizeram voltar atrás um dia depois: era preferível perder a guerra para uma nação inimiga a ganhá-la ao custo de deixar o povo armado. Todas as classes dominantes temem proporcionar igualdade de condições de luta ao povo oprimido.

Carl von Clausewitz analisou esse tipo de guerra no seu texto principal, no qual percebeu a dimensão revolucionária do armamento do povo ou, como ele preferia dizer, a nação em armas. Para ele, o armamento do povo podia ser analisado em dois sentidos: no político “como um meio revolucionário, um estado de anarquia legalizada, tão perigoso para a ordem social no interior como para o inimigo” (1979, p.577) e no militar. Talvez por dever de ofício ou mesmo por condicionantes ideológicas, Clausewitz limitou sua análise ao segundo sentido, isto é, ao militar. Ainda assim, achamos útil para nosso trabalho a exposição de sua teoria pelas considerações táticas e estratégicas que, em última análise, servem tanto para a defesa nacional contra o exército invasor quanto para a guerra revolucionária que aqui nos ocupa.

Clausewitz formula cinco condições para o sucesso de uma guerra com o povo armado:

- 1 A guerra deve ser drenada para o interior do país.
- 2 Uma única catástrofe não deve bastar para resolver o seu destino.
- 3 O teatro de guerra deve abraçar uma extensão considerável do território.
- 4 As medidas tomadas devem corresponder ao caráter nacional.

1 Sobre o tema do levante civil espanhol contra as tropas napoleônicas, ver Alonso, 1989.

5 O país deve ser do gênero cortado ou inacessível, quer seja montanhoso, arborizado ou pantanoso, ou em função do modo particular de cultura. (1979, p.578)

A primeira condição define a principal característica estratégica dessa forma de luta: ela é especialmente adequada para auxiliar uma estratégia defensiva ou na guerra de libertação. Nessas, as ações se desenvolvem no interior do território nacional e o aniquilamento do inimigo não se impõe como objetivo estratégico. Ela é eficaz na medida em que o soldado-cidadão se mantenha lutando no seu próprio território, que ele conhece profundamente e onde ele pode recorrer para satisfazer suas necessidades de aprovisionamento e descanso, por conta própria, independentemente das tropas do exército regular. Sua independência das linhas de suprimento do exército regular fornece-lhe grande mobilidade e capacidade de se diluir no teatro de guerra. Fora do território nacional, ele passa a depender do exército regular, ficando vulnerável ao expor suas deficiências de treinamento em relação ao soldado profissional. Daí que essa forma de luta não seja adequada para uma estratégia ofensiva ou uma guerra de conquista territorial fora das fronteiras nacionais.

A segunda condição diz respeito a não procurar a vitória em uma batalha. O tipo de guerra adequado ao povo armado é de desgaste, de manobra, de não apresentar frente fixa onde o inimigo possa cercá-lo, imobilizá-lo e aniquilá-lo com a sua ordem estrita e sua maior capacidade de fogo. Como diz Clausewitz: “O caráter do combate de *landsturm* é o mesmo de todos os combates travados por tropas de qualidade inferior: muito ímpeto e ardor de início, mas pouco sangue frio ou tenacidade na duração” (ibidem, p.581). Os golpes que deve procurar dar o povo em armas são os breves e contundentes, golpear e sair. Deve vencer o inimigo pelo cansaço e não procurar a decisão pelo combate. Deve desmoralizá-lo atacando suas linhas de provisões e de pagamento do exército regular, atacar os destacamentos isolados e debilitados, mas nunca deve ser utilizada essa força para atacar o grosso ou a parte mais forte do exército inimigo.

O povo armado se distribui pelo território nacional, impedindo que o inimigo o combata em uma frente única. Isso é o que

aconselha a terceira condição. Espalhando-se no terreno, o povo obriga o exército inimigo, por um lado, a penetrar profundamente no território tornando vulnerável sua linha de suprimentos e, por outro, a dividir-se em várias frentes enfraquecendo suas forças e debilitando sua capacidade de fogo. Quanto maior o território maior será o movimento de forças que o exército inimigo terá que fazer. A qualquer momento pode fazer contato com um grupo armado que o obrigara a combater, correndo o risco de que se formem grupos de resistência na sua retaguarda. Clausewitz analisa esta característica do armamento do povo por analogia com a formação de vapor:

Na nossa opinião, a guerra popular, como qualquer coisa de vaporoso e fluido, não deve condensar-se em parte alguma do corpo sólido; senão o inimigo envia uma força adequada contra esse núcleo para destruí-lo e fazer numerosos prisioneiros ... Mas, por outro lado, é bem necessário que este nevoeiro se condense em determinados pontos, forme massas compactas, nuvens ameaçadoras de onde pode finalmente surgir um violento raio. (1979, p.580)

O quarto princípio alude ao caráter do povo, a seus costumes, sua capacidade de resistência e sobretudo à moral. Na medida em que a causa que promove a guerra seja, para o povo, justa – e no caso das guerras de liberação, na qual o invasor toma suas terras, sua bandeira, sua soberania, a moralidade da causa é óbvia –, a guerra terá fôlego para continuar ardendo.

Por último, o quinto postulado faz referência às características geográficas do país que serve como teatro de operações. Quanto mais acidentado e grande este for, maiores as chances de defendê-lo. Os acidentes geográficos de um país são a trincheira natural do povo armado que, conhecendo sua geografia como sua própria casa, pode buscar refúgio para descansar, é capaz de preparar uma emboscada para atrair o inimigo, sabe onde se ocultar depois de golpear e por que caminhos fugir para não deixar suas pegadas. O conhecimento do terreno permite ao miliciano se retirar da frente por sua conta, separando as forças para se reencontrar em outro lugar fixado de antemão. Sabe onde encontrar solidariedade para se alimentar e descansar, e quanto mais acidentado for o terreno, mais facilidade terá de combater o inimigo até sua expulsão.

Resumidamente: para Clausewitz, o armamento do povo não é uma estratégia mas sempre funciona como tropa auxiliar do exército regular. Em decorrência disso, não deve procurar a decisão pelo combate, mas desgastar o inimigo pela manobra. É uma arma excepcional para a estratégia defensiva, mas não deve jamais intentar uma defesa táctica, pois não tem condições de enfrentar tropas regulares bem treinadas e armadas por muito tempo. Como diz Clausewitz:

Por mais corajoso que seja um povo, por mais guerreiros que sejam os seus costumes, por mais forte que seja seu ódio ao inimigo, por mais propício que seja o terreno, é um fato indiscutível que a guerra popular não pode permanecer vivaz numa atmosfera saturada de perigo. (1979, p.581)

A seguir, mostraremos como todos esses ensinamentos foram recolhidos e levados até suas últimas conseqüências práticas, e de maneira vitoriosa, por Mao Tsé-tung durante a longa revolução chinesa.

MAO TSÉ-TUNG: A GUERRA POPULAR PROLONGADA

Mao: o político militar

Assim como Lenin é o teórico da revolução e “Che” Guevara a imagem do amor revolucionário, Mao Tsé-tung pode ser considerado o formulador da guerra revolucionária dentro da corrente de pensamento marxista. Provavelmente ninguém mais do que ele, nessa tradição, pensou a estratégia para concretizar a máxima de que “a tarefa central e a forma mais alta de toda revolução é a tomada do Poder pela força armada, isto é, a solução do problema por meio da guerra” (Mao Tsé-tung, 1967, p.297). Para ele, nas circunstâncias em que se encontrava a China, o único caminho possível para lograr uma situação de independência e igualdade para o povo chinês era a via armada. O imperialismo tinha desenvolvido uma posição tão fortificada para as classes dominantes que impedia o exercício da política sem derramamento de sangue. Nessas condições, as armas constituíam, para ele, o instrumento principal de canalização da luta (1967, p.304).

Sua história, como combatente constante das lutas deste século na China, aproximou-o tanto do militarismo que ele próprio reconhece que “há quem nos ridiculize qualificando-nos de partidários da ‘teoria da onipotência da guerra’”. Sim, somos partidários da teoria da onipotência da guerra revolucionária; isso não é ruim; é bom, é marxista” (ibidem, p.303). Nas suas análises da situação de conflito, tanto da guerra revolucionária quanto da guerra contra a invasão japonesa, ele pensa a ação política e a ação militar como uma unidade.²

Sua biografia, a cultura do povo chinês, a longa história da guerra nacional, as particularidades da luta de classes na China levaram-no à seguinte conclusão: “a experiência nos diz que os problemas da China não podem ser solucionados sem as forças armadas” (ibidem, p.301). Para pensar os problemas políticos de uma perspectiva bélica, ele se aprofundou nos estudos militares refletindo sobre os fundamentos e princípios da guerra. Esses princípios, que ele reformula para adaptá-los à realidade chinesa, são simples e elementares, tão antigos como a própria história da guerra, na qual se inspira. Sua originalidade consistiu na obediência a esses princípios e sua aplicabilidade, conforme as circunstâncias e suas mudanças, combatendo as tendências conservadoras e aventureiras que ameaçavam a reta condução da guerra. Talvez o longo tempo em que conviveu com a guerra, desenvolvendo simultaneamente as tarefas de comando militar e político, o tenha influenciado na sua definição da política com uma paráfrase da célebre fórmula de Clausewitz: “pode-se dizer que a política é guerra sem derramamento de sangue” (1967, p.252). Com base nessa definição, pode-se pensar que, para Mao, durante a atividade política, continuam a reger todas as características da guerra mas sem combate.³ Mas essas características, fora do contexto da radicalidade

2 Raymond Aron também reconheceu esta particularidade do pensamento político-militar de Mao (Aron, 1986b, v.2, p.98-110).

3 Ver Aron, 1986b, v.I, especialmente cap. IV, 2, e a nota XXIX, onde afirma que “a inversão da fórmula, freqüente em nossa época, supõe que utilizamos a violência em tempos de paz – o que é incompatível com o pensamento de Clausewitz – ou que visamos aos mesmos fins em tempos de paz ou em tempos de guerra – o que não sugere uma política de conquista” (p.395).

da luta de classes, tornam sua definição de política praticamente inaplicável.

Um dos aspectos que ocupam a reflexão polemológica é a relação entre a guerra e a ética. A questão central consiste em determinar se todas as guerras são injustas ou se algumas podem ser consideradas justas; em que casos uma guerra pode ser moralmente justificável ou condenável; que critérios determinam a justiça ou injustiça das guerras e em que condições eles poderiam ser universalizáveis. O objetivo da *teoria da guerra justa* é determinar os critérios de legitimidade da guerra. Essa teoria foi juridicamente abonada pelo jusnaturalismo que se interessava pelo *dever ser* do direito de guerra.

Em relação à natureza ética da guerra, Mao Tsé-tung se enquadra nessa teoria, que também é aceita, entre outros, por Santo Tomás, Lenin, Trotsky e o papa,⁴ os quais consideram – obviamente por diferentes motivos – que é possível decidir sobre a moralidade da guerra, isto é, se uma guerra pode ser considerada justa ou injusta. Mao afirma que “A história conhece apenas duas classes de guerras: as justas e as injustas. Apoiamos as guerras justas e nos opomos às injustas. Todas as guerras contra-revolucionárias são injustas; todas as guerras revolucionárias são justas” (1967, p.87). Mas como aplicar essa definição na eventualidade de confronto armado entre países socialistas, ambos considerados revolucionários? Lembremo-nos da tensão entre a China e a URSS, e dos combates na fronteira com o Vietnã.

É difícil definir “guerra revolucionária”. A discussão para precisar esse conceito ocupou boa parte da bibliografia das ciências sociais com resultados discutíveis. Distinguir “guerra revolucionária”, “guerra nacional”, “guerra de libertação” não é tarefa fácil, até porque pode acontecer, como Lenin já tinha percebido,⁵ que um conflito comece como uma “guerra de libertação” para se

4 Discutimos esta posição do papa em A soberania, o Vaticano e o Leviatã. *Diário de Franca*, São Paulo, 7 jul. 1994, p.2.

5 Lenin, ante a Primeira Guerra Mundial, percebeu que era momento da possibilidade e inevitabilidade “em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais, em seguida das guerras e insurreições do proletariado contra a burguesia, e finalmente da unificação de ambas espécies de guerras revolucionárias” (1980, p.680).

transformar, com o passar do tempo, numa guerra civil com confronto de classes, isto é, em “guerra revolucionária”. Mas em Mao não fica claro o critério para distinguir os tipos de guerra; aliás, para ele, parece não haver diferenças essenciais. Referindo-se à tese de Stalin, segundo a qual “na China a revolução armada combate a contra-revolução armada”, Mao afirma que:

essa tese do camarada Stalin é perfeitamente correta. É igualmente válida para a Expedição ao Norte, para a Guerra da Revolução Agrária e para a atual Guerra de Resistência contra o Japão. *Todas são guerras revolucionárias*, dirigidas à contra-revolução, e nelas participa sobretudo o povo revolucionário. (1967, p.299-300 – grifo nosso)

Independentemente da sua pertinência histórica, parece-nos que esta conduz a um raciocínio circular: Qual é o critério para uma guerra ser revolucionária? Enfrentar a contra-revolução e contar com a participação do povo revolucionário. O que é a “contra-revolução”? Aquela que se opõe à revolução. O que é “povo revolucionário”? Aquele que participa da guerra revolucionária. Parece-nos que, sem sair do pensamento de Mao, torna-se difícil quebrar essa circularidade.

Um fundamento quase biológico

A conservação e a reprodução são as leis básicas dos seres vivos e, embora, não possamos dizer que Mao tenha se inspirado na biologia, para ele, o princípio sem o qual nenhuma guerra pode ser vencida é “conservar as próprias forças e aniquilar as do inimigo”. Poderíamos dizer que Mao transforma aquele princípio biológico na sua máxima suprema da ordem bélica.

Para Mao, no estado em que se encontrava a revolução na China, o Exército Vermelho devia, em primeiro lugar, conservar suas próprias forças e, em segundo, aumentá-las. Ele calculou que, dadas as relações de forças desfavoráveis, a revolução precisava de tempo para se desenvolver, mas só poderia fazê-lo se mantivesse vivo o núcleo revolucionário constituído pelo Exército Vermelho e o Partido Comunista chinês. É interessante notar que, para Mao, a principal fonte de suprimento, tanto de homens quanto de ali-

mentos, armas e munições, era o exército do Kuomintang.⁶ O Exército Vermelho deveria crescer e se desenvolver a partir da “negação” e “assimilação” do exército inimigo:

Nossa política básica consiste em nos apoiar nas indústrias de guerra dos países imperialistas e de nosso inimigo no país. Temos direito à produção dos arsenais de Londres e de Janyang, e as unidades do inimigo nos servem de brigadas de transporte. Isso é verdade e não brincadeira. (1967, p.160)

Por sua vez, o trabalho político de mobilização visava, por um lado, soldar o Exército Vermelho e o povo e, por outro, aproveitar as fissuras do inimigo explorando todo distanciamento perceptível, tanto entre oficiais e soldados quanto entre o exército e o povo para fomentar a discórdia: “nosso trabalho político no exército tem três princípios cardinais: primeiro, unidade entre oficiais e soldados; segundo, unidade entre exército e povo, e terceiro, desintegração das forças inimigas” (ibidem, p.289). Aliás, talvez a idéia que melhor expresse sua concepção de Guerra Popular Prolongada é que a frente decisiva resulta da soldadura entre exército e povo: na medida em que um exército conquiste a simpatia do povo, terá possibilidades de chegar à vitória, mas aquele que desperte o ódio popular, cedo ou tarde será derrotado, pois “as grandes forças da guerra têm sua fonte mais rica nas massas populares” (ibidem, p.288).

Sobre o princípio da conservação, ele monta sua estratégia e planeja a tática:⁷ a retirada estratégica, a defesa ativa, a retirada convergente por linhas interiores, o ataque divergente por linhas exteriores, a guerra de movimento etc. são conseqüências da aplicação de sua filosofia da guerra. Parece um fundamento óbvio, mas muitas vezes foi negligenciado, seja pela ansiedade psicológica do comando da guerra ou pela subestimação da força objetiva do ini-

6 Sun Tzu dizia que “o general sábio faz que as suas tropas vivam à custa do inimigo, já que um alqueire dos mantimentos deste correspondem a vinte dos seus” (s. d., p.58).

7 Mao diz que “a autoconservação e a destruição do inimigo é a essência da guerra e a base de todas as atividades bélicas, e essa essência impregna todas as atividades bélicas, desde a técnica até a estratégia” (1967, p.256).

migo, levando grandes exércitos à derrota. Algumas experiências revolucionárias latino-americanas dos anos 60 e 70 foram aniquiladas, entre outras coisas, pela cegueira voluntarista que impediu suas lideranças e quadros de compreender e empregar aquela máxima.⁸

Os textos militares de Mao refletem sua luta contra o preconceito sobre a defensiva. Saber guerrear é, em primeiro lugar, saber se defender: esse é o grande ensinamento de Mao decorrente daquele fundamento. Os argumentos contrários à sua posição baseavam-se, fundamentalmente, na caracterização que Marx e Engels faziam da insurreição como uma ofensiva crescente.⁹ Mao encontrará a resposta a essa questão de cuja distinção trataremos a seguir.

Os níveis político, estratégico e tático

Em todo fenômeno bélico é possível distinguir analiticamente três níveis: o político, o estratégico e o tático. No nível político, definem-se as constelações de amigos e inimigos, concertam-se as alianças estratégicas e as relações diplomáticas; fixam-se os fins aos quais se destina a guerra, mas também controlam-se os meios, julgando-se a pertinência ética dos procedimentos empregados. A

8 É verdade que a realidade objetiva que Mao teve que enfrentar foi muito particular e substancialmente diferente da realidade latino-americana naquelas décadas. Ainda assim, em alguns casos houve negligência por parte da condução político-militar dos movimentos revolucionários. Por exemplo, palavras de ordem como “vitória ou morte” ou “socialismo ou morte” jamais teriam sido formuladas por Mao, para quem a vida era a condição de possibilidade da vitória. Ele sabia que entre a vitória e a morte mediavam muitas manobras, que a vitória nem sempre se dá pelo aniquilamento e na medida em que um pequeno grupo se mantenha coeso, politicamente consciente, medianamente armado, em contato com o povo e defendendo uma causa justa – para ele só a guerra revolucionária é justa: haverá um momento em que crescerá, amadurecerá e poderá passar à contra-ofensiva (1967, p.87). Apenas o “exitismo” pequeno-burguês, a visualização ingênua do êxito rápido que fomentou algumas vanguardas revolucionárias sem tempo para ver amadurecer o processo revolucionário no tempo histórico, pôde tornar plausíveis máximas tão “antibiológicas” como aquelas.

9 Friedrich Engels afirmava que “tendo entrado no movimento insurrecional, agir com a maior determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo levantamento armado” (Marx & Engels, 1982, p.393-4).

política determina a conduta *da* guerra. Diferentemente, a estratégia determina a conduta *na* guerra, define as atitudes e o planejamento total das operações: “a tarefa da estratégia como ciência é estudar as leis da direção de operações militares que influenciam sobre *a situação de guerra no seu conjunto*”.¹⁰ Nesse nível, o tempo, o espaço e a força são considerados como totalidades: não se pensa na força necessária para um combate, mas em toda a força disponível e potencial; não é a duração da batalha que interessa, mas se a guerra na sua totalidade procurará a decisão rápida, por exemplo, ou se será uma guerra prolongada; decide-se se é possível entregar território em troca de alguma vantagem estratégica ou se se deve defendê-lo a qualquer custo,¹¹ se a quantidade de força nos permite manter uma atitude ofensiva ou conservativa etc. Finalmente o âmbito da tática é o das batalhas e combates: define a atitude na batalha. Nas palavras de Mao, “a tarefa da ciência das campanhas e da tática é estudar as leis *da direção de operações militares de caráter parcial*” (1967, p.88 – grifo nosso). A força, o tempo e o espaço são considerados como quantidades que se adaptam às contingências do combate. A quantidade de força (batalhão, companhia, pelotão etc.), sua característica (artilharia, aérea ou motorizada etc.); a atitude (ofensiva, defensiva); a forma (movimento envolvente, posição central, linhas interiores etc.); a duração do combate etc. são alguns dos fatores decididos nesse nível. Mas o que inscreveu Mao como um dos grandes na história da estratégia é, sem dúvida, sua capacidade de integrar e flexibilizar esses níveis na compreensão da guerra como expressão política.

Valendo-nos dessas diferenças podemos retomar a formulação de Engels de que a insurreição só conhece a ofensiva, e compreender

10 Mao Tsé-tung, 1967, p.88 – grifo nosso.

11 O caso do Estado de Israel é emblemático a este respeito. Seu reduzido território lhe impede de montar uma estratégia defensiva no seu próprio espaço, já que não teria condições de entregar espaço ao invasor em troca de tempo. De maneira tal que tem que estruturar sua defesa no território inimigo, antecipar as manobras inimigas. Por isso, embora Israel manifeste uma política defensiva, sua estratégia é ofensiva, ataca como meio de defesa, procurando o combate além-fronteiras.

a proposta maoísta da estratégia defensiva para a guerra revolucionária. De uma visão política Mao admitirá a máxima de Engels, mas recusará a proposição “a defensiva é a morte da insurreição” do ponto de vista estratégico.¹² A guerra revolucionária pode e deve ser politicamente ofensiva, mas também pode, e às vezes deve, ser estrategicamente defensiva.

Considerando essa diferença de níveis, podemos compreender algumas máximas para a guerra revolucionária aparentemente paradoxais, como aquela que diz “devemos dar combate na relação 1 contra 10” e que diz “10 contra 1”, a primeira se refere à estratégia total da guerra revolucionária e a segunda, ao nível tático dos combates. Fica mais claro também o princípio da “centralização estratégica e descentralização tática”, que fornecia coerência estratégica no nível da decisão e flexibilidade tática operativa;¹³ ou aqueles princípios formulados para a guerra contra o Japão: “é possível e necessário empreender campanhas e batalhas ofensivas dentro de uma guerra estrategicamente defensiva, manter campanhas e batalhas de decisão rápida dentro de uma guerra estrategicamente prolongada, e manter campanhas e batalhas em linhas exteriores dentro de linhas estrategicamente interiores”.¹⁴

Para Mao, a guerrilha é uma força auxiliar que em alguns casos pode assumir o papel principal dentro da estratégia, por exemplo, durante a Longa Marcha ou nos momentos iniciais da invasão japonesa, quando o Exército Vermelho, pela correlação desfavorável de forças, só podia realizar táticas de hostilização que dificultassem a penetração ou o estabelecimento das forças japonesas. Nesses casos, não apenas os destacamentos guerrilheiros, mas todo o exército assumia uma característica guerrilheira.

12 Aceitamos, como o próprio Mao, que a insurreição é uma ofensiva permanente nos níveis político e também no tático, como momento do assalto final. Porém, como Mao, o recusamos no nível estratégico. Discutimos esses aspectos no capítulo sobre Insurreição.

13 Diz Mao: “o princípio de mando na guerra de guerrilhas, oposto tanto à centralização absoluta quanto à descentralização absoluta, exige um mando estratégico centralizado e um mando descentralizado nas campanhas e batalhas” (1967, p.202).

14 Mao Tsé-tung, 1967, p.172.

Embora Mao considerasse a guerrilha uma forma de luta importante (“a concentração das forças que preconizamos não implica o abandono da guerra popular de guerrilhas”¹⁵), para ele, não é possível chegar à vitória apenas com guerrilha. Só o exército regular pode procurar a decisão e a vitória na guerra pelo combate.¹⁶ Mas essa proposição não é generalizável. Embora reconheçamos que são casos particulares, nos quais o poder estava debilitado, corrompido ou com escassos recursos militares, por motivos específicos, Iugoslávia, Cuba e Nicarágua chegaram à vitória revolucionária com formações guerrilheiras como principal vetor estratégico. Inclusive a reduzida dimensão territorial desses países obscurece a afirmação de que “para que a guerra de guerrilha seja possível, basta apenas uma condição: um país extenso”;¹⁷ entretanto, os 8.511.965 km² de território brasileiro não pareceram suficientes para os intentos armados da década de 1960.

Cada guerra é uma guerra

As leis gerais da guerra se aplicam a toda guerra, mas a natureza de cada guerra determina sua ordem específica de leis: “As leis da guerra constituem um problema que deve estudar e resolver quem quer que conduza uma guerra”.¹⁸ Ainda assim, cada guerra se submete às leis que derivam da natureza política dos sujeitos bélicos e, ainda, àquelas decorrentes das características geográficas, climáticas, culturais e históricas que são originais de cada conflito bélico.

Daí que aquele que quiser analisar ou conduzir guerras deverá conhecer profundamente as tendências gerais que se aplicam e se constataem em todo conflito armado: são as chamadas “leis da guerra”. Obviamente não possuem a característica de “necessidade” das leis da natureza: antes, elas refletem “fortes tendências”, “razoável plausibilidade” ou “alta probabilidade” de que um certo resultado decorra de certa ação, mas sempre como mera possibili-

15 Ibidem, p.148.

16 Ibidem.

17 Ibidem, p.310.

18 Ibidem, p.83.

dade e nunca como necessidade.¹⁹ Como diz Mao: “Todas as leis que regem a condução da guerra se desenvolvem à medida que se desenvolve a história e a guerra mesma. Nada é invariável”.²⁰

Não se ganha uma guerra desconhecendo as leis que regulam os conflitos armados. Mao tinha estudado profundamente vários teóricos da guerra, mas quem influenciou mais na sua formação foi o general chinês Sun Tzu, que escreveu *A arte da guerra*²¹ no ano 500 a. C. Mao não apenas compreendeu corretamente este mestre da estratégia, como levou até as últimas conseqüências seus ensinamentos, com êxito. Conhecia tão bem as leis da guerra que conseguiu expulsar o exército japonês invasor assim como articular o Exército Vermelho regular com os destacamentos guerrilheiros para aniquilar o Exército Nacionalista do Kuomintang.

Mao critica a idéia de aprender a arte da guerra apenas por meio de manuais militares, muitos dos quais eram estrangeiros ou copiados destes, pois, diz Mao “se copiamos e aplicamos de forma mecânica, sem permitir mudança alguma, seremos mais uma vez como quem ‘recorta seus pés para que caibam nos sapatos’”.²² Ele achava que, sem desmerecer as experiências extraídas da história da guerra, “devemos também apreciar a experiência que pagamos com nosso sangue”.²³

Se para conhecer ou conduzir a guerra devemos estudar suas leis, como queria nosso autor, para analisar ou conduzir a guerra revolucionária devemos conhecer suas próprias leis: “*As leis da guerra revolucionária* constituem um problema que deve estudar e resolver quem quer que conduza uma guerra revolucionária”.²⁴ As particularidades da guerra revolucionária tornam seu conhecimento e condução muito específicos. Trata-se de um confronto

19 Mao diz que “o fenômeno da guerra é mais intangível e oferece menos certeza que qualquer outro fenômeno social, noutras palavras, é em maior grau uma questão de ‘probabilidade’” (1967, p.264).

20 Ibidem, p.87.

21 Diferentemente de Clausewitz, Sun Tzu é citado diretamente várias vezes nas obras militares de Mao, especificamente sua obra principal *A arte da guerra*.

22 Mao Tsé-tung, 1967, p.85.

23 Ibidem.

24 Ibidem, p.83.

armado entre “opressores e oprimidos” levado adiante por estes últimos para quebrar o equilíbrio de forças normalmente desfavorável. A formação política marxista de Mao determinaria sua conduta na guerra; mas o que marcou sua orientação na guerra revolucionária foram os ensinamentos de Lenin. Se ele aceitava que “a guerra era a continuação da política por outros meios”,²⁵ na guerra revolucionária os meios políticos e militares eram para ele inseparáveis. A necessidade de manter colado o povo ao seu poder armado, condição de possibilidade da vitória, fez do doutrinação político partidário o vetor estratégico mais importante.

Para conhecer as leis da guerra revolucionária *em geral* podemos, valendo-nos dos casos concretos, abstrair os elementos comuns. Esses dados, totalmente teóricos, poderão servir para conceber estrategicamente uma guerra revolucionária particular. Mas sem esquecer que cada guerra é uma guerra, e que a experiência que deu certo em um caso pode ser desastrosa em outro. Mao critica o intento de copiar o desenho estratégico da revolução russa, imaginando que desse modo reeditariam seu êxito. Argumentava-se, naquele momento, que estudando os manuais publicados pelas instituições militares soviéticas e aplicando seus ensinamentos na China seria suficiente para lograr a vitória. Mao responde: “não percebem que essas leis e manuais refletem as características específicas da guerra civil e do Exército Vermelho da União Soviética ... [e que] ... a revolução e o Exército Vermelho da China têm muitas condições particulares”.²⁶

Finalmente, para compreender ou conduzir a guerra revolucionária na China não basta, para nosso autor, conhecer as leis da guerra em geral, nem as leis da guerra revolucionária em particular: “*As leis da guerra revolucionária da China* constituem um problema que deve estudar e resolver quem quer que conduza a guerra revolucionária da China”.²⁷ É preciso também conhecer muito bem as especificidades da China, sua geografia, sua cultura, a real situação de seu povo, as relações de classes, suas expectativas e ne-

25 Quando Mao cita a célebre frase de Clausewitz, o faz por meio dos textos de Lenin.

26 Mao-Tsé-tung, 1967, p.85.

27 Ibidem, p.83.

cessidades, sua capacidade de luta e de resistência etc. Por outro lado, devem-se conhecer as características do inimigo, a personalidade de seu comandante, sua trajetória, a relação com seus subordinados, a relação que seus oficiais mantêm com os soldados e do seu exército com o povo, estimar corretamente suas forças e coragem, procurar sua vulnerabilidade etc. Não é outra coisa que levar à prática a máxima que aprendeu de Sun Tzu: “conhece-te a ti mesmo e conhece a teu inimigo”.²⁸

Retirada estratégica

Na sua obra maior, Clausewitz dedica um capítulo aos “Métodos de resistência”. Nele, o autor distingue quatro tipos de organização para a defesa. Um desses dispositivos defensivos consiste em transferir a resistência para o interior do país e é à exposição desse tipo de defesa que o autor dedica a maior parte de seu discurso. O objetivo desse dispositivo é, segundo Clausewitz:

o de causar ou de esperar um enfraquecimento do inimigo, de tal modo que ele tenha que deter por si próprio o seu avanço, ou se mostre pelo menos incapaz de dominar a resistência que nós finalmente opomos a seu progresso. (1979, p.455)

Quase um século e meio depois que o general prussiano teorizou a guerra, Mao Tsé-tung desenvolveu esse princípio teórico da defesa até suas últimas conseqüências. Na prática bélica, ele provou sua paciência e seu sentido de oportunidade praticando esse dispositivo estratégico durante vários anos, o que o levou a vencer o exército japonês e o Kuomintang, inscrevendo seu nome na galeria dos grandes estrategistas. A grande manobra militar que mostrou a capacidade estratégica e política de Mao Tsé-tung é conhecida como A Longa Marcha. Trata-se de uma “retirada estratégica” com a qual levou o remanescente do Exér-

28 Diz Sun Tzu: “conhece-te a ti e conhece a teu inimigo, e em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo. Quando te conheces mas desconheces ao teu inimigo, as tuas hipóteses de perder ou de ganhar são iguais. Se te desconheces e ao teu inimigo também, é certo que, em qualquer batalha, correrás perigo” (s. d., p.67).

cito Vermelho²⁹ até o norte da China em uma marcha de 16 mil quilômetros. A retirada estratégica foi uma medida planejada para desenvolver a Guerra Popular Prolongada (GPP), a qual não consideramos estritamente uma teoria específica da guerra, mas o resultado da adequação da estratégia do confronto bélico a uma situação em que um exército deve combater numa correlação de forças claramente adversa. É um tipo de guerra em que a capacidade de fogo do exército mais fraco é aumentada e desenvolvida no transcurso do tempo. Desde que o tempo seja favorável e por carecer de forças, esse exército deverá evitar a decisão pelo combate, substituindo o aniquilamento pela manobra e o desgaste. A GPP é uma guerra politicamente ofensiva (como toda guerra revolucionária), estrategicamente defensiva (pela desproporção de forças), mas taticamente ofensiva, pois deve ganhar tempo desgastando o inimigo, conservar suas forças e preparar o contra-ataque para, no momento oportuno, passar à ofensiva que aniquile o inimigo.

Há duas coisas que o estrategista deve procurar numa guerra: a iniciativa e a liberdade de ação. Muitos imaginam que a iniciativa pertence apenas a quem ataca e que aquele que se defende o faz reativamente e obrigado pelas circunstâncias. Quem assim pense, não compreenderá a opção de Mao por uma guerra prolongada na defensiva; não entenderá, como não o fizeram os “ultra-esquerdistas”, o significado estratégico de entregar território para ganhar tempo; achará que “fazer que o inimigo penetre profundamente” foi apenas uma consequência óbvia da perseguição que o exército do Kuomintang realizou sobre as tropas revolucionárias e não um estratagema destas. Mas a guerra é um ato consciente, voluntário e inteligente, portanto a retirada – diferentemente da debandada – é um movimento deliberado e proposital que, quando realizado com êxito, obriga o inimigo (que não pode perder tempo) a perseguir o exército em retirada e ter que combater quando este assim o decidir. Longe de ser uma operação “forçada” pelas circunstâncias, a retirada é o resultado de uma previsão estratégica de longo prazo, pois, como diz Mao:

29 Depois da derrota sofrida na quinta campanha de cerco e aniquilamento que o Exército do Kuomintang executou sobre as bases de apoio do Exército Vermelho.

Numa fase estratégica determinada, o estrategista deve considerar muitas fases posteriores, ou pelo menos a que segue de imediato. Embora seja difícil prever as mudanças futuras, e quanto mais ao longe se olha mais brumosas parecem as coisas, de todo modo é possível fazer um cálculo geral e é necessário ter uma apreciação das perspectivas de longo prazo. Limitar o olhar ao passo que se está dando é um método de direção ruim não apenas em política, mas também na guerra. (1967, p.142)

A vantagem principal da retirada estratégica é ganhar tempo preparando a contra-ofensiva para quando chegar o momento oportuno. Este, para Mao, se cristaliza na combinação de uma série de fatores cuja descoberta é um dos objetivos da retirada estratégica: 1. um exército em retirada, operando em linhas interiores, pode escolher com liberdade o terreno favorável e impor sua vontade ao inimigo; 2. é necessário determinar a unidade mais vulnerável do inimigo por meio de reconhecimentos periódicos, o que leva tempo, tornando a retirada necessária; 3. enquanto o inimigo lança uma ofensiva ampla, o Exército Vermelho efetua a “retirada convergente”, que consiste em determinar um ponto da retirada sobre o qual as forças deverão convergir para se concentrar. A concentração de forças torna a retirada necessária; 4. um objetivo da retirada é obrigar o inimigo a combater separado de suas bases de apoio e com as linhas de abastecimento fragilizadas pela distância, que por sua vez é obtida com a retirada; 5. outro objetivo da retirada é descobrir os erros do inimigo ou induzi-lo a cometê-los; 6. aproveitando esses erros, com o exército concentrado, golpear com toda a força aquela divisão que se sabe mais debilitada. O combate é de cerco dentro do cerco,³⁰ isto é, por linhas exteriores dentro das linhas interiores, e de aniquilamento dentro da estratégia de desgaste, rápido e preciso, sem estabelecer frente de combate prolongado. Assim, a guerra que é prolongada no nível estratégico, no tático, procurará a decisão rapidamente pelo combate. Acreditamos que, com algum ajuste conceptual, esses princípios podem auxiliar, também, a análise e formulação da política em períodos de paz.

30 A seguir, explicaremos esses paradoxos aparentes da teoria estratégica de Mao.

Na planificação da Guerra Popular Prolongada, Mao coloca a serviço da teoria da guerra revolucionária a resolução estratégica de alguns movimentos táticos, aparentemente opostos na estratégia da guerra, de maneira “dialética” em um sentido particular: encontrando o caminho correto entre erros de sentido contrários.³¹ Da mesma forma que tentará se equilibrar entre as posições “aventuristas” e “conservadoras”, formulará táticas que integram movimentos opostos: “ofensiva-defensiva”, “linhas interiores-linhas exteriores”, “concentração-dispersão”, “centralização-descentralização”, “exército regular-guerrilhas”, “aniquilamento-desgaste”.

Há uma idéia, tão comum quanto falsa, de que a defensiva é contrária à ofensiva e de que seria possível apenas se defender³² sem contra-atacar. Como já tinha observado Clausewitz,³³ o conceito de defesa é sempre relativo, nunca absoluto. Ciente de que, embora um exército possa se manter durante muito tempo na defensiva para resguardar suas forças esperando o golpe do inimigo, a guerra só se ganha na passagem à ofensiva, Mao admitia que: “A retirada estratégica está encaminhada inteiramente a passar a contra-ofensiva, e não é mais que a primeira fase da defensiva estratégica” (1967, p.131).

Num movimento estratégico defensivo, como é a retirada estratégica, o exército em retirada ainda pode manter a iniciativa e

31 Diz R. Aron que “esta busca do ponto de equilíbrio entre erros de sentido contrário ou das tendências divergentes, ainda que Mao Tsé-tung não tenha encontrado o modelo no *Traité* [Da Guerra], reproduz, a meu ver, o caráter próprio ao que podemos chamar de dialética clausewitziana” (1986b, v.2, p.102).

32 Atualmente estão sendo discutidas variantes estratégicas para a nova situação geopolítica gerada pela formação do Mercosul. Um dos conceitos que ocupam a reflexão dos estrategistas é o de “defesa não provocativa”, isto é, uma defensiva suficientemente forte para dissuadir os vizinhos, mas sem chegar a constituir uma ameaça que provoque uma corrida armamentista na região. Ver a respeito, Beltrán, s.d.

33 No começo do capítulo I do livro VI sobre a defesa, Clausewitz adverte que “mas na medida em que a defesa absoluta contradiz inteiramente o conceito de guerra, porque a guerra então só seria conduzida por um único lado, daí decorre que em guerra a defesa só pode ser relativa ... A forma defensiva da guerra não é, portanto, um simples escudo, mas sim um escudo formado por golpes habilmente desferidos” (1979, p.465-6).

conduzir combates taticamente ofensivos. O Exército Vermelho, durante a Longa Marcha, manteve uma disposição estratégica defensiva (a retirada é defensiva), mas, dentro desse dispositivo, executava movimentos ofensivos táticos contra o avanço do exército do Kuomintang. Este último executou uma perseguição procurando realizar uma estratégia ofensiva de aniquilamento por meio do cerco, isto é, tentando fechar um grande abraço bélico em torno do Exército Vermelho para provocar o confronto e destruí-lo. Mas este, na sua retirada, concentrava suas forças em um ponto atrás de suas próprias linhas, propício para atacar uma fração do exército inimigo previamente escolhida. Dessa forma, Mao realizava a tática do cerco visando à decisão pelo combate para retornar imediatamente à forma defensiva da retirada. Em uma estratégia defensiva lançava uma tática ofensiva. Operando em linhas interiores durante a retirada, preparava o ataque para ser executado por linhas exteriores (interiores às linhas estratégicas do inimigo, exteriores em relação à fração do exército escolhida para o aniquilamento). Procurando quebrar o cerco estratégico do inimigo, atacava-o fechando cercos táticos contra partes do seu exército (cerco tático dentro do cerco estratégico). Contra a estratégia de aniquilamento do Kuomintang, Mao opunha uma estratégia de desgaste na defensiva, mas, dentro desta e para lograr o desgaste, realizava táticas ofensivas de aniquilamento.

Finalmente, ele resolve a oposição entre guerrilha e exército regular pela complementaridade. As formações guerrilheiras não apenas auxiliam o exército regular na ação de desgaste e sabotagem nas linhas logísticas do inimigo, mas também na tarefa de conscientização política nas bases de apoio e na formação de quadros para integrar as milícias, a guerrilha ou o próprio exército. A coordenação do exército regular com as formações guerrilheiras também é resolvida com uma solução de contradição: centralização estratégica e descentralização tática, com a qual ganhava articulação das frentes sem perder a autonomia e a iniciativa próprias da eficácia da guerrilha.

Para Mao, os princípios básicos da tática de guerrilha eram aqueles, aceitos desde 1928 pelo Comitê Central, expressos em 16 hieróglifos que significavam o seguinte: “Quando o inimigo avan-

ça, retrocedemos; quando o inimigo se detém, o hostilizamos; quando o inimigo se fadiga, o atacamos; quando o inimigo se retira, o perseguimos” (1967, p.120). Nessas três máximas encerra-se toda a milenar sabedoria bélica para a guerrilha. Mais tarde, Mao incorporaria o princípio de “atrair o inimigo para que penetre profundamente”, com o objetivo de afastar o exército inimigo de suas bases de apoio logístico e debilitar suas linhas de abastecimento. Focalizaremos o tema da guerrilha no próximo capítulo.

6 GUERRILHA E REVOLUÇÃO

Dedicamos este capítulo ao tema da guerrilha. Discutiremos seus elementos definicionais e algumas de suas características fundamentais. Mostraremos que não é a presença da tática de guerrilha que caracteriza uma guerra como revolucionária. Ela é apenas um meio que pode ser utilizado por uma política tanto revolucionária quanto reacionária, e será sempre a definição política que caracterizará a guerrilha e não o contrário. Por isso decidimos optar pelo termo “*tática* de guerrilha” em lugar de “*guerra* de guerrilha”, que consideramos uma expressão equívoca. Passaremos também brevemente em revista alguns dos debates que ocuparam a intelectualidade de esquerda nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina, como os sobre foquismo, luta de massas, guerrilha urbana e rural etc.

A TEORIA DA GUERRILHA

Uma das formas de luta à qual pode recorrer a guerra revolucionária é a tática de guerrilha. Porém, nem toda tática de guerrilha

é uma guerra revolucionária.¹ As hostilidades de combatentes irregulares que na Espanha foram comandadas por “El Empecinado”² contra as tropas de invasão napoleônicas constituíam, metodológica e operacionalmente, uma tática de guerrilha, mas não configuravam um instrumento revolucionário, pois seu objetivo limitava-se a expulsar o invasor e a repor a monarquia espanhola no governo. Os rápidos e fulminantes ataques de cavalaria que, comandados por Martin de Güemes, desconcertavam as tropas espanholas no norte argentino no começo do século XIX representam outro claro exemplo de tática de guerrilha, porém seu objetivo não era revolucionário, mas apenas expulsar o exército espanhol das terras americanas. O Exército Branco assumiu essa forma de luta para enfrentar o Exército Vermelho durante a guerra civil na Rússia, mas nem por isso tornou-se revolucionário. Fulvio Attinà engana-se quando procura caracterizar a tática de guerrilha pelos seus objetivos, já que estes podem ser extraordinariamente variados. Talvez por desconhecer Clausewitz, este autor negligencia o fato de que toda guerra é, na sua natureza, política. Não se compreende que os objetivos do guerrilheiro sejam “mais políticos que militares”. Os objetivos de toda guerra, da revolucionária inclusive, são determinados pela política. Ele diz que “os objetivos por ela [a guerrilha] perseguidos são mais políticos que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos precípuos dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada”.³

1 Raymond Aron nota esta distinção na sua crítica ao general Beaufre e sua interpretação da guerra revolucionária. Ele baseia sua crítica, fundamentalmente, no fato de que Beaufre não distingue os níveis político, estratégico e tático, e quando analisa a guerra revolucionária o faz a partir dos seus traços meramente táticos. Aron diz que, ao definir a guerra revolucionária como a “luta de todo um povo”, Beaufre está pensando no que Clausewitz chama de armamento do povo e acrescenta que “Resta dizer que se qualquer guerra revolucionária comporta o armamento do povo, este, em compensação, não implica aquela” (1986b, v.2, p.311).

2 “El Empecinado” foi o nome de guerra de Juan Marin Diez, líder espanhol que aterrorizou os franceses no caminho que ia de Madri a Zaragoza. Na época, a guerra de guerrilhas na Espanha contava com mais de duzentas guerrilhas locais distribuídas pelas Astúrias, Aragão, Catalunha, Navarra e Castela etc. Sobre a resistência espanhola à invasão napoleônica, ver o esclarecedor trabalho de Manuel Moreno Alonso, 1989.

3 Sobre isso, ver “Guerrilha”, em Bobbio et al., 1986.

Por outro lado, não é a tática que define o tipo de guerra, mas a política que a comanda. Uma guerrilha será revolucionária se estiver a serviço de uma política revolucionária; será de libertação se a serviço de uma política anticolonialista; será religiosa se os motivos políticos que a comandam forem de ordem religiosa etc.

Se a guerrilha não caracteriza em si mesma a guerra revolucionária como tipo especial de guerra ou como força auxiliar do exército regular, podemos rastreá-la desde épocas bem remotas. Apenas como um exemplo ilustrativo dessa recorrência histórica, lembramos o ataque colossal de Aníbal que, com quarenta mil infantes, dez mil cavaleiros, e trinta e sete elefantes encouraçados, cruzou os Alpes surpreendendo o poderio romano. Nada parecia poder deter o valor, a audácia e o gênio estratégico do general. Um a um os cônsules foram caindo ante a força imbatível do cartaginês, até que o cônsul Fábio pôs em prática uma nova tática. Com grupos pequenos de soldados acompanhou o avanço de Aníbal, vigiou suas tropas, aproveitou o desgarramento de parte do exército para atacar, bater e retirar-se sem oferecer combate aberto. Cortou as linhas de abastecimento, levando as tropas de Aníbal ao esgotamento e à desmoralização. A execução dessa prática guerreira valeu a Fábio o cognome de “Escudo da República”. Embora o sistema de luta empregado por Fábio tivesse sido bem-sucedido, para a cultura romana da época, caracterizada pelo espírito marcial e de conquista, a utilização de uma tática que recusasse o combate direto era considerada um ato de covardia inaceitável para as invencíveis legiões romanas. Como mostra de até que ponto as questões de ordem moral, cultural, histórica e política podem interferir nas decisões estratégicas, o exército romano considerou essa tática humilhante e decidiu erroneamente enfrentar de maneira direta, com suas legiões em formação regular, o exército cartaginês. Aníbal esperou as tropas romanas nas planícies de Canes, onde montou uma engenhosa armadilha⁴ habilmente preparada,

4 A tática criada por Aníbal é amplamente conhecida como “batalha do cerco”. O cartaginês dispôs seu exército em arco de círculo, conservando sua cavalaria de reserva. O exército romano, animado pela superioridade numérica (contava com 80 mil legionários) atacou pelo centro. Então as alas do dispositivo de Aníbal se fecharam sobre as legiões, esmagando-as. Finalmente colocou a cavalaria para perseguir impiedosamente os legionários que fugiam apavorados pela carnificina.

na qual caiu o exército de Roma. Nessa famosa batalha os romanos perderam mais de sessenta mil legionários.

A GUERRILHA COMO MITO

No livro *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979), Florestan Fernandes⁵ analisa um fato que galvanizou a juventude latino-americana na década de 1960 a que ele chamou de “espírito da guerrilha”. Com efeito, nessa década e no começo da seguinte, a bandeira guerrilheira esteve presente na maior parte das manifestações de protesto, especialmente as estudantis, não apenas na América Latina, mas também nas ruas de Paris durante maio de 1968. O “espírito da guerrilha” representou, até bem depois de desaparecida a figura do guerrilheiro, o próprio espírito da revolução. O assassinato de “Che” Guevara, durante sua prisão na Bolívia, mostrou ao mundo que o sacrifício sublime podia ser o passaporte universal da paixão revolucionária. Sua morte funcionou como um amplificador daquele espírito. Com ela, “Che” personificou esse espírito e sua imagem percorreu o mundo como símbolo universal do inconformismo. Sua heróica morte cristalizou o espírito revolucionário dessa época. Sem se referir diretamente a “Che”, Florestan Fernandes constata que “a guerrilha e o guerrilheiro desapareceram, mas o *espírito da guerrilha* dura até hoje, identificando-se com o próprio *espírito da revolução cubana*” (1979, p.71).

A nosso ver, com o reconhecimento desse aspecto, Florestan Fernandes coloca o “espírito da guerrilha” para a revolução em uma relação análoga à que tem a “greve geral” para o socialismo em Sorel, isto é, a função de mito. Para Sorel, a greve é “o *mito* no

5 A morte de Florestan Fernandes nos surpreendeu quando estas páginas já tinham sido escritas. Ante a irreversibilidade daquele fato que retirou definitivamente das fileiras da esquerda um intelectual de uma conduta política irrepreensível, as críticas a ele dirigidas podem soar mesquinhas. Ainda assim, decidimos deixá-las por considerá-las, do ponto de vista teórico, perfeitamente pertinentes. Cabe aqui nossa homenagem ao incansável lutador das causas populares.

qual o socialismo está contido por inteiro, ou seja, uma organização de imagens capazes de evocar instintivamente todos os sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna” (1992, p.146). Para este autor, o mito estabelece uma relação gnosiológica (fornece um certo conhecimento), mas não epistêmica (não reúne as características do conhecimento científico), com uma totalidade de fatos, sentimentos, projetos, relações de força, que seria impossível abarcar pela linguagem. O mito permitiria abordar de maneira intuitiva, numa síntese unitária, clara e indubitável, uma realidade extremamente complexa que, por isso mesmo, resultaria refratária à consideração científica. Por isso, Sorel enfatiza o fato de que “É preciso recorrer a conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e por mera intuição*, antes de toda análise reflexiva, a massa dos sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna” (ibidem, p.141 – grifado no original). Mas não devemos concluir que o mito, por ser um fenômeno puramente intuitivo, careça de toda e qualquer eficácia no mundo da ação. Pelo contrário, diferentemente da utopia, que para Sorel é apenas uma construção racional de um futuro a partir dos cascalhos do passado e como tal reacionária, o mito é a construção de um futuro indeterminado no tempo, é a pura possibilidade que se abre à liberdade criadora da classe revolucionária. O mito forneceria unidade e coerência à ação revolucionária no presente. Nas palavras do autor:

Devemos julgar os mitos como meios de agir sobre o presente. Toda discussão sobre a maneira de aplicá-los materialmente no curso da história é desprovida de sentido. É apenas o conjunto do mito que importa; suas partes não oferecem interesse senão pelo relevo que dão à idéia contida na construção. (Ibidem, p.145)

Como um mito soreliano, o “espírito da guerrilha” percorreu o mundo. Por ser essencialmente sintético, ele permitiu o desenvolvimento da ação revolucionária sem necessidade de discutir, pelo menos em princípio, as questões teóricas relativas à revolução e ao socialismo. O mito propagou-se pela América Latina como o fogo na palha seca, despertando a vocação combativa e revolucio-

nária da juventude por meio do voluntarismo. O mito teve um efeito mobilizador tão forte, e o comprometimento da militância conseguido por ele foi tão eficaz, que muitas considerações estratégicas sobre a revolução foram postergadas pelo mito da invencibilidade guerrilheira, as análises conjunturais foram atropeladas pelas “palavras de ordem”, e a *práxis* revolucionária foi substituída pelo “tarefismo combativo”. Com uma única frase Carlos Marighella (1970, p.41) expressa a subordinação da teoria e da análise política com relação à ação: “Na organização revolucionária só há missões e tarefas a cumprir”. Contra essa posição, lembremos a nota editorial do número 9 da revista *Debate*:

Medimos hoje claramente, de qualquer modo, aonde levam concepções do gênero “um revolucionário se forma na prática”, que sempre serviram para aprovar a passividade teórica e o empobrecimento do marxismo. Para muitos, ainda hoje, tudo se resolve com o apelo à “prática revolucionária” quando não à “prática armada”, sem que mesmo se perguntem se sua própria concepção de prática não seria profundamente idealista.⁶

A ação assumiu tais dimensões que nunca foi tão repetida a máxima lenipista de que “alguns meses de revolução educam os cidadãos com maior velocidade e mais a fundo que décadas inteiras de estancamento político” (Lenin, 1973, p.13), tentando encobrir com ela a improvisação irresponsável e esquecendo que Lenin já tinha advertido que:

Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário. Nunca se insistirá demasiado nesta idéia numa altura em que a prédica em voga do oportunismo aparece acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da atividade prática ... *só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combate de vanguarda.* (1980, v.1, p.96 – grifo do autor)

Talvez aquela exigência pela ação voluntária, temperada pela urgência da hora e o calor dos combates, explique o fato de que a

6 “Problemas da revolução brasileira”, *Debate*, n.9, p.5, abril de 1972. Publicado também no número 2 da revista *Teoría y Práctica* (Santiago de Chile), p.13, dez. de 1972.

discussão crítica sobre o foquismo só se realizou mais profunda e consistentemente depois que quase todos os movimentos revolucionários americanos tinham sucumbido ante os contundentes golpes das ditaduras.⁷

Se os mitos são proveitosos e até podem ser necessários para motivar a ação revolucionária, se não se tem presente o fato de serem construções puramente intuitivas, mas nunca epistêmicas, podem levar a graves equívocos quando transplantados ao terreno da análise. Vejamos em um caso concreto o que queremos indicar com essa advertência.

Para Florestan Fernandes, por exemplo, a guerrilha que sob o comando de Fidel Castro derrotou a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba não apenas foi um instrumento de ação revolucionária, mas desenvolveu o próprio “espírito guerrilheiro” que, para o autor, “teria de inspirar um partido revolucionário criado depois da conquista do poder, e o que era mais complexo, deveria delimitar até onde chegaria a revolução cubana por meio do *novo Estado*, da *nova sociedade* e do *novo homem*” (1979, p.81 – grifos do autor). Não é nosso propósito aqui avaliar a pertinência histórica dessa apreciação, mas, do ponto de vista teórico, temos a impressão de que Florestan Fernandes está pensando na gênese de um “proto-Estado” (como ele mesmo o chama) a partir do desenvolvimento de uma de suas estruturas burocráticas: as Forças Armadas. Para abonar sua posição, lembramos um exemplo histórico notável que vem em apoio a essa tese: é o caso do Estado prussiano que se forma em torno do exército comandado por Frederico II. Para compreender esse processo de geração do Estado a partir do desenvolvimento de uma de suas estruturas, podemos fazer uma analogia com a estrela-do-mar que a partir de um dos seus braços pode, pelo brotamento, reconstituir a unidade. Do mesmo modo aconteceria, para Florestan Fernandes, com o Estado a partir da

⁷ Ver, por exemplo, o debate travado a respeito do foquismo e da política de massas pelos grupos de esquerda revolucionária no Brasil a partir dos anos 70, imortalizados na revista *Debate*. Feita na compreensível clandestinidade da hora, não constam referências de editoração, assim como muitos dos autores escrevem, por razões óbvias, com pseudônimos.

guerrilha. E o que há de melhor que a guerrilha, que para o autor é um proto-exército, para imaginar o desenvolvimento do Exército a partir dela, do proto-Estado a partir do Exército⁸ e do Estado a partir do proto-Estado, completando a gênese *ex nihilo*, a partir do quase-nada, já que para ele o guerrilheiro *ainda não é político*?

Talvez entusiasmado por essa interpretação “genética” da guerra revolucionária em Cuba nosso autor ouse inverter a fórmula clausewitziana parafraseando: “a política seria, sem jogo de pa-

8 Um pouco mais adiante (1979, p.85) ele fala de um “contra-estado” (sic), que seria o resultado da institucionalização crescente da organização legal e política guerrilheira e da imposição de uma certa ordem legal no território libertado. Não concordamos com o conceito de “contra-Estado”. Resulta-nos difícil compreender a idéia de um Estado dentro de outro, já que concordamos com a definição de Estado pelo exercício do monopólio legítimo da força. Ainda assim, se dentro de um Estado surgisse uma força que visasse pleitear esse monopólio, como é o caso de toda revolução e guerra civil, essa força, na medida em que fosse se institucionalizando, libertando territórios, impondo sua ordem neles, não constituiria um “contra-Estado”, mas uma organização com pretensões de se transformar em Estado. Outro ângulo para pensar esta questão é a partir da tese leninista exposta em “Sobre a dualidade de poderes” publicado originalmente no *Pravda*, 28, 9 de abril de 1917, e que Lenin desenvolve em *As tarefas do proletariado na nossa revolução*. Nos primeiros momentos da revolução de 1917, ele detecta uma situação que considera original na história: a existência de dois focos de poder, por um lado o governo provisório, de corte burguês, que tem em suas mãos os órgãos de poder, por outro, um governo suplementar, dos soviets de operários e soldados, que não tem esse poder, mas que conta com a maioria do povo. Ambos se opõem entre si, mas isso não os torna um “contra-Estado”, muito pelo contrário, ambos os poderes querem se apropriar dos aparelhos do Estado como um todo para executar suas políticas. Por isso Lenin diz que “esse ‘entrelaçamento’ *não está em condições* de se agüentar muito tempo”, ele seria apenas um momento transitório para a ditadura “pura” do proletariado, porque “num Estado” – reconhece Lenin – “*não podem existir* dois poderes. Um deles tem de ser reduzido a nada” (grifos do autor). Só conseguimos imaginar a idéia de um “contra-estado” como uma organização que recuse absolutamente o uso da força, mas uma organização assim não seria caracterizada como política, e não apenas nunca chegaria ao *status* de Estado, como teria como inimigo fundamental toda organização estatal, e nunca, como tal, poderia participar de uma guerra ou uma revolução. Lembremos que, para C. Schmitt (1984, p.49), “o político não desaparece do mundo pelo fato de que um povo não tenha já a força e a vontade de se manter na esfera do ‘político’: desaparece simplesmente um povo débil”. Consideramos que o conceito de “contra-Estado” é errado. Talvez o autor estivesse pensando em “um Estado contra”, o que, para acontecer no mesmo território, já seria problemático.

lavras, um prolongamento da guerrilha por outros meios” (Fernandes, 1979, p.81). Possivelmente por acreditar na verdade dessa aberração político-estratégica, ou ignorando o significado do seu conteúdo, pode pensar que este fenômeno (do desenvolvimento do Estado a partir da guerrilha) “nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como *homem político*” (ibidem, p.82 – grifos do autor). Mas, nos perguntamos, qual seria, para Florestan Fernandes, a essência desse guerrilheiro antes de nascer como homem político? Por que lutava e por que morria antes de ser político? Sua própria atividade bélica não implica um inimigo a quem combate? Mas o fato de combater esse inimigo não pressupõe a decisão prévia entre “amigo” e “inimigo” que constitui a característica essencial do político? Ninguém inverte a fórmula clausewitziana impunemente.⁹ No caso de Florestan Fernandes, achamos que ele perdeu de vista o verdadeiro desabrochar que estava acontecendo ante seus próprios olhos: o nascimento do homem político como guerrilheiro, isto é, *a canalização da violência política pela via armada*.

A afirmação de que do guerrilheiro nascera o político – cuja relevância antropológica ignoramos – é insustentável do ponto de vista da política. Ela pressupõe não apenas a autonomia da esfera estratégica com respeito à esfera política, mas sua anterioridade. Finalmente, a politicidade do guerrilheiro não pode ser apenas um aditamento que se conquista em alguma fase do desenvolvimento da guerra, já que é precisamente o forte conteúdo político de sua ação que o caracteriza definicionalmente. Como diz “Che” Guevara:

Temos que chegar à conclusão inevitável de que o guerrilheiro é um reformador social, que toma as armas respondendo ao protesto airado do povo contra o seus opressores e que luta para mudar o regime social que mantém a todos os seus irmãos desarmados no opróbrio e na miséria. (1984, v.1, p.40)

9 Ver, de R. Aron, 1986b, v.I, especialmente o capítulo IV, 2 e a nota XXIX, na qual afirma que “A inversão da fórmula, freqüente em nossa época, supõe ou que utilizamos a violência em tempos de paz – o que é incompatível com o pensamento de Clausewitz – ou que visamos aos mesmos fins em tempos de paz ou em tempo de guerra – o que não sugere uma política de conquista” (p.395).

Florestan Fernandes parece ter sido obnubilado pelo mito da invencibilidade da guerrilha. Ele transformou a guerrilha, que é uma tática de guerra e que, como tal, *pode* ser instrumento da ação revolucionária, em princípio estratégico e fundamento político da revolução. Raymond Aron poderia estar pensando no nosso autor quando disse que: “Mais uma vez, os teóricos voltavam à sua eterna aberração: transfigurar uma forma geométrica, uma manobra estratégica ou um procedimento tático em uma verdade geral” (1986b, v.II, p.193).

CARACTERIZAÇÃO DEFINICIONAL

Na sua *Teoria do guerrilheiro*, Carl Schmitt (1984) precisa alguns critérios e características distintivos com o intento de apreender definicionalmente o conceito de “guerrilheiro”. Para esse autor, quatro são as principais características que definem a singularidade desse tipo de combatente: a irregularidade, a mobilidade, o intenso compromisso político e o caráter telúrico. Seguiremos, inicialmente, essa caracterização, mas sem nos comprometer com os conteúdos propostos pelo autor. Tentaremos verter, em cada item proposto por C. Schmitt, além do que deste achemos que devemos conservar, os resultados de outras leituras e reflexões.

Façamos inicialmente uma reflexão geral sobre o seu trabalho. Talvez pela sua formação jurídica, C. Schmitt fique preso a um tipo de análise basicamente legalista da guerrilha. Porém, como ele não distingue conceitualmente guerra de libertação de guerra revolucionária, tampouco chega a compreender as diferentes relações que uma e outra mantêm com a ordem legal vigente. A guerra revolucionária não combate apenas o exército e o domínio político da classe no poder, mas também a ordem jurídica que fundamenta e dá-lhe suporte. Como o direito internacional é o resíduo jurídico do acomodamento político das forças vitoriosas da guerra imperialista, os conceitos emanados dessa ordem jurídica, como legal e ilegal, quando aplicados à guerra revolucionária, perdem completamente o sentido. Por isso, achamos que a ilegalidade que C. Schmitt predica da guerrilha não é uma característica intrínseca dela, mas um enquadramento legalista externo a ela imputado de um ponto de vista juridicamente definido.

Por outro lado, como R. Aron já tinha observado (1986b, v.II, cap.V, p.4), as quatro características não respondem à mesma ordem de coisas. Com efeito, a irregularidade e a mobilidade são características táticas da guerrilha que se apresentam freqüentemente ligadas quando não indissociáveis: “A mobilidade” – diz R. Aron – “não implica irregularidade, mas esta última implica aquela: combatentes sem uniforme, sem formação, sem enquadramento, agem por surpresa e não sustentam por muito tempo o combate com uma tropa regular” (p.198-9). Em contrapartida, os outros dois elementos – o engajamento político e o caráter telúrico – às vezes se apresentam como excludentes. O elemento telúrico explica o ingresso do combatente na guerrilha como forma de defender sua própria terra. O engajamento político supera essa instância e fornece um horizonte mais amplo à luta ao apontar uma causa universal como motivadora de sua ação: “nada se parece menos ao participante telúrico do *maquis* do que ‘Che’ Guevara ou Régis Debray. De um lado, o camponês em seu campo, do outro, o intelectual vindo das cidades, revolucionário profissional” (p.199).

Irregularidade

Analisada do ponto de vista técnico, podemos dizer que a tática de guerrilha é uma forma armada não regular, isto é, uma estrutura armada que deliberadamente não possui nenhuma das características identificadoras que tanto a convenção de Haia quanto a convenção de Genebra exigem do exército regular, como uniforme reconhecido, exibição ostensiva do armamento, bandeiras identificatórias, hierarquia rígida, reconhecimento internacional (muitas vezes nem sequer o exército legal reconhece sua condição de exército),¹⁰ e que

10 A Junta de Governo militar que comandou a Argentina durante a última ditadura recusou-se sistematicamente a reconhecer a condição de exército guerrilheiro ou, ao menos, de parte beligerante aos grupos que operavam no território nacional. Muito pelo contrário, eles eram caracterizados como delinquentes comuns que “*roban y matan*”, como “*sediciosos*” ou “*terroristas*”. Por sua vez, o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) intentou sem sucesso o reconhecimento internacional, na corte de Genebra, de sua condição de parte beligerante.

por isso mesmo apresenta uma metodologia também diferente das tropas regulares.

Como a tática de guerrilha é caracterizada por uma forma “irregular” de guerra, ela se constitui definicionalmente como a negação da guerra regular. Daí que ela possa ser ancorada historicamente na existência do exército regular, isto é, no exército moderno como hoje é entendido. Portanto, embora todos reconheçam que a tática de guerrilha é tão antiga quanto a própria guerra, poder-se-ia datar a sua origem, como exército irregular e por contraste definicional com o exército regular, a partir da resistência armada e não regular ao exército moderno, ao napoleônico, pois é a partir do republicano francês que os exércitos assumem as características de regularidade e modernidade que tentamos apon-tar. Daí a consideração de C. Schmitt,

O guerrilheiro combate como irregular. O conceito de combate regular e irregular depende, entretanto, de uma clara definição de “regular” e entra apenas nas modernas formas de organização bélica, surgidas nas guerras que se seguiram à Revolução Francesa, sua antítese real e por isso mesmo sua verdadeira definição. (1984, p.114)

Ilegalidade

A primeira característica, em parte decorrente do dito anteriormente e em alguns casos considerada a mesma, é a ilegalidade própria da tática de guerrilha. Todavia, nela podemos detectar duas fontes dessa característica: uma pelos meios e a outra pelos fins. O primeiro caráter de ilegalidade, o decorrente dos meios utilizados por essa forma de luta, é o que caracteriza o guerrilheiro como um “fora-da-lei”. O segundo decorre do objetivo declarado e óbvio¹¹

11 Dizemos aqui que esse objetivo é “óbvio” pelo fato de que a essência da guerrilha constitui, de *per si*, uma reação contra o monopólio estatal da violência, uma disputa desse monopólio. Mas o objetivo desse confronto militar não é compartilhar a fonte de poder desse monopólio, mas dele se apropriar. O sentido de tomá-lo é impor uma nova ordem institucional. Com efeito, se fosse para manter a ordem institucional estabelecida não precisaria disputar o monopólio da violência, apenas ajudaria a mantê-lo e desse modo garantiria a permanência da ordem. Quem disputa esse monopólio quer quebrar a ordem institucional.

de quebrar a ordem institucional vigente que o declara como um “*contra a lei*”. Analisemos separadamente essas duas ordens de ilegalidade.

Há uma característica de ilegalidade, pela utilização de certos meios, que é predicada da ação da guerrilha e que decorre da característica já apontada, a saber, da irregularidade. Como vimos, o guerrilheiro não leva bandeiras, nem distintivos, nem uniformes, nem armamento à vista. Ele se esconde entre a população civil, aparece para golpear e ocultar-se novamente no povo, não estabelece frente de combate, isto é, não assume nenhum dos comportamentos exigidos de um combatente regular, daí a característica de irregularidade. Concomitantemente a esse sentido de irregularidade há outro: o guerrilheiro combate como irregular no sentido de não se submeter a nenhuma das legislações vigentes que regulam os conflitos bélicos.

Aqui é necessário fazer uma distinção entre formações de combatentes irregulares, mas com um significado bélico totalmente diferente. Referimo-nos à diferença entre o guerrilheiro da resistência, que combate contra o exército de um Estado estrangeiro invasor, e o guerrilheiro revolucionário, que combate contra o inimigo de classe e sua ordem legal. Quase toda a legislação internacional sobre o direito de guerra, especialmente o regulamento de Haia de 18 de outubro de 1907 e os resultados das convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, que tratam particularmente dos combatentes irregulares, refere-se exclusivamente ao combatente do primeiro tipo, isto é, ao guerrilheiro de resistência. Mas entre as duas convenções o *status* do guerrilheiro é essencialmente alterado. O regulamento de Haia tinha colocado as milícias e os corpos de voluntários no mesmo plano que as Forças Armadas regulares, outorgando àqueles os mesmos direitos e prerrogativas que a estas. A partir das convenções genebrinas, o exército invasor tem o direito de estabelecer disposições à polícia local para manter a ordem e reprimir as ações dos irregulares e, como observa C. Schmitt: “o guerrilheiro nesse sentido não goza dos direitos do combatente; é um criminoso comum e pode ser enquadrado com procedimentos sumários e medidas repressivas” (1984, p.130).

Assim, o combatente irregular é considerado também um ilegal e é nesse sentido que a caracterização regular/irregular se fun-

de na nossa época com a caracterização legal/ilegal. Na tensão entre a legalidade e a ilegalidade, ao guerrilheiro só resta atuar sabendo-se desamparado, lutando por sua própria conta e risco. Com efeito, em princípio¹² ele não tem por trás de si um Estado que possa defendê-lo, reclamando juridicamente para ele as mesmas prerrogativas de que goza o combatente regular/legal. Ele aceita a ordem legal institucional, apenas luta contra o invasor, mas este exerce seu domínio por meio daquela. Daí a encruzilhada do guerrilheiro que deve lutar pela manutenção da ordem e contra aquele que a impõe. O inimigo pode enquadrá-lo como criminoso dentro da ordem legal que o próprio guerrilheiro aceita. Por isso, C. Schmitt diz que “Ele arrisca não apenas sua vida, como todo combatente regular; sabe, e tudo para ele depende deste fato, que o inimigo o considera fora de todo direito, honra e legalidade” (1984, p.135).

Uma atitude totalmente oposta a essa é a assumida pelo guerrilheiro revolucionário que parte da caracterização do poder político de seu inimigo como ilegítimo, independentemente de estar no comando da ordem jurídica institucional como invasor ou classe dominante. O combatente revolucionário, como observou C. Schmitt, “declara o inimigo um criminoso e considera um engano ideológico todas as convicções do inimigo sobre o direito, a lei e a honra” (1984, p.135). O guerrilheiro revolucionário combate não apenas o inimigo que ostenta o poder de executar a ordem jurídica institucional, mas também e fundamentalmente essa própria ordem. Essa atitude caracteriza o combatente revolucionário como ilegal no segundo sentido – como combatente *contra* a ordem legal, e, como tal, um ilegal:

12 Dizemos “em princípio” porque esta simplificação analítica, que considera o guerrilheiro na sua “forma pura” como jurídica e politicamente isolado, dificilmente se constata na realidade empírica. A história mostra que geralmente existe um “terceiro interessado” (quase sempre um Estado, mas pode ser um partido político, religioso ou étnico, ou ainda uma tendência sindical internacional etc.) que não apenas o apóia politicamente e o defende juridicamente, mas que também muitas vezes financia, arma, treina e organiza os guerrilheiros. Assim aconteceu com os guerrilheiros da OLP, apoiados por Irã, Iraque, Síria, Líbia; os guerrilheiros da Frente Sandinista na Nicarágua apoiados por Cuba, e tantos outros grupos armados.

O guerrilheiro moderno não espera do inimigo nem direito nem piedade. Ele se coloca fora da inimizade convencional da guerra controlada e circunscrita, transferindo-se a outra dimensão: a da inimizade real que, mediante o terror e as medidas antiterroristas, cresce continuamente até a destruição recíproca. (Schmitt, 1984, p.120)

A própria existência da guerrilha, uma vez que é revolucionária, manifesta sua oposição violenta ao regime legal vigente. O guerrilheiro é revolucionário na medida em que se insurge contra a legalidade burguesa. Seu confronto com o regime pela via armada é a expressão da luta pelo monopólio da violência definidora do Estado. Essa luta se faz necessária tendo em vista que é esse monopólio da violência que sustenta e garante a ordem legal em um determinado território. Quem deseja a manutenção da ordem legal procurará reforçar o monopólio da violência e não sua derrocada. Referindo-se ao guerrilheiro, “Che” Guevara diz que ele “se lança contra as condições especiais da institucionalidade de um momento dado e dedica-se a quebrar, com todo o vigor que as circunstâncias permitem, os moldes dessa institucionalidade” (1984, v.I, p.40).

O fato de o guerrilheiro revolucionário ser um combatente contra a lei vigente fornece-lhe uma característica de ilegalidade, o que não significa que o revolucionário proponha uma “a-legalidade.” De fato, na substituição do Estado opressor no exercício do monopólio da violência, o governo revolucionário instalará uma ditadura, a dos oprimidos, a “ditadura do proletariado”, diria Marx para o caso da luta de classes. Essa ditadura, a partir do momento em que se instala, significa a implosão do sistema legal vigente, o que não significa o fim de toda ordem jurídica. A manifestação da ditadura é a instauração de uma ordem, não legal, mas sim jurídica, a partir de um processo decisionista.¹³ Na medida em que decide, a ditadura ordena; uma vez que ordena, cria jurisprudência. Mas para criar as condições de possibilidade desse novo ordenamento jurídico revolucionário, deverá combater para der-

13 A ditadura é a ferramenta de classe dos explorados para quebrar a ordem legal vigente; ainda assim, quebrar essa ordem legal não significa acabar com toda ordem, pois o próprio exercício da decisão cria uma ordem.

rotar as forças que mantêm a ordem anterior. Como essa ordem é uma ordem legal, o guerrilheiro revolucionário pode ser considerado um ilegal, mas apenas no sentido de ser *contra* a ordem legal e não por ser um mero contraventor da lei.

O intenso compromisso político

A guerrilha é um meio para lograr um fim, e, como diria “Che” Guevara, “Esse fim, indispensável, inelutável para todo revolucionário, é a *conquista do poder político*” (1984, p.203). Esse fim é que determina que o meio, comum aos grupos de bandoleiros, não caracteriza, no caso do guerrilheiro, uma atividade criminosa. Com efeito, se analisarmos o modo de operar de “El Empecinado” no seu confronto com as tropas napoleônicas, veremos que pouco ou nada diferia das técnicas utilizadas naquele momento pelos grupos de marginais conhecidos como “*asaltantes del camino*”. Estes eram grupos de delinqüentes que se mantinham à espreita nos caminhos da montanha para emboscar as caravanas que passavam pelo “seu” território. A única (porém essencial) diferença entre o tipo de ação dos grupos de guerrilheiros e o dos grupos de delinqüentes – diferença muito sutil, mas que do ponto de vista definicional e político distingue perfeitamente ambos – é que o primeiro grupo justifica sua ação por motivos políticos, enquanto o segundo, pelo ânimo do lucro fácil. Apenas a formulação explícita do objetivo e a justificativa da ação, em um caso a tomada do poder e no outro o roubo, compõem dois campos irreconciliáveis: o político e o delitivo, respectivamente.

Este é um aspecto diferenciador que Carlos Marighella parece não ter percebido. Com efeito, quando procurava um fundamento para diferenciar conceitualmente entre a forma de luta da guerrilha e o acionar do banditismo, limitou-se a uma caracterização ingênua pelo alvo da violência de ambos: “Esta forma de luta armada dos revolucionários assemelha-se inevitavelmente às formas de luta de bandidos, mas a diferença fundamental entre uma e a outra é que os revolucionários jamais expropriam os trabalhadores e as pessoas simples do povo” (1970, p.58). Essa afirmação pode ser totalmente verdadeira do ponto de vista histórico, possivelmente

necessária para efeito de propaganda entre os trabalhadores e as pessoas simples do povo, mas é totalmente insuficiente do ponto de vista definicional. Ela não resistiria à mais elementar análise. Poderíamos, como exemplo, contrapor a esse argumento diferenciador a situação atual do crime organizado no Rio de Janeiro.¹⁴ Nesse caso, verifica-se que a organização criminoso substitui o Estado falido na imposição de uma ordem nas favelas, pagando a aceitação de sua autoridade de mando com serviços sociais básicos, favores e proteção à população, sem contrariar os interesses da comunidade. Poder-se-ia dizer que, com esse tipo de ação, os grupos de delinquentes armados “jamais expropriam os trabalhadores e as pessoas simples do povo”, mas nem por isso deixam de ser delinquentes passando a ser revolucionários. No sistema jurídico burguês, a inserção social da vítima não afeta a natureza do crime.

É a ausência de objetivos políticos – concretamente o desinteresse pela tomada do poder para concretizar projetos políticos ou a instrumentalização daquele com objetivos meramente criminais – e não a seleção de suas vítimas que os desqualifica como grupos revolucionários. Portanto, deve-se distinguir claramente o combatente da guerrilha revolucionária do “soldado” dos bandos armados do crime organizado, não pelo *modus operandi* (que nos dois casos pode ser o mesmo, isto é, a tática de guerrilha), mas porque este último, pela determinação de seu objetivo, caracteriza sua natureza como delitiva. Por outro lado, está o exemplo do grupo guerrilheiro revolucionário “Sendero Luminoso”, que impõe sua autoridade nas zonas que controla por meio da violência e do terror sobre as populações locais, expropriando a produção dos camponeses pobres e chegando à execução sumária no caso de compactuarem com a repressão, sem por isso se transformar em bando de criminosos. Ainda assim, com esse tipo de ação, contradizem um princípio revolucionário de fundamental importância, como

14 Tivemos, nos últimos tempos, diversas oportunidades de analisar e discutir o caso do crime organizado nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos, entretanto, que não é este o lugar para discutir a questão. Para conhecer nossa visão sobre este particular, remetemos aos artigos “Cadê a política nessa guerra?”, *O Estado de S. Paulo*, 8 dez. 1994, p.2, e “Muito a perder, nada a ganhar”, *O Estado de S. Paulo*, 16 jan. 1995, p.2.

ensina “Che” Guevara: “A conduta com a população civil deve estar regrada por um grande respeito a todas as tradições e normas da gente da região, para ir a uma demonstração efetiva, com os fatos, da superioridade moral do soldado guerrilheiro sobre o soldado opressor” (1984, p.55). Por sua vez, a relação que o grupo “Sendero Luminoso” mantém com o narcotráfico é de prestação de serviços de “proteção” em troca do financiamento da revolução senderista. Os objetivos políticos do grupo guerrilheiro, neste caso, não se subordinam aos objetivos dos narcotraficantes, mas, pelo contrário, os interesses destes últimos é que se submetem aos desígnios políticos daqueles, mantendo o acionar do guerrilheiro peruano na esfera do político. No caso da guerrilha colombiana, essa distinção não é tão nítida e em alguns casos se perdeu definitivamente.

A existência de uma intencionalidade política na guerrilha revolucionária abre um abismo conceitual intransponível entre ela e a delinquência, o que leva Aron a afirmar que: “A pequena guerra dos guerrilheiros não equivale ao banditismo, mesmo que ela se lhe assemelhe no início ou no fim” (1986b, p.250). Por esse motivo, os grupos de bandoleiros, quando capturados pelas tropas regulares, são aprisionados como qualquer ladrão, mas os guerrilheiros, nas mesmas condições, são sumariamente executados. Sua morte não se lhes impõe por serem mais cruéis ou mais terríveis que os delinquentes, mas por colocar essa tecnologia da violência a serviço de uma causa política. “Este caráter intenso do guerrilheiro deve ser tido muito em conta” – diz C. Schmitt – “justamente porque permite distingui-lo do delinquente comum e do ladrão, que são impulsionados pelo único fim do lucro pessoal” (1984, p.123).

Mobilidade tática

Desde o começo da história da guerra, a formação das guerrilhas se caracterizou por ser constituída por tropas de grande mobilidade tática. Diferentemente do exército regular, que deve considerar cada um dos seus passos em razão da capacidade da linha de abastecimentos e das facilidades do terreno para dispor a tropa, o guerrilheiro se caracteriza pelo mínimo de apetrechos bélicos, o

que lhe permite uma grande mobilidade. Ele pode, quando menos se espera, irromper abruptamente no meio das fileiras inimigas, provocar o caos pela sua ferocidade e surpresa e novamente sumir, acobertado pelo nevoeiro bélico, sem deixar rastros atrás de si. Não precisa de grandes estradas para se locomover, nem de grandes acampamentos para descansar, nem de grandes linhas de abastecimento para comer. A selva, o monte e a montanha são o cenário que supre todas as necessidades do guerrilheiro. O guerrilheiro deve estar preparado física e moralmente para retirar seu sustento do meio que escolheu para a luta.

Os guerrilheiros vietnamitas, pertencentes ao Exército Popular Vietminh, contavam com uma estrutura organizativa que proporcionava grande mobilidade sem perder eficiência no cumprimento das ordens. A célula ternária era para eles a unidade básica de comando e de combate. Um conjunto de três grupos, por sua vez, formava o grupo de assalto. A seção estava constituída por três grupos, tendo cada um deles um chefe. Essa estrutura facilitava a repartição de tarefas, mantinha de maneira exemplar o princípio de flexibilidade e mobilidade, e, sob o fogo inimigo, permitia uma dispersão mais eficaz (Le Duan, 1971).

Para “Che” Guevara, esta característica era de importância crucial para o desenvolvimento da guerrilha. Ela lhe fornecia grande versatilidade de movimento, permitindo compensar a sua baixa potência de tiro em relação ao Exército regular:

Característica fundamental de uma guerrilha é a mobilidade, o que lhe permite estar em poucos minutos longe do teatro específico da ação e em poucas horas longe da região mesma, se for o caso, que lhe permite mudar constantemente de frente e evitar qualquer tipo de cerco. (1984, v.I, p.48)

Caráter telúrico

Desde o “El Empecinado”, a guerrilha tem sido um tipo especial de guerra que, sem prejuízo de sua grande mobilidade, caracterizou-se por ser defensiva. O objetivo fundamental do guerrilheiro consistia em defender sua terra do inimigo invasor. O apelo à defesa territorial é da maior eficácia motivacional. Com a distri-

buição de terras, a Revolução Francesa criou um vínculo entre o camponês e o governo revolucionário: a pátria. A defesa da pátria tinha agora para o camponês um sentido muito mais claro, era a defesa de sua própria terra. A eventualidade de uma invasão das monarquias européias levou-o a lutar longe de sua terra, mas a pátria, como abstração, o remetia permanentemente àquela. A guerrilha espanhola de resistência ao invasor francês articulou-se quando o exército regular já tinha sido derrotado. O motivo alegado foi a restauração da Coroa espanhola, mas inegavelmente a defesa do território nacional também deve ter pesado. Sentir sua própria terra sendo pisada pelas botas do invasor tem a singularidade de galvanizar indelevelmente a figura do inimigo: o estrangeiro, o outro, aquele que com uniforme e bandeira de outro Estado vem tomar minhas terras, minha casa e minha família. A hostilização até o aniquilamento que a população russa propiciou às tropas napoleônicas depois de deixá-las penetrar profundamente no seu território teve o mesmo fundamento, o apego à sua terra e sua defesa incondicional. É assim que, conforme esta característica, o guerrilheiro sempre luta no seu território, nunca no estrangeiro, pois nesse caso ele perderia o fundamento de sua moral bélica.

“Che” Guevara, que simboliza a superação da característica telúrica da guerrilha ao projetar a frente de combate revolucionária sobre toda a face da Terra e substituir o elemento motivacional da pátria pelo “amor revolucionário”, ainda percebia a importância desta característica ao reconhecer que:

Interessa-nos o caso de um grupo armado que vai progredindo na luta contra o poder constituído, seja colonial ou não, que se estabelece como base única e que vai progredindo nos meios rurais. Em todos esses casos, qualquer que seja a estrutura ideológica que anime a luta, a base econômica está dada pela aspiração à posse da terra. (1984, p.41)

No seu “Informe à Assembléia Nacional da República Democrática do Vietnã”, Ho Chi Minh enfatiza a importância do elemento telúrico para a guerra revolucionária ao mostrar a relação dialética existente entre a reforma agrária e a potencialização das forças revolucionárias: “Devemos nos esforçar em acelerar a guer-

ra de resistência para garantir o êxito da reforma agrária. Devemos realizar todos os nossos esforços para instrumentalizar a reforma agrária a fim de assegurar a vitória total da guerra de resistência” (1973, p.189); e, reforçando esta relação entre o elemento telúrico e a guerra, acrescenta mais adiante: “Levar a cabo a reforma agrária é assegurar a vitória para a guerra de resistência. Lutar contra o inimigo e aniquilar as forças do inimigo é assegurar o êxito da reforma agrária” (p.204). Em razão dessas considerações e à luz da experiência revolucionária do povo chinês, Ho Chi Minh elabora seu projeto político de alianças no terreno agrário para garantir o desenvolvimento da luta de libertação do povo vietnamita:

A linha e a política geral são de confiar totalmente nos camponeses sem terra ou com pouca terra, unir-se estreitamente com o camponês médio, reunir-se com o camponês rico, acabar passo a passo com a exploração feudal e com a discriminação, desenvolver a produção e acelerar a guerra de resistência. (p.199)

Com o estabelecimento dessa estratégia política para o setor agrário, a revolução vietnamita logrou solidificar uma frente combativa numerosíssima, já que os camponeses constituíam 90% da população total do Vietnã. Mas, por outro lado, com essa manobra os revolucionários visavam também corroer as bases de sustentação política do imperialismo colonial, isto é, a classe dos proprietários feudais. Com efeito, por meio daquela aliança de classes camponesas, os vietnamitas quebraram as fileiras colonialistas, separaram o inimigo, cooptando para as fileiras da revolução os camponeses médios e ricos e isolando o proprietário feudal aliado ao colonialismo. Dividiam a força do inimigo e concentravam a própria para descarregá-la seletivamente sobre a parte da tropa adversária que naquele momento apresentasse o maior perigo. Assim, o imperialismo colonial foi ficando sem bases de sustentação e isolado num território hostil, e, como diria Ho Chi Minh, “por mais moderno que seja um exército, é impotente ante a atitude decidida de todo um povo” (p.45). Tempos mais tarde, outro importante dirigente vietnamita, Le Duan, comentaria o êxito que significou para a revolução essa decisão, ao subordinar as forças camponesas à direção da vanguarda proletária:

Graças a esta medida [de reforma agrária], a energia combativa e a força de milhões de camponeses puderam ser galvanizadas, o bloco operário-camponês foi reforçado, o poder popular e a Frente nacional unidos e consolidados, as forças combatentes do exército popular cresceram como nunca antes, todas as atividades da resistência receberam um forte impulso ... Empreender a reforma agrária em plena guerra de resistência é uma das medidas mais sensatas que testemunham o espírito criador de nosso Partido. (1971, p.17-8)

O caso de “Che” Guevara, argentino e cubano, assassinado na Bolívia, é extraordinário, não apenas no sentido da exemplaridade de seu comportamento revolucionário que o levou a encarnar emblematicamente a figura do guerrilheiro universal de profissão, mas também porque, exportando as idéias e ações revolucionárias, criou uma fissura na caracterização clássica do guerrilheiro. Ele inaugura uma nova etapa na teoria da guerrilha ao transformar o mundo num gigantesco teatro de operações e, desse modo, a guerrilha perde sua caracterização telúrica. Para “Che” Guevara, a guerra é universal e a frente de combate está onde mais doer para o inimigo imperialista. Sua estratégia para a revolução mundial era defensiva, desgastar as forças inimigas, desmoralizá-las combatendo em todas as circunstâncias que se apresentassem favoráveis para a revolução. Nessa estratégia, a tática da guerrilha mostrava-se, para ele, como a mais adequada. Se a guerra era generalizada e a frente mundial, o elemento telúrico mostrava-se insuficiente como motivador preferencial. O intento de universalizar a revolução exigia um catalisador sem referências nacionais ou regionais: uma causa universal. Em suas palavras:

E que se desenvolva um verdadeiro internacionalismo proletário; com exércitos proletários internacionais, em que a bandeira sob a qual se lute seja a causa sagrada da redenção da humanidade, de modo tal que morrer sob o ensinamento do Vietnã, da Venezuela, da Guatemala, do Laos, da Guiné, da Colômbia, da Bolívia, do Brasil, para nomear apenas os cenários atuais da luta armada, seja igualmente glorioso e apetecível para um americano, um asiático, um africano e, ainda, um europeu. (“Che” Guevara, 1984, v.I, p.73-4)

A PROFUNDIDADE DO CAMPO

A característica tática fundamental que a guerrilha incorpora à teoria da guerra é a de abrir uma dimensão nova no teatro de operações: a profundidade. Pelas características anotadas, e pelo fato de contar com grandes contingentes de soldados, os exércitos regulares dispõem-se no teatro de operações tendo em conta as suas duas dimensões: o comprimento e a largura. Com a teoria balística da artilharia e, mais recentemente, com a incorporação da força aérea, incrementou-se outra dimensão, a verticalidade do campo.

Porém, a dimensão que incorpora a guerrilha é *essencialmente* diferente. Assim como a guerra submarina introduz um elemento totalmente novo na guerra naval, o guerrilheiro o faz na guerra regular. Na guerra naval o perigo emerge das insondáveis profundezas oceânicas, inesperadamente. Só se pode reagir quando o ataque foi iniciado. Quando a frota naval agredida tem condições de iniciar o contra-ataque ele novamente submerge, sem deixar rastros, reservando sua carga letal para uma próxima oportunidade. O guerrilheiro, como o submarino, parece emergir abruptamente por meio da trama fechada do tecido social, golpear onde mais dói o inimigo fardado com toda fúria e, antes que este possa articular uma defesa, desaparecer de repente nas profundezas do campo de batalha. Antes que o inimigo regular consiga localizar o perigo, o combatente irregular já voltou a submergir e diluir-se mimeticamente na quotidianidade social.

A profundidade do campo de combate é a própria do tecido social. Assim como o combatente irregular que atua no âmbito rural se mimetiza, pela camuflagem, com o meio em que desenvolve sua luta, na cidade, o guerrilheiro urbano assume as características típicas dos seus habitantes. Ele procurará não apresentar qualquer elemento que possa distingui-lo da população na qual se encontra e atua. Por isso os exércitos invasores alemães durante a Segunda Guerra Mundial, ante a impossibilidade de prender os guerrilheiros da resistência que desgastavam a moral de suas tropas com surpreendentes ataques da profundidade, manifestavam sua impotência fuzilando sumária e aleatoriamente parte da população civil. Além de satisfazer o ânimo de vingança da tropa, provoca-

vam uma cisão entre a população e a guerrilha por meio do terrorismo; dessa maneira, esperavam eliminar o apoio logístico que a resistência obtinha do povo. Por essas características especiais e por sua analogia com a guerra submarina, Carl Schmitt denominou “dimensão de profundidade” esta ruptura do campo de batalha.¹⁵

A FUNÇÃO TÁTICA DA GUERRILHA

A guerrilha, embora constitua um dispositivo importantíssimo para a guerra revolucionária, tem sempre um valor tático, a função estratégica corresponde ao exército revolucionário conjuntamente com os movimentos de massa urbanos. Referindo-se a essa questão, Trotsky afirmava que “se a guerra tem por finalidade, falando de modo geral, aniquilar o adversário, a guerrilha por sua vez aplica-se a provocar dificuldades e danos ao inimigo” (1973, p.116). A guerrilha tem como objetivo desestabilizar, dar apoio ao exército revolucionário, desgastar as forças inimigas, cortar as linhas de comunicação e transporte, fustigar o exército inimigo, desmoralizar suas tropas. Mas as guerrilhas dificilmente têm condições de tomar o poder, de ocupar militarmente o território. Como nota “Che” Guevara,

Fica bem estabelecido que a guerra de guerrilhas é uma fase da guerra que não tem de *per si* oportunidade de obter o triunfo, é, além disso, uma das fases primárias da guerra e se desenvolverá e crescerá até que o Exército Guerrilheiro, no seu crescimento constante, adquira as características de um Exército Regular. Nesse momento, estará pronto para aplicar golpes definitivos ao inimigo e apropriar-se da vitória. O triunfo será sempre o produto de um Exército Regular, ainda que suas origens sejam as de um Exército Guerrilheiro. (1984, v.1, p.43)

15 Diz Carl Schmitt que “com a luta guerrilheira surge um novo espaço de ação completamente estruturado, dado que o guerrilheiro não combate em campo aberto e não se encontra no mesmo plano da guerra regular com suas frentes. Obriga em contrapartida o adversário a entrar num espaço diferente. Desse modo, agrega à superfície do regular teatro de guerra tradicional outra dimensão, mais obscura, uma dimensão da profundidade, na qual quem veste um uniforme está condenado” (1984, p.168).

A maioria dos especialistas em assuntos militares afirma que a guerra de guerrilha é incapaz de, por si só, alcançar resultados estratégicos e que sua função principal seria de apoio às forças regulares, como aconteceu na Rússia. Mas alguns exemplos contrariam essa afirmação, como os casos de Iugoslávia, Cuba e Nicarágua. O marechal Tito conseguiu mostrar na Iugoslávia que as forças de guerrilheiros, conforme estejam bem adestradas e articuladas, podem se organizar durante o combate e criar todas as peças das forças regulares necessárias para hostilizar o inimigo e libertar o território.¹⁶ Para que isso seja possível, uma sintonia muito forte deve ser verificada entre a guerrilha e a população local, o que significa que a guerrilha neste caso só pode funcionar como força libertária de uma força invasora, longe ainda da “exportação” da guerra revolucionária. Como diz o general Bonnet: “isto, naturalmente, só é admissível se a população, em conjunto, for progressivamente arrastada à luta e se a ação militar vier complementar e rematar a ação psicopolítica, sob todas as formas. Esse foi o caso da guerra de guerrilheiros, na Iugoslávia” (1958, p.174-5).

Na estratégia geral da guerra revolucionária, a guerrilha constitui basicamente um método, uma tática. Pela enorme disparidade de forças existente entre as forças da repressão e o movimento revolucionário, impõe-se uma estratégia defensiva. O primeiro princípio da tática de guerrilha é a autopreservação dos quadros para que possam treinar guerrilheiros e formar outros quadros. Por isso, a primeira tarefa da guerrilha é localizar uma região onde possa montar sua base de treinamento com absoluta segurança, em que possa contar com o apoio da população e que o acesso das forças repressoras seja dificultado. O objetivo estratégico da

16 Este fato, somado às características geográficas da região, é de fundamental importância para compreender a profundidade e extensão do conflito atual na ex-Iugoslávia e para justificar o temor das grandes potências de promover uma intervenção. A estrutura do exército criado pelo gênio do marechal Tito foi articulada a partir da formação de guerrilhas e milícias, mantendo a população armada de prontidão, o que fornece permanente fôlego a todas as partes implicadas na atual guerra civil. Analisamos esses aspectos em “A guerra e a ética no jornal”, *O Estado de S. Paulo*, 19 fev. 1994, p.2.

guerra revolucionária ficará como tarefa do Exército Revolucionário, que se desenvolverá a partir da tarefa tática da guerrilha.

O DEBATE LATINO-AMERICANO: FOQUISMO OU POLÍTICA DE MASSAS

Um dos debates que agitaram a esquerda latino-americana dizia respeito ao procedimento que a guerra revolucionária deveria assumir no continente: se deveria assumir a tarefa de desenvolver uma política de massas, por meio basicamente da inserção nos movimentos sociais, sindicais e estudantis, ou se deveria concentrar-se na formação de células armadas a partir de cujo desenvolvimento buscar-se-ia a criação de um exército revolucionário. A questão confrontava duas posições apresentadas como antagônicas e excludentes e que na década de 1960 comoveram os grupos revolucionários do continente. O foquismo era uma delas e afirmava a impossibilidade do movimento de massas se armar espontaneamente. O argumento principal era que o alto grau de especialização exigido pela guerra revolucionária, a formação do guerrilheiro profissional, requeria um trabalho preparatório que devia ser desenvolvido independentemente da tarefa de organização política das massas. Não se podia esperar a maturação política ideal das massas para organizar sua estrutura militar, mas esta devia esperar precipitar aquela.

Por sua vez, os que defendiam o desenvolvimento da política de massas acreditavam que a sua organização forneceria as condições para transformar a luta de classes em guerra revolucionária. Achavam que as condições subjetivas necessárias para detonar a luta armada surgiriam da consciência das massas, sempre que as outras formas de luta se mostrassem, na prática, impotentes para resolver as “contradições” fundamentais da sociedade capitalista. A crítica que dirigiam contra o foquismo tinha basicamente dois aspectos: um, de índole estratégica, que apontava para a possível “decolagem” da vanguarda em relação ao movimento de massas; e outro, de índole tática, que temia que o surgimento do foquismo desencadeasse um maior grau de repressão das forças das classes dominantes contra o movimento de massas, retardando ou mesmo aniquilando sua organização. “Che” Guevara, considerado o mais

importante formulador do foquismo, criticava esse debate por considerá-lo um pseudoproblema. Para ele, tratava-se de métodos que não apenas não eram excludentes, mas que deviam ser compreendidos como complementares:

Critica-se aqueles que querem fazer a guerra de guerrilhas, aduzindo que se esquecem da luta de massas, quase como se fossem métodos contrapostos. Rejeitamos o conceito que encerra essa posição; a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas. Pretender fazer esse tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. (1984, v.1, p.204)

Depois da vitória militar da guerrilha castrista e da instalação do governo popular em Cuba, ficou claro que aquela não tinha completado o horizonte político da revolução. Eliminada a ditadura nacional, ficava à vista o inimigo principal: o imperialismo que, personificado nos EUA, se agigantava ameaçadoramente sobre a ilha. A necessidade de distrair e desestabilizar esse perigo levou a perceber a urgência de abrir novas frentes de combate no continente latino-americano. A “exportação” da guerra revolucionária cubana visava completar o horizonte político que a guerrilha não podia satisfazer na frente interna: o inimigo se encontrava fora da ilha. Por outro lado, a desproporção militar entre o regime castrista e a potência norte-americana desalentou qualquer intento de confronto direto, limitando-se a rechazar as ofensivas e intentos de invasão financiados e apoiados logisticamente pelos norte-americanos. A crise dos mísseis que abalou o mundo durante o governo Kennedy foi o ponto final às pretensões de que com a presença de um “terceiro interessado” na região (a URSS) se pudessem alterar a correlação de forças no Caribe.

Desse quadro, a única estratégia possível para completar o objetivo político da revolução era criar uma retaguarda de instabilidade no quintal dos EUA: uma América Latina solidária, socialista e revolucionária que tirasse a atenção do gigante americano de Cuba. A tática consistia em que a maturação da experiência da luta de classes em Cuba arrebentasse como um fruto maduro e lançasse seus esporos revolucionários para todo o continente. Esses esporos seriam unidades político-militares revolucionárias, as células

guerrilheiras revolucionárias: a teoria do foco entrava na sua etapa de formulação.

“Che” Guevara desenvolve a tese da disseminação da guerra revolucionária por meio do foquismo, da dinâmica evolutiva que, para ele, devia tomar a revolução no continente, por analogia com as abelhas e a formação de novas colméias:

A guerrilha, no seu processo de crescimento, chega a um instante em que sua capacidade de ação cobre uma determinada região para cujas medidas sobram homens e há demasiada concentração. Aí começa o efeito colméia, no qual um dos chefes, guerrilheiro destacado, pula a outra região e vai repetindo a cadeia de desenvolvimento da guerra de guerrilhas, sujeito, isso sim, a um mando central. (1984, v.I, p.220)

A urgência da hora para colocar fogo em todo o continente deixou a porta aberta para as distorções políticas. Apenas como um exemplo dessas distorções que aconteceram em quase todas as experiências de luta armada na América Latina, podemos lembrar as considerações dos Tupamaros (Nuñez, 1969, p.56 ss.), que aceitaram a tese de Régis Debray de que “o decisivo para o futuro é a abertura de focos militares e não de ‘focos’ políticos”. A iminência de um conflito generalizado levou a cometer um pecado capital para a guerra revolucionária: subordinar a formação política do militante à formação militar do quadro guerrilheiro. Dessa maneira, acabaram simplificando a tarefa da repressão, pois, ao aniquilar militarmente a guerrilha, eliminavam também a resistência política que poderia manter viva a luta de classes e a esperança da revolução até que houvesse condições objetivas mais propícias para o confronto bélico.

GUERRILHA URBANA E RURAL

Outra questão que ocupou os debates contemporâneos dos revolucionários latino-americanos foi a que diz respeito à formação da guerrilha revolucionária: se ela deveria começar no campo ou na cidade. Para “Che” Guevara não havia dúvidas, o meio rural era o mais propício para o desenvolvimento da guerrilha, pois este fornecia o espaço necessário para a formação do exército revolucionário. A guerrilha urbana teria apenas a função tática de recrutar nas cidades os recursos humanos para a luta, mas, sobretudo, de

distrair as forças da repressão, por meio do terrorismo e da sabotagem, com o objetivo de tirar sua atenção do campo onde desenvolviam a função estratégica. No Brasil, Carlos Marighella propôs uma estratégia bastante parecida com a de “Che”: “diversificamos as ações da guerra revolucionária, começando pela guerrilha urbana e a guerra psicológica, em lugar de iniciar a luta pela guerrilha rural que teria atraído a concentração das forças inimigas” (Marighella, 1970, p.12).

Por sua vez, outros grupos de combatentes armados defendiam a decisão estratégica de sua luta em razão das características específicas dos países nos quais se implementava a guerra revolucionária. O desenvolvimento da guerrilha nos centros urbanos, acreditavam estes, permitiria uma aproximação dos setores proletarizados e de estudantes mobilizados, a partir dos quais se proveriam de quadros que ingressassem na luta armada. Os Tupamaros no Uruguai foram uma das primeiras experiências bem desenvolvidas de estratégia de guerrilha urbana no continente. Com operativos espetaculares, impecavelmente realizados, eles conseguiram ganhar a confiança e a simpatia dos setores populares da sociedade uruguaia. A decisão estratégica pela guerrilha urbana sobre a rural é explicada nos seguintes termos:

Não temos lugares inexpugnáveis no território como para instalar um foco guerrilheiro que perdure, embora tenhamos lugares de difícil acesso no campo. Em compensação temos uma grande cidade com mais de 300 km quadrados de edifícios, que permite o desenvolvimento da luta urbana. Isso quer dizer que não podemos copiar a estratégia daqueles países que por suas condições geográficas podem instalar um foco guerrilheiro nas montanhas ou selvas com possibilidade de se estabilizar ... Se nosso campo não pode servir para instalar um foco permanente pelo menos pode servir para manobras de dispersão das forças repressivas. (Nuñez, 1969, p.51-2)

A DINÂMICA DA GUERRILHA

O objetivo da tática de guerrilha na guerra revolucionária consiste em criar focos político-militares de resistência que, a partir da propagação e da criação de uma base fixa, consigam se desenvolver e crescer até formar um exército regular que possa buscar a decisão por meio do combate. “Che” Guevara descrevia o desenvolvimento da guerrilha, desde sua fundação até o desborde e a tomada do poder, em três momentos fundamentais:

A guerra de guerrilhas ou guerra de libertação terá em geral três momentos: o primeiro, da defensiva estratégica, em que a pequena força que foge e morde o inimigo não está refugiada para fazer uma defesa passiva em um círculo pequeno, senão que sua defesa consiste nos ataques limitados que possa realizar. Passado isso, chega-se a um ponto de equilíbrio em que se estabilizam as possibilidades de ação do inimigo e da guerrilha e, logo, o momento final do desbordamento do exército repressivo que levará à tomada das grandes cidades, aos grandes encontros decisivos, ao aniquilamento total do adversário. (1984, v.1, p.221)

Referindo-se ao mesmo desenvolvimento, mas pensando na realidade brasileira, Carlos Marighella dizia que a estratégia revolucionária no Brasil devia percorrer três fases: “planificação e preparação da guerrilha, seu desencadeamento e, por último, transformação da guerrilha em uma guerra de manobras, com a formação e aparição do exército revolucionário de libertação nacional” (1970, p.16). O caminho que Marighella propunha era guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural. A coincidência com a tese de “Che” Guevara consiste em admitir que sem o espaço físico, que apenas o meio rural pode proporcionar, tanto para treinar quanto para agrupar as forças, a construção de um exército que possa equilibrar as forças da reação e procurar a batalha decisiva é impossível. Dessa maneira, para Marighella, a guerrilha urbana tinha fundamentalmente um sentido tático, como forma de viabilizar a guerrilha rural, cuja função era estratégica: “a cidade é a área da luta complementar ... a luta decisiva é a que se trava na área estratégica, isto é, na área rural” (ibidem, p.27).

Uma questão importante na dinâmica da guerrilha é o momento no qual ela pode se transformar em exército regular para procurar a decisão pelo combate. Esse momento encerra uma decisão da qual pode surgir a vitória na guerra ou seu fracasso definitivo. O Exército Branco, por exemplo, na sua luta contra a revolução bolchevique, conseguiu se manter no combate contra o Exército Regular Revolucionário empregando a tática de guerrilhas durante bastante tempo, mas, quando imaginaram que poderiam procurar a decisão ofensivamente e passaram a combater como exército regular, foram militarmente aniquilados.

7 MANIFESTAÇÕES ATUAIS DA LUTA ARMADA

Depois da queda do muro de Berlim, que representava a divisão bipolar do mundo nas esferas capitalista e socialista e com a confiança recuperada depois do fim da Guerra Fria, a sociedade parecia prestes a ingressar em um mundo pautado por regras de entendimento que garantiriam relações pacíficas entre os homens e entre os povos. Porém, as vitórias político-militares contra a esquerda revolucionária, que durante as décadas de 1960 e 1970 foram colocando os governos que viabilizaram a política neoliberal de desregulamentação econômica, desmobilização social e privatização das empresas públicas, foram se transformando, paradoxalmente, nas condições de possibilidade do agravamento dos conflitos sociais, da escalada da violência em vários âmbitos e do ressurgimento daquela esquerda que tinham derrotado militar e eleitoralmente.

Com efeito, a fisionomia democrática dos novos governos contra-revolucionários, atribuída exclusivamente pela sua adequação ao sistema eleitoral, foi paulatinamente transformando seu *rictus* facial no claro perfil do autoritarismo que sempre tinha sido. Os intelectuais falaram de “transição democrática” quando, na realidade, a transição se limitou a aceitar o sistema eleitoral como prática política, deixando sem efeito a democratização das to-

mas de decisão, da formulação de políticas públicas, do controle dos centros de decisão estratégicos – que ficaram nas mãos das forças armadas¹ – e a distribuição orçamentária continuou sendo processada autoritariamente, obliterando o controle social. Os governos chamados democráticos começaram a governar com decretos do executivo como nem as ditaduras militares que os precederam o fizeram. Com a corrupção enferrujando toda a maquinaria do Estado, conseguiram desmontar a estrutura sindical, o que permitiu o desmantelamento do setor industrial e, com propaganda exacerbada, conseguiram trocar a solidariedade e a cooperação social pelo individualismo e a competência como valores sociais. Sem o perigo de uma oposição, acuada ante o discurso da “modernidade”, puderam se dedicar sem perda de tempo a saquear os cofres públicos e desviar o capital da poupança social, destinado originalmente ao serviço social, para salvar os desfalques financeiros dos banqueiros. Ante a impotência de uma sociedade privada dos instrumentos de representação direta, os governos conseguiram superar todos os recordes de concentração de renda, de miséria dos pobres e de empobrecimento das classes médias. Esses aspectos não foram um “erro” ou “consequências indesejáveis” do plano, senão seu objetivo principal. A corrupção dos governos não constituiu um “mal inevitável”, mas a condição de possibilidade da sua instrumentalização para viabilizar o desmonte das economias da região.

Esse foi o caldo de cultura criado pela reprodução forçada dos governos corruptos que facilitaram a implementação da política neoliberal. O exercício autoritário do executivo para implementar essa política o separou da base parlamentar do legislativo, e esta, impedida de legislar ante o aluvião de medidas provisórias e decretos do executivo, foi se escindindo da sociedade que pretendia representar. Esse quadro desmoralizou o sistema eleitoral como forma política legítima de representar as aspirações populares. Tanta violência só pode gerar, como resposta, mais violência. E esta estourou, ora na forma de atentados terroristas ora na forma de exércitos guerrilheiros, comovendo as camadas sociais do mundo todo. Desde o atenta-

1 Tratamos do tema das mudanças da concepção brasileira durante o processo de “transição à democracia” no artigo “Racionalidade e estratégias” (Saint-Pierre, 1993).

do terrorista de Oklahoma até a guerrilha separatista da Chechênia, passando pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional no México e os ataques suicidas islâmicos, o mundo vive hoje uma onda de violência cujas conseqüências são ainda imprevisíveis.

Neste capítulo analisaremos duas formas especiais de violência que canalizam o descontentamento generalizado na nossa história atual: as formações guerrilheiras e o fenômeno do terrorismo. Atualmente há formações guerrilheiras disputando, ou se preparando para disputar, o monopólio da força em muitas partes do mundo e em todos os continentes. Por sua vez, o terror ameaçou as Olimpíadas de Atlanta com a derrubada de um avião civil de passageiros e com a bomba em uma praça pública. Moscou é sacudida quase diariamente por atentados dinamiteiros que transformam numa pilha de entulho grandes prédios habitacionais. Como expressão da guerrilha exporemos o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) insurgido em Chiapas, primeiro confronto claro à nova “Ordem Mundial”. Na segunda parte deste capítulo, e como forma de analisar o fenômeno do terrorismo, proporemos uma nova tipologia em razão da caracterização da vítima.

O CASO DA GUERRILHA DE CHIAPAS

No primeiro dia de 1994, uma guerrilha formada basicamente por índios² e camponeses pobres se insurgia no Estado mais miserável do México.³ Aproximadamente à 0h30 daquele dia, grupos de índios mal armados, vestidos com calças verdes, camisas café,

2 Nos primeiros dias do levante, muitos intelectuais mexicanos, entre os quais se destacou Octávio Paz, pelo preconceito étnico, não acreditaram que esse levante pudesse ser formado por índios e colocavam como argumento principal a própria organização do movimento: o fato de estarem organizados mostrava a presença de “elementos urbanos não-índigenas”. Aos poucos esses intelectuais tiveram que reconhecer a base indígena camponesa do EZLN e orientaram suas metralhas retóricas a outros aspectos do movimento.

3 Para constatar a situação deste Estado várias são as fontes, entre muitas outras recomendamos Domínguez & Monroy, 1994, p.15-29; e Ceceña & Barreda, 1995, p.53-101.

distintivos em forma de estrelas vermelhas, cobrindo seus rostos com “passamontanhas” ou “paliacates”,⁴ tomaram várias cidades de Los Altos de Chiapas: San Cristóbal de Las Casas, Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas y Chanal. Quando as autoridades mexicanas ainda estavam comemorando não apenas o novo ano, mas as primeiras horas de funcionamento do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC ou Nafta, entre México, EUA e Canadá), que credenciava o México para ingressar no Primeiro Mundo, o último dos mundos, da região mais esquecida do país, levantava-se para indicar qual era o único caminho que restava para canalizar tanta indignação e postergação. Já naquele momento,⁵ chamamos a atenção para o fato de que justamente aquele país que apresentava os melhores índices econômicos do continente latino-americano, que estava entrando no “Mercado do Norte” (Nafta) com a parceria dos dois gigantes do Norte – osEUA e o Canadá –, mostrava toda a pestilência de suas vísceras expostas violentamente por um exército “brancalêônico” que reclamava justiça.

Embora alguns indícios apontassem para a precariedade do movimento (como os fuzis de madeira, a falta de uniformes etc.), era óbvio que uma longa preparação tinha antecedido os acontecimentos.⁶ A expressão militar do movimento zapatista surgiu como

4 Os “passamontanhas” são capuzes de lã ou de outro tecido que cobrem a cabeça toda deixando apenas aberturas para os olhos e a boca; os “paliacates” são característicos lenços usados pelos índios e camponeses do Sul do México, os zapatistas os usam basicamente de cor vermelha para cobrir os rostos a fim de evitar a identificação.

5 No artigo “México: as veias reabertas?” publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 8 jan. 1994, p.2, dizíamos: “Na cabeça ainda aturdida de Salinas de Gortari, certamente retumbava a sentença de Norberto Bobbio: ‘Num mundo assim, julgar que a esperança da revolução se desgastou, e acabou exatamente porque a utopia comunista fracassou, é sinônimo de fechar os olhos para não ver’. Mas não ver o quê? Que as necessidades que o chamado ‘socialismo real’ não conseguiu satisfazer e as esperanças não concretizadas não caíram com o Muro, mas ainda estão aí, como o grande desafio deste século que teima em não acabar”.

6 A conformação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e dos movimentos que se integraram nele tem origem muito variada. A confluência de vetores é muito complexa e deve ser procurada muitos anos antes: Chiapas tem uma história secular de insurreições e levantes. Entre os principais troncos, mencionamos o Congresso Indígena de 1974, o trabalho de algumas ONGs de desenvolvimento econômico regional, o trabalho pastoral da Igreja Católica, as

essas coisas que sucedem de repente, no meio do cenário neoliberal, para mostrar que há quem não se disponha a pagar o custo dos “ajustes” econômicos. Como não o conseguiram fazer os intelectuais nas suas prolongadas tertúlias acadêmicas, os zapatistas mostraram o limite da contradição do programa neoliberal. Com a força de um “buraco negro”, ameaçando devorar tudo à sua volta, irromperam na modorra política do continente chamando a atenção para uma forma de luta que se acreditava morta e sepultada. Com coragem ousaram gritar, para quem quisesse ouvir, que o rei estava nu e o capitalismo, em mais uma crise. Nos primeiros comunicados do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI),⁷ manifestou-se o novo estilo político: com uma linguagem metafórica e dialética, própria de uma cultura ancestral e sofisticada, eles tornaram arcaico o “pós-moderno” Jorge Castañeda, e seu compromisso de “esquerda-neoliberal-bem-comportada” teve como destino a prateleira dos renegados. Sua “utopia desarmada” tinha sido atropelada, no seu próprio país, pela crua “realidade armada”.

O caso da guerrilha de Chiapas incorpora à teoria da guerrilha uma série de novidades. O primeiro fato a ser considerado é que se trata da primeira insurreição desse tipo no mundo “pós-muro”, o primeiro arranhão na “nova ordem” mundial. O segundo pode ser detectado no nível simbólico (muito bem trabalhado pelos zapatistas), entre outras coisas, ao fazer coincidir o levante de índios e miseráveis reclamando “pão, saúde, educação, autonomia e paz” com o primeiro dia em que entrava em vigor o TLC. Mas os elementos que consideramos mais importantes, que podem apresentar consequências para a concepção estratégica da guerra revolucionária, são três alterações operadas pelos zapatistas nos diferentes níveis desta, isto é, no âmbito da política, da estratégia e da tática. Em primeiro lugar, o fim político deixa de ser a mudança *de* sistema e apenas propõe algumas alterações *no* sistema; em segundo, e em consequência do primeiro, no nível estratégico é abandonado o

Associações Rurais (ARIC) e a União de Uniões, e, finalmente, remanescentes das guerrilhas das décadas de 1960 e 1970.

7 O primeiro contato do EZLN foi a “Declaración de la Selva Lacandona. Hoy decimos ¡Basta!”, em 2 de janeiro de 1994. Ver EZLN, 1998a.

objetivo de *aniquilar* as forças das classes dominantes e, em seu lugar, procura-se *forçar o diálogo* com o governo; no nível tático, incorpora-se a utilização de símbolos visando potenciar o efeito do uso das armas e, às vezes, substituí-lo, e a aplicação em larga escala do sistema de comunicação via *internet*⁸ como forma de contrarrestar o efeito da relação de força completamente adversa.

Nível político: reforma

Obviamente, o objetivo político dos zapatistas não é, ao menos pelo que têm mostrado até agora, a tomada do poder. Seu objetivo não é aniquilar as estruturas repressivas do Estado nem revolucionar o sistema. Sua pretensão política limita-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema, mas não sua derrubada. A exigência de lisura nas eleições não nos parece suficiente para lançar uma luta armada, neste caso os meios seriam exagerados em relação aos fins. Nem sequer pretendem acabar com o governo nacional, mas apenas abrir canais de diálogo com ele. Tínhamos dito que uma das características da guerrilha revolucionária era justamente sua dupla ilegalidade, uma no sentido de estar fora da legislação de guerra pela sua irregularidade, outra por ser contra a ordem legal vigente, por ser contra a legalidade institucional. Em razão desses critérios, a guerrilha zapatista fica fora do âmbito definicional da guerra revolucionária. Com efeito, embora ela se mantenha dentro da irregularidade própria da tática de guerrilhas, não se propõe o embate contra a legislação vigente, isto é, ela cumpre com o primeiro critério mas fica fora do segundo.

Todavia, não devemos nos apressar em caracterizar o movimento zapatista como meramente reformista: podem estar exigindo o diálogo apenas como um argumento para ganhar tempo, de maneira tal que o diálogo, como objetivo, seja apenas tático, visando estrategicamente à ampliação militar e política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) para procurar, como

8 Sobre este aspecto, ver Rosenfeld & Arquilla, 1998.

objetivo estratégico, a decisão pelas armas. Uma declaração do subcomandante Marcos, talvez um pouco vaga, nos permite manter *ainda* essa hipótese:

E este vento de baixo, o da rebeldia, o da dignidade, não é apenas resposta à imposição do vento de cima, não é apenas brava contestação, leva em si uma proposta nova, não é apenas a destruição de um sistema injusto e arbitrário, é sobretudo uma esperança, a da conversão de dignidade e rebeldia em liberdade e dignidade.⁹

Ainda assim, pode-se notar que a palavra “igualdade” não figura entre as exigências, muito menos “socialismo”. Por sua vez, “liberdade” e “dignidade” poderiam ser garantidas pelo correto funcionamento do sistema democrático-burguês (e este parece ser o cerne das exigências zapatistas), que também tolera, até certo ponto, a “rebeldia”. Pelo que observamos até o momento, o objetivo da guerrilha zapatista parece limitado a forçar a abertura do diálogo e da negociação com o governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Essa atitude procura, por meio da sua participação no diálogo e nas negociações, o reconhecimento do EZLN como ator político, mas, por outro lado, significa o reconhecimento do governo do PRI como um interlocutor válido, conferindo-lhe legitimidade.

Nível estratégico: a procura do diálogo

O movimento de índios e camponeses, comandados militarmente pelo EZLN, parece implementar, desde o começo, uma nova função estratégica para a violência armada: a utilização da tática de guerrilha não como uma procura de espaço para estabelecer um exército revolucionário, mas apenas para forçar o governo a abrir o diálogo com o movimento insurgente. Talvez esse objetivo não tenha sido deliberadamente procurado, pois, conforme as declarações do subcomandante Marcos,

nós passamos muito rápido a uma fase para a qual não estávamos preparados: o diálogo. Estávamos preparados para um processo

9 Ver De Lella & Ezcurra, 1994, p.43.

longo de guerra de desgaste, de choques militares, de disputa política pelos povoados, de luta ideológica.¹⁰

Seja como for, o aniquilamento das Forças Armadas mexicanas, como instrumento de poder das classes dirigentes, não consta como objetivo declarado nos documentos que tivemos oportunidade de analisar.¹¹ Esse fato denuncia uma definição (ou uma indefinição) estratégica que compromete o perfil revolucionário do movimento. Já tentamos mostrar, em outro lugar,¹² a estreita imbricação entre concepção estratégica e política, no sentido de que uma política revolucionária exige e se complementa com uma estratégia revolucionária, e, como diz Trotsky: “a guerra civil começa antes de tudo por destruir o exército, que não nasceu da guerra civil, mas que a precedeu” (1973, p.156). Toda política revolucionária tem como concepção estratégica adequada o aniquilamento das forças repressivas do Estado, se a concepção estratégica não tiver claramente definido este objetivo é porque a política que a comanda não é revolucionária. Esse é mais um aspecto que justifica nosso receio de classificar a insurreição zapatista e o movimento político gerado por ela como revolucionários.

Nível tático: símbolos e informática em lugar de armas e relações de força

A maior novidade que se manifestou neste levantamento foi no nível tecnológico das comunicações: a utilização generalizada¹³ dos

10 Ibidem, p.162.

11 Os documentos e declarações do EZLN podem ser encontrados em EZLN, 1998a. Mas também, e como prova da “revolução” tecnológica dessa insurreição, é possível receber de maneira simultânea, via *internet*, todos os documentos emitidos pelos zapatistas e outros grupos de direitos humanos e de solidariedade, boletins periódicos, denúncias sobre os atentados aos direitos humanos perpetrados pelo exército mexicano e sobre o andamento das negociações entre o governo e o EZLN. O acesso a essa informação foi possível através do endereço eletrônico: MEXPAZ@UIBERO.UIA.MX.

12 No artigo “Adequação entre concepção estratégica e modelo de Estado”, Saint-Pierre, 1990.

13 Durante o confronto entre o Executivo e o Legislativo russo, que acabou com o bombardeio do Congresso, como também durante o intento de golpe de

microcomputadores no contato entre a guerrilha e a opinião pública internacional por meio do correto uso da *internet*.¹⁴ Os zapatistas conseguiram se manter permanentemente em contato por este meio com numerosos grupos políticos, acadêmicos, de direitos humanos e de solidariedade do mundo todo. Essa comunicação simultânea permitiu ações articuladas de apoio internacional. Mensagens de socorro, denunciando o genocídio que as tropas governamentais realizavam no contra-ataque, provocaram uma avalanche de fax e mensagens eletrônicas dirigidas ao presidente mexicano pedindo o imediato cessar-fogo. Como culminação dessa “corrente cibernética”, os zapatistas conseguiram reunir grande apoio internacional e organizar um movimento nacional que pressionou na capital mexicana para deter os bombardeios da aviação do governo. Como informou José Steinsleger:

O aniquilamento das bases sociais do EZLN e os ataques da Força Aérea à população civil puderam ser conjurados por 100.000 pessoas que em 12 de janeiro realizaram uma gigantesca concentração na capital. Nesse mesmo dia, Salinas ordenou, para desgosto das Forças Armadas, a cessação unilateral do fogo. (in De Lella & Ezcurra, 1994, p.18)

A detecção e a divulgação dos planos para executar a segunda contra-ofensiva generalizada das tropas do governo, que muito provavelmente aniquilaria a resistência armada da guerrilha, dada a desproporção exagerada de forças, provocaram outro movimento na opinião pública internacional cuja repercussão no governo acabou abortando também este grande operativo militar.

Os zapatistas conseguiram montar uma rede de comunicação internacional via *internet* que fez a diferença na guerra. A utilização bélica desses elementos de ação por parte de um grupo guerri-

Estado contornado por Yeltsin, também foi usado esse meio de comunicação, mas basicamente por intelectuais e de forma quase espontânea. No caso de Chiapas, foi premeditadamente integrado como meio aos recursos táticos da guerrilha. Nesse sentido, pela primeira vez a comunicação via *internet* é implementada estrategicamente como elemento tático por um movimento popular.

14 Sobre a utilização da *internet* na guerra, especialmente do seu emprego pelo EZLN, ver o recente e competente trabalho de Rosenfeld & Arquilla, 1998.

lheiro parece indicar que nos encontramos ante outro tipo de guerra, “esta guerra” – como disse Yvon Le Bot – “posterior à queda do Muro de Berlim, em que os símbolos importam mais que as armas, a comunicação mais que a correlação de forças”.¹⁵ Embora esta guerrilha, até o momento e pelas suas declarações, certamente pretenda manter suas exigências dentro da ordem institucional, não quer dizer que os métodos testados com êxito por ela não possam ser implementados na guerra revolucionária. Por isso acreditamos que esse confronto bélico trouxe duas novidades importantes para o estudo da guerra revolucionária: em primeiro lugar, a utilização da guerrilha como tática para forçar a abertura do diálogo com objetivos meramente reformistas; e, em segundo, a incorporação de novas técnicas de comunicação que certamente revolucionam a história da guerra, em geral, e da guerra revolucionária, em particular. Se, como dizia Engels, cada desenvolvimento técnico produz novas formas de guerra, a revolução da informática, sem dúvida, provocará alterações substanciais também no desenvolvimento da luta de classes que, talvez, permitam evitar sua expressão mais dramática. Mas, por outro lado, a tecnologia também fornece os instrumentos mais mortíferos para a forma de violência mais pavorosa: o terrorismo.

O terrorismo se apresenta, neste fim de século, com os mais elaborados requintes tecnológicos. Desde armas químicas e bacteriológicas até as nucleares estão ao alcance dos grupos terroristas, sem esquecer-se da antiga, simbólica e eficiente arma branca na operação de degolamento. Como um flagelo, o terrorismo parece substituir as históricas e organizativas formas de luta na preferência da violência organizada. Com sua simplicidade operativa e seu baixo custo, funciona como estímulo para as mais variadas reivindicações, sejam estas políticas, religiosas, nacionalistas, raciais, étnicas etc. Por considerá-lo uma forma bastante expressiva da violência contemporânea, passaremos a analisá-lo a seguir.

15 Sobre Yvon Le Bot, ver o artigo “Marcos y los olvidados de Chiapas” publicado na revista *Proceso (México)*, n.3, p.28, abril de 1995.

O TERRORISMO

O terrorismo é o tema que ocupa esta seção do capítulo. Proporemos uma tipologia do terrorismo em razão do tipo de vítima escolhido, mostrando qual é o efeito procurado com essa ação. Embora, como fenômeno de violência, o terrorismo seja muito antigo, ele se apresenta na nossa época municiado com o requinte das tecnologias nuclear, química e bacteriológica, como alternativas espantosamente próximas. Tentaremos analisar as questões teóricas e de fundamentação desse tipo de violência à luz de exemplos muito recentes, o que nos levou a pensar que, dadas as circunstâncias políticas atuais, o terrorismo possa vir a ganhar um espaço de ação sem precedentes.

Natureza do terrorismo

O terrorismo é uma forma de luta cujo âmbito de realização se dá no nível psicológico do indivíduo. Seu efeito, procurado ou não (pode acontecer que esse efeito não seja procurado e até indesejado pelo sujeito da ação), é uma disposição psicológica e, portanto, íntima: o terror, isto é, um pavor incontrolável. Nesse sentido, o objetivo visado nunca é a vítima direta, aquele que morre no atentado, mas aqueles que, embora ausentes no atentado, possam se identificar de alguma maneira com a vítima, as vítimas indiretas: aquelas que por alguma característica identificatória com a vítima direta (ou porque esta não tem nenhuma identificação específica e, portanto, se identifica com todos) sentem-se expostas e vulneráveis ao próximo atentado. De maneira que, quanto menos identificável for a vítima direta, quanto mais geral forem suas características identificatórias, quanto mais comum forem, maior será o número de vítimas indiretas e, conseqüentemente, maior o objetivo atingido.

Em outros casos, entretanto, o objetivo visado pode ser localizar uma identificação negativa, isto é, ver na vítima direta o “outro”, aquele que é odiado, de maneira a procurar uma cumplicidade tácita entre o grupo terrorista e parte da população, na medida em que esta sinta a ação terrorista como a realização empírica de

seus desejos de justiça ou de mera vingança. Nesse caso, a vítima deve ser muito bem escolhida, de modo que a característica que a torna o “outro”, o inimigo, seja clara e suficientemente conhecida e odiada pela maioria da população, pois essa característica deverá representar “simbolicamente” a linha divisória entre “nós” e “eles”. Assim, esse tipo de ação visa mais a uma eficácia simbólica que tática ou estratégica. Quando atua dessa maneira, o terrorismo procura, por um lado, demarcar nitidamente os campos políticos em que a sociedade se divide e, por outro, determinar com seu gesto o modo especial de relacionamento que deve existir entre ambos, isto é, reivindicar a violência como a única forma possível de relação política entre os campos antagônicos. Esse tipo de atentado pode ter por objetivo chamar a atenção da opinião pública para um grupo armado em formação ou criar simpatia por parte da população com relação à sua “causa”, “justificando” alguma personagem muito notória e odiada, como foi o caso do assassinato do general Aramburu pelo grupo armado Montoneros na Argentina, que, dos pontos de vista tático e estratégico, não tinha nenhuma importância, mas que, do ponto de vista político, serviu para soldar esse grupo guerrilheiro com o movimento peronista de esquerda. Porém, a advertência de Lenin não pode ser desconsiderada:

Os “economistas” e os terroristas prestam culto a dois pólos opostos da corrente espontânea: os “economistas” à espontaneidade do “movimento nitidamente operário” e os terroristas à espontaneidade da mais ardente indignação dos intelectuais, que não sabem ou não têm a possibilidade de ligar num todo o trabalho revolucionário e o movimento operário ... A atividade política tem a sua lógica, que não depende da consciência dos que, com as melhores intenções do mundo, exortam, ou ao terror, ou a que se imprima à própria luta econômica um caráter político. (“Que fazer?” 1980, v.1, p.132-3)

Poderíamos dizer que, normalmente, o terrorismo procura impactar a opinião pública em geral, mas também pode visar apenas a um grupo específico de pessoas como alvo definido ou preferencial da ação, constituindo o que poderíamos chamar de “grupos de risco”, como determinados grupos religiosos, étnicos, classes sociais, funcionários do governo, militares, homossexuais, prostitutas etc. Esse tipo de ação pode ser utilizada com fins políti-

cos ou não, podendo ser orientada, também, para fins religiosos, como a explosão do prédio da Asociación Mutual Israelita (AMI) na Argentina, onde funcionavam oficinas judias, por motivos político-religiosos, ou o atentado com o gás venenoso “sarim” no metrô de Tóquio com características milenarista-religiosas; econômicos, como os seqüestros; político-eleitorais, como o assassinato do principal candidato nas eleições da Colômbia ou, mais recentemente, no México etc.

Pela simplicidade operativa, o terrorismo pode ser executado por uma única pessoa ou um grupo maior ou menor de pessoas com graus de complexidade e organização variáveis.¹⁶ Como exemplos de terrorismo individual podemos lembrar os casos dos crimes em série (*serial killer*), freqüentes nos EUA, ou o caso recente, no mesmo país, do “terrorista epistolar” (conhecido como o *Unabomber* por atacar preferencialmente universidades para descarregar sua “tecnofobia”), que atingia suas vítimas por meio de cartas explosivas. Como caso de organização complexa, o mais notório é o terrorismo de Estado, tristemente encarnado pelo Estado nazista, mas também pelo stalinismo na URSS, pelo macarismo nos EUA, e pela prática intervencionista deste país na sua área de hegemonia, como a invasão de Granada, o apoio logístico ao golpe de Pinochet no Chile, sua ação em El Salvador com a participação de “assessores” militares, e na Nicarágua, onde minaram os portos mais importantes, transportaram material bélico e deram apoio logístico aos “contras”, o seqüestro do general Noriega no Panamá etc., e também pelas várias ditaduras militares na América Latina, entre inúmeros exemplos.

Um caso especial desse tipo de terrorismo muito recente, desta vez a serviço do nacionalismo separatista, foi a ameaça de atentados nucleares e bacteriológicos por parte dos “rebeldes” che-

16 Dobson & Payne (1982, p.7) realizaram uma análise detalhada de ações terroristas de seqüestro de avião durante duas décadas e, segundo eles, “a mais eficiente composição de um grupo de seqüestradores é um líder e quatro ou cinco cúmplices”. Destaca-se o fato de que esses autores não fazem distinção entre terrorismo e ação armada revolucionária e, obviamente, não consideram o terrorismo de Estado, freqüentemente realizado pelo seu país na sua área de influência, como um caso de terrorismo.

chenos em território russo. Note-se que, nesse caso, há uma ação terrorista óbvia e explícita: a própria ameaça de atentado nuclear contra o território russo. Mas, por outro lado, fica claro o fato de que nem o governo russo nem suas forças armadas têm condições de determinar inequivocamente se os chechenos possuem ou não algum artefato nuclear que justifique sua ameaça, o que revela a perda de controle do seu gigantesco arsenal atômico. Isso quer dizer que, assim como os chechenos ameaçam a Rússia, porque é possível e razoavelmente provável que os guerrilheiros tenham conseguido comprar ou roubar alguma ogiva nuclear, outros grupos terroristas podem ameaçar outros países ou grupos políticos com o mesmo argumento. Se isso acontecer, ninguém terá condições de determinar, sem margem de erro, se se trata de uma ameaça real ou apenas de um blefe, e precisamente nesta indeterminação, na impossibilidade de saber com certeza onde se encontram todas as ogivas no mundo e se todas estão sob controle institucional, residirá o terror que pode, em princípio, ser aplicado em qualquer ponto da face da Terra.

Outro tipo particular de terrorismo de Estado é utilizado pelos exércitos regulares durante a guerra contra as populações locais, como no caso da guerra civil da Bósnia-Herzegovina. Trata-se de uma ação de propaganda sobre as atrocidades que realiza o próprio exército na sua ofensiva para provocar o pânico na população local e forçar sua retirada apavorada da região que está sendo ocupada. Isto não é novidade na história da guerra (o que não o justifica), as notícias sobre a crueldade com que tratava as populações conquistadas antecipavam sempre o avanço das tropas comandadas por Átila, o rei dos hunos, evitando a eventual resistência que as populações poderiam opor a seu passo. O mesmo acontece na guerra da Bósnia, com uma justificativa a mais: a composição das forças armadas da ex-Iugoslávia, estruturada por formações de guerrilha, impede distinguir com precisão a população civil do combatente. Dessa maneira, com o terror disseminado pela difusão dos estupros e assassinatos em massa de mulheres e crianças, o exército que avança sobre o território vai provocando o êxodo apavorado da população civil, dificultando, dessa forma, a possibilidade de deixar nas suas costas bolsões de resistência guerrilheira.

Essa tática é utilizada por todos os exércitos confrontados na região quando chega sua vez de passar à ofensiva.

Muitas vezes a ação revolucionária é chamada pejorativamente de “terrorismo”, com o objetivo claro de depreciá-la, outra vez por ignorância definicional. Se é verdade que o terrorismo é uma forma de luta que pode ser implementada por movimentos revolucionários, não é correto definir estes últimos por aquele tipo de ação que, na estratégia revolucionária, é sempre secundário (quando não é rejeitado por princípio), às vezes acessório, mas nunca o principal. Para desfazer a associação politicamente instrumentalizada entre o conceito de ação revolucionária e o de terrorismo, basta-nos fazer uma consideração quase trivial, ou ainda tautológica:¹⁷ toda ação revolucionária é política, porém, nem toda ação terrorista é política.

Outra distinção que deve ser feita em razão da instrumentalização operativa é entre o terrorismo e a sabotagem. A sabotagem é normalmente um operativo de guerra, isto é, que se inscreve dentro da planificação estratégica geral da guerra, realizado na retaguarda do inimigo, atrás da frente de combate. Toda ação de sabotagem, se levada a cabo com êxito, representará uma grave perda para o inimigo, o que lhe fornece sua coerência bélica. Ela normalmente se destina a desestabilizar a tropa inimiga na sua sustentação moral, ao gerar no soldado que combate na linha de frente a sensação de insegurança na retaguarda, ou logística, como nas suas bases de abastecimento, de suprimento, de arsenal, linhas de comunicação ou vias de acesso como pontes, vias férreas etc., ou ainda ao destruir qualquer infra-estrutura que lhe possa ser útil. Quando se trata de uma guerra revolucionária ou guerra civil, o objetivo visado pode ser desestabilizar o governo que está no poder, seja nas suas bases administrativas, impedindo, por meio de atentados, seu funcionamento normal, seja atingindo suas bases econômicas com atentados contra indústrias, bancos, bolsas de valores etc., seja, finalmente, visando as suas fontes energéticas, como hidrelétri-

17 Dizemos que é tautológico porque a própria definição de ação revolucionária exige a presença do elemento político, isto é, a ação revolucionária é um tipo especial de ação política.

cas, redes de alta tensão, gasodutos, oleodutos, centrais nucleares etc. A propósito, é esclarecedora a seguinte passagem de “Che” Guevara que transcrevemos na íntegra:

Muito importantes são os atos de sabotagem. É preciso distinguir claramente a sabotagem, medida revolucionária de guerra, geralmente bastante eficaz, e o terrorismo, medida bastante ineficaz, em geral, indiscriminada em suas conseqüências, pois, em muitos casos, faz vítimas de seus efeitos a gente inocente e que custa grande número de vidas valiosas para a revolução. O terrorismo deve ser considerado como fator valioso quando é utilizado para justificar algum renomado dirigente das forças opressoras, caracterizado pela sua crueldade, por sua eficiência na repressão, por uma série de qualidades que fazem de sua supressão algo útil; mas nunca é aconselhável a morte de pessoas de pouca qualidade que traz como conseqüência um desborde da repressão com sua seqüela de mortes. (1984, p.51-2)

Tipologia do terrorismo

É possível distinguir vários tipos de terrorismo obedecendo a diferentes critérios classificatórios. Em se tratando do sujeito do terrorismo, por exemplo, poderíamos tipificá-lo a partir da pergunta “quem é o terrorista?”. Nesse caso, poderíamos agrupar as ações como *individuais*, quando o atentado é realizado por um indivíduo isolado e sem ligação com nenhuma organização; *grupais*, ao atribuir a autoria do atentado a organizações políticas, religiosas, étnicas etc.; e finalmente *estatais*, cujo autor é o próprio Estado. De acordo com a abrangência do terrorismo, pode-se falar em terrorismo *Nacional* (seja de Estado ou “contra-Estado”, este último também chamado de “terrorismo revolucionário”), quando realizado no âmbito do próprio Estado. Será considerado *Internacional* ao atuar num contexto político internacional, como no caso das guerras de libertação contra as formas de ocupação do inimigo.¹⁸ Finalmente, pode-se falar em *Transnacional* por sua capaci-

18 Para uma visão mais pormenorizada dessa classificação, ver, de Luigi Bonanate, o verbete “Terrorismo político”, em Bobbio et al., 1986.

dade de mobilizar recursos humanos e materiais, com grupos atuando em países alheios ao de sua população de origem.¹⁹

Considerando a modalidade do atentado, pode-se distinguir o terrorismo sexual, psicológico, econômico, militar etc. Pela consideração dos meios, o terrorismo pode ser perpetrado com qualquer tipo de arma, desde as brancas, como nos simbólicos degolamentos na Argélia, até bombas de diferente poder de explosão. Além disso, com o atentado no metrô de Tóquio ficou claro que as armas químicas não estão excluídas nas ações do terrorismo, e, seguindo essa lógica, podemos concluir que armas biológicas e também atômicas fazem parte do arsenal do terror,²⁰ isto é, armas de destruição em massa (ADM) em mãos do terrorismo, inclusive na sua forma transnacional.²¹

Em razão dos objetivos procurados, ordenados pela pergunta “para quê?”, poderíamos falar de terrorismo patológico, que não possui um objetivo claro, mas o motivo da ação é de ordem psicopatológica, como na maioria dos atentados individuais; religioso, cujo objetivo é aniquilar um grupo religioso ou provocar a adesão religiosa pelo medo; econômico, que orienta sua ação contra as principais fontes de ingresso econômico, como o turismo no caso do Egito, os oleodutos na Colômbia etc.; e político, que visa as relações de força, como no episódio do assassinato de J. F. Kennedy em 1963, então presidente dos EUA.

19 Ver, de Reñares, 1998, especialmente o cap.5 “Terrorismo en la sociedad internacional”.

20 Já foram desmantelados vários intentos de contrabandear material nuclear, em pequenas doses, para a Europa aparentemente vindos da ex-URSS. Em maio de 1992, já advertíamos para essa possibilidade: “O gelo da guerra fria derreteu e sua água radioativa penetrou a porosidade ideológica do mundo ... O controle nuclear do Leste, caracterizado pela ‘racionalidade’ burocrática, hoje se dilui em vários gatilhos nas mãos de líderes tão populistas quanto imprevisíveis” em “A nova (des)ordem mundial”, *O Estado de S. Paulo*, 19 maio 1992, p.2. As armas nucleares e biológicas já estão ao alcance dos grupos terroristas, nada impedirá, chegado o caso, que estes grupos as usem. O exemplo do metrô de Tóquio e também o do prédio de Oklahoma são a constatação de que o terrorismo não tem limites éticos para atingir seus objetivos.

21 Sobre esse aspecto, ver Hoffman, 1999, especialmente o cap.7: “El terrorismo hoy y mañana”.

Para os objetivos do nosso trabalho, interessa-nos outra distinção, para a qual proporemos um critério classificatório baseado na seleção da vítima, conforme essa seleção procure intencionalmente precisão identificatória ou não. Ainda que reconhecendo que, na atualidade e no contexto das sociedades industriais avançadas, os atentados terroristas atingem um grau relativamente alto de indiscriminação das vítimas, não concordamos com Reinares em que, por este fato, “não parecem atinadas as tipologias de base vitimológica que distinguem, a este respeito, entre terrorismo seletivo e outro que supostamente vítima sem fazer distinções” (1998, p.37). Não é o número de vítimas, mas o sentido subjetivo da ação o seu objetivo intencional, que imprime o significado ao ato e permite classificá-lo. Trataremos de analisar mais detidamente a classificação originada pelo critério proposto, em razão do qual podemos distinguir dois tipos de terrorismos diferentes: o indiscriminado ou aleatório e o discriminado ou sistemático.

Terrorismo indiscriminado ou aleatório

O terrorismo é indiscriminado ou aleatório quando sua vítima não é definida antecipadamente nem obedece a nenhuma seleção sistemática ou política. Ele procura deliberada e indiscriminadamente fazer vítimas inocentes, em grande número e com a maior diferenciação social possível. O atentado terrorista ideal é aquele que mata homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, brancos e negros, militares e sacerdotes, mas, sobretudo, pessoas comuns. Para esse tipo de terrorismo, poderíamos dizer que não há “grupo de risco”: qualquer um pode ser a próxima vítima. Não há atividade, idade, profissão, credo, cor, ideologia que estejam isentos da possibilidade de ser o alvo do atentado terrorista.

A universalidade da vítima é a característica principal do terrorismo aleatório, outra é a espetacularidade do atentado. O momento escolhido é normalmente à plena luz do dia e quando o movimento de pessoas é maior. O lugar, às vezes, é representativo da ordem social imperante, como tribunais, supermercados, lojas, prédios onde funcionam repartições públicas, meios de transporte coletivos (como o metrô de Tóquio); enfim, lugares de grande

concentração ou circulação de pessoas. A morte de crianças, como no atentado no edifício de Oklahoma, onde funcionava uma creche, permite mostrar que não há limite para a crueldade, que o terror não recua diante de nada, ele é inclemente e precisa manifestar-se. Seu objetivo é criar um terror incontrolável e generalizado. O cidadão vê em qualquer outro o possível terrorista inimigo. Quando o terrorismo aleatório é eficaz, todo mundo é suspeito, e, como não há identificação política nem ideológica, sua repressão é muito difícil.

Em contrapartida, os adeptos do terrorismo aleatório normalmente não têm o preparo militar e político do guerrilheiro profissional, o que às vezes os leva a cometer erros que facilitam, em algumas oportunidades, sua captura. O efeito principal desse tipo de terrorismo é a sensação de isolamento do cidadão em relação ao Estado, o que chamamos de *desamparo aprendido*,²² por induzir o cidadão a aprender que não tem proteção possível para os atentados, que não há nenhuma atitude que possa tomar para se defender, que ele não tem nenhum controle sobre sua situação. O cidadão se sente desprotegido e vulnerável ao ataque imprevisível e indiscriminado do terrorismo. Sente que aquele Estado, com todas as suas estruturas repressivas e preventivas, é absolutamente impotente para protegê-lo. Se esse Estado, que ele ajuda a manter com pesados tributos, não é capaz de afastar o perigo que paira como uma espada pronta a cair sobre qualquer cabeça, então quem

22. Tomamos essa expressão de um modelo animal usado para estudar doenças mentais, especialmente a depressão. O modelo é construído a partir da sujeição do animal à técnica do choque incontrolável, isto é, à aplicação de choques elétricos de intensidade e frequência variáveis, mas inescapáveis. Depois de debater-se por algum tempo e procurar a fuga por todos os meios, o animal desiste da fuga, *aprendendo* que qualquer intento é inútil. Esse é o momento em que o animal aprende que está desamparado, constituindo o modelo de depressão. O notável é que, a partir desse momento, o animal não procurará a fuga, incluindo em situações em que esta seja possível. Ver, entre outros, Faria & Teixeira, 1993. No caso que estamos analisando, o terrorismo funcionaria como os choques elétricos, seus atentados são aleatórios, de intensidade variável e de frequência incerta; como o Estado não tem condições de garantir a segurança do cidadão, para este a situação apresenta-se como “inescapável”. Como o cidadão não pode fazer nada para se salvar do atentado, para garantir sua exclusão da possibilidade de ser a próxima vítima, ele cai em desamparo.

poderá protegê-lo? Se o soberano, que é o depositário de todas as vontades e todas as forças, não pode cumprir a única contrapartida que o contrato social dele exige, a saber a proteção da vida do cidadão, então o Estado se mostra impotente, perde o elemento de coesão e o tecido social se abre até deixar o cidadão sozinho e aterrorizado. O terrorismo não tem como objetivo direto a tomada do poder, nem poderia tê-lo. Seu objetivo direto é a desestabilização do regime vigente por meio do terror induzido na população. Por isso, quanto mais irracional e aleatório for seu acionar, mais eficiente será.

Terrorismo discriminado ou sistemático

O terrorismo discriminado ou sistemático é aquele que escolhe suas vítimas por alguma característica identificatória, seja religião, profissão, cor, etnia, classe social etc. Atentados terroristas com essa característica são os cometidos pelo movimento separatista basco (ETA) contra os militares de alta patente, especialmente comprometidos com a repressão e a tortura; pelo Exército Republicano Irlandês (IRA) contra os soldados do exército inglês ou militantes protestantes; pelos argelinos pertencentes ao braço armado da Frente Islâmica de Salvação (FIS), especialmente contra jornalistas e formadores de opinião; pelos comandos islâmicos egípcios contra turistas, visando à principal atividade econômica do Egito; pelos comandos palestinos da Hammad contra postos militares israelitas; pelos ataques da aviação israelita sobre acampamentos palestinos; pela guerrilha colombiana contra companhias petroleiras estrangeiras; pelos atentados da guerrilha dos Tutsis contra os campos de refugiados Hutus e por estes contra aqueles em Ruanda.

Diferentemente do aleatório, esse tipo de ação terrorista baseia sua eficácia na correta precisão da identificação da vítima, pois é a partir dessa identificação que os campos da amizade e da inimizade assumem seus contornos políticos com maior nitidez, obrigando a sociedade a tomar partido de um campo ou de outro. Esse é o tipo de terrorismo que pode ter alguma função tática na guerra revolucionária.

A função tática do terrorismo na guerra revolucionária

O que todas essas ações têm em comum é que, ainda que esses grupos procurem, em última instância, a tomada do poder, em nenhum caso essas operações são decisivas. Porém, todas elas se revestem de uma significação muito clara: identificar o inimigo; tornar nítida a frente de combate; manifestar abertamente a opção desse grupo pela luta armada; levar seu inimigo a tomar consciência de que sua posição não é invulnerável; disseminar a intranquilidade e o terror entre seus membros para forçar a deserção pelo medo e a perda de prestígio da instituição. A diferença entre este terrorismo sistemático e aquele aleatório é que, se com a discriminação do inimigo no primeiro estabelecem-se os campos da inimizade, no segundo, o inimigo não é identificado, não estabelece campos de confronto, não há frente de combate, ele apenas provoca uma comoção social desintegradora: o espanto.

O terrorismo sistemático, diferentemente do aleatório, pode ser uma ferramenta para a luta política na medida em que galvaniza o âmbito social em campos de combate, mas, em contrapartida, o risco que corre é de desvincular o grupo armado revolucionário da mobilização popular. Como nota Carlos Nuñez,

um princípio revolucionário e uma exigência prática: suas ações [dos Tupamaros] golpeiam o sistema e os interesses que ele representa, mas evitam provocar vítimas inocentes com o que ganhariam a rejeição da população. (1969, p.63)

Com efeito, em determinadas circunstâncias o terrorismo pode ser contraproducente na medida em que pode desatar uma violência maior e indiscriminada por parte das forças de repressão. O castigo descarregado sobre os movimentos populares como forma de retaliar os atentados terroristas, acompanhados de uma profusa campanha de propaganda, pode levar a direção política desse movimento a colocar-se contra o acionar terrorista. Ainda que isso não se concretize, as forças repressivas podem tomar os atentados terroristas como pretexto para reprimir e desarticular a organização das forças populares que, à força de sacrifícios e muito tempo, foram organizadas. As ações terroristas revolucionárias devem vir

a fortalecer o acionar das organizações populares, auxiliar na sua defesa, apoiá-las nas negociações, mas sempre evitando que sua ação possa ser utilizada como motivo ou justificativa da repressão. Ela deve contribuir com as formações populares para fomentar o ódio, necessário para manter acesa a chama revolucionária, mas evitar a todo custo espalhar o medo entre elas. Esta é a difícil tarefa da peculiar função do terrorismo para a revolução: fornecer segurança, coesão e ódio às forças populares e terror às fileiras do aparelho repressivo. Esse fato também foi negligenciado por “Che” Guevara:

Há um ponto sumamente controvertido na apreciação do terrorismo. Muitos consideram que ao se usar e exacerbar a opressão policial, podem impedir todo contato mais ou menos legal ou semiclandestino das massas e impossibilitar sua união para as ações que seriam necessárias em um momento determinado. Isto, em si, é exato, mas sucede também que, nos momentos de guerra civil e em determinadas populações, a repressão do poder governante é tão grande que, de fato, está suprimida toda classe de ação legal e é impossível uma ação de massas que não seja apoiada pelas armas. (1984, p.52)

Na realidade, do ponto de vista revolucionário, o que se procura com o terrorismo, assim como com a tática de guerrilhas, as greves combativas e os movimentos insurrecionais, é desestabilizar o sistema de relações de forças que mantém o *status quo* para procurar um equilíbrio posterior que aproxime da realidade as aspirações populares.²³

23 Tratamos deste tema na Parte I, Capítulo 2, seção “A direção política nas relações de força”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como adiantamos na Introdução deste trabalho, concentramo-nos especificamente na parte mais “dura” da luta revolucionária, isto é, no momento em que toda a violência social é organizada e canalizada estrategicamente para a *guerra* revolucionária. Nossa intenção, com este trabalho, foi apenas refletir sobre o significado político-estratégico dos meios utilizados pela luta armada, desde seus primórdios espontâneos até a mais sofisticada técnica da informática. Talvez tenham razão Toffler & Toffler (1994) quando dizem que não será lutando da maneira que o fizeram os que ganharam a última guerra que a próxima será vencida, mas também é certo que apenas estudando as formas como se lutou historicamente é que podemos conhecer as novas alternativas tecnológicas utilizadas como meios bélicos e, fundamentalmente, compreender o significado político das numerosas guerras atuais.

A Guerra do Golfo popularizou o conceito equívoco de “guerra inteligente”. Com esse adjetivo especificamente humano e com a transmissão televisiva em estilo *hi-tech*, a imprensa tentou passar a idéia de uma guerra “cirúrgica” que se limitava a “extirpar” o estritamente necessário, evitando vítimas inocentes.¹ Mas, na realidade,

1 Uma das chamadas “bombas inteligentes” atingiu um refúgio, assassinando mais de 500 civis inocentes, incluindo crianças, mulheres e velhos.

essa “inteligência” aplicada à arte bélica não significou que a guerra tornou-se “mais humana” ou menos cruel; muito pelo contrário, parece que cada passo no desenvolvimento tecnológico nos afunda mais na barbárie. No contexto da Guerra Fria, Raymond Aron dizia que a guerra era improvável mas que a paz era impossível. Ainda assim, para ele a paz devia ser perseguida como um princípio normativo. Se a guerra parece inevitável, talvez devêssemos procurar os meios jurídicos para que seja o menos cruel possível. Humanizar as guerras, procurando normatizá-las juridicamente, embora difícil, deve ser um objetivo a ser perseguido. Mas não devemos esquecer que não há forma incruenta de fazer a guerra, muito menos a revolucionária, em que até a tortura foi utilizada e justificada.

Só resta, então, premeditar a política, a estratégia e os meios táticos que consigam evitar a guerra ou, pelo menos, que levem rapidamente a seu término com o menor número de vítimas humanas. Poder-se-ia considerar essa postura como “belicista” ou “militarista”, e que teorizar sobre a luta armada significa aceitá-la ou até mesmo propô-la. Só podemos lembrar que o otimismo é compreensível e até desejável no líder, assim como uma virtude no *condottieri*, naqueles que devem inculcar o ânimo e o espírito de luta nos seus seguidores, mas esse mesmo otimismo, no estrategista, constitui um pecado mortal. O político deve procurar, por todos os meios, evitar a guerra, particularmente quando pertence ao campo popular – quase sempre em inferioridade no poder de fogo em relação à disponibilidade de meios das classes dominantes. Mas não pode desconsiderar a eventualidade de que a luta, no seu processo de agudização e agravamento, possa tornar inevitável o confronto armado.

Aqueles que tenham como valor fundamental o princípio da igualdade social e que, coerentes com ele, decidam colocar suas vidas a serviço da revolução deverão estar cientes de que, chegada a hora, talvez não possam eludir a responsabilidade de canalizar estrategicamente o acúmulo de forças revolucionárias para a ruptura institucional. Deverão saber que isso significa aceitar a possibilidade de ter que matar ou morrer, ainda que muitas vezes isso resulte num sacrifício inútil. Para tentar evitar que essa canalização acabe em um fracasso militar certo e em um retrocesso político incalculável,

o projeto revolucionário deverá contar com uma concepção estratégica adequada às relações de força que definam a situação. Mas uma concepção estratégica não se improvisa da noite para o dia, muito menos uma concepção estratégica revolucionária que deve equacionar um número muito grande de variáveis, muitas delas levantadas com a imprecisão própria da clandestinidade. Por isso, a questão da estratégia revolucionária deverá ser estudada, refletida e deliberada por todos aqueles que considerem entre os cenários futuros prováveis a revolução.

Tentamos mostrar, ao longo deste trabalho, que não são os meios historicamente utilizados nas guerras revolucionárias os que conferem a estas sua característica. Uma guerra não será revolucionária por utilizar tais ou quais meios: a guerra é apenas um meio da política e é esta que a caracteriza e a define. Se a guerra revolucionária é “apenas” um meio da política revolucionária, não devemos esquecer que é o mais drástico, e que se não é sabiamente deliberado quanto à sua oportunidade, planificação e conseqüência, pode contribuir para eliminar rapidamente toda uma geração de jovens revolucionários, como aconteceu em vários países latino-americanos nas últimas décadas. Ante essa constatação histórica, renova-se a advertência de Lenin lembrada nas palavras de João Quartim de Moraes: “A questão decisiva é sempre a de saber se um determinado método de luta, numa dada situação, contribuirá com a organização ou com a desorganização da força revolucionária, se contribuirá para seu fortalecimento ou para seu debilitamento” (1972, p.14).

Toda guerra, incluída a revolucionária, é uma experiência marcante e trágica. Muitas vezes seus efeitos ficam extremamente longe dos desejados, quando não seu resultado é totalmente contrário às expectativas depositadas. Os riscos configurados ante a eventualidade de um conflito bélico, seja este do tipo que for, exigem a consideração de todas as variáveis intervenientes e, sobretudo, das conseqüências que possam resultar dos acontecimentos desatados. Na guerra, matar ou morrer é inevitável, mas ante a derrota, toda morte é estúpida. Um quadro revolucionário é um elemento político sofisticado e raro da luta revolucionária, sua formação leva muito tempo e seu valor político-estratégico é in-

calculável para jogá-lo numa aposta incerta. Diferentemente dos confrontos político-eleitorais ou político-parlamentares, nos quais a derrota é apenas a passagem à oposição, mas que em todos os casos significa a permanência no “jogo” político, no caso da guerra revolucionária, a derrota pode significar a exclusão política e, portanto, um retrocesso histórico da luta.

Se a luta é provável, dever-se-ão reavaliar e aperfeiçoar todos os meios para qualquer eventualidade que a política proponha. A luta armada, pela sua complexidade e periculosidade, é um meio que deve ser evitado, sem esquecer que não pode ser improvisado e, por isso mesmo, não deve ser negligenciado. O caminho revolucionário muitas vezes passa pela ruptura institucional, e não estar preparado política, estratégica e taticamente para essa alternativa pode resultar em um suicídio coletivo. Lançar-se à luta armada quando as condições objetivas não estão suficientemente amadurecidas pode significar um “salto no escuro” ou uma “loucura coletiva”, como dizia o coronel Gabriel Bonnet (1958), mas não estar preparado para o momento em que as trombetas de Marte anunciarem a chegada da hora pode significar uma irresponsabilidade histórica imperdoável e a tardia constatação de não haver estado à altura dos acontecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, M. *La concepción del Estado en el marxismo*. México: Siglo Veintiuno, 1982.
- ALONSO, M. M. *La generación española de 1808*. Madrid: Alianza, 1989.
- ANCONA, C. (Org.) *Clausewitz en el pensamiento marxista*. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- ANDERSON, P. et al. *Crítica marxista – A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Jorúês, 1986.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez, Unicamp, 1995.
- AQUINO, T. de. *Summa teológica*. São Lourenço de Bides: Escola Superior de Teologia, 1980.
- ARAUJO OLIVEIRA, H. de. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da UnB, 1988.
- ARISTÓTELES. *Les politiques*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Étique de Nicômaque*. Paris: Flammarion, 1965.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARON, R. *Les guerres en chaîne*. Paris: s. n., 1951.
- _____. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy, 1962.
- _____. *Penser la guerre, Clausewitz*. Paris: Gallimard, 1976. 2v.
- _____. *Les dernières années du siècle*. Paris: Julliard, 1984.
- _____. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora da UnB, 1986a.

- ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Brasília: Editora da UnB, 1986b.
- BAECHLER, J. *Los fenómenos revolucionarios*. Barcelona: Península, 1974.
- BAHIA, L. A. *Soberania, guerra e paz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BAILY, S. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1984.
- BAKUNIN, M. *Escritos de filosofía política*. Madrid: Alianza, 1978. (Compilación de G. P. Maximoff).
- _____. *O princípio do Estado – Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
- BAÑON, R., OLMEDA, J. A. (Comp.) *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza, 1985.
- BEAUFRE, A. *Dissuasion et stratégie*. Paris: Armand Colin, 1964.
- _____. *Introduction à la stratégie*. Paris: Armand Colin, 1965.
- _____. *Stratégie de l'action*. Paris: Armand Colin, 1966.
- _____. *Disuasión y estrategia*. Buenos Aires: Pleamar, 1980.
- BELTRÁN, V. El concepto de suficiencia defensiva. *Ser en el 2000*, s. d.
- BENÍTEZ MANAUT, R. *La teoría militar y la guerra civil en El Salvador*. San Salvador: UCA, 1989.
- BENJAMIN, T. *Chiapas: tierra rica, pueblo pobre*. México: Grijalbo, 1995.
- BERMÚDEZ, L. *Guerra de baja intensidad*. Regan contra Centroamérica. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- BLACKBURN, R. *O vampiro da razão*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- _____. (Org.) *Depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BOBBIO, N. *El problema de la guerra y las vías de la paz*. Barcelona: Gedisa, 1982.
- _____. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- _____. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. *As ideologias e o poder em crise*. São Paulo: Polis; Brasília: Editora da UnB, 1988.
- _____. *Direita e esquerda*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- _____. et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- BOITO, A. *Crise política e revolução: o 1789 de Georges Lefebvre*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992. (Primeira Versão, 44).
- BONNET, G. *Les guerres insurrectionnelles et révolutionnaires*. Paris: Payot, 1958.
- BORDA, F. *Las revoluciones inacabadas en America Latina (1809-1968)*. México: Siglo Veintiuno, 1968.

- BORDA, F. *As revoluções inacabadas na América Latina (1809-1968)*. São Paulo: Global, 1979.
- BOURDET, Y. *Teoria política dell'autogestione*. Roma: Nuove Edizione Operarie, 1977.
- BOUTHOU, G. *Les guerres*. Paris: Payot, 1951.
- _____. *La guerre*. Paris: PUF, 1953.
- _____. *O fenómeno guerra*. Lisboa: Estúdio Cor., 1966.
- _____. *Avoir la paix*. Paris: Bernard Gasset, 1967.
- _____. *Traité de polémologie*. Paris: Payot, 1971.
- _____. *Le défi de la guerre (1740-1974)*. Paris: PUF, 1974.
- BOTHOU, G., CARRÈRE, R. *O desafio da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- BRUIT, H. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Atual, 1988.
- BURNET, J. *L'aurore de la philosophie grecque*. Paris: Payot, 1970.
- CALVEZ, J. Y. *La pensée de Karl Marx*. Paris: Seuil, 1956.
- CAREW HUNT, R. N. *The Theory and Practice of Communism*. New York: Macmillan, 1958.
- CARR, E. H. *El ocase de la Comintern 1930-1935*. Madrid: Alianza, 1986.
- CARR, R. *La tragedia española, la guerra civil en perspectiva*. Madrid: Alianza, 1986.
- CASSIRER, E. *El problema del conocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. 4t.
- CASTAÑEDA, J. G. *La utopía desarmada* (intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina). Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina, Ariel, 1993.
- CAVAGNARI FILHO, G. L. *A experiência revolucionária chilena*. Rio de Janeiro: CEME, 1979.
- CECEÑA, A. E., BARREDA, A. Chiapas y sus recursos estratégicos. *Revista Chiapas (México)*, n.1, p.53-101, 1995.
- "CHE" GUEVARA, E. *Obras completas*. Buenos Aires: Metropolitanas, 1984. v.I, II e III.
- CHOMSKY, N. *The Prosperous Few and the Restles Many*. Berkeley: Odonian Press, 1996a.
- _____. *What Uncle Sam Really Wants*. Berkeley: Odonian Press, 1996b.
- _____. *Secrets, Lies and Democracy*. Berkeley: Odonian Press, 1996c.
- _____. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996d.
- CHOMSKY, N., HERMAN, E. *Banhos de sangue*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CLAUSEWITZ, C. von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

- COGGIOLA, O. *El trotskismo en la Argentina*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986. v.I e II.
- COOKE, J. W. *Perón-Cooke*. Correspondencia. Buenos Aires: Ediciones Parlamento, 1985. 2v.
- CRENSHAW, M. (Ed.) *Terrorism in Context*. Pennsylvania: Penn State Press, 1995.
- DEBRAY, R. *Essais sur l'Amérique Latine*. Paris: François Maspero, 1967.
- _____. A guerrilla with a difference. *New Left Review (Great Britain)*, n.218, p.128-38, Jul.-Aug. 1996.
- DE LELLA, C., EZCURRA, A. M. (Comp.) *Chiapas: entre la tormenta y la profecía*. Buenos Aires: Lugar, 1994.
- DEUTSCHER, I. *Marxismo, guerras e revoluções*. São Paulo: Ática, 1991.
- DOBSON, C., PAYNE, R. *The terrorists, their Weapons, Leaders and Tactics*. New York: Facts on file, 1982.
- DOMARCHI, J. *Marx et l'Histoire*. Paris: Hernes, 1972.
- DOMÍNGUES, O. H., MONROY, M. B. El Estado de Chiapas en cifras. In: MONROY, M. B. (Recop.) *Pensar Chiapas*. Repensar México. s. l.: Convergencia, 1994.
- DROZ, J. *Europe Between Revolutions 1815-1854*. London: Collins Clear-Type Press, 1967.
- DUMONT, J. P. *Les écoles présocratiques*. Paris: Gallimard, 1991.
- ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. Buenos Aires: Cartago, 1988.
- EZLN. *Documentos y comunicados*. México: Era, 1998a. t.1, 2, 3. (Prólogo de Antonio García de León y crónica de Carlos Monsiváis).
- _____. *Crónicas intergalácticas*. Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. México: Planeta Tierra, 1998b.
- FARIA, M., TEIXEIRA, N.A. Reversal of learned helplessness by chronic lithium treatment at a prophylactic level. *Brazilian journal*, n.26, p.1201-12, 1993.
- FARRINGTON, B. *Greek Science (its meaning for us)*. London: Penguin, 1953.
- FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- FREUND, J. *L'essence du politique*. Paris: Sirey, 1965.
- FULLER, J. F. C. *A conduta da guerra (de 1789 aos nossos dias)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- GARAUDY, R. *Pour un modèle français du socialisme*. Paris: Gallimard, 1968.

- GILBER, F. Macchiavelli: the renaissance of the art of war. In: PARET, P. (Ed.) *Makers of Modern Strategy*. New York: Princeton University Press, 1986.
- GODECHOT, J. *Les révolutions (1770-1790)*. Paris: PUF, 1963.
- GOLDAR, E. *John William Cooke y el peronismo revolucionario*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Repensar la revolución. *Revista América Indígena (México)*, v.LV, n.1-2, p.341-61, ene.-jun. 1995.
- GOODSPEED, D. J. *Conspiração e golpe de Estado*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984a.
- _____. *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984b.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUILLERM, A., BOURDET, I. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HABERMAS, J. *La reconstrucción del materialismo histórico*. Madrid: Taurus, 1981.
- HEIDEGGER, M. *Ser y tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- HO CHI MINH. *Sobre la revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1973.
- HOBBS, T. *Leviatán*, Madrid: Nacional, 1983.
- HOBSBAWM, E. J. *The Age of Revolution – Europe 1789-1849*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1962.
- _____. *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.
- _____. *Barbárie: o guia do usuário*. In: SADER, E. (Org.) *O mundo depois da guerra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b. p.19.
- HOFFMAN, B. *A mano armada*. Historia del terrorismo. Madrid: Espasa Calpe, 1999.
- HOROWITZ, D. (Org.) *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- HOROWITZ, I. L. *The Idea of War and Peace in Contemporary Philosophy*. New York: Paine-Whitman, 1957.
- _____. *La idea de la guerra y la paz en la filosofía contemporánea*. Buenos Aires: Nueva Visión, Galatea, 1960.

- HOWARD, M. (Ed.) *Teoría y práctica de la guerra*. Buenos Aires: Circulo Militar, 1968. 2v.
- HUNT, R. N. *Carew: The Theory and Practice of Communism*. New York: Macmillan, 1958.
- HYAMS, E. *Terrorists and Terrorism*. London: J. M. Dent & Sons, 1975.
- KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KAROL, K. S. *Les guérilleros au pouvoir – L'itinéraire politique de la révolution cubaine*. Paris: Robert Laffont, 1970.
- KAUTSKY, K. *Ética y concepción materialista de la historia*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, n.58, 1975.
- _____. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KONSTANTINOV, F. V. *El materialismo histórico*. México: Grijalbo, 1957.
- KRUIJT, D. *La revolución por decreto: Perú durante el gobierno militar*. Costa Rica: Flacso, 1991.
- LE DUAN. *La revolución vietnamita*. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 1971.
- LENIN, V. I. *L'État et la révolution*. Paris: Sociales; Moscou: Progress, 1969.
- _____. *La cuestión militar y el trabajo político en las fuerzas armadas*. Buenos Aires: Anteo, 1973.
- _____. *Cartas sobre táctica*. Buenos Aires: Anteo, 1976.
- _____. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. 3v.
- LICHTHEIM, G. *Breve historia del socialismo*. Madrid: Alianza, 1979.
- LIDELL HARDT, B. H. *As grandes guerras da história*. São Paulo: Ibrasa, 1963.
- LÓPEZ, M. , PAVÓN, D. *Zapatismo y contrazapatismo*. Cronología de un enfrentamiento. Buenos Aires: Grupo Omega, 1997.
- LOSURDO, D. *La catastrofe della germania e l'immagine di Hegel*. Milano: Edizioni Angelo Guerini e Associati, 1987.
- LÖWY, M. *El marxismo en América latina* (De 1909 a nuestros días): Antología. México: Era, 1982.
- LUTTWAK, E. *Golpe de Estado, um manual prático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LUXEMBURG, R. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- _____. *Huelgas de masas, partido y sindicatos*. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- MAC EGIN, G. *A las puertas de la revolución*. Buenos Aires: Tiempo Nuevo, 1973.

- MALATESTA, E. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.
- MAO TSÉ-TUNG. *Selección de escritos militares*. Pekin: Edições em Línguas Estrangeiras, 1967.
- _____. *Obras escolhidas*. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1975; São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. 4v.
- MAQUIAVEL, N. *A arte da guerra* (e outros escritos). Brasília: Editora da UnB, 1982a.
- _____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora da UnB, 1982b.
- MARIGHELLA, C. *Acción libertadora*. Paris: François Maspero, 1970.
- _____. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.
- MARINI, A. *De Clausewitz a Mao Tsé-tung*. Buenos Aires: Pleamar, 1969.
- MARITAIN, J. *Man and State*. Chicago: Chicago Press, 1951.
- MARTINS, D., WALCOTT, J. *Best Laid Plans – The inside story of America's war against terrorism*. New York: Harper & Row, 1988.
- MARX, K. *A contribution to the Critique of Political Economy*. Moscou: Progress, 1978.
- MARX, K., ENGELS, F. *Écrits militaires*. Paris: Herne, 1970.
- _____. *Obras escolhidas*. Lisboa: "Avante!", 1982. 3v.
- MARX, K., ENGELS, F., LENIN, V. I. *Escritos militares*. São Paulo: Global, 1981.
- MATTERLART, A. *La comunicación-mundo*. Historia de las ideas y las estrategias. México: Siglo Veintiuno, 1996.
- MEI, E. Nicolò Macchiavelli: a ordem e a violência. *Premissas (Campinas)*, n.6, abril de 1994.
- MONTEMAYOR, C. *Chiapas, la rebelión indígena de México*. México: Joaquín Mortiz, 1997.
- MOREIRA, A. *Ciência política*. Lisboa: Bertrand, 1979.
- NUÑEZ, C. *Tupamaros: la única vanguardia*. Montevideo: Provincias Unidas, 1969.
- OLLIER, M. *El fenómeno insurreccional y la cultura política (1969-1973)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986.
- ORTEGA, H. A insurreição. In: ANDERSON, P. et al. *A estratégia revolucionária na atualidade*. Crítica marxista. São Paulo: Joruês, 1986.
- PETRAS, J. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.
- _____. Latin America: The resurgence of the left. *New Left Review* (Great Britain), n.223, p.17-48, May-June 1997.

- PETRAS, J., VIEUX, S. *La historia terminable* (sobre democracia, mercado y revolución). Nafarroa: Txalaparta, 1994.
- PHILONENKO, A. *Essais sur la philosophie de la guerre*. Paris: J. Vrin, 1976.
- PLATÃO. République. In: _____. *Oeuvre complète*. Paris: Gallimard, 1950.
- POLÍBIOS. *História*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- POULANTZAS, N. *Hegemonia y dominación en el estado moderno*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.
- PRÉLOT, M. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Presença, 1974. 4v.
- QUARTIM DE MORAES, J. C. K. *Brasile: dittatura e resistenza*. Milano: Gabriele Mazzotta, 1972.
- _____. *A justificação do tiranicídio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993. (Primeira Versão, 51).
- _____. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994. v. I e II.
- _____. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REINARES, F. *Terrorismo y antiterrorismo*. Barcelona: Paidós, 1998.
- RICHIR, M. *Du sublime en politique*. Paris: Payot, 1991.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- ROBESPIERRE, M. *La razón del pueblo*. Buenos Aires: La Bastilla, 1972.
- ROSENFELD, D., ARQUILLA, J. *The Social Netwar in Mexico*. California: Rand Arroyo Center, 1998.
- RUSSEL, B. *New Hopes for a Changing World*. New York: Minerva Press, 1968.
- SADER, E. (Org.) *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SAES, O. *O Estado e a democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.
- SAINT-JUST. *O espírito da revolução*. São Paulo: Editora UNESP, 1989.
- SAINT-PIERRE, H. L. Adequação entre concepção estratégica e modelo de Estado. *Política e Estratégia*, v.2-4, abr.-dez. 1990.
- _____. Inimigo e excepcionalidade na teoria da soberania de Carl Schmitt. *Impulso (Piracicaba)*, v.5, n.9, p.63-77, 1991.
- _____. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- _____. Racionalidade e estratégias. *Premissas (Campinas)*, n.3, abr. 1993.
- SANTAYANA, G. *The Life of Reason: or the Phases of Human Progress*. New York: Scribner, 1954.

- SCHAMA, S. *Cidadão – Uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- SCHMITT, C. *La dictadura – Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Madrid: Revista de Occidente, 1968.
- _____. C. *El concepto de lo “político” – Teoría del partisano*. Buenos Aires: Folios, 1984.
- _____. *Théologie politique – 1922, 1969*. Paris: Gallimard, 1988.
- SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo*. Clases sociales. Madrid: Tecnos, 1986.
- SKOCPOLE, T. *States and Social Revolutions – A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SOREL, G. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TOFFLER, H. A. *Guerra e antiguerra, sobrevivência na auro-ra do milênio*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- TRIAS, V. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Montevideo: El Sol, 1967.
- TROTSKY, L. *El fascismo*. Buenos Aires: Cepe, 1972a.
- _____. *Resultados y perspectivas: las fuerzas motrices de la revolución*. Buenos Aires: Cepe, 1972b.
- _____. *Escritos militares – Ejército, milicias, guerrillas*. Buenos Aires: Amaicha, 1973.
- _____. *A revolução permanente*. Lisboa: Antítodo, 1977.
- _____. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Programa de transição – A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. São Paulo: Proposta, 1980.
- _____. *O pensamento vivo de Karl Marx*. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1990.
- TZU, S. *El ejército y la guerra*. Buenos Aires: Enecé, 1982.
- _____. *A arte da guerra*. Portugal: Europa-América, s. d.
- ULAM, A. B. *La revolución inconclusa*. Buenos Aires: Ed. Universitaria de Buenos Aires, 1981.
- VEGA, L. M. *Technique de contre-état – Les guérillas en Amérique du Sud*. Paris: Pierre Belfond, 1968.
- VERNANT, J. P. *Mito e sociedade na Grécia antiga*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Editora da UnB, 1992.
- VIVES, P. *Augusto Cesar Sandino*. Madrid: s. n., 1992. (História 16).

VV.AA. *Contribution à une étude sur la guerre insurrectionnelle*. Paris: École Supérieure de Guerre, 1955.

_____. *La revolución permanente*. El gran debate (1924-1926). Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972a. (Com artigos de Trotsky, L., Procacci, G., Bujarim, N. e Zinóviev, G.).

_____. *Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972b. (Com artigos de Gramsci, A., Garavini, S., Collotti, E., Foa, L., Ferri, F., Bourdet, Y., Salvatori, M., Magri, L. e Gerratana, V.).

_____. *Teoría del proceso de transición*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973. (Com artigos de Sweezy, P., Gerratana V., Fenghi, F. Rossanda, R., Chitarim, A. e Jobic, B.).

_____. *Debate sobre la huelga de masas*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1975. (Com artigos de Parvus, Kautsky, K., Luxemburgo, R., Mehring, F., Valdervelde, E. e Frölich, P.).

_____. *Chiapas*. México: Era, 1996. 7v.

WAGNER, S. *El fin de la revolución*. Buenos Aires: Paidós, 1974.

WALTZ, K. N. *Man, The State and War*. Columbia: Columbia University Press, 1959.

WARDLAW, G. *Terrorismo político*. Madrid: Ediciones Ejército, 1986.

WEBER, M. *El político y el científico*. Madrid: Alianza, 1975.

_____. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. *Escritos políticos*. México: Folio, 1982a. 2v.

_____. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1982b.

WHITEHEAD, A. N. *Adventures of Ideas*. New York: Free Press, 1967.

WOLFF, R., MOORE, B. MARCUSE, H. *Crítica de la tolerancia pura*. Madrid: Nacional, 1977.

YRIGOYEN, H. S. *Los años crueles*. Buenos Aires: Bruguera, 1984.

ZOLO, D. (Org.) *I marxisti e lo stato*. Milano: Il Saggiatore, 1977.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23 x 43 paicas

Tipologia: Classical Garamond 10/13

Papel: Offset 75 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 2000

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Carlos Villarruel (Preparação de Original)

Adriana Dalla Ono,

Luicy Caetano de Oliveira e

Nelson Luís Barbosa (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Luís Carlos Gomes (Diagramação)

Neste livro, o argentino radicado no Brasil Héctor Luis Saint-Pierre, remando contra a maré antiesquerdista desses tempos neoliberais, oferece um estudo bem-fundamentado dos aspectos estratégicos da guerra revolucionária, tanto do ponto de vista teórico quanto do de suas manifestações práticas ao longo da história. Analisando suas concepções a partir dos gregos e mostrando suas origens camponesas, no século XV, como reação espontânea e inconsciente da massa, o autor chega às modernas teorias antiespontaneístas de Lenin e de outros revolucionários, assim como às manifestações atuais da luta armada e do terrorismo. Longe de qualquer panfletarismo, trata-se aqui de um estudo sério e erudito, que faz um apanhado atualizado da questão, e que interessa não só a políticos, historiadores e cientistas sociais, mas ao público em geral.

ISBN 85-7139-300-1



9 788571 393004

Héctor Luis Saint-Pierre

A política armada

CPA